

O que pensamos e sentimos sobre o clima é social e culturalmente determinado. É esse o fato que motivou as pesquisas aqui reunidas: entender, inicialmente no semi-árido nordestino, e posteriormente em diferentes regiões do Brasil, a forma como a percepção do clima é mediada por configurações sócio-culturais, e como as sociedades são entendidas como condicionadas, em graus variáveis, pelas condições ambientais em que estão inseridas. Os estudos focam, de forma específica, na questão das secas e o papel que estas desempenham nos imaginários locais, esquemas explicativos, configurações institucionais, e rituais políticos e religiosos.

**CIFAS**  
Comitê Interdisciplinar for  
Anthropological Study



**Banco do  
Nordeste**



FUNCEME  
& CIFAS

RENZO TADDEI e  
ANA LAURA GAMBOGGI  
(orgs.)

Depois que a chuva não veio

# Depois que a chuva não veio

Respostas sociais às secas no Nordeste,  
na Amazônia e no Sul do Brasil

Renzo Taddei e Ana Laura Gamboggi (Orgs.),  
Carlos Abraão Moura Valpassos, Carolina Neri Vidaurri,  
Chandra E. F. Morrison, Elisângela Maria de Oliveira Sousa,  
Fernando Briones Gamboa, Georgia Melville,  
Rita Pestana, Vitor Popinsky, Zulma Amador

# **DEPOIS QUE A CHUVA NÃO VEIO**

RESPOSTAS SOCIAIS ÀS SECAS NO NORDESTE,  
NA AMAZÔNIA E NO SUL DO BRASIL

**GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ**  
Cid Ferreira Gomes

**SECRETÁRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO  
SUPERIOR**  
René Teixeira Barreira

**PRESIDENTE DA FUNCEME**  
Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins

**DIRETORA TÉCNICA**  
Luciana Cesar Torres de Melo Lima

**DIRETORA ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO**  
Sandra Maria Maia Costa

**GERENTE DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS  
E MEIO AMBIENTE**  
Margareth Sílvia Benício de Souza Carvalho

Renzo Taddei e Ana Laura Gamboggi (Orgs.)

Carlos Abraão Moura Valpassos • Carolina Neri Vidaurri •  
Chandra E. F. Morrison • Elisângela Maria de Oliveira Sousa •  
Fernando Briones Gamboa • Georgia Melville •  
Rita Pestana • Vitor Popinsky • Zulma Amador

# **DEPOIS QUE A CHUVA NÃO VEIO**

RESPOSTAS SOCIAIS ÀS SECAS NO NORDESTE,  
NA AMAZÔNIA E NO SUL DO BRASIL

Fortaleza  
FUNCEME/CIFAS  
2010



CIFAS

@ 2010

Publicado por:

**Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME**

Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

Av. Rui Barbosa, 1246 – Aldeota

CEP: 60.115-221 – Fortaleza - Ceará

Telefone: (85) 3101.1091

Fax: (85) 3101.1093

funceme@funceme.br

www.funceme.br

**Comitas Institute for Anthropological Study - CIFAS**

Teachers College, Columbia University

Box 45 New York, New York 10027

Telephone: +1 (212) 678-4040

Fax: +1 (212) 678-3081

lc137@columbia.edu

www.cifas.us

**Esta publicação foi financiada pelo Banco do Nordeste do Brasil.**

**Todos os direitos reservados**

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

D422

Depois que a chuva não veio: respostas sociais às secas no Nordeste, na Amazônia e no Sul do Brasil / Renzo Taddei e Ana Laura Gamboggi (Orgs.). - Fortaleza: FUNCEME; CIFAS, 2010. 264p.

ISBN: 978-85-62406-06-5

1-Questões sociais; 2- Seca-consequência; I- Taddei, Renzo; II- Gamboggi, Ana Laura; CDU:304(81)

# Sumário

## **Introdução**

*Renzo Taddei e Ana Laura Gamboggi* ..... 7

## **A seca de 2005 em Anamá**

Percepção e sazonalidade no Baixo Solimões

*Rita Pestana* ..... 33

## **Impactos socioeconómicos de la sequía en la región Amazónica**

*Carolina Neri Vidaurri* ..... 61

## **O campo está de luto**

A crise da agricultura numa cidade dos pampas gaúchos

*Carlos Abraão Moura Valpassos* ..... 73

## **Percepções da seca de 2005 em Antônio Prado (RS) e as respostas adaptativas dos agentes sociais**

*Vitor Popinsky* ..... 107

## **A seca, o semi-árido, e o pequeno agricultor em Canindé, Ceará**

*Chandra E. F. Morrison* ..... 137

## **¿Sequía natural o sequía hidrológica?**

Políticas públicas y respuestas sociales en el perímetro irrigado de Icó-Lima Campos, Ceará

*Fernando Briones Gamboa* ..... 177

**Política para qual público?**

O “Novo Modelo de Irrigação” e os colonos de Morada Nova

*Elisângela Maria de Oliveira Sousa* . . . . . 203

**Narrativas culturais y relaciones de poder en el semiárido  
nordestino**

*Zulma Amador, Georgia Melville y Ana Laura Gamboggi* . . . . . 233

**Sobre os autores** . . . . . 259

# Introdução

**Renzo Taddei e Ana Laura Gamboggi**

Em 2005, uma combinação muito pouco usual de fatores climáticos produziu secas de grandes dimensões na Amazônia, no Nordeste, e na região Sul do Brasil. No total, 1.710 municípios tiveram suas declarações de situação de emergência ou calamidade pública reconhecidas pela Coordenadoria Nacional de Defesa Civil (Confederação Nacional dos Municípios, 2009, p. 2). Ou seja, praticamente um terço do país esteve em tais condições naquele ano<sup>1</sup>.

Alguns estados, no entanto, sofreram os efeitos da estiagem de forma desproporcionalmente intensa. No Rio Grande do Sul, 451 municípios, o que equivale a 91% do estado, decretaram estado de emergência em virtude da seca<sup>2</sup>. No Ceará, foram 141 dos 184 municípios do estado<sup>3</sup>, ou 77% do total. E 61 dos 62 municípios do

---

<sup>1</sup> Esse número, no entanto, é apenas 15% maior do que a média nacional de declarações de emergência e calamidade, que entre 2003 e 2008 ficou em torno de 1500 declarações anuais (Confederação Nacional dos Municípios, 2009, p. 1). Em 2004, o número de declarações reconhecidas foi de 1763, mais alto, portanto, do que em 2005 (“Critérios rígidos podem deixar prefeituras sem ajuda federal”, *O Povo*, 01/02/2005).

<sup>2</sup> “Um olhar em 2005”, Rede de Estações de Climatologia Urbana de São Leopoldo, acessado em 16/12/2009.

<sup>3</sup> “Seca leva situação de emergência a 141 municípios do Ceará”. *Folha Online*, 01/02/2006. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u117886.shtml>, acessado em 12/12/2009.

estado do Amazonas<sup>4</sup> foram declarados em situação de calamidade pública pelo governo estadual.

Segundo o Ministério da Integração Nacional, em razão da diminuição do volume dos rios e da contaminação provocada pela morte de peixes, mais de 260 mil pessoas<sup>5</sup>, apenas nos estados do Amazonas e do Pará, sofreram os efeitos da falta de água potável, alimentos e transporte, no ano de 2005. Em 25 de outubro daquele ano, 479 municípios do semi-árido estavam sendo assistidos pelo programa de distribuição de água através de carros-pipa, coordenado pelo Exército<sup>6</sup>. No início de 2006, segundo dados da Coordenadoria Nacional de Defesa Civil, 100 mil famílias haviam sido afetadas pela escassez de água apenas no Ceará, no ano anterior. Naquele momento, no entanto, por falta de verbas e devido à demora na aprovação do orçamento da União no Congresso Nacional, toda a ajuda federal àquelas famílias estava suspensa.

A concomitância dos eventos climáticos do ano de 2005 criou uma oportunidade excepcionalmente rica para o estudo dos impactos do clima nas sociedades do país, uma vez que a ocorrência das secas no mesmo período – com uma pequena diferença de meses entre os eventos nas diferentes regiões - possibilitou a realização de estudos comparativos. Naquele contexto, as três regiões demandaram respostas da sociedade civil e dos governos locais, estaduais e federal, praticamente ao mesmo tempo. Como seria de se esperar, as

---

<sup>4</sup> “Seca na Amazônia: alguma coisa está fora da ordem”. Rota Brasil Oeste, 21/10/2005, por Oswaldo Braga de Souza e Inês Zanchetta. <http://www.brasiloeste.com.br/noticia/1654/seca>, acessado em 12/12/2009.

<sup>5</sup> “Seca na Amazônia: alguma coisa está fora da ordem”. Rota Brasil Oeste, 21/10/2005. <http://www.brasiloeste.com.br/noticia/1654/seca>, acessado em 12/12/2009.

<sup>6</sup> “Governo Federal libera mais R\$ 4 milhões para carros-pipa no Nordeste”. Secretaria Nacional de Defesa Civil, 25/10/2005. <http://www.defesacivil.gov.br/Noticias/noticia.asp?id=1309>, acessado em 12/12/2009.

sociedades civis e governos locais reagiram de formas distintas, e o governo federal posicionou-se diferentemente com relação às demandas de cada estado. Entender a natureza dessas diferenças constitui tarefa fundamental no esforço de compreensão das relações entre o clima e as sociedades no Brasil, tema de importância crescente em tempos de mudanças climáticas.

Os textos que o leitor tem em mãos agora são contribuições nessa direção. São estudos de caso produzidos a partir de pesquisa de campo em oito municípios dos três estados mencionados. Os textos refletem o caráter qualitativo da metodologia usada pela pesquisa, a investigação de campo de caráter etnográfico, onde são apresentados e discutidos detalhes ligados aos contextos sociais, culturais e políticos em que as secas ocorreram.

Todos os textos aqui reunidos foram produzidos como resultado de uma série de cursos de verão em métodos etnográficos, para estudantes de pós-graduação em ciências sociais, tendo a antropologia ambiental como eixo principal de discussões. Antes mesmo de 2005, em 2004, a primeira versão do curso foi organizada, tendo as respostas sociais às secas no Nordeste brasileiro como tema central. Estruturado nos moldes dos *summer school* comumente realizados na Europa e Estados Unidos, o curso foi realizado em Fortaleza, com o patrocínio da bolsa Landes Memorial Fund, do Instituto Comitas de Estudos Antropológicos. A Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) deu apoio logístico e forneceu a infra-estrutura necessária para a realização das atividades. O curso foi coordenado por Kenneth Broad, da Universidade de Miami, e por Renzo Taddei, na época doutorando em antropologia na Universidade de Columbia. Depois de duas semanas de discussões teóricas e metodológicas em Fortaleza, os participantes

- Zulma Amador e Fernando Briones, do México; Geórgia Melville, da Austrália; Ana Laura Gamboggi, uruguaio-brasileira; Elisângela Oliveira, do Ceará; Andrea Domanico, de São Paulo; e Adailton Ferreira, da Bahia - realizaram um período de pesquisa etnográfica de dez semanas<sup>7</sup>, sobre cultura, sociedade e meio ambiente em distintas comunidades do sertão cearense.

Em 2006, Renzo Taddei, agora bolsista de pós-doutorado na Universidade de Columbia, e Ana Laura Gamboggi, doutoranda em antropologia na Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, no México, organizaram uma segunda versão do curso, novamente em Fortaleza, na FUNCEME, com patrocínio do Landes Memorial Fund, e desta vez tendo como tema específico as secas que assolaram o Brasil no ano anterior. Mais uma vez, após duas semanas de atividades didáticas em Fortaleza, os seis participantes partiram para dez semanas de pesquisa de campo em seus destinos de pesquisa: Carlos Valpassos, do Rio de Janeiro, e Vitor Popinsky, de Portugal, para o Rio Grande do Sul; Érika Mesquita, de Campinas, para o Acre; Carolina Néri, do México, e Rita Pestana, de Portugal, para o Amazonas, e Chandra Morrison, dos Estados Unidos, para o sertão cearense.

O que o leitor tem agora em suas mãos é uma compilação dos textos produzidos pelos participantes dos workshops, devidamente revisados para a publicação em forma de capítulo de livro. Infelizmente, por razões pessoais ou profissionais, Adailton Ferreira, Andrea Domanico e Érika Mesquita não puderam preparar seus textos para a inclusão nesta coletânea.

---

<sup>7</sup> O período de pesquisa de campo foi mais curto, portanto, do que a experiência etnográfica padrão, onde se convencionou que a presença em campo estenda-se por um ano ou mais. Os períodos mais curtos e mais focados em questões específicas são o que os norte-americanos chamam de *rapid ethnographic assessment*.

Não há escassez de evidências históricas e antropológicas de que a interação entre o clima e a sociedade é cultural e socialmente mediada. Isso significa que os significados que atribuímos ao clima estão diretamente ligados à visão de mundo que temos e aos contextos políticos e econômicos em que estamos inseridos (Douglas 1986, Douglas e Wildavsky 1983). O clima é frequentemente usado como elemento que ajuda a dar sentido a disputas políticas, por exemplo. Na Grécia antiga, os gregos acreditavam que o clima frio das altas latitudes explicava o comportamento supostamente agressivo e sexualmente promíscuo dos habitantes das ilhas britânicas. A transferência do centro de hegemonia política do sul para o norte da Europa, no final do segundo milênio de nossa era, reverteu também as teorias sócio-climáticas: agora são os mediterrâneos que, do ponto de vista de certo senso comum britânico, se comportam exatamente como os gregos os descreviam, e isso se dá, ironicamente, em função do clima quente das baixas latitudes (Rayner 2009, p. 21).

É justamente o fato de que o que pensamos e sentimos sobre o clima é social e culturalmente determinado o que motivou as pesquisas aqui reunidas: entender, inicialmente no semi-árido nordestino, e posteriormente em diferentes regiões do Brasil, a forma como a percepção do clima é mediada por configurações sócio-culturais, e como as sociedades são entendidas como condicionadas, em graus variáveis, pelas condições ambientais em que estão inseridas. Os estudos focam, de forma específica, na questão das secas e o papel que estas desempenham nos imaginários locais, esquemas explicativos, configurações institucionais, rituais políticos e religiosos.

Sociologicamente falando, a seca tem o potencial para ser um *fenômeno social total*. Isso significa que ela pode impactar todas as dimensões da vida social, cultural e política das comunidades onde

ocorre, e dos grupos sociais que afeta. Justamente por ser um fenômeno tão avassalador, as possibilidades analíticas na abordagem das secas são muitas. Um recorte, desta forma, se faz necessário. Os trabalhos aqui apresentados têm alguns eixos centrais em comum, e estes podem ser divididos em três dimensões principais, que serão brevemente discutidas a seguir.

A primeira dimensão é a que poderíamos chamar de *mediação de significados*. Essa abordagem é mais comumente entendida como as formas como as *percepções* sobre a relação entre clima e sociedade se configuram<sup>8</sup>. Nesse sentido, é interessante notar que, na maior parte das vezes, os grupos sociais não têm interesse em fenômenos atmosféricos, salvo algumas exceções (como artistas, por exemplo), mas apenas nos seus impactos. Não é a falta de chuva o problema, mas o que essa falta acarreta. Uma decorrência disso é o fato de que o foco de atenção passa dos eventos que ocorrem na atmosfera, que está, metaforicamente falando, “acima” de todos nós (servindo por isso de metáfora para a união e coesão grupal, como quando se diz, por exemplo, que estão “todos sob o mesmo céu”, ou que “o sol nasce para todos”) para os eventos que ocorrem no bojo das sociedades, refletindo assim, divisões de classe, de gênero, de etnia, de geração, e quaisquer outras formas de heterogeneidade social. Quando o problema “desce” do céu à sociedade, o número de variáveis cresce consideravelmente. O meio ambiente é, desta forma, pensado através e em função dos temas e metáforas mais salientes do contexto cultural, social e político em que existe, como o exemplo dos gregos e ingleses, citado acima, ilustra.

---

<sup>8</sup> A problemática aqui tratada, no entanto, é muito mais ampla e profunda do que uma mera questão de percepção do que nos rodeia, no sentido de que os significados permeiam todas as formas de ação e comunicação humana, inclusive as que têm como função, ou resultado, dissimular ou fazer imperceptível elementos da realidade; ver Bourdieu 1996, 2002, e Silverstein 1996, 1998.

À segunda dimensão nos referimos como a questão das *escalas de ação*. Não apenas a percepção que se tem dos problemas muda em função da escala em que se opera, mas as comunidades e grupos sociais procuram, com diferentes graus de eficácia, atuar em várias escalas ao mesmo tempo. Isso pode ser ilustrado através da análise de estratégias de ação política de alguns grupos locais. Durante um período de pesquisa de campo no vale do rio Jaguaribe, sertão cearense, perguntamos a uma série de agricultores e líderes locais a respeito das preferências e opções existentes no que diz respeito às estratégias para lidar, politicamente, com crises de falta de água nas comunidades. O objetivo era, entre outras coisas, testar a legitimidade e penetração do modelo de participatividade posta em prática no estado, com foco principal nos comitês de bacia hidrográfica. Uma das questões pedia a eles que dissessem o que era mais eficaz, na luta para conseguir o que necessitavam: a promoção de reuniões participativas, como os comitês de bacias; manifestações públicas, como o bloqueio de estradas; ou o uso de métodos clientelistas, pedindo a políticos do estado de intercedessem junto ao governador, o que, inevitavelmente, cria obrigações políticas para as lideranças locais. Para nossa surpresa, ouvimos de várias fontes independentes a resposta de que a melhor estratégia é a combinação das três alternativas, mas em escalas de ação diferentes. As reuniões participativas são importantes para a criação de solidariedade e de objetivo comum dentro da comunidade, e para a organização de manifestações. As manifestações, como o fechamento das estradas, chamam a atenção da imprensa. Num terceiro momento, os políticos em Fortaleza, único canal de acesso ao governador, onde as principais decisões são centralizadas, são procurados. E é justamente a projeção anteriormente obtida na mídia que motiva os políticos a intercederem junto ao governo em favor das comunidades.

A questão se manifesta também, e mais problematicamente, na forma como a idéia de “seca” é diferentemente construída e usada em escalas de ação distintas. Já é lugar comum na literatura sobre a seca a menção de que esse fenômeno climático tem diferentes definições, mesmo nos meios técnicos (as secas podem ser pluviométricas, hidrológicas, “verdes” ou agrícolas, além das definições mais sociológicas, como mencionam Fernando Briones e Carolina Néri em seus capítulos, neste volume). Além disso, e de forma mais pragmática, usos específicos do conceito de seca implicam conceituações muitas vezes conflitantes entre as diversas escalas de ação social. Chandra Morrison, neste volume, mostra que políticas públicas como o Seguro Safra, cujo objetivo é proteger pequenos agricultores dos impactos econômicos da seca, definem critérios para a seca que são mediados pela espacialidade da unidade política que é o município, o que inevitavelmente prejudica certo número de agricultores. Para que os agricultores recebam o dinheiro do seguro, é preciso que se constatem perdas agrícolas de pelo menos 50% em seu município. O perfil dos agricultores de um município, no entanto, pode ser bastante heterogêneo. Desta forma, um agricultor só é atendido pelo programa se as perdas agrícolas atingirem a maioria dos produtores de seu município. Um agricultor fortemente atingido pela seca, num município fracamente atingido, fica assim excluído do programa de proteção. Em resumo, a lógica da relação política entre governos federal e estadual e municípios, onde este último é considerado menor unidade política indivisível, media a forma como o conceito de seca e seus impactos é construída através da política pública<sup>9</sup>. O mesmo problema se manifesta em algumas ações da defesa civil, como o

---

<sup>9</sup> O governo Lula parece vir mudando esta forma de tratamento da população local, especialmente no que se refere a programas de renda e saúde, onde a escala de ação desce à unidade doméstica. Tal novidade, no entanto, ainda não chegou a programas como o Seguro Safra.

reconhecimento da declaração municipal de situação de emergência. Não há, no sistema brasileiro de defesas civis, nenhum tipo de emergência ou calamidade distrital ou comunitária oficialmente reconhecida. A unidade mínima com reconhecimento oficial continua sendo o município. Qualquer realidade que não se enquadre nessa configuração jurídico-burocrática torna-se invisível, e, portanto, inexistente, para governos, e, como decorrência em cadeia desse fato, para a mídia e para a opinião pública<sup>10</sup>.

Como se pode ver, nem todas as incertezas associadas às secas são provenientes da natureza. Algumas são incertezas resultantes das configurações institucionais humanas e sua pouca adequação às demandas da relação entre sociedades e meio ambiente. De qualquer forma, e qualquer que seja a fonte, religião e política parecem ser as duas esferas preferenciais da ação humana para lidar com a incerteza. Por essa razão, as secas sempre foram fenômenos políticos e religiosos, justamente pelo fato de que, de todos os fenômenos climáticos, elas talvez sejam o mais ambíguo e de mais difícil categorização. É extremamente difícil dizer quando uma seca se iniciou exatamente, ou quando ela deixou de existir, como nos lembra Carolina Néri em seu capítulo. Isso se dá em parte porque a seca é caracterizada por uma ausência (de chuva), mais do que por uma presença, como é o caso de outros fenômenos meteorológicos. Por essa razão, poder-se-ia dizer que a seca, mais do que um evento em si, é um conceito abstrato que media a relação entre populações, estruturas de poder, a esfera do sagrado, e a própria natureza.

---

<sup>10</sup> Em algumas situações, essa condição de invisibilidade pode ser revertida através da ação de movimentos sociais, sindicatos, e da capacidade de algumas comunidades de se comunicar diretamente com a mídia. No entanto, o peso da definição oficial a respeito da seca e seus impactos ainda é bastante dominante, de forma geral.

E, finalmente, a terceira dimensão é a que trata de questões *histórico-institucionais*. Os significados atribuídos aos conceitos de seca e meio ambiente, e a compreensão de como estes se relacionam com as relações econômicas, configurações institucionais e identidades regionais mudam ao longo do tempo. Há formas de vulnerabilidade sócio-econômica que advém exclusivamente da falta de sincronia entre os paradigmas econômicos vigentes e a base institucional de proteção social montada em outras épocas.

Há exemplos de cada uma dessas dimensões em quase todos os capítulos desse livro. Em primeiro lugar, a análise comparativa dos resultados gerais das pesquisas aqui publicadas mostra que cada uma das regiões do Brasil afetadas pelas secas de 2005 percebe os impactos do clima em função da forma como se entendem na e frente à nação brasileira. De maneira geral, as respostas sociais ocorreram em função dos diferentes níveis de articulação regional com as estruturas governamentais do país. Esta articulação existe de forma muito frágil no caso da Amazônia, onde as distâncias são grandes, os poderes públicos federais são ausentes para a maioria da população rural e da floresta, os níveis de pobreza são altos, e os grupos humanos estão brutalmente expostos às variações do ecossistema. Assim, a pesquisa de campo conduzida por Rita Pestana e Carolina Néri no Amazonas (este volume), e por Érika Mesquita no Acre, não apontou evidência de que as comunidades locais transferissem ao governo federal qualquer responsabilidade pelo infortúnio que os acometeu em 2005, diferentemente do que foi observado nas outras duas regiões estudadas. A ausência do poder público é, de certa forma, tida como fato, como elemento da realidade, e desta forma ele não é sequer evocado nas narrativas locais sobre as causas e efeitos das secas. É por essa razão, por exemplo, que discussões teóricas a respeito das estratégias de adaptação das populações ribeirinhas ao ecossistema

amazônico tratam das transformações dos conhecimentos indígenas e europeus, como Rita Pestana discute em seu capítulo, sem mencionar a interferência de políticas públicas, o que não raro se sobrepõe ao conhecimento tradicional, algumas vezes condenando-o ao desaparecimento. A questão das políticas públicas não é mencionada pela razão óbvia de que, para parte significativa da população amazônica, essas políticas públicas de proteção social frente à variabilidade climática simplesmente não existem na maior parte do tempo.

Adicionalmente, vários informantes afirmaram que as reações da mídia foram, em suas opiniões, exageradas e fora de contexto, dado o fato de que as secas na região não são extraordinárias, como sugeriu a imprensa, e que as cheias são mais frequentes e percebidas como mais destrutivas do que as secas. Não é surpresa que a grande mídia nacional use como referência os padrões de entendimento do ambiente característicos da população urbana de classe média da região sudeste. Desta forma, e como se vê na cobertura midiática de fenômenos atmosféricos extremos em todo o país, a mídia parece ter dificuldade em captar as sutilezas das experiências ambientais locais, quando essas sutilezas transcendem os estereótipos sociais e ambientais com os quais o grande jornalismo trabalha.

Não se deve, no entanto, subestimar a complexidade do trabalho da mídia no atual contexto climático. A população tem grande dificuldade em atribuir sentido a eventos climáticos extremos, em parte devido a modelos culturais que representam a sociedade como existindo “fora” da natureza, como se os centros urbanos não fossem, eles mesmos, ecossistemas. Desta forma, a mídia tem a difícil tarefa de produzir narrativas explicativas a respeito do que pouca gente (se

alguém) entende de fato. A idéia de mudança climática entra nesse panorama como atendendo a essa necessidade de explicação: o aquecimento global, muito pouco entendido, passa a servir de explicação a tudo o que não se entende no âmbito do tempo (no sentido atmosférico). De certa forma, fazemos de forma sistemática o que Levi-Strauss sugeriu que se evitasse, ao dizer que o que é rebelde à explicação não é próprio, como tal, para servir de explicação (1963). Talvez a única resposta possível aqui seja dizer que, frente à constatação de que há incertezas intransponíveis, só nos resta mesmo o recurso da *bricolagem*, ou seja, o uso criativo das nossas pequenas certezas provisórias.

Ainda assim, voltando à Amazônia, muitos dos mesmos informantes na região mencionaram as dificuldades de transporte para a comercialização da produção local durante a seca, além das interrupções no fornecimento de água e eletricidade, a poluição da água e seu mau cheiro, o cancelamento de festividades municipais, e a necessidade de intervenção federal de socorro. Aqui há duas coisas que podem explicar a aparente contradição nas opiniões colhidas: a primeira diferencia a população das sedes municipais e a população rural e da floresta, estas últimas efetivamente sofrendo mais intensa e dramaticamente os efeitos da estiagem, justamente em razão do seu afastamento da infra-estrutura urbana e de seus fluxos econômicos e processos políticos. A segunda é o fato de que, para algumas comunidades mais pobres, a variação dos padrões de vida entre o momento da seca e os demais períodos pode não ser tão marcada como supôs a mídia. Em certo sentido, para algumas comunidades, carências e dificuldades parecem ser a norma, e não a exceção.

E, por fim, há que se mencionar que, ainda que o município de Anamá, onde foi realizada a pesquisa de campo que originou dois

capítulos deste livro, tenha sido afetado dramaticamente pela seca de 2005, os registros da Coordenadoria Nacional de Defesa Civil mostram que outras regiões da Amazônia foram ainda mais fortemente impactadas. Desta forma, é preciso ter o cuidado de se ressaltar que os resultados da pesquisa iluminam várias questões importantes da forma como as sociedades locais vivem a experiência da seca, mas não podem ser usados como caracterização geral de como *todas* as comunidades da região sofreram com a seca em 2005.

A situação no Nordeste brasileiro é bastante distinta do que se observa na Amazônia. As sociedades nordestinas estão bastante mais integradas na economia e na política nacionais. Além disso, o Nordeste tem uma densidade demográfica muito superior à da Amazônia, fazendo com que as dimensões do sofrimento humano sejam estatisticamente maiores em períodos de seca. Mas, mais do que isso, o Nordeste criou para si e para o Brasil uma identidade regional profundamente atrelada à questão climática. Na opinião de Albuquerque Júnior (1999), o discurso sobre a seca e seus efeitos catastróficos foi usado pelas elites nordestinas, desde pelo menos a época do Império, no intuito de conseguir recursos do governo federal. Para esse autor, ao longo da história,

A seca passa a ser a temática central de uma série de discursos de grupos e instituições sociais que vão se cruzando e enformando um “discurso da seca”, feixe de imagens, enunciados e significados que a tornam uma seca particular, uma seca que só o Norte e depois o Nordeste terão. Esses vários discursos se preocupam em definir a singularidade dessa seca, suas causas e em propor soluções que venham sempre ao encontro das aspirações momentâneas de suas elites. Se, no final do século XIX, as elites no Norte reivindicavam estradas-

de-ferro, estão são apresentadas como solução para a seca; se querem estradas de rodagem, estas se tornam solução para a seca; se hoje as elites do Nordeste querem a instalação de Zonas de Exportação, elas são também apresentadas como solução para a seca (1995, p. 119).

O Nordeste vive, assim, uma identidade regional profundamente marcada pela ocorrência cíclica das secas, o que se manifesta, entre outras coisas, em suas estruturas políticas e em suas instituições. Em 2009, o Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas, DNOCS, comemorou o seu centenário, o que demonstra que há pelo menos um século existem políticas públicas oficiais, no âmbito federal, direcionadas aos efeitos da estiagem. O DNOCS é um dos únicos órgãos públicos federais cuja sede nunca esteve na capital federal, mas em Fortaleza, a única capital nordestina encravada no semi-árido.

Outra instituição presente na história sócio-ambiental do semi-árido, mais antiga do que o DNOCS (e, sem dúvida, um dos fatores que levou à sua criação), são as invasões de centros urbanos por grupos de pessoas famintas, vindas da zona rural. Obviamente estamos usando aqui a palavra *instituição* no sentido de prática social institucionalizada, ou seja, socialmente reconhecida. No livro *A Multidão e a História*, Frederico de Castro Neves nos conta como as invasões ocorrem sistematicamente em todas as principais secas do século 20, desde pelo menos a chamada Grande Seca de 1877-1879, na qual Fortaleza, então com não mais de 20 mil habitantes, foi invadida por uma multidão de mais de 110 mil flagelados (Neves, 2000; Villa, 2000). E essa prática social é, ao longo do século 20, paulatinamente absorvida pelas estruturas sociais e políticas locais: por um lado, as elites políticas e comerciais municipais organizavam-se previamente, sob liderança dos grupos de senhoras católicas, coletando alimentos

junto ao comércio e organizando a recepção dos flagelados, de modo que a distribuição de alimentos evitasse que a invasão resultasse em saques e situações violentas. Por outro, a recorrência das invasões pressionou as estruturas políticas no sentido da criação de políticas públicas outras que não apenas a construção de açudes, por parte do DNOCS. Surgem assim as famigeradas “frentes de trabalho”, em que os governos municipais solicitavam verbas públicas dos governos estaduais e federais, e criavam obras de infra-estrutura locais de modo a ocupar e remunerar a população flagelada. As secas movimentam um maquinário político que bombeia recursos financeiros dos centros de poder para as localidades. Tais recursos foram usados, historicamente, de acordo com as idéias e valores de cada época sobre sociedade, raça, meio ambiente e política, resultando frequentemente no que foi posteriormente denominado *indústria das secas*.

Em 2005, apesar do vice-governador do Ceará ter declarado nos jornais, no dia 11 de março, que os saques eram coisa do passado<sup>11</sup>, uma série de invasões seria noticiada pela imprensa. No dia 28 de março, a sede municipal de Granjeiro foi invadida por agricultores que declararam estar passando fome<sup>12</sup>. No dia 25 de abril, a sede municipal do município de Madalena foi invadida, e o edifício da prefeitura ocupado. Os agricultores exigiam frentes de serviço e cestas básicas<sup>13</sup>. Ainda naquele dia, o mesmo ocorria em Acopiara<sup>14</sup>. A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará alertou então o governo a respeito do aumento da fome no interior, prevenindo novas invasões. No dia 28 de abril, cerca de 100 agricultores invadiram a sede municipal de Tauá, e montaram acampamento em

---

<sup>11</sup> “Evoluindo no convívio com as secas”, O Povo, 11/03/2005.

<sup>12</sup> “Em busca de trabalho e alimento”, Diário do Nordeste, 26/04/2005.

<sup>13</sup> “Protesto”, Diário do Nordeste, 26/04/2005.

<sup>14</sup> “100 agricultores invadem Tauá em busca de comida”, O Povo, 28/04/2005.

frente a um depósito de merenda escolar. Foram logo atendidos pela prefeita, com cestas-básicas em dinheiro para as famílias e comida para os acampados<sup>15</sup>. No dia 13 de maio, o depósito de merenda escolar do município de Quixelô foi arrombado e saqueado. Era a terceira vez que o município era ocupado por agricultores em duas semanas. Três dias depois, era a vez da sede municipal de Canindé ser invadida. 400 agricultores acamparam em frente ao prédio da prefeitura. Depois de dois dias, o número de acampados passava de mil. O acampamento se manteve por doze dias, quando cestas básicas foram distribuídas. Dois meses mais tarde, em 4 de julho, dois mil agricultores voltaram a acampar em frente à prefeitura de Canindé. Houve confronto com a polícia, alguns agricultores se feriram<sup>16</sup>. No dia 8 de julho, os agricultores interrompem o trânsito na BR-020<sup>17</sup>. Mais cestas básicas foram distribuídas. As invasões não pararam em Canindé. Em 8 de julho, haviam acampamentos em frente às prefeituras de Canindé, Caridade, Paramoti, Itatiara, Choró, Madalena, Quixadá e Quixeramobim<sup>18</sup>. Em setembro, 500 agricultores ocuparam a prefeitura do Crato<sup>19</sup>.

O capítulo de Chandra Morrison, neste volume, discute o contexto econômico e social em que se deram as manifestações de Canindé naquele ano. Como as invasões ilustram, e os demais capítulos deste livro que tratam sobre o Ceará revelam, fatores antigos ainda existem na problemática das respostas sociais às secas na região, mas, ao mesmo tempo, as sociedades locais continuam o trabalho de re-elaboração do discurso sobre as relações entre as secas e a identidade

---

<sup>15</sup> “Agricultores acampam em frente a depósito de merenda escolar”, *Diário do Nordeste*, 28 de abril de 2005.

<sup>16</sup> “Tensão marca 3º dia do acampamento em Canindé”, *O Povo*, 07/07/2005.

<sup>17</sup> “Agricultores interditam tráfego na BR-020”, *Diário do Nordeste*, 09/07/2005.

<sup>18</sup> “Reunião define movimento em Canindé”, *Diário do Nordeste*, 08/07/2005.

<sup>19</sup> “Agricultores que ocuparam a prefeitura retornam ao campo”, *Diário do Nordeste*, 28/09/2005.

regional. Todas as variáveis continuam ali, mas, invariavelmente sob novos termos, com outras definições, e atendendo a projetos político-econômicos distintos.

Em nenhum lugar esses discursos, e suas transformações estratégicas, são mais explícitos do que nos museus. No capítulo de Zulma Amador, Geórgia Melville e Ana Laura Gamboggi, as autoras mostram como museus são lugares privilegiados em que ideologias sócio-ambientais ganham suporte material e articulam-se com outros feixes de significados, na construção de narrativas coerentes sobre as sociedades locais e sua história. Esse processo, no entanto, raramente constitui manifestação de amplos consensos ideológicos regionais, mas, ao contrário, é alvo de embates locais acirrados. O capítulo analisa quatro museus no estado que fazem referência ao mundo rural e suas relações com o meio ambiente, cada qual adotando posturas estéticas e políticas distintas, em parte devido aos grupos sociais e/ou ideologias que representam. O capítulo mostra como o discurso da seca e suas relações com a cultura e economia local, desta forma, são muito mais heterogêneos do que supõe o senso comum.

Os capítulos de Elisângela Oliveira e Fernando Briones tratam do descompasso entre os modelos macroeconômicos vigentes e a base institucional de proteção social montada em épocas anteriores, como elemento de vulnerabilização de produtores rurais. Os dois casos discutem os perímetros públicos de irrigação no sertão cearense, estruturas de produção agrícola montadas pelo governo federal durante o período da ditadura, baseadas em uma administração tecnocrática e centralizadora, e com altos níveis de subsídio. Depois de três décadas de funcionamento, o que ocorre no presente momento é uma reversão ideológica drástica com relação aos princípios sobre os quais a agricultura familiar deve existir em tais projetos: postula-se

a necessidade da auto-sustentabilidade, e por conta disso o governo federal resolveu retirar-se da administração dos perímetros, transferir os lotes de terras para os colonos, e suspender grande parte dos subsídios que mantinham os projetos funcionando. Como resultado, os projetos vivem um processo rápido de sucateamento, como exemplifica o perímetro de Icó-Lima Campos, na região centro-sul do Ceará. Nesse perímetro, dois terços da área produtiva deixou de funcionar por falta de conservação dos canais de irrigação e das bombas que distribuíam a água. Concomitantemente ao colapso na estrutura produtiva dos perímetros construídos na década de 1970, há o risco iminente de que estes passem por um processo de favelização. Segundo Fernando Briones (este volume), o que se vê, mais do que um processo histórico de redução de vulnerabilidade frente às variações climáticas, é a *territorialização dos riscos*, isto é, a distribuição dos riscos, de forma desigual, entre as distintas camadas e grupos sociais, em função da capacidade de cada um de articular-se com os centros de poder e adaptar-se às mudanças sociais e econômicas de cada momento – o que pode aumentar, ao invés de diminuir, a vulnerabilidade de alguns setores da população, ao longo do tempo.

E, por fim, o Estado do Rio Grande do Sul articula-se política e economicamente com a nação brasileira de modo marcadamente distinto do que caracteriza as realizadas amazônicas e nordestinas. O estado é a quarta economia do país, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Seu PIB per capita é 25% superior à média nacional. O estado é o terceiro maior produtor de soja no país, sendo que o Brasil é o maior produtor mundial do grão. Para que se tenha idéia da diferença de escala entre as agriculturas cearense e gaúcha, basta citar o fato de que, enquanto a produção total de grãos no Ceará foi de 632 mil toneladas em 2004 e 1,3 milhões em 2005, o Rio Grande do Sul produziu, apenas de soja, 5,5 milhões de toneladas em 2004, e 2,5

milhões em 2005. O estado é ainda o maior produtor nacional de arroz, com uma produção de 6,3 milhões de toneladas em 2004 e 6,1 em 2005<sup>20</sup>.

Desta forma, não é surpreendente que uma seca que coloca quase todas as cidades do estado em situação de emergência, num estado onde o agronegócio tem participação econômica e política considerável, resulte em ações mais rápidas e efetivas por parte do governo federal – o que, naturalmente, gerou protestos por parte de políticos nordestinos<sup>21</sup>. Enquanto a maioria dos agricultores do nordeste, depois de uma longa seqüência de invasões e conflitos, como mencionado acima, receberam cestas básicas e o pagamento de 550 reais referente ao Seguro Safra, a maioria dos produtores do Sul havia adquirido um seguro mais completo, chamado Proagro Mais, que indeniza o pequeno produtor em até 1800 reais. Ambos os seguros estão disponíveis nos dois estados, e a escolha preferencial do Seguro Safra no Ceará e do Proagro Mais no Rio Grande do Sul denota a diferença de perfil entre os agricultores dos dois estados. Além disso, o governo federal lançou, em março de 2005, um grande pacote de medidas emergenciais, com a liberação de recursos da ordem de 400 milhões de reais, na mesma semana em que o presidente Lula visitou áreas afetadas pela seca no Rio Grande do Sul. Neste contexto, a bancada do Nordeste na Câmara dos Deputados, que reunia em 2005 151 deputados, acusou o governo de privilegiar a região Sul. Nas palavras do deputado B. Sá (PPS-PI), “O Sul vive dois meses de falta de água e o governo já correu e mandou negociar as dívidas dos produtores e injetar recursos. O Nordeste, onde a cada dez anos, oito são de chuva ou de seca intensa, não é atendido com a mesma agilidade”<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/default.asp>. Acessado em 17/12/2009.

<sup>21</sup> “Bancada nordestina cobra tratamento dado ao Sul”, *Diário do Nordeste*, 15/03/2005.

<sup>22</sup> *Ibid.*

Em seus capítulos, Carlos Valpassos e Vitor Popinsky analisam as respostas às secas de 2005 em duas regiões diferentes do estado. Carlos Valpassos apresenta o setor arroseiro de Restinga Seca, na região central do estado, e descreve como os problemas ambientais locais foram apropriados e interpretados através da ótica das questões econômicas e políticas. Tensões relativas às políticas agrícolas nacionais – em especial no que se refere à importação de arroz dos demais países do Mercosul e os impactos dessa ação nos preços de mercado - transformaram a questão climática em enfrentamentos de contornos políticos e econômicos. O setor produtor local representa-se, em seu discurso, mais vulnerável a políticas agrícolas do governo do que a variações climáticas, ainda que ambas as coisas estejam profundamente interligadas. Esse é um elemento importante na compreensão de como os discursos são estruturados regionalmente no país: o meio ambiente funciona menos como fator causal e como metáfora no Sul do Brasil do que no Nordeste e no Norte, e isso, em nossa opinião, é reflexo das formas diferentes de inserção de cada estado nos processos políticos e econômicos do país. De certa forma, quanto maior a presença de uma natureza forte e condicionante no discurso regional, menos espaço há para que a sociedade local se represente como agente ativo, empreendedor e arrojado, e vice versa; ainda que essas construções possam variar de forma estratégica, como quando os governos locais nordestinos se apresentam como vulneráveis e fracos ao governo federal e ao Banco Mundial, e, ao mesmo tempo, como seguros e promissores a investidores estrangeiros (Taddei, 2005).

Um detalhe interessante é que, conferindo uma estranha simetria espacial às ações políticas ligadas às secas em 2005 no país, em Restinga Seca os produtores rurais organizaram uma manifestação pública e “invadiram” a sede municipal, numa longa parada de tratores, como conta Valpassos.

Vitor Popinsky descreve, em seu capítulo, a agricultura familiar no município de Antônio Prado, na região das Serras Gaúchas. Ainda que aqui a atividade agrícola do município seja outra – uva e vinho, milho e frutas -, mais uma vez fatores sociais e econômicos mediaram a percepção do evento climático. Os impactos foram heterogêneos, resultando em percepções heterogêneas. Ao mesmo tempo em que a produção de vinho foi beneficiada pela estiagem, a produção de milho e o serviço urbano de distribuição de água foram negativamente afetados. Na agricultura familiar, a diversificação de culturas e a existência de crédito reduziram, na percepção dos produtores, o grau de vulnerabilidade da sociedade local às variações climáticas. Ao final, Popinsky demonstra como sequer há na cidade uma idéia unânime a respeito da ocorrência da seca em 2005.

Por fim, os capítulos demonstram que, justamente em razão da percepção do clima ser mediada por relações sociais e econômicas, é inevitável que idéias climáticas estejam profundamente imbricadas com elementos étnicos e da imaginação geográfica nacional. O fato de as secas terem ocorrido ao mesmo tempo, em 2005, favoreceu isso. É por essa razão que informantes do Sul e do Nordeste, ao falarem sobre o clima, mencionam-se mutuamente, não para dizer algo sobre a natureza, mas sobre as representações que tem das diferenças sociais. É assim que, por exemplo, o prefeito de Restinga Seca diz a Carlos Valpassos que “essa situação [a seca] é coisa que só se ouvia falar no Nordeste”, evidenciando a imagem estigmatizada do Nordeste na imaginação geográfica nacional. Ou, em tons mais explicitamente discriminatórios, os informantes de Vitor Popinsky, ao afirmarem que os italianos que colonizaram a região destacavam-se por sua capacidade e disposição ao trabalho, sugerem que, se tivessem ido ao Nordeste brasileiro, essa região seria mais rica e desenvolvida do que é atualmente. Já em Canindé, no Ceará, Chandra Morrison ouviu

opiniões que reproduzem uma antiga narrativa nordestina, na qual o semi-árido demanda braveza e coragem (Taddei e Gamboggi 2009), sugerindo a falta de tais qualidades na população do Sul, quando afirmavam: “E aquela seca no Rio Grande do Sul... [Eles] passam seis meses sem chuva, e é um problema horrível. Seis meses sem chuva aqui é nosso verão normal!” É nesse panorama que, como nos conta Chandra, moradores de Canindé mencionaram o programa de Bolsa Estiagem, disponibilizado pelo governo federal aos produtores do Sul do país, como mais um exemplo de discriminação contra o Nordeste e os nordestinos. Talvez um dos elementos mais interessantes nessa questão é o fato de que não houve qualquer referência à região amazônica, onde a seca produzia, naquele momento, impactos espetaculares, com cobertura de mídia muito maior, inclusive da mídia internacional<sup>23</sup>.

\* \* \*

Os organizadores e autores agradecem a Lambros Comitas pelo apoio e incentivo a este projeto, como a muitos outros realizados anteriormente. Zulma Amador participou da coordenação do workshop de 2006, e a ela coube a tarefa de supervisão de campo das atividades de pesquisa, um desafio proporcional às dimensões continentais do Brasil.

O contexto acadêmico em que os cursos de verão foram realizados foi paulatinamente construído, ao longo de quase uma década de pesquisas no Ceará, com apoio e financiamento, no Brasil, do CNPq, FAPESP, FUNCAP, e Banco do Nordeste; no México, do Departamento de Antropologia da Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa; e nos Estados Unidos, da Wenner-Gren

---

<sup>23</sup> E.g. “Record Drought Cripples Life Along the Amazon”, The New York Times, 11/12/2005.

Foundation, International Research Institute for Climate and Society (IRI), Center for Research on Environmental Decisions da Universidade de Colúmbia (CRED), National Science Foundation (NSF), Tinker Foundation, e National Oceanographic and Atmospheric Administration (NOAA).

Em Fortaleza, gostaríamos de agradecer a Francisco de Assis de Souza Filho e Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins, presidentes consecutivos da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. Além dos respectivos presidentes, agradecemos a toda a equipe de funcionários da instituição, em especial Valéria Alencar e Maria do Socorro Cardoso Damasceno. Sem a ajuda providencial desta última, este livro não existiria. Agradecemos, finalmente, ao Banco do Nordeste, que financiou a publicação desta obra.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 15, nº 28, 1995, pp. 111-120.

\_\_\_\_\_. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. *Municípios em Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública*. Brasília: CNM, 2009.

DOUGLAS, Mary. *How Institutions Think*. Syracuse: Syracuse University Press, 1986.

- DOUGLAS, Mary e WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*. Los Angeles: University of California Press, 1983.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Totemism*. Boston: Bacon Press, 1963.
- NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- RAYNER, Steve. Weather and climate in everyday life: social science perspectives. In Jankovic, Vladimir e Barboza, Christina (eds.), *Weather, Local Knowledge and Everyday Life: Issues in Integrated Climate Studies*. Rio de Janeiro: MAST, 2009.
- SILVERSTEIN, Michael. Indexical Order and the Dialectics of Sociolinguistic Life. *Symposium about Language and Society – Austin III*, p. 266-295, 1996.
- \_\_\_\_\_. The Uses and Utility of Ideology: A Commentary. In Schieffelin, Bambi B., Kathryn A. Woolard, and Paul V. Kroskrity (eds.), *Language Ideologies: Practice and Theory*. New York: Oxford University Press, 1998.
- TADDEI, Renzo. Os usos da lei e a vida social da legislação hídrica. Notas e reflexões sobre o caso do Ceará. *Teoria e Pesquisa*, Universidade Federal de São Carlos, No. 45, Ago.-Dez. 2004.
- \_\_\_\_\_. *Of Clouds and Streams, Prophets and Profits: The Political Semiotics of Climate and Water in the Brazilian Northeast*. Tese de doutorado, Graduate School of Arts and Sciences, Columbia University, 2005.
- \_\_\_\_\_. Watered-Down Democratization: modernization versus social participation in water management in Northeast Brazil. *Agriculture and Human Values*, DOI 10.1007/s 10460-010-9259-9, Feb 2010.

TADDEI, Renzo e GAMBOGGI, Ana Laura. Gender and the Semiotics of Political Visibility in the Brazilian Northeast. *Social Semiotics*. Vol. 19, No. 2, June 2009, pp. 149-164.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e Morte no Sertão*. São Paulo: Ática / Instituto Teotônio Vilela, 2000.



# A seca de 2005 em Anamã

## Percepção e sazonalidade no Baixo Solimões

**Rita Pestana**

Este artigo é sobre o significado da seca de 2005 para os habitantes da Municipalidade de Anamã no Estado do Amazonas, partindo de uma problematização da percepção do ambiente nesta região e das formas como as pessoas lidam com efeitos da seca, pensando sempre nela por oposição a situações de inundação. Tal abordagem deve muito a uma reformulação das perspectivas adaptacionistas no estudo da percepção do ambiente com abordagens que privilegiam modelos mais complexos de relacionamento e enquadramento da vida social na questão ambiental.<sup>1</sup>

Na década de 1970 a abordagem das questões ambientais nas ciências sociais seguia principalmente visões adaptacionistas como a de

---

<sup>1</sup> Este artigo foi escrito durante meu doutorado na Antropologia Social e Cultural, no Instituto de Ciências Sociais na Universidade de Lisboa, com bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal. A discussão teórica se beneficiou do trabalho feito durante o mestrado em Antropologia Social (incluindo Estudos Ameríndios) na Universidade de St. Andrews.

Agradeço a Dra. Heloísa Corrêa, que abriu, de maneira tão gentil, muitas portas em Manaus e tornou minha estadia nesta muito prazerosa; e a Dr. Adolfo de Oliveira, por nos ter apresentado. A todos que contribuíram com esta pesquisa, seja em Manaus ou na municipalidade de Anamã, pelo seu tempo e pela paciência. A todos os presentes no workshop, especialmente a Carolina Neri, minha parceira de trabalho de campo, pela sua paciência e companheirismo. A Dra. Susana Matos Viegas, por todo o apoio, aconselhamento e críticas construtivas.

Moran, segundo a qual os ribeirinhos “atuam meramente como parte de uma estrutura de constrangimentos externos [econômicos, ecológicos e políticos] às quais a vida deve responder” (citado em HARRIS, 2000, p. 213, tradução nossa). Moran considera o 'caboclo' - habitante rural não indígena da Amazônia - "o sistema humano adaptativo [a micro condições ecológicas e econômicas] mais importante encontrado na [Amazônia brasileira]" (MORAN, 1974, p. 136). O 'caboclo', visto como um 'sistema cultural', é o resultado de um processo histórico complexo e o produto de condições externas. Quando mudanças são trazidas ao seu modo de vida pelo exterior, este "tem geralmente conseguido ou ignorar ou absorver estes factores exteriores para o seu domínio" (MORAN, 1974, p. 44, tradução nossa). Moran segue autores como Meggers e Evans (1954) que, nos anos 50 desenvolveram abordagens adaptacionistas para os povos indígenas das Américas.

Uma das orientações teóricas mais recentes segue visões fenomenológicas da 'experiência vivida', considerando o indivíduo como um ser auto-constituído e tornado real no seu entrelaçamento histórico com os outros e com o ambiente. De acordo com esta perspectiva, os habitantes da várzea amazônica continuamente acompanham as oscilações do ambiente (através da percepção da subida e descida do rio, dos ventos e das chuvas, do comportamento de peixes e animais, etc), ajustando os seus próprios movimentos a estas oscilações (HARRIS 2000, p. 126). Por outras palavras, a vida na várzea “é regulada por uma série de ritmos produzidos pelo envolvimento [contínuo] das pessoas com o ambiente” (HARRIS 2000, p. 125, tradução nossa). O ritmo e a periodicidade são intrínsecos a eles enquanto seres-no-mundo (HARRIS, 2000, p. 139-40). É através da 'experiência vivida' que “as pessoas se situam [e se constituem] no mundo, ao mesmo tempo que objetivam a sua vivência histórica” e fazem sentido do mundo (VIEGAS, 2003, p. 53).

Harris (2005) vai ainda mais longe ao desafiar a visão de que os conhecimentos práticos e as 'capacidades' (skills) dos pescadores das várzeas amazônicas foram herdados dos ameríndios e portugueses.<sup>2</sup> Ele propõe, numa perspectiva fenomenológica e histórica, que tais 'capacidades' e conhecimentos práticos são resultado de uma reinvenção contínua, de geração para geração. Um reinvenção feita, no ritmo imposto pela sazonalidade e pelos mercados econômicos, pelos indivíduos e que envolve a sua criatividade, improvisação e imitação. Em outras palavras, “traços de ações ou gestos do passado são incorporados (ativa ou passivamente) em *skills*, à medida que estas são imitadas e recompostas” (HARRIS, 2005, p. 216, tradução nossa). Nesta perspectiva, as capacidades são inscritas na *taskscape* (conjunto de capacidades), e não na *landscape* (paisagem), pois esta última é continuamente destruída pelas variações sazonais, havendo pouca, ou nenhuma, continuidade de uma estação para outra. A continuidade é encontrada na prática. Nesta perspectiva, a *taskscape* está para trabalho, assim como a paisagem está para terra (INGOLD, 2000, p. 195). A paisagem é a “impressão acumulada da *taskscape* no ambiente; é a '*taskscape* tornada visível” (HARRIS, 2005, p. 198, ênfase adicionada, vírgulas invertidas no original).

No entanto, a paisagem da bacia amazônica costuma ser classificada na literatura em dois tipos. Há os ambientes ribeirinhos, extensas áreas de baixadas que rodeiam o rio principal e os seus tributários, sendo também chamados, por este motivo, de 'planícies aluviais', e os 'planaltos interfluviais' ou 'terra-firme' (cf. LATHRAP, 1973).<sup>3</sup> As

---

<sup>2</sup> Harris (2005, p. 199) define 'capacidade' como o “ajustar de movimentos entre pessoa, tecnologia e material”, que reside nos atos e emerge na coordenação dos movimentos corporais.

<sup>3</sup> No entanto, nas últimas décadas, diferentes autores têm criticado a sobregeneralização da classificação da bacia amazônica em somente dois grandes tipos de paisagem, defendendo que a “Amazônia é uma região muito diversa” (MORAN, 1995, p. 72). De facto, mais do que uma centena de diferentes sistemas de paisagem têm sido reconhecidos na 'floresta amazônica' (AMBIENTE BRASIL, 2000).

várzeas são as planícies inundáveis localizadas ao longo dos rios de águas claras, tal como o Amazonas, o Trombetas e o Solimões (CHERNELA, 1989, p. 239).<sup>4</sup> Já a terra-firme refere-se aos planaltos nunca inundados pela água e considerados inférteis (PACE, 1998, p. 35–39; LIMA-AYRES, 1992, p. 177). As 'planícies aluviais' ocupam cerca de 2% da bacia amazônica; enquanto que a 'terra-firme' cerca de 98% (MORAN, 1995, p. 71–83; VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 183).

Os 'ambientes ribeirinhos', secos durante o verão, ficam inundados durante a época das chuvas, devido ao aumento da pluviosidade na bacia amazônica. Os rios podem subir até 15 metros, modificando as paisagens de várzea “drasticamente de estação para estação” (HARRIS, 2000, p. 63). Sedimentação e erosão ocorrem simultaneamente. Tipicamente, a estação das enchentes ocorre entre janeiro e julho, e a estação da vazante, entre agosto e dezembro (LIMA-AYRES, 1992, p. 20).<sup>5</sup> Estas não coincidem exatamente com a época chuvosa (ou inverno) e a época seca (ou verão) (HARRIS, 2000, p.135; PACE, 1998, p. 32–35). Quando nos aproximamos da foz do rio Amazonas, a influência das inundações sazonais diminui, à medida que aumenta a influência das marés oceânicas (PEREIRA, 2007).

Seguindo essas abordagens e uma experiência de campo restrita, mas muito dirigida às diversas percepções do que foi o fenômeno climático da seca em 2005, o argumento que apresento neste artigo permite-nos

---

<sup>4</sup> Aqui optamos por designar rio Solimões à seção do Alto Rio Amazonas que flui da fronteira entre o Brasil e o Peru até à sua confluência com o rio Negro próximo de Manaus. Os solos aluviais das várzeas são férteis, principalmente porque os rios de águas claras carregam dos Andes sedimentos ricos em nutrientes (CHERNELA, 1989, p. 46 e 239–242; MORAN, 1995, p. 71 e 75).

<sup>5</sup> Os habitantes da municipalidade de Anamá denominam inverno, o qual dura aproximadamente de dezembro/janeiro até junho, como a estação chuvosa, “quando está frio”, e o verão, a estação seca, “quando está quente”, esta durando aproximadamente de julho até dezembro. Além do mais, eles distinguem quatro estações, de acordo com a altura da água nos lagos e nos canais: a seca ou vazante; a subida da água, a enchente ou cheia, e a descida da água.

entender esse fenômeno menos como uma catástrofe resultante de efeitos climáticos globais e mais como uma complexa teia de entendimentos do processo ambiental num pêndulo oscilante de relações fortemente percebidas a partir da sazonalidade e dos fluxos do rio.

Importa lembrar que não existe uma definição consensual de seca nas ciências naturais e sociais. Enquanto em alguns campos de estudo uma seca ocorre, numa dada região, devido à deficiência de precipitação num período extenso de tempo, em outros ocorre não só quando o nível de água na atmosfera é baixo como também quando há deficiências no abastecimento de água na superfície e no subsolo, e ainda em outros somente acontece quando os níveis baixos de água levam a consequências na agricultura e a consequências sócio-econômicas (FERREIRA, 2005, p. 361). Para além disso, as características de uma seca podem variar significativamente de região para região. Numa das minhas primeiras abordagens ao assunto, ao conversar com um dos especialistas sobre as variações climáticas na Amazônia, geógrafo de uma universidade de Manaus, José Lima de Carvalho, este assegurou-nos que o que aconteceu em 2005 na Amazônia foi que o nível da água nos rios estava muito abaixo da média, enquanto que a água na atmosfera estava somente um pouco abaixo dos seus níveis típicos (informação verbal). De acordo com a Administração do Porto de Manaus em 2005 ocorreu a sétima maior vazante em Manaus, no rio Negro, desde 1903, tendo a terceira maior ocorrido em 1997. Não existe consenso na comunidade científica sobre se esta descida do nível da água consistiu numa seca. Porém, em 2005, a mídia na Amazônia, no Brasil e mesmo no mundo, entre o fim de setembro e o meio de novembro, estava repleta de títulos tais como: “Amazonas, o Grande Sertão”, “Alerta Vermelho”, “Seca, Fome e Isolamento”. Sessenta e uma das sessenta e duas municipalidades do Estado do Amazonas decretaram “estado de calamidade pública”, incluindo a municipalidade

de Anamã, localizado no Baixo Rio Solimões, numa área de sistema de lagos sujeita a inundações sazonais.

Este artigo foi baseado essencialmente nos testemunhos dos habitantes da cidade de Anamã e do Lago Anamã<sup>6</sup> na resposta às seguintes questões: O que aconteceu na cidade e no lago durante a seca de 2005? O que os habitantes da cidade e os do Lago pensam e falam sobre isso? Foi a maior seca que experienciaram? Em que ela foi diferente? O trabalho de campo foi realizado entre junho e agosto de 2006 na cidade de Anamã.<sup>7</sup> A participação em eventos locais, assim como entrevistas formais e informais, foram conduzidas na cidade de Anamã e no Lago, no contexto da vida cotidiana, seguindo o método de pesquisa da observação participante (cf. ELLEN, 1984; DAVIES, 1999). Complementamos também este método qualitativo com um questionário entregue aos professores da cidade para que o respondessem. No total, mais de 25 pessoas foram entrevistadas, incluindo especialistas, autoridades locais e estatais, líderes de associações locais e de organizações não governamentais, visitantes e habitantes da cidade de Anamã e do Lago.

## O SIGNIFICADO DE UMA SECA

Para avaliar o significado da seca para os habitantes da municipalidade de Anamã e, em particular, para os que vivem na cidade, é importante considerar, em primeiro lugar, as diferentes

---

<sup>6</sup> Aqui optamos por utilizar a expressão cidade de Anamã quando nos referimos à cidade propriamente dita, o termo lago quando nos referimos ao Lago Anamã e o termo municipalidade de Anamã quando nos referimos à municipalidade como um todo, que inclui a cidade e a região do lago.

<sup>7</sup> O trabalho de campo foi feito, na sua maior parte, em parceria com a geógrafa Carolina Neri. Ficamos hospedadas na cidade, na maior parte do tempo em hotéis locais e nossas refeições eram em restaurantes locais. Mais tarde, visitamos algumas comunidades rurais da municipalidade, especialmente Arixí e Mato Grosso, “comunidades de terra-firme do Lago Anamã”. Utilizamos o termo comunidade porque é o termo usado localmente para se referir a esses assentamentos rurais.

formas sob as quais a água é importante para a vida das pessoas que vivem neste ambiente, não se limitando a ser apenas um recurso básico à sobrevivência humana ou à agricultura, mas estando também relacionada com as histórias de vida das mesmas, com o transporte na região e, como resultado, com o fornecimento de energia, conduzida através dos lagos e rios.

Populações de outras regiões da Amazônia, em particular as do alto Purús, dirigem-se à municipalidade de Anamá em “busca de água”, a qual lhes permite desenvolver atividades econômicas diferentes (e mais lucrativas), tais como a pesca e a produção de malva. A população rural dirige-se à cidade ou, de preferência, a cidades maiores, como Manaus. Ao mesmo tempo que muita gente das zonas rurais da região se muda para a região urbana de Anamá à procura de educação escolar, muitos dos que ali vivem mudam-se para outras regiões urbanas – como no caso dos idosos que procuram locais com melhor acessibilidade. Assim, Anamá, tal como muitas outras pequenas cidades na Amazônia, é um lugar de passagem.

Até maio de 2006, os habitantes do Lago e de Anamá dependiam integralmente das rotas fluviais para transporte e comércio. Diariamente, barcos regionais – os recreios – viajam entre Manaus, Anamá e outras pequenas cidades, transportando pessoas e mercadorias. Enquanto os excedentes dos produtos agrícolas e extrativistas e o peixe são vendidos em Manaus e em outras cidades como Anori ou Manacapuru, outros produtos alimentícios, manufacturados e derivados do petróleo são trazidos para abastecer os mais de 100 estabelecimentos comerciais (incluindo três hotéis e três restaurantes, padarias, mercearias, bares e discotecas, farmácias, lojas de equipamentos, lojas de roupa, entre outras), serviços (tais como médicos e educacionais), a praticamente inexistente indústria local (constituída por quatro serarrias e uma marcenaria), e a central

elétrica e o sistema de bombeamento e distribuição de água, ambos movidos a diesel, que fornecem a cidade com eletricidade e água.<sup>8</sup> O abastecimento de produtos às comunidades do Lago é também feito por barco. Apenas algumas destas possuem escolas, poços de água e geradores de electricidade a diesel. Antes da abertura da estrada que liga Mato Grosso à cidade de Anori, em maio de 2006, os habitantes do Lago, para venderem as suas produções e adquirirem outros produtos ou para irem ao médico, por exemplo, tinham que viajar por via fluvial para chegar a Anamá ou qualquer outra cidade nos arredores, normalmente utilizando pequenos barcos (“rabetas”) ou canoas.

Apesar das principais atividades econômicas da municipalidade serem a pesca e a agricultura, há uma falta constante tanto de peixe como de produtos agrícolas frescos em Anamá. Existem diversas razões dadas pelos agricultores e pescadores para explicar este fato. Em primeiro lugar, alguns deles encontram-se já comprometidos a venderem a sua produção ou pesca a um determinado comerciante. Estes comerciantes dão adiantado ao pescador material de pesca e bens manufaturados, com o acordo de que os pescadores venderão os peixes exclusivamente para eles. Segundo, outros preferem vender, a melhores preços, nos mercados de outras cidades (até mesmo em Manaus, a 13 horas de distância de recreio), em vez de dispenderem tempo e energia a tentarem vender diretamente ao consumidor no Mercado do Produtor de Anamá, ou “pegar num carrinho de mão e vender pelos bairros”. No Mercado do Produtor, o produtor tem de vender os seus produtos diretamente ao consumidor, dado que “nunca ninguém se preocupou em ser feirante”. Adicionalmente,

---

<sup>8</sup> A municipalidade exporta produtos agrícolas tais como a mandioca, o milho, o melão, o maracujá, o cupuaçu, a manga, a papaia, a banana, o abacate, o açaí, o limão, a juta e a malva, e produtos de extrativismo, como a castanha do Pará e madeira. A água em Anamá é também trazida de um poço através de uma bomba e mantida em um reservatório de 100 metros cúbicos.

alguns dos pescadores preferem vender a sua pescaria ao 'frigorífico'. 'Frigorífico' é o nome dado a um grande e flutuante armazém frio, localizado no Paraná em frente à cidade, o qual compra e armazena peixe (a maioria espécies sem escamas), de forma a exportá-lo posteriormente para o Sul do Brasil e para países como a Colômbia ou o Chile<sup>9</sup>. Por último, existe uma variação sazonal da produção, e os equipamentos de armazenamento para produtos como peixe e vegetais são inexistentes em Anamã. Se um pescador não vende imediatamente a sua produção, em 12-24 horas, precisa de efetuar uma despesa adicional comprando gelo. Assim, embora Anamã se encontre no centro da comunicação e da administração política da municipalidade, não podemos dizer que seja o centro comercial da região. Tal parece ser uma situação comum neste tipo de pequenas cidades ao longo do rio Amazonas<sup>10</sup>.

Na cidade a maioria das casas são de madeira, algumas flutuantes. Somente os edifícios públicos são feitos de alvenaria. No Lago, a maioria das comunidades encontram-se em terra-firme; a maioria das casas são feitas de madeira, com ou sem palafitas, e existem muitas casas flutuantes. Em ambos os casos, as casas localizam-se nas margens dos cursos de água e dos lagos. Cada casa é constituída por um casal com filhos solteiros ou por um homem ou mulher idosos com filhos solteiros e um ou dois dos seus filhos casados e netos. No interior da cidade, quando esta não se encontra inundada, as pessoas deslocam-se de bicicleta ou a pé. Existem apenas algumas motorizadas, e os carros que se encontram na cidade pertencem à prefeitura, às forças policiais ou ao hospital.

---

<sup>9</sup> O Paraná é o canal que liga o Lago Anamã ao Rio Solimões.

<sup>10</sup> Charles Wagley ([1977]1988), também observou o mesmo em Gurupá – uma pequena municipalidade do baixo Amazonas quem em 1940 tinha 500 habitantes. Wagley sublinhou que nessa época Gurupá sofria, periodicamente, de déficit em alimentos, uma vez que a produção era dirigida para a procura externa e as necessidades básicas da população negligenciadas.

## PERCEPÇÃO, SAZONALIDADE E AMBIENTE

Nesta seção especificarei os diferentes sentimentos e atitudes dos habitantes da cidade e do Lago Anamã em relação às quatro estações relacionadas com a altura da água. Na cidade de Anamã, a subida e descida da água, as inundações e as secas, têm diferentes consequências para quem vive na cidade ou no Lago (ou para quem viveu no Lago durante muitos anos), e são diferentes também dependendo das atividades da população (se é pesca, agricultura sazonal ou simplesmente estudar). Assim, diferentes pessoas (jovens, idosos, empregados ou pescadores) têm diferentes sentimentos em relação a cada estação. Por volta de novembro/dezembro, o nível da água no Solimões começa a subir, e a “água clara” começa a entrar no Lago Anamã através do Paraná. A água sobe aproximadamente até junho/julho, criando, no pico da inundação, uma extensão de dois quilômetros. Enquanto o nível de água do Solimões baixa, aproximadamente em junho/julho, a “água preta” do Lago começa a fluir pelo Paraná em direção ao Solimões. Geralmente, o nível de água no Paraná e no Lago atinge o nível mínimo por volta de outubro. Numa seca grande, o Lago pode ser reduzido a um canal de 30 a 50 metros de largura. A água é substituída por um campo de lama e de capim.

Nos anos em que há inundação na cidade, o lixo, que normalmente é recolhido e depositado por um caminhão diariamente numa lixeira a céu aberto no centro da cidade, espalha-se em toda a parte na água. O Sr. Q, professor na cidade de Anamã, que se mudou do rio Purús para a área rural de Anamã com um ano de idade, enfatizou que, na cidade, “quando enche, o lixo vai todo para a água”, contaminando-a. De fato, é reconhecido pelas autoridades locais e pelos habitantes de Anamã que os piores problemas da cidade são o lixo e os esgotos pois, tal como mencionou o Secretário Municipal do Ambiente e Produção, a

cidade está localizada na várzea – num local “onde se escava meio metro e se encontra água”. Por outro lado, “a cidade cresceu, o lixo cresceu e os esgotos também”. O lixo é incinerado na lixeira a céu aberto, e os esgotos são lançados num pequeno curso de água (um igarapé), perto da cidade, na falta de melhor escolha.

O velho cemitério, localizado na margem Sul do Paraná, do lado oposto à cidade, é também sujeito a cheias, o que levou à construção de um novo cemitério mais acima do Paraná, numa área de terra-firme. As pessoas movem-se em canoas ou, se não as tiverem, dentro de água. Para as crianças, jovens e recém chegados, é um período de felicidade. A Sra. F., que vive em Anamã há 14 anos, disse-nos que a primeira vez que viu a cidade toda debaixo de água “era alegria, porque eu estava há pouco tempo aqui, porque eu era solteira e gostava de pular na água, e aquela coisa toda, diversão, né?” Para outros, é tempo de tristeza, dado que as casas de palafitas que foram atingidas pela água necessitam de ser reconstruídas.

“Tudo pára”: as escolas fecham, ou porque estão inundadas ou porque os alunos não têm meio de chegar até elas, dado que viajar na água torna-se perigoso, uma vez que “a água corre muito”, e as festividades são canceladas ou adiadas.<sup>11</sup> A vida social é deixada em suspenso e espacialmente limitada. Alguns dos que possuem família e casas noutras cidades mudam-se temporariamente para lá.

À medida que a água desce, a cidade enche-se de lama e lixo. Tudo necessita de ser limpo e as casas precisam ser pintadas. Uma professora de 44 anos, “filha do Lago”, que vive na cidade de Anamã,

---

<sup>11</sup> Por exemplo, em 2006 todas as escolas da cidade foram fechadas por 20 dias em junho. A “Semana do Meio Ambiente”, uma atividade que congrega estudantes de toda a municipalidade no início de junho, foi cancelada e substituída por uma atividade de um dia em 21 de junho, envolvendo apenas as escolas da cidade; e a Festa Junina aconteceu em julho.

relatou, quando questionada sobre a seca de 2005, que a descida da água “isso sim, dá uma tristeza”. Os campeonatos de futebol, o concurso de Miss Anamã, as festividades (tais como as festividades em honra de São João – Festa Junina –, a Festa de São Francisco de Assis – padroeiro da cidade – de 24 de setembro a 4 de outubro, e a Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – padroeira de Arixi – de 22 a 23 de Julho), o Festiman, um concurso regional de música, entre outras festividades ao ar livre, ocorrem todas após a descida das águas. Os jovens recomeçam a ensaiar as danças tradicionais – a “Dança Portuguesa” e a Ciranda – e o *Street dancing* para atuarem nas festividades da região. Os que foram para outras cidades retornam. As pessoas não estão mais confinadas às suas casas.

Para as pessoas que vivem no Lago, uma grande cheia está associada à destruição. As plantações, especialmente as da várzea, são destruídas pela água: mandioca, banana, maracujá, etc. O ribeirão tem que aguardar pela próxima seca, para começar tudo de novo. De forma semelhante, os moradores do quilombo do rio Trombetas, no baixo Amazonas, consideram o Inverno, com as suas cheias e “águas fortes”, um período de destruição potencial.<sup>12</sup> No entanto, ao mesmo tempo, é também a cheia para o ribeirão, que torna a várzea boa: “fica boa quando alaga, né, dá plantio”, tal como disse a Sra. H, de 60 anos, que viveu nesta zona rural durante a maior parte da sua vida. Para além disso, uma cheia grande também traz abundância de peixe. Tal como disse a Sra. I, de 65 anos de idade que viveu em Mato Grosso até 1982 e se mudou para a cidade com os seus filhos depois de ficar viúva, “para botá-los para estudar”, “com a cheia fica farto: aparece muito peixe”. De fato, de acordo com o Sr. J, o presidente da associação de

---

<sup>12</sup> Eles reconhecem o inverno como o período das enchentes dos rios e o verão como período das águas baixas dos rios, assim como da floresta alongada (ACEVEDO MARIN e CASTRO, 1998; 2004).

pescadores de Anamã, “existem lagos aos quais nem o homem nem o peixe têm acesso, mas quando uma grande cheia ocorre os peixes adultos desses lagos vão para o rio grande [o Solimões]”. Para além disso, é durante a estação das cheias que os cardumes de alevinos da maioria das espécies de peixe migram para o Lago.<sup>13</sup>

Diferentemente da cheia, uma grande seca, para os habitantes do Lago, pode estar associada com 'dificuldade' na produção agrícola, a qual acaba por ser abandonada porque o transporte para as áreas produtivas é inviável. De fato, se a seca for grande, o transporte de pessoas e mercadorias entre o Lago, a cidade e o Solimões torna-se difícil, uma vez que os barcos maiores não podem se movimentar. Mas como mencionou a Sra. I “torna-se difícil, mas não é o suficiente para passar fome ou necessidades – só se forem preguiçosos para trabalhar”. As plantações e os animais destinados à reprodução permanecem na terra. Os animais vagueiam livremente.

Há ainda outros sentimentos relacionados às cheias e às secas. Primeiro, ambos os habitantes da cidade e do Lago mencionaram que cada cheia é diferente, tal como cada seca. Para além disso, eles disseram que é mais frequente ocorrer uma grande cheia do que uma grande seca. De acordo com eles, há uma grande cheia a cada dois ou três anos. As estações não seguem um calendário formal. A água não começa a subir ou descer no Paraná todos os anos no mesmo dia, nem o nível da água no Lago Anamã é o mesmo em todas as cheias ou secas. Todos os anos o ritmo das estações se altera, tal como a paisagem. Como tem sido sublinhado por vários antropólogos a propósito da percepção do ambiente para os

---

<sup>13</sup> Entre novembro e março os cardumes da maior parte das espécies de peixe deixam os igapós e lagos e nadam rio acima, para o Rio Solimões, para desovar. Cerca de 15 dias depois, os cardumes dos jovens peixes entram nos lagos. Mas note que espécies diferentes de peixe têm ciclos de reprodução e comportamentos diferentes, não estando ao mesmo tempo na mesma área.

ribeirinhos na Amazônia, também entre a população de Anamã há uma “constante redefinição e mudança” da paisagem – os ritmos espaciais e temporais da várzea variam (PESTANA, 2006, p. 42, HARRIS 2000, p. 129, LIMA-AYRES 1992, p.20 e 165).

## O QUE ACONTECEU NA SECA DE 2005?

Em 2005 toneladas de alimentos e medicamentos foram distribuídos (a maioria por via aérea) no seguimento da declaração de calamidade pública na região. Em outubro, essa distribuição dirigiu-se às comunidades isoladas, incluindo algumas das comunidades do Lago Anamã, numa operação de auxílio de emergência com o nome “SOS Interior”. Esta operação envolveu o Governo Federal, o Governo do Estado do Amazonas, a Defesa Civil Estadual do Amazonas, o Comando Militar da Amazônia, a Força Aérea Brasileira e as municipalidades. No caso de Anamã, a Prefeitura e o grupo do programa de compensação “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Gasoduto Coari-Manaus”<sup>14</sup> contribuíram com informação que auxiliou o plano de distribuição de alimentos e acompanharam a ação no local. Também em outubro, uma Organização não Governamental – *World Vision* – que se encontra presente na cidade e em cinco comunidades da municipalidade (Arixi no Lago, e cinco outras comunidades nas margens do rio Solimões), trabalhando em áreas como educação e saúde, criaram um plano de emergência, e também distribuíram cestas básicas, filtros de água e hipoclorito para purificar a água, às famílias que participaram no seu “Projeto Crianças do Amazonas”.

---

<sup>14</sup> Este programa pretende minimizar os impactos sociais e ambientais da construção do gasoduto, que fornecerá Manaus com gás natural dos depósitos do rio Urucu.

Segundo foi relatado por várias pessoas nesse período, em nenhum lugar da municipalidade de Anamã era possível encontrar um jornal ou revista para venda. Apenas quando alguém viajava e trazia algum de uma cidade como Manacapuru ou Manaus, podia-se encontrar um jornal numa das salas de professores das escolas da cidade. Para além disso, apenas se podia acessar a internet através de um único computador, numa das escolas, o qual era maioritariamente utilizado por pessoas de fora e outros visitantes. Há uma estação de rádio em Anamã, dita comunitária, mas que é privada, e não alcança todas as comunidades da municipalidade. A rádio transmite sobretudo música, intercalada por breves períodos de informação local. Estas são constituídas maioritariamente por mensagens pessoais e recados, mensagens religiosas, informação e anúncios sobre eventos locais e programas governamentais. Por exemplo, é habitual ouvir: “Vá já ao Mercado do Produtor, o Sr. T. tem cinco lindos curimatãs para vender – não perca esta oportunidade”. Como me disse o administrador do rádio, o rádio desempenhou um importante papel durante a seca de 2005, como “veículo de comunicação [para] informar no Lago do Anamã, para se prepararem para receber o rancho”. Segundo ele, a rádio desempenha também um papel importante durante as cheias, por exemplo, informando os empregados do Estado e da Prefeitura (que vivem na cidade e no Lago), quando e onde podem receber os seus salários se a câmara municipal se encontrar inundada. Em suma, a rádio Associação C. A. D. Anamã FM na verdade funciona como um veículo de comunicação entre as pessoas da municipalidade e não como fonte de notícias (locais ou outras) ou como meio de discussão de assuntos regionais.

Em 2005, não foi através da rádio que as notícias sobre a cheia foram divulgadas às pessoas da municipalidade de Anamã, e sim através de meios de comunicação conectados a uma escala diferente de eventos:

os nacionais e internacionais. A maioria dos habitantes da cidade – e alguns do Lago – puderam seguir as notícias transmitidas na televisão sobre a seca na Amazônia, uma vez que muitas casas possuem antena parabólica, captando, assim, vários canais nacionais de televisão (figura 1). Assim, muitos habitantes de Anamã e do Lago passaram a perceber e representar a seca também através de um ponto de vista alarmista, nacional e internacional, de um mundo à beira do colapso – no seguimento do discurso dos mídia sobre a ameaça da Amazônia, entendida como o “pulmão do mundo,” ao enfrentar uma seca grave. Sob esse ponto de vista, a seca de 2005 foi associada ao aquecimento global, e vista como uma consequência trágica da desflorestação da floresta Amazônica e da emissão de gases de estufa. Como afirmou um investigador da Greenpeace: “este cenário atual [a seca de 2005],



Figura 1 – Uma casa típica de palafitas da municipalidade de Anamã, com a sua própria antena parabólica de televisão (Fotografia por Rita Pestana, julho de 2006).

trágico e surpreendente talvez seja um pequeno indicador de que maneira a Amazônia é suscetível às mudanças globais no caso do desmatamento manter as taxas atuais e no caso das emissões de CO<sub>2</sub> continuarem ao ritmo em que estão” (GREENPEACE, 2005).<sup>15</sup>

De fato, em julho de 2005, a água deixou de subir no Paraná, e a água preta começou a fluir em direção ao rio Solimões. No fim de agosto, os primeiros cardumes de mapará [*Hypophthalmus edentatus*], mortos, flutuavam pelo Paraná em direção ao rio principal. No princípio de outubro era impossível viajar no Paraná e no Lago sem uma máscara, uma vez que o mau cheiro era insuportável. A água já não fluía e aqueceu. Todas as espécies de peixe podiam ser encontradas mortas flutuando no rio, formando uma camada juntamente com o lixo. O peixe e o lixo se acumularam debaixo e à volta das casas flutuantes. O Sr. J., que vive numa casa flutuante na cidade, quando questionado sobre o peixe morto disse “Não quero nem pensar – para almoçar, para dormir, (...) quando morre fica debaixo do flutuante, se deteriorando. Qualquer lugar morre. O cheiro fica em toda a parte, igual a cheiro de matadouro de gado”. Durante o mês de outubro os peixes continuaram a morrer. Os habitantes da municipalidade dizem que o peixe que tentou nadar para o Solimões morreu “com a poluição da água, a água muito forte”. Os seus corpos demoraram duas a três semanas a se decompor, formando um óleo, poluindo ainda mais a água. Uma vez que a água não fluía, não havia forma de os jogar no Solimões.

O canal do Paraná tinha um metro de profundidade, o que não permitia aos recreios navegarem (figura 2). Estes paravam no Solimões, perto da foz do Paraná, e mercadorias e pessoas eram cobradas para serem transportadas em embarcações a motor menores para a cidade. As balsas, que transportam combustíveis, também não

---

<sup>15</sup> Depoimento de Arnaldo Carneiro do Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia.

conseguiam alcançar a cidade, o que restringiu o abastecimento de combustíveis. Uma vez que tanto a central elétrica como o sistema de bombeamento e distribuição de água da cidade são alimentados a diesel, o abastecimento de eletricidade e água foi racionado e em algumas alturas mesmo interrompido na cidade de Anamã durante o pico da seca. Dado que a central elétrica possui fases diferentes, a solução encontrada foi abastecer com eletricidade parte da cidade algumas horas por dia, enquanto o resto da cidade não era abastecida, e depois trocar. Tal como sublinhou o Sr. Q, na cidade, “na seca ficamos praticamente sem água, sem luz também, por causa que as balsas não conseguiam entrar para trazer o diesel”.

O Lago passou a ter entre 30 a 50 metros de largura, e 2 a 3 metros de profundidade, e se tornou grande campo de lama e capim. Os lagos menores conectados ao Lago Anamã, que geralmente servem como reservas de peixe do Lago durante uma seca, ressecaram. Em alguns lugares nem mesmo os barcos a motor conseguiam passar, apenas



Figura 2 – O Paraná em frente à cidade em Julho de 2006, 35 dias depois da água ter parado de subir. Em outubro de 2005 o canal tinha somente alguns metros de largura.

Só pequenos barcos e canoas conseguiam navegar (Fotografia por Rita Pestana, julho de 2006).

canoas. Uma jornada que levaria normalmente duas horas no Lago podia durar uma tarde inteira. Os motores batiam constantemente nos peixes mortos e no fundo do canal, e frequentemente as pessoas precisavam pular na lama para empurrar os barcos. Como diz a Sra. I.:

E de remar a gente fica com raiva, dá vontade de chorar de raiva. Aí vai numa canoa e não sabe mais para que cantos aparece mais o canal. Cantos não tem. Aí você olha, só vê água e não vai, encalha a canoa, e você cai dentro de água para ir puxando. Dá muita raiva. Tá sujeito a arraia ferrar porque tem muita, né?

Embora na cidade os preços das mercadorias não tivesse aumentado, no Lago subiram, devido à dificuldade de transporte entre a cidade e o Lago. Nas comunidades do Lago dotadas de geradores elétricos e bombas de água movidas a combustível, houve interrupções em seu funcionamento normal, devido à falta do mesmo.

Aqueles que não têm acesso a um poço, uma 'cacimba' ou 'olho de água',<sup>16</sup> precisam ou de caminhar longas distâncias para chegar a um desses, ou de utilizar água do Lago ou do rio Paraná para tomar banho, beber, e cozinhar. Como a Sra. L., que vive perto da foz do Lago Anamã, disse “tomamos banho onde a água tem peixes morto, mas é mais limpa, porque a lama assenta, como é parado, mas a podridão é a mesma”. A Sra. L. obtém água para beber de um olho de água, a uma distância de um quilômetro de sua casa.

A Sra. R., de Mato Grosso, disse que o maior problema durante a seca na comunidade onde ela vive não era a água, já que eles possuem um poço, mas a dificuldade de transporte. O Lago havia

---

<sup>16</sup> O termo 'cacimba' descreve um buraco cavado no chão a fim de alcançar uma nascente de água, isto é, alcançar um 'olho de água'. Eles estão a vários metros de profundidade e têm um diâmetro de aproximadamente um metro. Os poços possuem, em geral, de 50 a 60 metros de profundidade, com um diâmetro menor, e a água é bombada através de combustível.

secado, deixando um canal, mas este era difícil de alcançar, porque estava rodeado por um campo de lama. A maior parte das pessoas em Mato Grosso vive da pesca, da extração de madeira e da plantação de mandioca, os quais eles levavam, de barco, naquela época, para vender em Anori. Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, morador de Arixí, o maior problema era também a dificuldade de transporte, uma vez que “não havia meio de escoar os produtos da roça, que se estragaram na roça”.

De acordo com um pescador do lago Anamã, “a água poluída [do Paraná e do Lago, durante a seca de 2005] trouxe alguns problemas para a saúde – atingiu principalmente a população ribeirinha, porque tem que beber dessa água”. Mas, como mencionado pela Sra. F., assim como a água fica poluída em uma seca, “quando a água seca, fica mais barrento, o peixe apodrece e poluí ainda mais a água, causando doenças”, uma enchente também gera doenças ao “causar poluição – a água enche, chega à lixeira e joga o lixo dentro da água e contamina tudo”. Casos de diarreia e hepatite, especialmente em crianças que moram na várzea, ocorrem durante tanto as enchentes como as secas, mas são mais comuns quando a água sobe do que quando ela baixa. No entanto, apesar deste cenário, de acordo com a Secretária Executiva Municipal da Saúde, e, para funcionários do Centro de Saúde e do hospital da cidade, não houve epidemias nem surtos de doenças incomuns na municipalidade durante a seca de 2005. Houve alguns casos de diarreia, e alguns de malária, mas estes últimos foram atribuídos ao desmatamento para a construção do gasoduto entre Caori e Manaus.

Além do mais, na seca de 2005, a produção agrícola no Lago foi deixada nos campos e a madeira não pôde ser extraída, uma vez que as pessoas não podiam transportar sua produção para vender. Consequentemente, as pessoas não tinham dinheiro para comprar mercadorias. Alguns moradores da cidade e do Lago, que tinham família ou casas em outras

idades, mudaram-se para lá temporariamente, o que normalmente acontece mais frequentemente no caso de enchentes.

Na cidade, as festividades ou as aulas não foram canceladas, embora houvesse menos pessoas durante a Festividade de São Francisco de Assis. Nas comunidades, algumas festividades ou aulas foram canceladas ou adiadas. À parte disto, a vida na cidade e no Lago continuou normalmente. Como era difícil navegar nos lagos, os pescadores foram pescar no Solimões. Aparentemente, não houve consequências da seca a longo prazo: em agosto de 2006 houve, novamente, abundância de peixe no lago Anamã, “apesar da seca ter massacrado bastante”, como mencionou Sr. J.; e ainda que as colheitas tenham sido deixadas nos campos, a seca de 2005 não afetou o ciclo de plantação que se seguiu, uma vez que “o plantio não é adiado por a terra estar seca”.

Os habitantes da municipalidade usam referências físicas diferentes para considerar se uma seca é grande ou não. Não há um consenso se a seca de 2005 foi a maior ocorrida na municipalidade. Por exemplo, um rapaz de 22 anos mencionou que a seca de 2005 não foi a maior que ocorreu na área porque “algumas praias do Solimões que apareceram em outras secas não apareceram em 2005”. Alguns mencionam o recreio chamado Evalisa, abastecido a madeira que, no início do século XX, naufragou no meio do Paraná, quando atingiu um toco, e seus restos aparecem na superfície se uma seca é grande – os restos do Evalisa apareceram em 2005. Outros falam do capim que cresce nos campos que vem à tona no Lago com indicador de uma “seca grande, forte” e outros ainda se referem à alta mortalidade de peixe como indicador de que a seca de 2005 foi a maior que eles se lembravam. Porém, Sr. J. menciona que a quantidade de peixes que morrem em uma seca hoje em dia é “muito menos que a quantidade que costumava morrer 30 anos

atrás, quando eu era um menino e não havia comercialização de peixe na área (...) nessa época a mortandade era todo ano”.

Em suma, enquanto que alguns simplesmente dizem que “a seca de 2005 foi a maior seca” de que eles se lembram, outros, como Sra. I., dizem “eu já vivi muitas e muitas dessas secas”. Em um lugar onde a paisagem se modifica continuamente, cada seca é simplesmente diferente da outra. Quando interrogados sobre as consequências da seca de 2005, os habitantes da cidade, a maior parte dos quais tendo vivido em áreas urbanas durante sua vida adulta, em geral dizem “para nós aqui ninguém sentiu muito, mas quem mora aí para dentro [no Lago] ...”. No entanto, quando perguntados, os moradores ou “filhos do Lago” responderiam algo como “fica difícil, porque fica dificultoso para a gente estar andando, mas que não dá para passar fome e necessidade não dá – só se tiver preguiça de trabalhar”. Esta visão pode ser interpretada, de fato, tendo em mente a flexibilidade e a espontaneidade dos habitantes da municipalidade. Estes articulam várias atividades econômicas (tais como ter um negócio, pescar, coletar açaí, castanha do Pará ou madeira, ou plantar sazonalmente malva ou juta, mandioca, melão ou milho), mudando-as de um ano para outro. Para os Paruarús, ribeirinhos e habitantes da Costa do Parú na várzea do Baixo Amazonas, estudados por Harris (2000), a vida econômica é informal, irregular, espontânea e variada, regada por preferências e ânimos, no sentido de que eles podem fazer como e quando quiserem porque são donos do próprio trabalho. Assim como as estações, as atividades não seguem um calendário formal (PESTANA, 2006, p. 41). Não se pode passar fome se há chance de mudar de atividade. Se não for possível vender a colheita, pode-se, por exemplo, pescar para a própria subsistência. Em suma, as pessoas da cidade acreditam que uma grande seca no Lago é tão perturbadora quanto uma grande enchente na cidade.

A respeito das nossas insistentes perguntas sobre os problemas da seca de outubro de 2005 o Sr. P., um morador, pescador e “filho do Lago” disse-nos o seguinte: “A seca para nós vai ser legal, o ruim vai ser é quando levantar o pasto, o capim soltar, que nós não vai ter como navegar no rio [no Paraná] (...). Mesmo pegando ou não pegando os peixe eles vão morrer sempre, (...) [vai haver] muita mais [mortalidade de peixe] depois que o pasto subir”. O Sr. J. explicou, em julho de 2006, que quando começa a chover e a água começa a subir as coisas se complicam: “quando ele [o Lago] fica do jeito que ficou em 2005, ainda complica mais ainda lá, porque com a chuva, represa algumas vezes lá para a cabeceira e aí joga muita terra e vai cavando o canal”. Há mais mortalidade de peixe, à medida que a água fria entra no Lago, e os peixes “vão, digamos assim, entrando num choque térmico”.

Habitantes da área rural ou urbana de Anamã, quando questionados sobre a seca de 2005, acabam sempre por a relativizar, quando comparada às enchentes e seus efeitos na região. Como disse a Sra I, “mas uma enchente, uma cheia grande maltrata muito mais do que uma seca grande”. Quando a água sobe no Lago, o capim cresce. Quando atinge a altura de 2 a 3 metros, este se solta formando o 'pasto', que são bolas flutuantes de capim, podendo atingir um diâmetro de 1 metro, e que são muito perigosas para navegação.

Em suma, para os habitantes desta região uma seca (e portanto também a de 2005) é entendida como parte integrante de um ritmo contínuo de sazonalidade. Por isso não podemos entender a seca sem entendermos a enchente e o aumento ou a diminuição do nível da água. Como nos avisou o Sr. Q., “sempre tem dois lados – a seca e a enchente”.

## CONCLUSÃO

O fato de que as pessoas se recordam e acentuam mais as consequências de uma grande enchente do que aquelas de uma seca deve ser considerado de perspectivas diferentes, embora entrelaçadas. Em primeiro lugar, argumentei que isto não é consequência do fato de que as enchentes ocorrem de forma mais frequente, tampouco de que os ribeirinhos estão mais ou menos preparados ou adaptados para uma grande enchente do que para uma grande seca, porque não é uma questão de adaptação. Tanto o meio ambiente, e em particular, o rio, quanto os habitantes da planície aluvial são elementos ativos e vivos na constituição das vida dos últimos, como já dito. A sazonalidade em si “está constituída pelos movimentos de pessoas e da estrutura rítmica de suas atividades, as quais têm ressonância nas e respondem às mudanças periódicas no ambiente da planícies aluvial” (HARRIS, 2005, p. 202, tradução nossa). Além do mais, os ribeirinhos são agentes ativos capazes de modificar significativamente o ambiente a seu redor, como confirma o Sr. J., ao relacionar o aumento da pesca nos últimos trinta anos à diminuição da quantidade de peixes que morrem durante uma seca.

Em segundo lugar, deve-se notar que quando em 2006 perguntamos às pessoas sobre um evento que acontecera há quase um ano antes, estávamos lidando com narrativas de memória, produzindo discursos que necessariamente relativizam e principalmente colocam em contexto o fenômeno, fazendo comparações de longo prazo. As pessoas, assim, fazem contrastes que os levam a subestimar esta seca quando comparada com grandes “catástrofes” (algumas vezes as enchentes) no passado. Foi na sequência dessa visão mais abrangente contextualizada pela memória que as pessoas responderam que sentiam que as reações dos mídia sobre a seca de 2005 foram muito

fortes ou fora de contexto. O fato de que eles viveram as notícias da seca através do jornalismo “alarmista” pode ter depreciado a reação ao evento: a “catástrofe” parece menor comparada ao modo como foi difundida na TV. A seca mostrada na TV – “o fim da Amazônia” – não aconteceu. No entanto, a seca de 2005 teve muitas consequências na municipalidade de Anamá. Destas destaco as dificuldades de transporte de comercialização da produção local, os rompimentos de fornecimento de água e eletricidade, a poluição da água e seu cheiro intolerável, o cancelamento ou o baixo fluxo de pessoas nas festividades municipais, e mesmo a efetiva necessidade de intervenção federal e governamental de socorro.

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa; CASTRO, Edna M. R. *Negros dos Trombetas: Guardiães de Matas e Rios*. Belém: Editora Cejup, 1998.
- \_\_\_\_\_. Black Peoples of the Trombetas River: Peasantry and Ethnicity in the Brazilian Amazon. In NUGENT, S.; HARRIS, M. (Eds). *Some Other Amazonians: Perspectives on Modern Amazonia*. Londres: Institute for the Study of the Americas, 2004. p.37–56.
- AMBIENTE BRASIL. Floresta Amazônica. *Ambiente Brasil*, 2000. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./natural/index.html&conteudo=./natural/biomas/amazonia.html>>. Acesso em: 19 nov. 2005.
- BALÉE, William. The Culture of Amazonian Forests. *Advances in Economic Botany*, v. 7, p. 1–21, 1989.
- BALÉE, William; GÉLY, Anne. Managed Forest Succession in Amazonia: The Ka'apor Case. *Advances in Economic Botany*. v. 7, p. 129–158, 1989.

- BRITANNICA CONCISE ENCYCLOPEDIA. *Quilombos*, 2005. Disponível em: <<http://www.britannica.com/ebc/article-9376312>>. Acesso em: 19 nov. 2005.
- CHERNELA, Janet M. Managing Rivers of Hunger: the Tukano from Brazil. In POSEY, Darrell A.; BALÉE, William (Eds). *Resource management in Amazonia: indigenous and folk strategies*. Nova Iorque: The New York Botanical Garden, 1989. p. 238–248.
- DAVIES, Charlotte A. *Reflexive Ethnography: a Guide to Researching Selves and Others*. Nova Iorque: Routledge, 1999.
- ELLEN, Roy F. *Ethnographic Research: a Guide for General Conduct*. Londres: Academic Press Inc, 1984.
- FERREIRA, Denise de B. O Ambiente Climático. In MEDEIROS, Carlos A. (Ed). *Geografia de Portugal: o Ambiente Físico*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 305–385.
- GREENPEACE. *Amazon Dries Up*. Greenpeace, 2005. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=g7gpAy4ivZ0>>. Acesso em: 6 mar. 2007.
- HARRIS, Mark. *Life on the Amazon: the Anthropology of a Brazilian Peasant Village*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. Riding a Wave: Embodied Skills and Colonial History on the Amazon Floodplain. *Ethnos*, v. 70, n. 2, p.197–219, 2005.
- INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. Londres: Routledge, 2000.
- LATHRAP, Donald. The 'Hunting' Economies of the Tropical Forest Zone of South America: an Attempt at Historical Perspective. In GROSS, Daniel R. (Ed). *Peoples and Cultures of Native South America*. Nova Iorque: Doubleday; The Natural History Press, 1973. p. 83–95.

- LIMA-AYRES, Deborah de M. *History, Social Organization, Identity and Outsider's Social Classification of the Rural Population of an Amazonian Region (the Middle Solimões)*. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) – Universidade de Cambridge, Cambridge, 1992.
- MEGGERS, Betty; EVANS, Clifford. Environmental Limitation on the Development of Culture. *American Anthropologist*, v. 56, n. 5, p. 801–824, 1954.
- MORAN, Emilio F. The Adaptive System of the Amazonian Caboclo. In WAGLEY, Charles (Ed). *Man in the Amazon*. New York: Columbia University Press, 1974. p. 139–159.
- \_\_\_\_\_. Disaggregating Amazonia: a Strategy for Understanding Biological and Cultural Diversity. In SPONSEL, Leslie E. (Ed). *Indigenous Peoples and the Future of Amazonia: An Ecological Anthropology of an Endangered World*. Tucson: The University of Arizona Press, 1995. p. 71–95.
- PACE, Richard. *The Struggle for Amazon Town: Gurupá Revisited*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- PEREIRA, Luci C. C. *A Zona Costeira Brasileira: Limites e Características*. Comunicação apresentada na 59º REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA: AMAZÔNIA DESAFIO NACIONAL, Simpósio “Zona Costeira Amazônica”. Belém, 8–13 jul. 2007.
- PESTANA, Rita. *Can it be an Anthropology of the 'Caboclo'? Kinship and the Perception of the Environment in Three Brazilian Rural Communities*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social e Estudos Ameríndios) – Universidade de St Andrews, 2006.
- VIEGAS, Susana M. *Socialidades Tupi: Identidade e Experiência Vivida entre Índios/Caboclos (Bahia/Brasil)*. Tese (Doutoramento em

Antropologia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia,  
Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Images of Nature and Society in  
Amazonian Ethnology. *Annual Review of Anthropology*, v. 25, p.  
179-200, 1996.

WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica: Um Estudo do  
Homem nos Trópicos*. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada;  
Editora da Universidade de São Paulo, 1988[1977]. Tradução de:  
Clotilde da Silva Costa.

# Impactos socioeconómicos de la sequía en la región Amazónica\*

**Carolina Neri Vidaurri**

## INTRODUCCIÓN

La sequía es uno de los eventos hidrometeorológicos extremos más complejos que puede afectar a más gente que cualquier otro. A pesar de que es considerada una característica normal y recurrente del clima, erróneamente se le considera un acontecimiento raro y azaroso debido a que su comienzo y final generalmente son inciertos. La sequía tiene un proceso lento de desarrollo y retiro; su duración depende del tipo de sequía bajo el cual se analice: meteorológica, agrícola, hidrológica, social, etc., por lo que ésta puede ser de meses o años. Igualmente, su escala espacial es difícil de determinar, ya que los límites de sus efectos no se pueden precisar con exactitud. A escala temporal, los efectos de una sequía pueden continuar varios años después de que haya terminado.

Existen numerosas definiciones de sequía, sin embargo, la mayoría de ellas no establecen las características del fenómeno, lo que dificulta el

---

\* Reciban mi más sincero agradecimiento todas las personas que nos brindaron su apoyo durante el trabajo de campo realizado en Amazonía. En especial agradezco a Rita Pestana por los momentos que pasamos juntas y a los participantes de este taller con quienes he establecido una valiosa amistad.

entendimiento entre científicos, tomadores de decisiones y cualquier usuario de la información climática. La dificultad de su análisis también se ve reflejada en el número de índices que existen para su detección. Según Wilhite y Glantz (1997) la falta de una definición de sequía universalmente aceptada provoca confusión sobre si existe o no en un lugar y tiempo determinado, así como su severidad, lo cual refleja la complejidad de este fenómeno climático.

Si se considera la extensión e intensidad de una sequía, se podría hacer la siguiente pregunta: ¿puede el mismo evento climático tener diferentes impactos en distintos sitios debido a que algunas personas y lugares son más vulnerables a eventos extremos que otros? En acuerdo con Liverman (1996), la respuesta es sí: los cambios en la vulnerabilidad de individuos y regiones son la clave para comprender cómo los riesgos afectan a la sociedad. Por ejemplo, algunos estudios demuestran que sequías de idéntica intensidad física pueden tener impactos mucho menos severos en grandes terrenos comerciales irrigados y asegurados, con buenas tierras y precios subsidiados que en pequeñas parcelas de temporal sin soporte institucional. Es por ello, que entender el proceso de la vulnerabilidad resulta esencial para comprender como se producen los impactos ante la sequía y diseñar una estrategia de prevención para reducir sus efectos.

En este artículo se presentan los resultados de un estudio dirigido a identificar los impactos de la sequía en una de las regiones más complejas del mundo, la Amazonía Brasileña. A partir de un estudio de caso se reconoce que el riesgo climático corresponde a una combinación de las amenazas relacionadas con las variaciones de tiempo y clima (sequías-inundaciones), y la vulnerabilidad que, entre muchos otros factores socioeconómicos, se debe a la débil

infraestructura política para enfrentar las amenazas climáticas en la región. Si bien, el gobierno define y establece un marco de acción ante la sequía, este resulta en un manejo ineficiente del riesgo, donde las acciones asistencialistas están enfocadas a la mitigación más que a la prevención de los efectos de las sequías.

## **EL CONTEXTO DE LAS SEQUÍAS EN LA AMAZONÍA**

Definir las características meteorológicas de las sequías que se han presentado recientemente en la Región Amazónica, en particular la que se presentó en el 2005, requiere del análisis de datos meteorológicos. Esto representa todo un reto debido a que en la actualidad no se dispone de bases de datos lo suficientemente confiables, largas y completas de precipitación. Sin embargo, Esteves y Freitas (2004) han estudiado que durante ciertas condiciones, tal es el caso de años El Niño (El Niño-Oscilación del Sur), generalmente se presenta una disminución en la precipitación en las regiones al norte y al este de la Amazonía, incluso cuando es un evento muy intenso, puede llegar a afectar la región central.

Kayano y Moura (1986) comprobaron que El niño 1982-1983 (considerado como el más intenso del siglo XX), causó un periodo extremadamente seco en los meses de enero y febrero de 1983 (durante la estación de lluvia) en la región Amazónica, cuando los índices de precipitación se presentaron muy por debajo de la media climatológica para la región. En este periodo, en Manaus se observó un decrecimiento en el total de precipitación del 70%. Kousky y Cavalcanti (1984) mencionan que en general, se puede esperar una reducción media de precipitación en la Amazonía durante la ocurrencia de El Niño del orden del 30%, lo que representa una reducción de 3.6 trillones de m<sup>3</sup> de agua por año.

En el caso contrario, durante eventos La Niña se presenta una tendencia a lluvias abundantes en el norte y este de Amazonía. Dos eventos La Niña, ocurridos en 1975-76 y 1988-89 contribuyeron para el segundo (1976) y el tercero (1989) mayores niveles de lluvia registrados en el siglo XX en la estación hidrométrica de Río Negro, localizada en Manaus.

La relación años Niño-lluvias es evidente cuando se analizan los niveles alcanzados en el Río Negro. Durante los años 1976 y 1989, años La Niña, se presentaron lluvias abundantes lo cual se refleja en el nivel alcanzado por el Río, caso contrario sucedió en los años 1997 y 2005, durante el evento El Niño (Tabla 1).

Tabla 1. Descenso y crecientes excepcionales del Río Negro

Crecientes			Descensos		
1 <sup>a</sup>	1953	29,69	1 <sup>a</sup>	1963	13,64
2 <sup>a</sup>	1976	29,61	2 <sup>a</sup>	1906	14,21
3 <sup>a</sup>	1989	29,42	3 <sup>a</sup>	1997	14,34
4 <sup>a</sup>	1922	29,35	4 <sup>a</sup>	1916	14,42
5 <sup>a</sup>	1999	29,30	5 <sup>a</sup>	1926	14,54
6 <sup>a</sup>	1909	29,17	6 <sup>a</sup>	1958	14,74
7 <sup>a</sup>	1971	29,12	7 <sup>a</sup>	<b>2005</b>	<b>14,75</b>
8 <sup>a</sup>	1975	29,11	8 <sup>a</sup>	1936	14,97
9 <sup>a</sup>	1994	29,05			

Fuente: Administración del Puerto de Manaus

Para el caso del año 2005, si bien, no rebasaron los límites más bajos hasta la fecha registrados, se encuentra en el séptimo lugar de los años con descensos más críticos en la región. Se puede concluir que el 2005 fue un año de lluvias atípicas, los niveles de los ríos estuvieron por debajo del valor medio histórico, lo que dio lugar a que se hablará de una gran sequía.

Se debe considerar que existen otros factores que agravan los impactos de las sequías. En acuerdo con León (2005), la Amazonía,

como muchas otras regiones de América Latina, sufre de una intensa explotación de especies maderables desde los últimos cincuenta años. Pese que Brasil tan sólo participa con una pequeña parte del mercado mundial de maderas tropicales, el agotamiento de sus reservas aumenta fuertemente la presión de los recursos madereros tropicales. La actividad forestal de la Amazonía se efectúa básicamente por la cantidad de especies de alto valor y de madera de calidad para la industria de muebles, de aserrados y laminados.

Por otro lado, la deforestación realizada en los bosques húmedos tropicales debido principalmente a las actividades ganadera y agrícola, es responsable de una enorme cantidad de superficie de selvas húmedas pérdidas, de la destrucción de los suelos, de la contaminación y el agotamiento de los mantos freáticos y de la destrucción de la diversidad biológica y cultural existente en ella (imagen 1).



Imagen 1. Actividad ganadera en la región Amazónica.

Foto: Carolina Neri Vidaurri.

Según el Panel Intergubernamental de Cambio Climático (IPCC, 1997), si no se toman medidas precautorias para la región Amazónica, el cambio climático global agravará los efectos adversos de la deforestación intensiva que se desarrolla desde hace varias décadas en esta región. Este fenómeno que repercutirá, tanto al interior como al exterior de la cuenca, en una pérdida masiva de biodiversidad y a la vez en una reducción de las lluvias y la escorrentía. Estos procesos en conjunto afectarán el ciclo mundial del carbono.

El cambio de uso de suelo que ha experimentado la región en los últimos años ha contribuido a que los impactos del calentamiento global sean más intensos. Sin embargo, pese a que esto sea una realidad, algunos científicos confirman que se ha politizado la información y que se usa el tema de la catástrofe ambiental como instrumento político. Alfredo Wagner, investigador de la UFAM, considera que más que una sequía traducida en falta de agua, hay una privatización de los recursos hídricos en la región que comenzó desde la década de los cincuentas (comunicación personal). El investigador considera que la catástrofe ambiental puede ser un concepto construido por las autoridades, un discurso político para acceder y privatizar los recursos ambientales.

### **CASO DE ESTUDIO EN EL INTERIOR DE AMAZONÍA: ANAMÃ**

A continuación se describen los impactos de la sequía del 2005 en el municipio de Anamã (ubicado a 188 kilómetros de Manaus, vía el río Solimões) y se presentan las acciones seguidas por el gobierno para disminuir las pérdidas asociadas al déficit de agua.

De manera general, la población de Anamã, al igual que la mayoría de las poblaciones Amazónicas, se ha desarrollado en contacto

directo con el medio ambiente, adaptándose a las peculiaridades regionales y a las oportunidades que les ofrece la selva. Tres son los elementos en torno a los que se ha desarrollado la población: el río, la selva y la vega (terreno bajo, llano y fértil, generalmente atravesado por un río). El río es usado como medio de transporte, fuente de agua, vivero, entre otros. En cuanto a la selva, para abastecer la caza, los frutos y maderas. Mientras las tierras de vega son utilizadas como base de trabajo agrícola, formando un sistema regulador del plántío, pesca en función de la dinámica de las subidas y de las bajadas de los afluentes del río.

Una de las actividades más afectadas durante la sequía del 2005 fue sin duda la pesca, tanto de subsistencia como comercial. La pesca es la actividad que produce alimento a más del 80% de la población del municipio. Al comenzar la época de secas, el descenso del río no solo trae impactos negativos sino que representa una oportunidad ya que la pesca de ciertas especies comerciales se hace más fácil. Sin embargo, la realidad que año con año experimentan los ribereños se caracteriza por la falta de oportunidades, empleos y la escasez de peces causada por la pesca extensiva. La mayoría de las veces pasan horas del día pescando para garantizar el alimento del día (Correio Amazonense, 25/09/2005). Si ha esta situación se le suman los efectos de la sequía, el nivel del río puede descender hasta tal punto que comienza a ocurrir la muerte de peces, por lo que la labor de los pescadores se ve obstaculizada y muchos se quedan sin trabajo. Este panorama se ve agravado cuando el agua del río se contamina por la descomposición de grandes cantidades de peces y devienen enfermedades y epidemias. La población más afectada es sin duda los ribereños (población rural que representa más del 50% del total de habitantes del municipio), que se ven afectados por la falta de agua para higiene personal y la preparación de alimentos.

En el caso de la actividad agrícola, las pérdidas producidas por la sequía se pueden resumir en dos motivos; al descender el nivel del río, la gente queda sin acceso a las siembras (ribera del río) y por la falta de agua de lluvia que atrasa el desarrollo del cultivo. Pese a esto, la agricultura es una de las actividades que normalmente recibe más apoyos gubernamentales, por lo que las pérdidas no representaron un serio problema para los campesinos de la ciudad. Sin embargo, para la población del interior la falta de alimento y la falta de vías para el transporte de mercancías y productos que abastecen las comunidades se convirtió en una situación de preocupación. Esto llevo al municipio a solicitar se decretara estado de calamidad pública y mediante el apoyo gubernamental se distribuyeron cestas de alimentos básicos en las comunidades incomunicadas vía aérea. Las afectaciones en el transporte también repercutieron en las actividades escolares: las escuelas se vieron en la necesidad de parar las clases por casi dos semanas (en el municipio más de la tercera parte de la población son niños). Asimismo, las fiestas públicas y eventos políticos se vieron afectados e incluso algunos fueron pospuestos. Un ejemplo de ello fue la ausencia de visitantes al famoso festejo de San Francisco.

En contraste con la época de sequía, la mayoría de la gente reconoce que se presentan mayores pérdidas cuando ocurre una inundación, pese a que es un evento que ocurre con mayor ocurrencia, por lo que se vuelve esperado por los habitantes de municipio. Esto se puede constatar al ver las casas construidas a varios centímetros a lo alto del suelo. Al igual, que durante la sequía se paralizan la mayoría de las actividades de la ciudad y de las comunidades. En el caso del sector escolar durante la época de sequía los niños que van de las comunidades del interior del Lago a la escuela en la ciudad, se ven afectados por la falta de transporte, sin embargo, cuando se presenta una inundación el transporte dentro de la ciudad se reduce al uso de canoas y la mayoría de las personas no cuentan con una propia.

El 2005 representó la primera vez en que se ha decretado calamidad pública en el municipio. A diferencia del estado de alerta roja, mediante los estados de emergencia y calamidad pública el municipio puede acceder a ayuda económica del Estado. El decreto se realizó a finales del mes de octubre, lo que nos lleva a suponer que los principales efectos de la sequía se presentaron hasta ese momento. Sin embargo, a pesar de no tener claro cuando comenzó la sequía, (se sabe que este tipo de eventos hidrometeorológicos se manifiestan lentamente) desde el día 7 de octubre en el periódico Correio Amazonense se publicó una noticia donde se menciona que se decretó estado de alerta en 15 municipios de Amazonas, entre ellos Anamá, y estado de emergencia en 5 municipios. Si se consideraran los impactos secuenciales de la sequía en conjunto con el monitoreo y pronóstico de la sequía se podrían realizar acciones encaminadas a disminuir pérdidas y no solo acciones que respondan a la emergencia.

Pese a las acciones y programas gubernamentales, hoy en día, las comunidades de la región se muestran más sensibles a la sequía. Parte importante del fracaso de las acciones gubernamentales se debe a la incomprensión de cómo se van produciendo las afectaciones a medida que se presenta un déficit en las lluvias y el consecutivo descenso del nivel del río. Los impactos asociados a las sequías se pueden llegar a convertir en una excusa a la que año tras año, aún sin presentarse realmente un descenso intenso y prolongado en la precipitación, acudirían los gobiernos municipales y estatales para acceder a los fondos que destina el gobierno para mitigar las pérdidas ante dicho evento y seguir promoviendo la dependencia económico-financiera de las familias a través de programas asistencialistas y electorales.

En un contexto económico, el objetivo debe ser que las acciones hoy encaminadas a la mitigación de los daños sean acciones preventivas.

Si dichos apoyos se emplearan en un plan de acción ante eventos extremos como la sequía eficiente y viable, las pérdidas asociadas al déficit de lluvia disminuirían sustancialmente. A través de la gestión de riesgos se podrían llevar a cabo acciones para disminuir la vulnerabilidad y tomar con anticipación las medidas preventivas para disminuir pérdidas.

## CONCLUSIONES

En el sentido más general, la sequía se origina de la deficiencia de precipitación sobre un período de tiempo largo, dando por resultado escasez de agua para el desarrollo de la vida cotidiana y de manera puntual para la realización de diversas actividades socioeconómicas. Es por ello que la sequía debe ser vista no solamente como un acontecimiento natural ya que sus impactos en la sociedad resultan de la interacción entre el déficit de precipitación y del grado de vulnerabilidad de la sociedad o sector afectado.

La sequía se establece de forma diferenciada sobre los territorios, donde las potencialidades naturales juegan un papel clave en el carácter de los impactos resultantes. Esto origina que los efectos de una sequía no sean tan dramáticos como por ejemplo los de un ciclón tropical, que afecta a las cosechas, los animales, las viviendas y a la propia población en sólo unas horas, sin embargo a largo plazo sus efectos son similares por los daños colaterales que ocasiona como son: el incremento en la morbilidad, las tendencias migratorias, la pérdida de capacidad económica, de empleos, de autosuficiencia alimentaría de la población, entre otros.

El municipio de Anamá tiene dos realidades que se contraponen, una es la ciudad que concentra a los tomadores de decisión y la actividad

comercial, y la otra esta formada por las comunidades rurales, con escasos recursos y marginadas, esencialmente aquellas ubicadas en el interior del Lago. Esta situación es el telón de fondo de la vulnerabilidad de los habitantes del municipio ante eventos hidrometeorológicos extremos como la sequía y la inundación.

## REFERÊNCIAS

- ESTEVES D. C. J. W; FREITAS D. M. Cenários meteorológicos na Amazônia: fundamentos e desdobramentos. In: *Amazônia e desenvolvimento sustentável. Um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer*. Edit. Vozes. Río de Janeiro. Br., 2004. Pp. 65-88.
- PANEL INTERGUBERNAMENTAL DE CAMBIO CLIMÁTICO (IPCC). *Resumen para responsables de políticas Impactos regionales del cambio climático: evaluación de la vulnerabilidad*. Informe especial del Grupo de trabajo II del IPCC. 1997. P. 27.
- KAYANO M.T; MOURA A.D. O El Niño de 1982-82 e a precipitação sobre a América do Sul. *Revista Brasileira de Geofísica*. Vol. 4. n. 1-2, 1986. Pp. 2001-214.
- KOUSKY, V.E; CAVALCANTI, I.F.A. A review of the Southern oscillation: oceanic-atmospheric circulation changes and related rainfall anomalies. *Tellus*. Vol. 36A, 1984. Pp. 490-504
- LEÓN, E. *Revalorización capitalista de la Amazonía: geopolítica y gestión de la riqueza biológica amazónica brasileña*. Tesis de Maestría en Estudios Latinoamericanos. Facultad de Filosofía y Letras. UNAM. 2005.
- LIVERMAN, D. M. Variación ambiental y transformación económica: cambios de la vulnerabilidad a amenazas naturales en el México Rural. In: *Desastres: Modelo para armar*. “Colección de piezas de un

*rompecabezas social*". Editora: Elizabeth Mansilla. Lima: La Red. 1996. Pp. 125-142.

WILHITE; GLANTZ. Understanding the drought phenomenon: The role of definitions. *Water International*. Num. 10. 1987. Pp. 110-120.

# O campo está de luto

## A crise da agricultura numa cidade dos pampas gaúchos

**Carlos Abraão Moura Valpassos**

### RESTINGA SECA \*

Restinga Seca foi um dos distritos do município de Cachoeira do Sul (RS), nos tempos em que o Brasil era ainda colônia de Portugal. À presença do luso somou-se a dos imigrantes alemães, que intensificaram o processo de colonização no sul do país e chegaram a Restinga Seca por volta do ano de 1854. Poucos anos depois, a partir de 1878, vieram os imigrantes italianos. Se lembrarmos que ao longo da colonização brasileira foi comum a presença de escravos oriundos da África, e que em Restinga Seca não foi diferente, então podemos constituir o quadro de etnias que povoam o lugar: descendentes de portugueses, de alemães, de italianos e de africanos.<sup>1</sup>

---

\* Este trabalho foi escrito durante meu período de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), realizado com o auxílio de bolsas de estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos aos senhores Protógenes Mello e Flávio Giuliani pelo carinho e prestatividade com que me ensinaram sobre a vida em Restinga Sêca.

<sup>1</sup> É importante frisar que o processo de ocupação da região não foi feito da mesma maneira pelos diferentes “grupos étnicos”. Enquanto os portugueses lá chegaram muitas vezes como proprietários das terras, os africanos foram para lá capturados no antigo sistema de escravidão. Alemães e italianos, por sua vez, foram para o Rio Grande do Sul como trabalhadores assalariados, adquirindo,

Restinga Seca foi emancipada de Cachoeira do Sul em 25 de março de 1959, tornando-se, desta forma, município. Sua sede dista cerca de 260 km a oeste de Porto Alegre, e está a 49 metros de altura acima do nível do mar, numa região denominada “depressão central”, em função de seus aspectos topográficos e de sua localização no centro do Rio Grande do Sul.



Localização de Restinga Seca

Atualmente, Restinga Seca tem uma área de 954,76 km<sup>2</sup>, na qual estão distribuídas, além da sede do município, 37 localidades. O município, em 2001, contava com uma população total de 16.400 habitantes,

---

posteriormente, a posse de algumas áreas de terra. Esta ocupação inicial rio-grandenses se reflete ainda hoje na distribuição das terras. As maiores e mais mecanizadas propriedades pertencem predominantemente a descendentes de alemães, italianos e portugueses, restando aos descendentes dos escravos as áreas menores e menos ou nada mecanizadas.

sendo que 8.194 viviam na área urbana e 8.209 na rural, habitando num total de 4.828 domicílios e constituindo, assim, uma densidade populacional de 16,29 habitantes/km<sup>2</sup>.

A agropecuária é a principal atividade local. A maior parte dos agricultores dedica-se às culturas de arroz, soja e fumo. As terras de Restinga Seca são destinadas, sobretudo, ao cultivo dessas culturas e à criação de gado de leite e de corte. A tabela abaixo discrimina o uso das terras de acordo com suas dimensões:

<i>Produto</i>	<i>Até 20 Ha</i>	<i>21 a 50 Ha</i>	<i>51 a 100 Ha</i>	<i>101 a 1000 Ha</i>	<i>&gt; 1000 Ha</i>	<i>Total</i>
Milho	60%	21%	8%	4%	2%	100%
Arroz	10%	25%	40%	20%	5%	100%
Fumo	90%	10%	0%	0%	0%	100%
Feijão	60%	40%	0%	0%	0%	100%
Soja	10%	30%	50%	10%	0%	100%
Gado de Corte	0%	5%	10%	35%	50%	100%
Gado para Leite	10%	80%	10%	0%	0%	100%

Origem do produto por extrato de área (hectare).

Fonte: Relatório 2005 da EMATER-Restinga Seca.

A partir da tabela, é possível perceber que o plantio de fumo é predominante nas pequenas propriedades. Os agricultores argumentavam que a preferência pelo cultivo de tabaco se dava porque a produção teria comprador certo, além de ser o único produto que, num espaço de terra considerado pequeno, poderia auferir ganhos suficientes para o sustento de suas famílias.

Duas indústrias de cigarros disputavam a produção de Restinga Seca, garantindo assim a compra da produção. Além disso, essas indústrias

forneciam todas as tecnologias e máquinas necessárias ao plantio do tabaco, ficando os agricultores obrigados a vender sua produção para aquela indústria com a qual tinham firmado contrato.<sup>2</sup>

A pecuária ocupa as maiores propriedades locais. Na bovinocultura de corte predomina a pecuária extensiva e, assim como na bovinocultura de leite, não há altos índices de produtividade. Ao longo dos últimos anos, no entanto, os pecuaristas têm investido em tecnologia de melhoramento genético e em novas técnicas de criação confinada, buscando assim melhorar a produtividade de seus rebanhos.

A maior parte das propriedades médias são destinadas à produção de arroz e soja. São culturas que demandam um maquinário específico,

<i>Produto</i>	<i>Cooperativa</i>	<i>Indústria</i>	<i>Intermediários</i>	<i>Consumo Doméstico</i>	<i>Total</i>
<i>Milho</i>	0,5%	0%	15%	84,5%	100%
<i>Arroz</i>	48%	0%	49%	3%	100%
<i>Fumo</i>	0%	100%	0%	0%	100%
<i>Feijão</i>	10%	0%	50%	40%	100%
<i>Soja</i>	100%	0%	0%	0%	100%
<i>Gado de Corte</i>	0%	30%	50%	20%	100%
<i>Gado para Leite</i>	0%	100%	0%	0%	100%

Distribuição da Produção por Destino, em Porcentagem.

Fonte: Relatório 2005 da EMATER-Restinga Seca.

<sup>2</sup> Esses contratos de exclusividade, apesar de garantir a segurança da venda da produção, acabava gerando uma situação de dependência dos agricultores para com a indústria. As tensões oriundas disso se refletiam principalmente no momento de vender a produção, pois, diziam os “fumeiros”, os compradores das indústrias sempre tentavam desqualificar o produto para assim rebaixar seu valor econômico.

assim como o uso de uma série de tecnologias agrícolas. A produção destes grãos é, em grande parte (100% no caso da soja e 48% no do arroz), destinada à cooperativa local.

É importante notar que os produtores de arroz e soja compõem uma espécie de elite local, não apenas economicamente, mas também em termos educacionais e políticos. Formam um grupo extremamente politizado, cuja representação se encontra em órgãos como a Associação dos Arrozeiros e o Sindicato dos Produtores Rurais. Alguns deles chegam mesmo a ocupar cargos públicos, como vereadores, ou algumas secretarias, como a de Agricultura.<sup>3</sup>

## **A ESCALADA DA CRISE**

No ano de 2004, os ânimos andavam exaltados em Restinga Seca. Os fumeiros da região estavam preocupados com um protocolo chamado “Convenção Quadro para o Controle do Tabaco” - acordo internacional, instituído pela Organização Mundial de Saúde, visando a adoção de medidas restritivas ao consumo de cigarros e dos derivados do tabaco.

Entre as iniciativas da Convenção Quadro estão a “substituição da cultura do tabaco” e a “restrição ao apoio e aos subsídios relativos à produção e à manufatura de tabaco”. Como o petume representa a principal cultura dos pequenos produtores de Restinga Seca, fica clara a preocupação deste segmento com relação ao referido acordo.

Acreditava-se que a Convenção Quadro representava uma ameaça aos fumeiros. Tal aresta punha em risco uma profissão que, apesar de

---

<sup>3</sup> No período em que fiz meu trabalho de campo, o Secretário de Agricultura era um dos maiores produtores locais de arroz.

sempre ser apontada como árdua e de ter suas dificuldades lembradas, constituía ali um modo de vida.

A Convenção Quadro, no entanto, não era o único problema enfrentado pelos habitantes de Restinga Seca. O acordo internacional era uma preocupação com o futuro, mas outras questões requisitavam atenção imediata. Este foi o caso da crise financeira da Indústria de Móveis Gaudêncio.

O presidente da fábrica, Gaudêncio da Costa, mencionou publicamente<sup>4</sup> que, para não fechar as portas, foi obrigado a demitir 101 funcionários em 2004. Durante meu trabalho de campo, em julho de 2006, entrevistei ex-funcionários da indústria de móveis, e eles mencionaram que houve, no total, entre 400 e 500 demissões, o que significa que a crise atingiu, diretamente, uma importante parte da população economicamente ativa do município. Gaudêncio da Costa, na época, explicou que:

“o nosso país em si também está com sua capacidade de compra pequena pelo salário mínimo, que ainda é baixo, pelos aumentos acentuados que houve nas tarifas de água, luz, gás, telefone etc. Tantos aumentos que tiraram o poder aquisitivo da população, e quando o povo não tem dinheiro pra comprar e pára de pagar suas prestações, reduz o consumo e quando as lojas vendem menos, as indústrias também produzem menos<sup>5</sup>”.

Outras causas – como a cotação do dólar, que dificultou as exportações da empresa, e a má administração feita pelos filhos de Gaudêncio enquanto ele esteve ausente – foram apontadas para tentar explicar a crise da fábrica. Por enquanto, é importante sinalizar que,

---

<sup>4</sup> Jornal Tribuna de Restinga – 1º a 30 de Abril de 2004.

<sup>5</sup> Idem.

com exceção da má administração dos filhos de Gaudêncio, as explicações levam a um único culpado: o poder público, cujas políticas adotadas impediram o desenvolvimento da fábrica.

Os problemas não paravam na fábrica de Gaudêncio. Restinga Seca atravessava, naquele ano, uma severa estiagem. Os índices pluviométricos estavam abaixo das médias registradas em anos anteriores<sup>6</sup>, e as conseqüências disso já começavam a ser previstas.

Os produtores rurais – fossem eles pequenos, médios ou grandes – já anteviam as dificuldades que seriam enfrentadas na agricultura. O problema ganhava maior ímpeto na medida em que a estiagem não atingia apenas Restinga Seca, mas grande parte do Rio Grande do Sul, chegando até os estados de Santa Catarina e Paraná.

Nas localidades rurais de Restinga Seca, a água para consumo animal e humano tornou-se escassa. Para contornar a situação, a Prefeitura do Município passou a abastecer gratuitamente, com caminhão pipa, os produtores rurais que necessitavam de água.

A situação tornava-se crítica. A água que começava a faltar para o consumo humano já era insuficiente para o consumo animal e para a agricultura. As cargas d'água, nesse sentido, cumpriam o importante papel de amenizar o impacto da estiagem sobre as pessoas e sobre a pecuária. Com relação à agricultura, todavia, o cenário era ainda mais negativo.

O nível dos açudes estava baixo e a pouca intensidade pluviométrica comprometia a safra das “culturas do seco”<sup>7</sup>, que precisam - como o milho, o feijão e a soja - receber as águas da chuva nesse período.

---

<sup>6</sup> Em 2004, a precipitação total foi de 969 milímetros, o que representa apenas 45% da média de chuvas anuais dos quatro anos anteriores (2000 e 2003), 2138 milímetros. Em 2005, a precipitação total foi de 1401 milímetros, ainda consideravelmente abaixo da média.

<sup>7</sup> Culturas do seco são aquelas que não recebem irrigação artificial.

Os arroteiros<sup>8</sup> não estavam imunes à estiagem. Mais açudes foram construídos, mas como as chuvas não vinham, pouco eles adiantaram. Para reduzir os danos, alguns produtores usaram a água de que dispunham para irrigar apenas partes de suas lavouras, deixando, desse modo, as áreas não irrigadas sujeitas às vontades do clima – que não indicava melhoras.

A chegada do ano de 2005 não veio acompanhada de boas previsões. A crise expandia-se e as dificuldades vivenciadas em Restinga Seca eram compartilhadas também por várias outras cidades da região.

No caso de Nova Palma, o mês de janeiro veio acompanhado de uma perda de 50% na safra do feijão e prejuízos também na safra do milho. Os produtores de fumo, por sua vez, tiveram mais sorte, pois as chuvas que atingiram o município na segunda semana de janeiro amenizaram a situação. Assim como Restinga Seca, Nova Palma também enfrentou problemas com o abastecimento d'água para animais e pessoas, pois muitas fontes superficiais secaram, obrigando a prefeitura a realizar abastecimentos com caminhões pipa<sup>9</sup>.

Com o passar dos dias os problemas decorrentes da estiagem se agravavam ainda mais. O prefeito de Restinga Seca, Tarcizo Bolzan, iniciou um levantamento de informações junto aos representantes dos produtores rurais, a fim de constatar os prejuízos trazidos pela estiagem. O prefeito, ainda mobilizado em atender os pedidos por abastecimento de água vindos do interior, começou a cogitar a hipótese de decretar situação de emergência no município.

A região estava, definitivamente, em crise. Os municípios de Restinga Seca, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, Silveira

---

<sup>8</sup> Designação para os orizicultores.

<sup>9</sup> Ver jornal Integração Regional – 21 a 28 de janeiro de 2005.

Martins, Três Vendas, Agudo, Formigueiro e São João do Polêsine calculavam os prejuízos, e alguns chegavam mesmo a anunciar a possibilidade de racionamento d'água para consumo doméstico.

Na primeira semana de fevereiro, uma garoa contribuiu para amenizar a situação, principalmente para os fumeiros de Restinga Seca. A chuva garantiu alguma umidade para as folhas de tabaco, mas a qualidade e o volume do produto já eram tidos como inferiores à da safra anterior, quando os índices pluviométricos foram considerados normais<sup>10</sup>.

Em 09 de fevereiro de 2005, o município de Nova Palma decretou situação de emergência. Faltava água para consumo de animais e pessoas. A prefeitura calculava que 20 famílias estavam sem água, 80 tendo que buscar água para suprir as necessidades de seus animais e 120 vivendo um racionamento drástico. As perdas na agricultura foram grandes: 50% na produção da soja, 80% no milho, 45% no feijão normal, 100% no feijão safrinha e 30% na cultura do fumo<sup>11</sup>.

As prefeituras dos municípios de Restinga Seca, Faxinal do Soturno, Ivorá e Silveira Martins já indicavam possíveis decretos de situação de emergência.

Concomitantemente aos problemas dos arroteiros corriam as dificuldades enfrentadas por famílias de produtores do interior de Restinga Seca, às quais já faltava água para o próprio consumo. Desse modo, os pedidos de abastecimento d'água feitos à Prefeitura intensificaram-se em fevereiro, o que obrigou a Secretaria de Obras do Município a adquirir um tanque para atender às crescentes demandas.

---

<sup>10</sup> Ver jornal Integração Regional – 11 a 18 de fevereiro de 2005.

<sup>11</sup> Ver Jornal Integração Regional – 25 de fevereiro a 04 de março de 2005.

No início do mês de março, o rio Vacacaí Mirim teve seu leito tomado pela vegetação, fenômeno que veio acompanhado dos anúncios municipais de situação de emergência.

Os prejuízos estimados estavam em torno de R\$ 2,5 milhões só no município de Faxinal do Soturno, onde investigações da Emater apontaram perdas de 50% nas lavouras de soja, 20% na do feijão, 60% na do milho, 15% na do fumo, bem como 30% na da produção de leite. Os danos da estiagem atingiram também, mas em menor grau, os produtores de arroz irrigado, que perderam 10% de sua produção. Desse modo, ainda na primeira semana do mês de março, Faxinal do Soturno decretou situação de emergência.

Não foi diferente no município de Ivorá, onde os levantamentos da Emater indicavam perdas de 45% na soja, 30% no feijão, 50% no milho e 20% no fumo, prejuízos que, somados à necessidade de localidades do interior do município de abastecimento d'água para pessoas e animais, resultaram no decreto de situação de emergência<sup>12</sup>.

Em 1º de março, aconteceu em Restinga Seca uma reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (Condagro), onde se encontraram produtores e representantes do setor agrícola (Associação dos Arrozeiros, Emater, Secretaria de Agricultura, Sindicato dos Produtores Rurais e Sindicato dos Trabalhadores Rurais) para discutir os efeitos da estiagem no município. Os levantamentos sobre as perdas no campo, realizados pela Emater, foram apresentados ao prefeito Tarcizo Bolzan que, diante dos dados, assinou o documento que decretava situação de emergência em Restinga Seca.

---

<sup>12</sup> Ver jornal Integração Regional -04 a 11 de março de 2005.

Desse modo,

Considerando que o levantamento da EMATER e da Secretaria de Agricultura do Município informam grandes perdas ocorridas na produção primária, com reais e irreversíveis prejuízos à comunidade, tendo perdas de 55% na safra de soja; na safra de arroz perdas de 35,5%; na produção de milho-safra houve quebra de 52,5%; o milho-safrinha obteve quebra de 60%; a bacia leiteira teve perdas de 30%; e 15% de quebra na safra de fumo; (...) Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal provocada por estiagem caracterizada como Situação de Emergência em toda área rural do Município de Restinga Seca<sup>13</sup>.

A assinatura do documento constitui um importante momento do drama social<sup>14</sup> vivenciado pela população de Restinga Seca. Embora a situação de emergência estivesse direcionada à área rural do município, é importante lembrar que os núcleos rural e urbano

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PERDAS							
Cultura	Área Total Plantada (ha)	Área Total Atingida (ha)	Perda %	Expectativa Inicial de Produção (kg/ha - litros/d)	Expectativa Atual de Produção (kg/ha - litros/d)	Colheita %	Prejuízo Financeiro R\$
Milho	1200	1200	55	2540	1143	45	530.860,00
Soja	13000	13000	55	2400	1080	45	8.008.000,00
Arroz	16850	16850	33,5	6000	3390	66,5	16.934.250,00
Fumo	710	710	15	2859	2430	85	1.218.000,00
Leite	530	350	30	10 L/v/d	07 L/v/d	70	47.250,00

Fonte: Decreto Nº 21/2005: Prefeitura Municipal de Restinga Seca.

<sup>13</sup> Decreto Nº 21/2005: Prefeitura Municipal de Restinga Seca. Ênfase acrescentada pelo autor.

<sup>14</sup> Conceito elaborado por Victor Turner, antropólogo que pertenceu ao que se convencionou chamar de Escola de Manchester. O conceito de “drama social” foi apresentado pela primeira vez em sua tese de doutoramento, intitulada Schism and Continuity in an African Society. A Study of Ndembu Village Life. [1957] (1996).

possuem, nesse caso, uma forte interdependência que ultrapassa os aspectos meramente econômicos e que atinge, em seu epicentro, os fatores constituintes da identidade social local.

Os prejuízos que atingiam o campo refletiam diretamente num núcleo urbano já abalado pela demissão dos funcionários da fábrica de móveis Gaudêncio, elaborando, desse modo, um quadro pouco promissor para aquela cidade. Lojas de móveis, de informática, lanchonetes, restaurantes, bares e mercados sentiam, diretamente, os efeitos oriundos da crise no campo. Em termos financeiros, como apontam os dados do relatório da Emater que corroboraram o decreto de situação de emergência, as perdas atingiram quantias significativas.

Para complicar ainda mais o quadro, havia uma forte preocupação em torno da queda do preço da saca<sup>15</sup> do arroz, que começara a se insinuar em 2004, mas que ganharia o status de um problema público no decorrer do ano 2005<sup>16</sup>.

Para explicar o fenômeno, o Engenheiro Agrônomo da Cotrisel<sup>17</sup>, Marcelo Tomazi, disse o seguinte:

“[Em 2001], os produtores de arroz estavam enfrentando um período difícil, com preços pagos ao produtor ao redor de R\$ 14,70 pela saca de arroz. Os produtores já tinham enfrentado dois anos anteriores de igual dificuldade (safras de 1999 e 2000). A crise se estendeu até o ano de 2002. Portanto, foram 4 anos de muita dificuldade (1999 à 2002). Nos anos de 2003 e

---

<sup>15</sup> Uma saca corresponde a 50kg.

<sup>16</sup> Em 2003, o preço médio da saca de arroz foi de R\$ 28,09, caindo para R\$ 26,68 em 2004 e R\$ 17,72 em 2005. A saca, que havia chegado ao preço de R\$ 32,33 em dezembro de 2003, tem seu preço reduzido a apenas R\$ 13,87 em outubro de 2005.

<sup>17</sup> Cooperativa Triticola Sepeense Ltda, que recebe a maior parte da produção de arroz de Restinga Seca.

2004, o arroz alcançou preços elevados, o que possibilitou ao produtor um bom lucro na sua atividade, recuperando-se daqueles anos difíceis. Cabe ressaltar que o arroz atingiu esses preços bons nesses dois anos porque em 2003 os produtores não conseguiram obter uma boa produtividade e a safra foi frustrada<sup>18</sup>”.

O que se observa é a estiagem surgindo como uma das variáveis que compõem o quadro de crise no município de Restinga Seca. Ao mesmo tempo em que é percebida como mais um problema a ser enfrentado, ela age diretamente sobre as outras dificuldades enfrentadas. A estiagem, as demissões na fábrica de móveis e a baixa do preço do arroz são variáveis que se somam na elaboração de uma situação adversa.

As dificuldades enfrentadas pelo campo tinham impacto direto na cidade e, como esta também atravessava um período desfavorável, não encontrava na produção rural um ponto de apoio.

Áureo Streck<sup>19</sup>, funcionário da Possobom (Empresa de Implementos Agrícolas), relatou que, em 2004, as vendas da empresa ficaram em torno de R\$ 6 milhões, ao passo que, em 2005, atingiram apenas os R\$ 1,3 milhões. Sua explicação para esta redução das vendas era que, em 2005, os produtores concentraram seus esforços no plantio do arroz, gerando um excedente na produção, o que levou à desvalorização do preço de mercado do produto.

A explicação de Áureo Streck foi corroborada por outras pessoas e faz sentido na medida em que lembramos da narrativa do Presidente da Associação dos Arrozeiros, Flávio Giuliani. Ele explica que os produtores das margens dos rios Vacacaí e Jacuí sofreram menos com

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida no dia 19-07-2006.

<sup>19</sup> Entrevista concedida no dia 12-07-2006.

a estiagem em função da “força” desses cursos d’água. Desse modo, a estiagem aparece como uma variável importante, pois a opção pela cultura do arroz irrigado é a busca por uma proteção contra as intempéries climáticas.

A geração de uma superprodução, no entanto, não era o único fator que influenciava as queixas sobre o preço do arroz. As reclamações dos produtores giravam em torno da importação que o governo brasileiro fazia de arroz argentino e uruguaio, o que gerava um excedente de arroz no Brasil. Além disso, o arroz importado vinha com um preço baixo, pois os custos de produção e as taxas recebidas nos países de origem eram menores que os nacionais. Tudo isso empurrava para baixo o preço do cereal e, como se não bastasse, o aumento dos custos de produção do arroz brasileiro fazia com que a margem de lucro do produtor fosse cada vez menor.

“No ano de 2001, o óleo diesel, insumo indispensável na produção de arroz, custava R\$ 0,81 por litro contra os R\$ 1,93 atuais. O salário mínimo, que interfere na mão-de-obra da lavoura, em 2001 era de R\$ 180,00 e hoje está em R\$ 350,00. O dólar naquele tempo estava [cotado] em R\$ 2,51 e hoje está em R\$ 2,14. O adubo mais utilizado na cultura do arroz irrigado em 2001 (fórmula 05-20-20), custava R\$ 27,00 por saco, e na última safra ele esteve cotado em R\$ 32,00. A adubação de cobertura (uréia) custava, na época, o valor de R\$ 32,00 por saco, e na última safra os produtores pagaram mais de R\$ 45,00 por saco. Portanto, eu quero dizer que a situação atual é a mais grave da história da agricultura do município de Restinga Seca, assim como nas demais regiões do estado.

Durante esse período de trabalho na Cotrisel, percebi que o produtor rural de arroz, cada vez mais, foi se aperfeiçoando e, por

consequente, a produtividade da lavoura foi aumentando. (...) As novas tecnologias (IRGA e BASF) que possibilitaram o controle do arroz vermelho contribuíram enormemente para o aumento da produtividade da lavoura arrozeira em nosso município”.<sup>20</sup>

De forma semelhante ao que aconteceu no caso da crise na fábrica de móveis, mais uma vez as críticas foram direcionadas às políticas adotadas pelo Governo Federal. Nesse sentido, é válido apresentar mais um trecho da entrevista com o engenheiro Marcelo Tomazi:

“Infelizmente nossos governantes estão preocupados com outros problemas no momento, não dando a devida importância que o setor merece. [O governo] não implementa políticas de garantia de preços mínimos do produto, taxa o setor produtivo com os mais altos impostos, não evita a entrada de mais de 1 milhão de toneladas de arroz de outros países do Mercosul (um absurdo, visto que desde 2004 conseguimos a auto-suficiência na produção de arroz), deixa que o óleo diesel chegue próximo do valor de R\$ 2,00 por litro (outro absurdo, visto que existem campanhas maciças na televisão dizendo que em 2006 o Brasil tornou-se auto-suficiente em petróleo), empresta dinheiro através do crédito rural a juros incompatíveis com a atual situação vivida pela agricultura. Auto-suficiência em petróleo pra que? Para nós pagarmos este preço pelo combustível!?”

Quem assistiu o Jornal Nacional da Rede Globo, no dia 18/05/2006, pode ver como está a situação da agricultura em todo o país. O programa mostrou que, só no mês de abril de 2006, o Governo Federal arrecadou mais de R\$ 35 bilhões em

---

<sup>20</sup> Entrevista concedida pelo Engenheiro Agrônomo da Cotrisel, Marcelo Tomazi, no dia 19-07-2006.

impostos. Foi o recorde de todos os tempos em arrecadação de impostos. Como um país pode crescer, gerar emprego e renda para a população, dessa forma?

Em depoimentos dramáticos, alguns produtores diziam: 'sempre tirei do campo o sustento da minha família e a educação para os meus filhos, agora estou muito preocupado porque o futuro é de incertezas'. Esta frase diz tudo.

Num país aonde a violência vem aumentando absurdamente e a insegurança está na nossa frente! Estamos vivendo, sim, um período muito difícil tanto na agricultura como nos outros setores da sociedade, com alto índice de desemprego. Um país onde um cidadão rouba uma galinha para saciar sua fome e vai para a cadeia, e um político rouba milhões do povo e nem sequer perde o cargo que ocupa. É uma vergonha!”

As palavras do engenheiro são um espelho das opiniões dos agricultores com os quais tive contato. Não apenas deles, mas também



Pastagem para o gado. Ao fundo, um açude abaixo do nível considerado normal.

Foto: Carlos Valpassos, julho de 2006.

de pessoas que não tem qualquer envolvimento com a agricultura. São idéias que transcendem o universo da agropecuária e alcançam outras realidades, refletindo uma espécie de juízo comum local sobre o governo e as políticas públicas do Brasil.

Nesse contexto, as melhoras registradas nos índices pluviométricos ao longo de 2005 não foram suficientes para normalizar a situação. Os efeitos da estiagem, somados aos outros problemas aqui apresentados, compuseram um quadro dramático, que se estendeu por vários meses, chegando a alcançar o mês de julho de 2006, período em que realizei meu trabalho de campo, e com promessas de perdurar por um tempo indefinido.

Os problemas enfrentados entre 2004 e 2005 não representavam, em 2006, infortúnios do passado, mas, sim, uma realidade ainda vivenciada. Falava-se mesmo que a seca ainda não tinha acabado, pois o nível dos açudes ainda não tinha voltado aos padrões considerados normais.

O efeito da estiagem e os prejuízos decorrentes da queda do preço do arroz ainda eram temas de discussão e preocupação entre os agricultores. As dívidas com os bancos ainda não tinham sido quitadas, o preço do arroz não tinha apresentado melhoras e as condições climáticas insinuavam uma repetição dos acontecimentos de 2004.

O arrozeiro Márcio Possebom<sup>21</sup> argumentava que a “frustração da safra” tinha impacto direto no comércio, pois “a agricultura alavanca o comércio”, e também na arrecadação do município. Segundo este produtor, cuja opinião era corroborada por outros, o problema do preço do arroz era gravíssimo. O custo de uma saca de arroz estava

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida no dia 12-07-2006.

calculado em R\$ 28,00, e o valor de venda, em 2006, chegou a ser de R\$ 13,00, o que implicava não apenas em redução de lucros, mas em algo muito pior: prejuízos no cultivo do cereal. O óleo diesel, na opinião do agricultor, aparecia como “o vilão da lavoura”, pois 10 litros do combustível custavam mais que 1 saca de arroz e o consumo, com tratores e colheitadeiras, podia ultrapassar os 100 litros diários, o que resulta num alto custo de produção. No final das contas, “os custos aumentam e a renda final é menor. A gente não tem entusiasmo de plantar!”.

O prefeito Tarcizo Bolzan<sup>22</sup>, por sua vez, disse o seguinte:

“Tem chovido garoas, o que ameniza a pastagem, mas para a irrigação não é suficiente. O que tem nos salvado é o rio Jacuí (...). Já estamos há um ano e meio na Prefeitura, e passamos esse tempo praticamente entregando água para famílias do interior com caminhão pipa. Construimos cisternas e abrimos mais de 300 açudes. Agora estamos com o projeto de transpor água do rio Jacuí para o Vacacaí-Mirim. Essa situação é coisa que só se ouvia falar no nordeste [do Brasil]!”

Se o rio Jacuí e as chuvas, embora ainda fracas em 2006, ajudavam a amenizar os efeitos da estiagem, o baixo preço do arroz colaborava para que a crise fosse ainda mais agravada. Nesse ínterim, uma série de manifestações públicas começa a se desenhar.

## AS MANIFESTAÇÕES

Em abril de 2005, em Restinga Seca, os arroteiros decidiram, em assembléia, participar do trancamento da fronteira com o Uruguai, na

---

<sup>22</sup> Entrevista concedida no dia 16-07-2006.

cidade de Aceguá, para impedir a entrada do arroz importado no Brasil<sup>23</sup>. Flávio Giuliani, nesse contexto, recomendava que os produtores não vendessem a saca do arroz por um preço inferior a R\$ 30, pois isso seria uma maneira de pressionar uma elevação do preço do produto.

Os arrozeiros de Restinga Seca tinham como reivindicações a elevação do preço do arroz, a garantia, por parte do Governo Federal, de compra de sua produção, e a suspensão de importações do cereal estrangeiro. No evento estiveram presentes, também, rizicultores dos municípios de Dom Pedrito, Bagé, São Gabriel, Rosário do Sul, São Sepé e Livramento, o que indica que a desvalorização do arroz atingia não apenas Restinga Seca, mas o próprio estado do Rio Grande do Sul como um todo.

Especulava-se que o arroz que entrava no Brasil através do Uruguai tinha uma outra origem: os países asiáticos. Diziam os arrozeiros brasileiros que a produção uruguaia não era suficiente para tamanha importação e que, na verdade, os uruguaios estavam importando arroz asiático, por um baixo custo, e revendendo ao Brasil sem sofrer taxaço, em virtude dos acordos econômicos do Mercosul. Acrescentavam, ainda, que, como não havia balanças para pesar as cargas, os caminhões uruguaios entravam no Brasil carregando 3 ou 4 vezes mais arroz do que aquilo que declaravam nas notas fiscais.

As críticas, mais uma vez, dirigiam-se ao Governo Federal, do qual se esperava alguma atitude. Na opinião dos arrozeiros, era necessária a suspensão de importação de arroz dos países do Mercosul, ou então a taxaço do produto, pois o governo brasileiro pouco fazia para reduzir os encargos tributários de seus produtores, o que tornava a disputa no mercado desleal.

---

<sup>23</sup> Ver jornal Integração Regional – 22 a 29 de abril de 2005.

O trancamento da fronteira, mais do que um meio de impedir a entrada de caminhões carregados de arroz uruguaio no Brasil, era uma forma de chamar atenção do poder público para a situação vivida pelos rizicultores da região sul do país. O evento surge como uma manifestação ritual onde os “participantes não apenas fazem coisas, mas tentam mostrar a outros aquilo que fazem ou fizeram; as ações tomam então um aspecto de performances-para-uma-audiência” (Richard Schechner apud TURNER, 1988, p. 74). A audiência, por sua vez, eram os ocupantes de cargos públicos com poder para realizar políticas que trouxessem benefícios para os agricultores brasileiros.

Os trancamentos de fronteira se repetiriam por todo o ano de 2005 e também em 2006. Nesse sentido, menos de 15 dias após a primeira participação neste tipo de evento, os arroteiros de Restinga Seca anunciavam num dos jornais locais que novamente iriam manifestar-se na fronteira com o Uruguai. Em entrevista concedida à imprensa local, disse um arroteiro:

“Temos que ir à luta, para que o governo veja o sacrifício que o arroteiro está passando. Não somos desocupados para fazer um manifesto desses, mas infelizmente a coisa tem que ir para este lado, pois há movimentos que não tem nada a ver, mas recebem apoio, e nós, que produzimos alimentos, somos ignorados<sup>24</sup>”.

A frase é deveras elucidativa. Ela aponta para o aspecto performático das manifestações, no sentido de estabelecer, através delas, comunicação com uma entidade que, de outro modo, estaria inacessível – o poder público –, para assim expor os problemas vivenciados pelos rizicultores da região sul.

---

<sup>24</sup> Jornal Integração Regional – 13 a 20 de maio de 2005.

A sentença possui, ainda, um significado implícito, mas não obscuro. Quando o arroteiro diz que “não somos desocupados”, mas precisam realizar estas manifestações porque outros grupos sociais “que não tem nada a ver” recebem apoio, enquanto “nós, que produzimos alimentos, somos ignorados”, na verdade ele está explicitando mais uma queixa com relação ao Governo Federal.

Torna-se mais simples compreender a questão quando lembramos o depoimento feito por um outro arroteiro ao etnógrafo: “Nós não somos os sem-terra. Não queremos badernar, queremos produzir!<sup>25</sup>”. Desse modo, fica claro que o arroteiro mencionado anteriormente está dirigindo sua crítica ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra<sup>26</sup> (MST), considerado por ele algo que “não tem nada a ver”. A essa altura o leitor já pode estar se perguntando como posso ter entendido essa frase como uma crítica ao Governo Federal. Devo, então, esclarecer a questão.

Entre os produtores com os quais convivi em Restinga Seca, e podemos falar que também entre os médios e grandes produtores do estado do Rio Grande do Sul, há uma percepção negativa do MST: um grupo composto por pessoas que não possuem uma autêntica relação com a agricultura, mas que reivindicam terras através de ocupações de propriedades particulares e de manifestações “baderneiras” para assim obter aquilo que desejam.

Luiz Inácio Lula da Silva, o atual presidente do Brasil, ao longo dos anos da década de 1980 foi um ativo militante na defesa do MST. Como Presidente da República, chegou mesmo a vestir o boné do movimento,

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida no dia 12-07-2006.

<sup>26</sup> Fundado no ano de 1984, este é o maior movimento organizado em prol da reforma agrária após a redemocratização do Estado brasileiro. O MST encampa idéias socialistas e, anualmente, organiza uma manifestação denominada “o grito dos excluídos”.

indicando assim sua simpatia para com os “sem-terra”<sup>27</sup>). Desse modo, os agricultores de Restinga Seca indicavam que o Presidente apoiava o MST e se esforçava para atender suas reivindicações, deixando de lado os verdadeiros produtores, que ficavam expostos a um sem fim de tributações sem obter as contribuições, merecidas por direito, que esperavam receber do poder público.

As manifestações se ampliavam e ganhavam cada vez mais repercussão. Em 31 de maio de 2005, então, foi comemorado o Dia Nacional de Mobilização da Agricultura, ocasião em que foi realizado um grande protesto em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul<sup>28</sup>.

Tratores e caminhões ocuparam as ruas da principal cidade gaúcha, num dia em que milhares de agricultores, dentre os quais um grupo de Restinga Seca, protestaram contra as políticas agrícolas do Governo



Manifestação em Porto Alegre – RS no Dia Nacional da Mobilização da Agricultura.

Fonte: Jornal Integração Regional, 31 de maio de 2005

<sup>27</sup> Denominação dada aos integrantes do MST.

<sup>28</sup> Ver jornal Integração Regional – 03 a 10 de junho de 2005.

Federal, e reivindicaram a taxaço do arroz importado em 50% de seu valor, a garantia de comercializaço de sua safra e o reajuste do preço do cereal.

Em 09 de junho de 2005, foi a vez da estrada RS 287, que corta o município de Restinga Seca, ser tomada por manifestantes. Centenas de tratores ocuparam a estrada e um palco foi armado para que os prefeitos e presidentes de sindicatos e associaçoes pudessem discursar. Flávio Giuliani, que foi o organizador do evento, quando falou ao público, mencionou os impostos cobrados, as falhas administrativas e os escândalos de corrupço do Governo Federal, assim como as dívidas dos agricultores com os bancos, dizendo, por fim, que era por esses motivos que os produtores estavam ali se manifestando.

Se pensarmos que este tipo de evento constitui um momento em que, parafraseando Clifford Geertz, os agricultores falam deles mesmos para eles mesmos, e também transmitem uma mensagem de insatisfaço aos dirigentes do país, então estas manifestaçoes ganham um colorido em sua interpretaço.

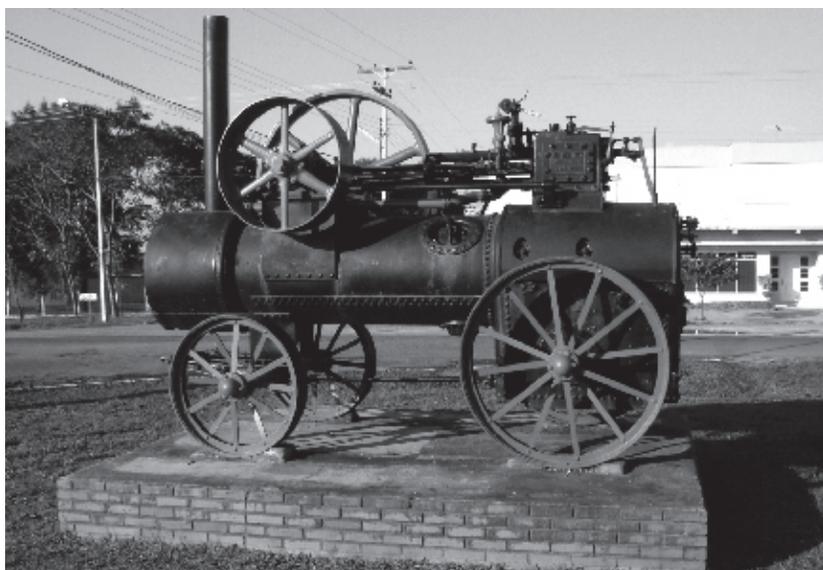


Manifestaço dos Produtores Rurais na estrada RS 287 em Restinga Seca.

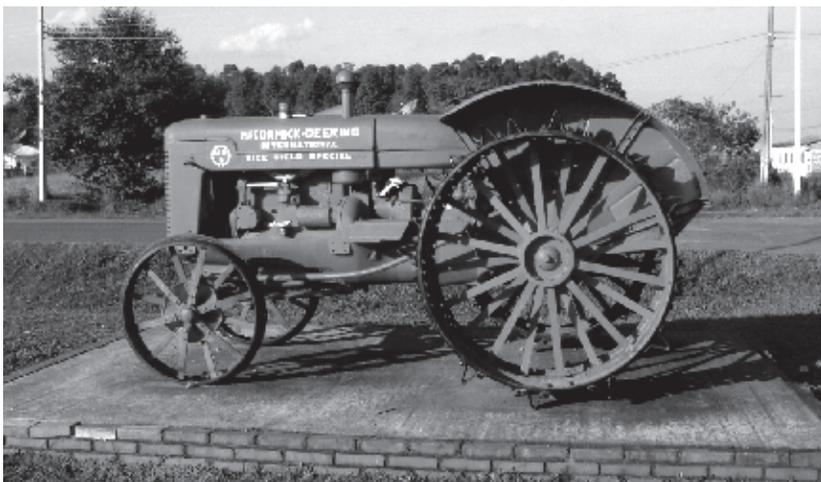
Fonte: Jornal Integraço Regional, 09 de junho de 2005

Caso buscassem apenas o ato pragmático de bloquear a estrada, bastaria que os agricultores ficassem parados eles mesmos interrompendo o trânsito dos veículos. Poderiam, talvez, queimar alguns pneus, o que também resultaria na suspensão do tráfego. Aconteceu, no entanto, que eles optaram por algo muito mais trabalhoso: levaram para a estrada centenas de tratores, o que gerou não apenas uma significativa perda de tempo, mas também gastos de combustível e deterioração das peças do maquinário. Esse gesto, por sua vez, possui uma explicação que transcende o aspecto prático da ação.

Ao levar seus tratores para a estrada, e com eles compor um verdadeiro reide de protesto, os agricultores estavam afirmando, simbolicamente, sua identidade de homens do campo. Não eram “sem-terra”, nem “sem-teto”, tampouco sindicalistas. Eram agricultores cujas vidas giravam em torno do cultivo de suas terras,



Monumento na Entrada da Cidade.  
Foto: Carlos Valpassos, julho de 2006.



Mc Cormick-Deering – International – Rice Field Special.

Foto: Carlos Valpassos, julho de 2006

mas que, naquele momento, se viam obrigados a manifestar-se pela preservação de algo que, mais que uma forma de trabalho, representava seu modo de vida.

## **O CAMPO ESTÁ DE LUTO!**

Restinga Seca é uma cidade agrícola. Essas palavras, todavia, não dão conta das implicações semânticas da sentença. Para melhor entender o que significa, sociologicamente, ser uma cidade agrícola, é necessário experimentar, de algum modo, um lugar dessa natureza. Nesse sentido, convido o leitor a um breve passeio pelas ruas restinguenses, para assim apresentar meu raciocínio.

Imagine-se sendo deixado na entrada da cidade. Não há muito que fazer, além de observar a paisagem e adentrar o núcleo urbano. Assim, você caminha pela avenida que chega ao lugar e, em pouco tempo, depara-se com algo que à distância parece uma locomotiva. Ao

aproximar-se, você pode notar que se trata, na verdade, de um monumento, e que a máquina não é uma locomotiva, mas sim um dispositivo mecânico que era usado em tempos passados para levar a água dos rios às lavouras, para irrigá-las, portanto.

Menos de 50 metros à frente, um outro monumento se apresenta. Diante de ti está, então, um trator, mas não um trator qualquer. Trata-se de um dos primeiros exemplares que trabalharam nos campos de Restinga Seca, uma máquina própria para as lavouras de arroz.



Brasão Representativo do Município de Restinga Seca.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Restinga Seca

Os monumentos são, nesse caso, símbolos que transmitem mensagens não apenas a um eventual visitante, mas também aos próprios habitantes locais que, através desses recursos da inteligência sociológica local, são lembrados da importância da agricultura para a cidade, com destaque para a rizicultura. Mais que isso, os monumentos indicam a profundidade temporal da prática agrícola em Restinga Seca e sua primordial contribuição para o município desde a chegada dos primeiros colonizadores.

E por falar em colonizadores, vale mencionar que todos os grupos étnicos que ajudaram a “construir” Restinga Seca – de origem portuguesa, alemã, italiana e africana – foram para lá atraídos pelo trabalho na agricultura. Percebe-se, portanto, a forte presença de um *modus vivendi camponês* ao longo de toda a história local<sup>29</sup>.

Restinga Seca, todavia, não é um lugar exclusivamente agrícola. Na cidade se desenvolveram indústrias – de móveis e de insumos agrícolas – que tiveram, e ainda têm, um relevante papel.

Assim, se o leitor continuasse sua caminhada, talvez avistasse a sede da Prefeitura Municipal de Restinga Seca e, se observasse o prédio, não demoraria a perceber que, ao lado de sua porta de entrada, está pintado o Brasão da cidade.

Nesse momento, se o leitor, após ser apresentado aos significados expostos no brasão, encerrar sua viagem, certamente já terá uma idéia, embora incompleta, da identidade social das pessoas que vivem em Restinga Seca. Digo isso porque, quando comecei a indagar meus interlocutores sobre os símbolos do brasão, obtive respostas por demais esclarecedoras. Enfim, tive acesso a uma cópia da Lei nº 06/77 de Restinga Seca, na qual era instituído o brasão do município.

A coroa com cinco torres indica que Restinga Seca é um município. No escudo, as flechas cruzadas são uma referência aos índios, enquanto a cruz remete aos portugueses. Assim, sob um fundo azul que significa “paz social”, são lembrados os primeiros ocupantes da região, que, segundo a história local, desistiram da guerra e optaram pela convivência pacífica no lugar.

As ondulações prateadas são referências aos dois principais rios do lugar: o Jacuí e o Vacacaí. No campo superior central é apresentado

---

<sup>29</sup> Ver nota 2.

um solo verde, cor que indica a fertilidade, e nele a silhueta de um arado rústico, simbolizando a agricultura.

A pecuária é lembrada através de uma cabeça bovina, no campo central inferior, onde também aparece um capacete prateado de Mercúrio, representando o comércio, e, sob ele, uma engrenagem, simbolizando a indústria.

Em ambos os lados do escudo surgem, dourados, os principais produtos agrícolas do município – o arroz e a soja –, indicando, desse modo, a riqueza do lugar (Cf. BARCELLOS FILHO & FRANCHESCHI, 1977, p. 05).

Se o brasão de uma cidade diz algo sobre seus habitantes, assim como acredito que seja<sup>30</sup>, então essa abordagem heráldica pode enriquecer nossas interpretações sobre a crise instituída em Restinga Seca. Note o leitor que o brasão é, ele próprio, um símbolo onde são expressos e condensados diferentes significados, realizando, por fim, a transmissão de mensagens. No caso aqui apresentado, as mensagens transmitidas são diretamente relacionadas à identidade social restinguense. O símbolo refere-se à história local, às riquezas naturais da região e às principais ocupações de seus habitantes, ocupações estas que representam os modos de vida ali existentes.

Assim, quando relacionamos a crise vivenciada por Restinga Seca ao simbolismo de seu brasão, percebemos, então, que a crise não afeta apenas a economia restinguense, mas também as próprias socialidades locais.

---

<sup>30</sup> Estou consciente que símbolos nacionais foram criados por governantes para assim produzir identidades (Ver CARVALHO, 1990). Não tenho como discutir o contexto histórico no qual foi pensado e instituído o brasão de Restinga Seca, mas isso não derruba meu argumento de que, no momento do trabalho de campo, aquele escudo municipal era reconhecido pelos habitantes locais como representativo das principais atividades que compunham o *modus vivendi* restinguense.

A crise da fábrica de móveis surge como um forte golpe no setor industrial da região. Com a estiagem e a queda do preço dos produtos agrícolas, sobretudo do arroz, entra em colapso a agricultura. Esses dois infortúnios, quando somados, têm um reflexo imediato sobre o comércio restinguense, que se insere, assim, no cataclismo. Como a estiagem também prejudicou a pecuária e fez baixar o nível dos rios Jacuí e Vacacaí, percebe-se, pois, que os principais componentes da identidade social restinguense estavam abalados, gerando, desse modo, um verdadeiro contexto de aflição.

Para expressar os sentimentos vivenciados, os agricultores falavam de tristeza e falta de entusiasmo, mencionando, ainda, a incerteza com relação ao futuro, que surgia como uma grande incógnita em função tanto das condições climáticas quanto da desvalorização dos produtos agrícolas e do endividamento com os bancos. Essa segunda causa de incerteza, por sua vez, era apontada como mais grave, pois as pessoas que tinham condições de transformá-la não eram vistas como empenhadas nisso.

A importação do arroz que vinha do Uruguai e da Argentina soava como um desprestígio ao produtor brasileiro. Lembravam, então, a importância histórica da agropecuária na colonização do país e, repetidas vezes, recordavam uns aos outros que eram os produtos do campo que sustentavam, ano após ano, a favorável balança comercial brasileira. Mesmo assim, diziam, o Governo Federal não colaborava com os produtores, que sempre tinham que enfrentar altos encargos tributários e, além disso, ainda tinham que concorrer com as importações de grãos que, na versão local, eram muito menos taxados em seus países de origem, o que fazia necessária a intervenção do governo brasileiro – seja no sentido de diminuir os impostos aqui cobrados, ou no de taxar o arroz importado – para que a competição não prejudicasse o arrozeiro nacional.

A própria importação desse arroz era apontada como um mal, na medida em que a ela era atribuído um grande peso no mercado para a desvalorização do produto. Enquanto o Instituto Rio Grandense do Arroz<sup>31</sup> (IRGA) divulgava<sup>32</sup>, na safra 2004/2005, o custo médio de R\$ 30,68 por saca de 50 kg de arroz, os preços de mercado<sup>33</sup>, na média do ano de 2004, ficaram em R\$ 26,68. Na safra 2005/2006, os cálculos do IRGA indicavam<sup>34</sup> um custo médio de R\$ 28,28 por saca de arroz, enquanto o preço médio do produto<sup>35</sup>, no ano de 2005, ficou R\$ 17,72.

Esses dados me intrigaram, pois eu não concebia que, mesmo com prejuízos que atingiam mais de R\$ 10 por saca de arroz, os produtores continuassem a plantar. Quando expunha meu espanto, no entanto, meus interlocutores argumentavam que não podiam parar de plantar, pois havia o contrato com os bancos, o que implicava em continuar trabalhando nas lavouras para, assim, poder renegociar as dívidas.

Quando questionei sobre isso à Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, Lacy Cabral, ela respondeu que os produtores, em seus cálculos particulares, não contavam o seu próprio trabalho nem o de seus familiares; além disso, muitos reduziam os gastos adiando ao máximo a manutenção do maquinário.

Ao entrevistar um rizicultor<sup>36</sup> chamado Tadeu, quando falávamos da desvalorização do cereal, recebi um depoimento que muito me impressionou: “Antes eu comprava um trator com 1000 sacas de arroz.

---

<sup>31</sup> Trata-se de uma autarquia do governo do Estado do Rio Grande do Sul. O instituto pesquisa novas tecnologias e técnicas para o cultivo do arroz e divulga seus resultados entre os produtores.

<sup>32</sup> Fonte: Resumo dos Itens de Custeio da Produção. IRGA / Secretaria da Agricultura e Abastecimento / governo do Estado do Rio Grande do Sul. Fevereiro de 2005.

<sup>33</sup> Fonte: Cooperativa Triticola Sepeense Ltda.

<sup>34</sup> Fonte: Resumo dos Itens de Custeio da Produção. IRGA / Secretaria da Agricultura e Abastecimento / governo do Estado do Rio Grande do Sul. Fevereiro de 2006.

<sup>35</sup> Fonte: Cooperativa Triticola Sepeense Ltda.

<sup>36</sup> Entrevista concedida no dia 17-07-2006.



Fonte: Associação dos Arrozeiros de Restinga Seca – Julho de 2006.

Hoje são necessárias mais de 5000 sacas!” Isso, de acordo com ele, significava que o agricultor aumentou sua produtividade para receber menos que antes, ou seja, investiu em tecnologia e, em alguns casos, aumentou a quantidade de trabalho, para receber menos por seu produto.

O que se pode concluir disso é que não era apenas o preço do arroz que estava desvalorizado, mas também o trabalho do agricultor. Desse modo, as falas dos agricultores expressavam recorrentemente o sentimento de que a desvalorização do arroz era a desvalorização deles mesmos enquanto produtores rurais.

Assim, vale ressaltar a presença de adesivos, colados nas vitrines das lojas e nos carros de Restinga Seca, onde era representado o mapa do Brasil cortado por uma faixa preta e, abaixo da figura, estava escrito: “O Campo está de luto!”.

A referência ao luto expressa sentimentos como tristeza, amargura e desgosto, todos originados pela perda de algo querido. Quem fala em luto, refere-se, conseqüentemente, à idéia de morte e, nesse caso, a mensagem que se transmitia era a de que, no Brasil, a agricultura estava morrendo.

Durante a crise os grandes produtores se uniram aos pequenos, e os patrões aos empregados, em manifestações por mudanças nas políticas agrícolas. A suspensão dos conflitos locais<sup>37</sup> se realizava, então, para que fosse possível lutar por aquilo do qual todos dependiam: a agricultura.

A estiagem era responsável pelo agravamento da crise, mas os agricultores de Restinga Seca apontavam o Governo Federal como o grande culpado por aquela situação. Desse modo, alguns se referiam ao Mercosul como “Merdosul”, e diziam que a agricultura brasileira



Adesivo de protesto contra as políticas agrícolas adotadas pelo Governo Lula.

Foto: Carlos Valpassos, julho de 2006

---

<sup>37</sup> Lembro aqui um interlocutor que disse ter ficado impressionado ao ver, unidas, pessoas que cotidianamente lutavam por objetivos opostos.

estava enfrentando no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a mais temível praga de sua história.

Os problemas financeiros da Fábrica de Móveis Gaudêncio e a queda dos produtos agrícolas engendraram, em Restinga Seca, um panorama de crise, cujas conseqüências foram agravadas pela estiagem. Produtores e trabalhadores rurais entendiam que a resolução de seus problemas só poderia vir através da intervenção governamental. Como as ações do governo caminhavam numa direção que os agricultores entendiam como contrária à de seus interesses, então a responsabilidade da crise era atribuída aos governantes e, mais especificamente, ao mais poderoso de todos eles, o Presidente da República.

Percebe-se então que os problemas ambientais ocorridos em Restinga Seca foram apropriados e interpretados através da ótica das questões econômicas e políticas locais. Tensões relativas às políticas nacionais e internacionais de agricultura englobaram as alterações climáticas, dando ao seu enfrentamento contornos políticos e econômicos.

Os agricultores de Restinga Seca conheciam e mencionavam diversas ações antrópicas que contribuía para a estiagem: falavam do excessivo plantio de eucaliptos em algumas regiões, da grande quantidade de açudes construídos por eles próprios, das barragens, do aquecimento global etc. Apesar disso, o quadro de crise que enfrentavam era visto como decorrente das políticas públicas do Governo Federal. A mesma estiagem, diziam, teria um impacto muito menor se o poder público agisse como deveria: reduzindo as taxas tributárias, não desvalorizando o preço do arroz através da importação do produto uruguaio, ampliando as linhas de crédito rural e garantindo maiores seguranças de comercialização das colheitas.

Em poucas palavras, a leitura que os agricultores de Restinga Seca fazem da atuação e do papel das políticas públicas de agricultura compõe um quadro de crise ao qual a estiagem foi incorporada. A vulnerabilidade dos agricultores, nesse contexto, era mais nítida com relação à ação governamental que às alterações climáticas, pois era através da primeira que estas eram interpretadas.

## REFERÊNCIAS

- BARCELLOS FILHO, João Rodrigues and FRANCHESCHI, Evaldo. 1977. *Maioridade de Restinga Seca – Restinga Seca Progride com Seu Povo*. Restinga Seca, OPAL Ltda.
- CARVALHO, José Murilo de. 1990. *A formação das. almas. O imaginário da República no Brasil*. São. Paulo, Companhia das Letras.
- TURNER, Victor. 1988. *The Anthropology of Performance*. In.: *The Anthropology of Performance*. PAJ Publications, New York.
- TURNER, Victor. [1957] 1996. *Schism and Continuity in an African Society – A Study of Ndembu Village Life*. Berg, Oxford-Washington.

### ***Periódicos***

Jornal Tribuna de Restinga – Edições dos anos de 2004 e 2005.

Jornal Integração Regional - Edições dos anos de 2004, 2005 e 2006.

# **Percepções da seca de 2005 em Antônio Prado (RS) e as respostas adaptativas dos agentes sociais**

**Vitor Popinsky**

## **ACRÓNIMOS**

ACIS-AP – Associação Comercial Industrial e Serviços de Antônio Prado

AECIA – Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e de Antônio Prado

COOPAECIA – Cooperativa dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Porto

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento

EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## INTRODUÇÃO\*

Nas últimas décadas, as chamadas “calamidades naturais” parecem repetir-se com mais frequência e intensidade do que até então. Esta percepção pode resultar mais da globalização dos meios de comunicação do que propriamente duma verdade estatística. Contudo, ou até talvez por isso mesmo, uma maior difusão pela imprensa tem suscitado debates em torno da temática “meio ambiente”.

Certo é que, enchentes, terremotos, furacões, secas prolongadas, entre outros fenómenos naturais, provocam impactos devastadores nas sociedades, tanto a nível local como global, que suscitam nas ciências sociais um campo de interesse sobre a relação dicotómica sociedade/natureza (MATTEDI & BUTZKE, 2001, p. 1-3).

O trabalho aqui apresentado centra-se nas percepções acerca do advento da seca no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A partir duma perspectiva antropológica, procurou-se analisar, num contexto local, as consequências e estratégias de resposta a esta calamidade natural; numa abordagem holística a partir da descrição etnográfica, ensaiou-se um estudo dos aspectos sócio-culturais de um dos diferentes municípios afectados pela seca e, conseqüentemente, analisaram-se os discursos dos diferentes actores sociais decorridos no rescaldo deste fenómenos natural.

O interesse das ciências sociais pelo meio ambiente -entenda-se físico, natural- intensificou-se na década de 1970 (ALONSO & COSTA, 2002, p. 35), não obstante a produção de pesquisas centradas em

---

\* Desejo expressar aqui os meus sinceros agradecimentos aos habitantes de António Prado que se disponibilizaram a participar na pesquisa, em especial ao Fernando e Geraldo. Também gostaria de mencionar os meus agradecimento ao Dr. Xerardo Pereiro, o Dr. Paulo Mendes e a Joana Guimarães que me ajudaram imenso na revisão do artigo.

estudos ecológicos na disciplina antropológica já existir na década de 1950, como é o caso da abordagem da ecologia cultural feita por Julian Steward (1972), que “postula uma relação entre recursos ambientais, tecnologia de subsistência e o comportamento necessário para aplicar a tecnologia de subsistência nos recursos do ambiente” (MORAN, 1994, p. 67). Os pressupostos teóricos desta pesquisa inserem-se na abordagem construtivista desenvolvida por autores como Hannigan (2006) ou Douglas e Wildavsky (1983), na qual os problemas ambientais são considerados construções sociais, na medida em que os riscos provocados pelas calamidades naturais são cognitivamente construídos pelos agentes sociais. Por conseguinte, esta pesquisa tenta analisar a dimensão simbólica, logo social e cultural, do advento da seca em António Prado, apreendendo os diferentes discursos que revelam enquadramentos de origem também eles diferenciados, seja porque são produzidos em contextos tão distintos como os urbanos e/ou os rurais, ou a partir de corpos de conhecimento diversos como aqueles resultantes da ciência ou de prática/teorias émicas.

A pesquisa privilegiou uma abordagem qualitativa (BERNARD, 2006, p.103-120; ADLER & CLARK, 2008, p. 80-91) uma vez que as percepções dos actores sociais foram analisadas a partir do trabalho de campo que se realizou em julho de 2006, tendo neste aplicado, principalmente, entrevistas semi-estruturadas e abertas; a recolha de dados históricos também contribuiu para apreender a organização social de António Prado e a relação da população deste lugar com o fenómeno natural então ocorrido.

## CONSEQUÊNCIAS HISTÓRICAS DAS ENCHENTES E SECAS EM ANTÔNIO PRADO

E alla Merica noi siamo arrivati  
no' abbiám trovato nè paglia e nè fieno  
Abbiám dormito sul nudo terreno  
come le bestie andiam riposar.

Merica, Merica, Merica,  
cossa saràlo 'sta Merica?  
Merica, Merica, Merica,  
un bel mazzolino di fior.

E la Merica l'è lunga e l'è larga,  
l'è circondata dai monti e dai piani,  
e con la industria dei nostri italiani  
abbiam formato paesi e città.

O município de Antônio Prado situa-se na serra gaúcha, no estado do Rio Grande do Sul. A região permaneceu impenetrável à colonização até 1880, sendo que somente o povo caçador-recolector Kaingang ocupava este território. Durante essa década, colonos de origem sueca e polaca começaram a estabelecer-se, mas voltaram a migrar para o Alto Uruguai (BARBOSA, 1980, p. 14).

A região foi conseqüentemente ocupada por imigrantes italianos que deixaram um grande legado na zona, chegando a cidade de Antônio Prado a ser actualmente denominada como a cidade mais italiana do Brasil<sup>1</sup>, o que não é surpresa para quem visita a região. A maioria da

---

<sup>1</sup> A propaganda acerca da origem italiana verifica-se em várias publicidades da cidade, como é o caso de websites oficiais acerca de Antônio Prado. Fonte: <http://www.antonioprado.com.br>.

população em Antônio Prado tem ascendência italiana e, apesar do idioma falado ser o português, é possível notar um sotaque transalpino; é também comum ouvir-se o italiano ser falado na zona e será evidente para o visitante que a gastronomia e, principalmente a arquitetura reflectem a colonização italiana.

A maioria dos colonos italianos são originários da região de Vêneto, no norte de Itália (deste grupo também fazem parte os imigrantes que tentaram estabelecer-se nas lavouras de café em São Paulo e do município vizinho, Caxias do Sul). É curioso notar que a origem do nome do município provém de Antônio da Silva Prado, um defensor da entrada de imigrantes no Brasil (BARBOSA, 1980, p.14). Da mesma forma que a canção “Mérica, Mérica”<sup>2</sup> relata a jornada épica para alcançar a terra prometida, Barbosa (1980) descreve a mesma corajosa odisséia dos primeiros colonos na densa floresta onde presentemente se localiza Antônio Prado. Esta parte da história (SANTIN, 1996, p. 594) foi constantemente mencionada durante o trabalho de campo, pelos descendentes dos primeiros colonos, chegando ao ponto de um dos informantes afirmar que os italianos são muito trabalhadores, que mesmo numa região tão adversa como Antônio Prado, eles conseguiram que a agricultura prosperasse, e que se eles estivessem no nordeste brasileiro, provavelmente conseguiriam atingir a mesma prosperidade.

Em termos geográficos, Antônio Prado situa-se no estado do Rio Grande do Sul, abrangendo uma área de 347,62 km<sup>2</sup>, sendo banhado pelo rio das Antas e o rio Prata. O município faz fronteira com Ipê a norte, Nova Roma, Nova Pádua e Flores da Cunha a sul, São Marcos e Campestre da Serra a este e Veranópolis, Vila Flores e Protásio a oeste. O clima é considerado subtropical e a altitude chega aos 770 metros

---

<sup>2</sup> Composição de Angelo Giusti em 1875 e considerado o hino oficial da colonização no Rio Grande do Sul. Fonte: <http://italiasempre.com/verpor/merica-merica2.htm>.



Localização de Antonio Prado.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

acima do nível do mar. De acordo com o IBGE, no ano de 2007, a população do município de Antônio Prado rondava os 6.163 habitantes.

Em relação ao historial de secas no município, vários informantes referem que uma seca tão intensa como a agora verificada ocorreu há mais de meio século, como um dos informantes comenta:

[...] de uns cinquenta anos atrás deu uma seca... que o rio do inferno ali em cima (sim) lá em baixo quer dizer, onde eu moro tinha quase secado, um rio que é um rio... um rio médio ... eheheh... eu até digo porque eu ia... ia nos lagiados assim, que tinha pocinha aqui pocinha de lá, eu ia era pesquisar os peixes, pegar peixes, que se pegaram no lagiado (estavam mortos?) que tava secando. Tavam pra morrer, não tavam morto ainda. Pocinha de água que tinha no lagiado, mas ele tava quase seco. Isto há cinquenta anos, cinquenta dois, cinquenta e três anos. Depois daquela vez seca igual nunca mais eu vi<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Entrevista realizada em 18/07/06.

Barbosa (1980, p. 17) descreve um episódio de uma grande seca que ocorreu em dezembro de 1889, em que muitos colonos perderam as suas safras e uma das estratégias económicas encontradas para suprimir as perdas da actividade agrícola foi a participação de muitos dos habitantes na construção da estrada Simão.

Apesar dos registos de seca mencionados, o principal problema climático na região está relacionado com as enchentes dos rios circundantes que isolam o município de outras regiões do estado. As repercussões deste isolamento persistem na memória dos habitantes, como também na actual morfologia do município. Segundo Barbosa (1980, p. 36-37), o município encomendou uma ponte proveniente da Alemanha para ser construída no Passo do Zeferino, de forma a resolver os problemas provocados pelas enchentes, mas o plano nunca se concretizou. A ponte chegou ao Rio Grande do Sul, mas em vez de ir para Antônio Prado, foi colocada no município vizinho de Vacaria, mantendo-se assim o isolamento e as dificuldades no desenvolvimento sócio-económico de Antônio Prado.

Contudo, estes mesmos factores de repulsão e entraves ao desenvolvimento económico foram recentemente apontados como tendo uma consequência positiva:

O relativo isolamento das vias de acesso para Antônio Prado foi um dos factores que permitiram a preservação do património histórico-cultural. Os turistas e os especialistas que passam pela cidade, ou visitam o interior, ficam maravilhados com a beleza dos antigos chaletes, a maioria deles em madeira, num estilo tipicamente italiano do início do século. Em 1988, depois de inúmeras tentativas, o SPHAN/Pró-Memória declarou Antônio Prado 'Património Nacional' (BONI, 1989, p. 38).

Não obstante, o processo de declaração de Antônio Prado como Património Nacional não foi percebida de forma igual pelos habitantes da cidade, que começou em 1987 com o tombamento<sup>4</sup> provisório de 47 prédios na cidade, e que conseqüentemente provocou controvérsia na sociedade pradense:

Já nessas primeiras reações ao tombamento pode entrever-se os principais pólos da controvérsia que dividiu os informantes: a questão do direito de propriedade, o tema do progresso e da modernização numa sociedade local, a disputa em torno da definição da memória (alocada na representatividade, no valor das casas tombadas, se estas representavam ou não a experiência de imigração e colonização italiana na região) e, último mas não menos importante, o propalado autoritarismo da ação da SPHAN” (LEWGOY, 1997, p. 8)

A primeira pessoa que referiu esta controvérsia no trabalho de campo foi Marcus, o secretário da Secretaria da Agricultura e Ambiente de Antônio Prado. Segundo este informante, o tombamento não foi visto como um factor de desenvolvimento para todos os pradenses; em vez disso existe a percepção que “a construção em betão passou a significar uma posição social enquanto que as de madeira, de maneira geral, ficaram como construções humildes e despretensiosas até aos dias de hoje” (POSENATO, 1989a, p. 15).

Segundo Ciami, estagiária da Secretaria do Turismo, o município tem vindo a tornar-se um ponto turístico, apesar de em termos estatísticos a actividade turística representar apenas uma pequena parte nas

---

<sup>4</sup> Tombamento é um acto administrativo de poder publico, com o objectivo de proteger determinados bens culturais, impedindo que sejam destruídos ou que se alterem as suas características. Pode ser aplicado a bens móveis ou imóveis que tenham interesse natural ou cultural, e que estejam associados a valores históricos, culturais, arquitectónicos, efectivos, artísticos, arqueológicos, etnográficos, bibliográficos, paisagísticos. Podem ser fotografias, livros, mobiliário, utensílios, obras de arte, edifícios, estradas, avenidas, cidades, regiões, floresta, quedas de água, etc.

actividades do município, a despeito do potencial cultural e natural que possui. Não obstante, têm-se promovido várias estratégias para desenvolver o sector turístico, como a adesão da cidade ao circuito de *slow cities*<sup>5</sup> e o enquadramento na rota dos vinhos da montanha gaúcha. Outro cartão turístico da cidade refere-se ao filme “O Quatrilho”<sup>6</sup>, que foi filmado nas paisagens idílicas do interior de Antônio Prado e nas casas tombadas situadas na cidade. O filme representa aspectos da



Antônio Prado

Fonte: Governo do Rio Grande do Sul.

---

<sup>5</sup> Inserido num movimento denominado *slow food* que começou na década de 60 pelo escritor italiano Carlo Petrini com um manifesto contra a propagação das cadeias de restaurantes *fast food* norte-americanos em Roma, chegando a existir actualmente mais de 700 membros mundialmente. Não obstante, para que uma cidade pertença ao movimento, precisa de apresentar alguns requisitos para se tornar uma *slow city*, como por exemplo, a população tem de ter menos de 50 000 habitantes, como também tem de existir um cometimento por parte da cidade que deve respeitar normas específicas e condutas delineadas pelo movimento. Fonte: <http://www.cittaslow.net>

<sup>6</sup> Baseado na obra de José Clemente Pozenato e dirigido por Fabio Barreto o filme foi nomeado para o Oscar da academia americana na categoria de melhor filme estrangeiro em 1995. Fonte: <http://www.imdb.com/title/tt0114212>

de comportamento em relação às conotações negativas que o tombamento teve, sendo agora perspectivado como um instrumento para promover o turismo. Os atractivos naturais não só englobam os aspectos paisagísticos mas também o próprio clima, pois a região apresenta um clima subtropical, onde no inverno as temperaturas são baixas, chegando mesmo a nevar, o que atrai muitos brasileiros à região.

### **EXISTIU REALMENTE UMA SECA EM ANTÔNIO PRADO EM 2005?**

Depois de ficar cinco dias em Porto Alegre, finalmente cheguei a Antônio Prado no dia 10 de Julho de 2006. Durante a viagem de autocarro até Antônio Prado, tive a oportunidade de conhecer uma senhora que ficou curiosa em saber o que eu ia fazer a tão pequena terra. Expliquei-lhe a razão da minha estadia e ela ficou surpreendida, pois não sabia de nada acerca da seca que ocorreu em 2005 em Antônio Prado, referindo que apesar de não ser natural de lá, estava desde 2004 a trabalhar numa fabrica de calçado no município. Este facto levou-me a ficar um pouco apreensivo, pois apesar deste ser o meu primeiro contacto, duas pessoas com quem posteriormente conversei sobre o assunto afirmaram o mesmo, embora a última, a proprietária do restaurante da residencial onde fiquei alojado, me ter dito para ir a Secretaria da Agricultura e do Ambiente e perguntar pelo seu sobrinho que trabalhava lá, dizendo que ele me poderia esclarecer melhor sobre a existência ou não duma seca.

No dia seguinte fui ao edifício da prefeitura onde se encontram vários departamentos do Estado e outras instituições que me poderiam dar informação sobre a seca.

Primeiro fui à EMATER, uma companhia com capitais mistos (privado e do governo), que tem como objectivo aconselhar e informar os agricultores sobre novas técnicas de forma a melhorar as suas actividades.

### **A PERSPECTIVA PROFISSIONAL ACERCA DO ADVENTO DA SECA EM ANTÔNIO PRADO**

De acordo com o técnico agrícola da EMATER, Roberto, não só ocorreu uma seca mas também mais de 54% dos agricultores perderam a sua produção, especialmente na uva, milho, maçã, leite, cebola, hortícolas e pêsegos, e como resultado disto, foi declarado estado de emergência no município, como verificado num laudo técnico que me foi fornecido.

A situação era alarmante, segundo este informante; tanto os poços artesanais como as barragens secaram no interior do município, o que levou muitos agricultores a tomarem medidas como a construção de mais poços para conseguir obter água e ao adiamento do pagamento de empréstimos agrícolas que muitos fizeram, de forma a ultrapassar a situação. Para as famílias mais afectadas o governo brasileiro deu a quantia de 300 reais, denominada bolsa estiagem.

No mesmo edifício da EMATER encontrava-se a Secretaria da Agricultora e Meio Ambiente, onde conheci três funcionários (dois técnicos ambientais e Marcus, o secretário do departamento), que me descreveram não só os impactos da seca, mas também aspectos da cultura pradense. Com um bom sentido de humor, Marcus comentou que o balcão de atendimento ao público foi baptizado de “balcão das lamentações”, referindo: “ninguém vem aqui e diz que teve uma boa safra este ano, em vez disso eles só vêm e pedem ajuda”. Por isso mesmo,

no tempo da seca eles constataram que a procura para a construção de poços artesanais aumentou consideravelmente. Esta estratégia está a causar alguma relutância tanto aos técnicos como aos agricultores, porque com a procura substancial da construção de poços provocada pela seca, há a idéia de existir uma maior probabilidade das águas do lençol freático da região ficarem contaminadas.

Outra instituição que me foi indicada foi a Cooperativa Agropecuária Pradense, onde tive a oportunidade de entrevistar a engenheira agrícola Rosana, que me mencionou de forma idêntica os impactos e as estratégias referidas pelos outros informantes, mas que também comentou um outro aspecto: com o desenrolar da seca, a cooperativa começou a vender mais sistemas de irrigação. Segundo esta informante, existe uma mudança de mentalidade por parte dos agricultores, pois hoje em dia eles têm mais informação e ajuda técnica, e por isso mesmo estão mais sensibilizados com aspectos relacionados com as alterações climáticas. A seca só veio provar isto, uma vez que decidiram optar por métodos de prevenção, como é o caso da compra de sistemas de irrigação, sendo os mais procurados o de gotejamento, micro-aspersão e de açudes.

A seca também desenrolou uma manifestação que se verificou em várias partes da região e que, segundo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Prado, consistiu no maior feito em relação ao combate à seca, em que vários sindicatos da região participaram e que possibilitou o adiamento do pagamento dos empréstimos agrícolas, como também permitiu apoiar os agricultores que foram mais afetados pela seca.

Os empréstimos que os agricultores recebem estão integrados no PRONAF, e consistem num financiamento do Governo Federal para ajudar o desenvolvimento da agricultura familiar, que surgiu na década

de 90 no Brasil (SCHNEIDER, 2006, p.15-16). César, gerente do Banco do Brasil em Antônio Prado, cedeu um documento referente ao adiamento da dívida intitulado: “Auxílio emergencial financeiro às populações afetadas pela estiagem na safra 2004/2005 – Bolsa estiagem – Rio Grande do Sul” que basicamente consistiu no adiamento dos pagamentos dos empréstimos relacionados com a colheita de 2004/2005 para o ano seguinte, ou seja, no tempo em que decorreu o trabalho de campo; segundo César, os agricultores pradenses que tomaram esta medida de emergência, não estavam a ter problemas em pagar o empréstimo. Contudo César também mencionou um outro factor que pode estar relacionado com a seca: antes da seca existiam apenas cerca de 100 clientes, sendo os pedidos actualmente na ordem dos 700 a 800, o que representa um aumento significativo no número de pedidos de empréstimos.

## **DISCURSOS HETEROGÊNEOS EM TORNO DA SECA**

O cruzamento da informação recolhida durante o trabalho de campo confirma a ocorrência da seca em Antônio Prado, mas a percepção sobre o assunto diverge entre os vários actores sociais. Por um lado, existe informação referindo que a seca realmente existiu e teve impactos negativos, como é o caso das notícias no jornal local “Cidadania”, que descrevem a ocorrência e onde aparecem relatos de alguns agricultores que perderam colheitas, corroborando assim os dados acima mencionados. Por outro lado, existem dados que indicam que a seca não foi sentida por toda a população, nem por todos os sectores produtivos da mesma forma. A indústria vinícola, por exemplo, saiu beneficiada, já que a qualidade das uvas também se beneficiou com a seca:

Enquanto a indústria vinícola comemora a excelente colheita, principalmente por causa das condições meteorológicas favoráveis para o crescimento completo da uva, aumentando a quantidade de açúcar no fruto, associado à sanidade do fruto, que de certeza irá produzir vinhos de grande qualidade, os agricultores lamentam as perdas da produtividade causada pelo forte seca que afectou o Rio Grande do Sul, e que dificultou a comercialização da uva produzida (CASAROTTO, 2005, p.16)

Outra versão sobre a seca está relacionada com a não ocorrência de falhas no fornecimento de água canalizada na cidade, uma justificação plausível para o fato de os residentes da cidade não terem conhecimento sobre o período da seca. Como dizia o diretor da CORSAN de Antônio Prado, apesar do estado de emergência ter sido proclamado durante o período de seca, os habitantes da cidade não tiveram nenhum problema com o fornecimento de água e por isso mesmo não foram afetados diretamente; contudo, para aqueles que não têm água canalizada a situação foi drástica:

como eles não possuíam um veículo, utilizaram um cavalo para trazer água de um vizinho, a uma distância de três quilômetros. Assim, eles não tiravam o suficiente, porque a água começou a ficar turva e com lama, imprópria para uso. Para a higiene pessoal, eles tiveram de se lavar com uma caneca, porque os poços artesianos estavam quase secos (OS EFEITOS..., 2005, p. 13).

Apesar de se sentir um impacto maior da seca no interior do município, esta também teve repercussões na cidade, fato que não foi detectado na primeira fase da pesquisa, uma vez que, para muitos informantes, a seca não existiu. Esta informação foi relativizada após

contatos mais frequentes com alguns informantes, o que permitiu descrever os impactos que a seca teve na cidade de Antônio Prado.

Uma das repercussões da seca está relacionada com a educação, pois tal como uma professora da escola privada da cidade mencionou, numa das entrevistas, durante a seca alguns alunos desistiram dos estudos. Ela identificou que estes eram filhos de colonos que provavelmente haviam perdido as suas colheitas nesse ano, e uma das soluções que tomaram foi a de transferirem os filhos para a escola pública<sup>7</sup>.

O comércio também foi afectado, pois a seca causou a perda do poder aquisitivo dos agricultores do município, como expõe o presidente da ACIS-AP:

Eu diria que um dos problemas que a gente começa a perceber mais é agora, né! No período da seca e em diante as pessoas pararam de gastar. O pouco do dinheiro que eles têm eles começaram a guardar para prevenção do futuro. Então eu diria assim, em relação ao comércio, praticamente os produtores pararam de comprar, porque eles não tem mais capital para agir, o pouco que eles têm eles estão a manter para uma próxima safra<sup>8</sup>.

Com esta situação, a ACIS-AP decidiu estrategicamente dar incentivos aos habitantes para consumirem mais nas lojas locais, com

---

<sup>7</sup> É importante mencionar que a percepção geral acerca da educação no país coloca o ensino privado acima do público, em termos de qualidade nos primeiros graus, mas a situação é inversa no ensino universitário. No caso de Antônio Prado as diferenças estão atenuadas, não existindo muita diferença. Um aspecto relevante acerca da educação no município é a localização dos estabelecimentos de ensino - a maioria encontra-se concentrada na cidade; existem cinquenta estabelecimentos de ensino, mas somente quatro estão localizadas no interior (dois na comunidade de Santana e as outros dois na comunidade 21 de Abril).

<sup>8</sup> Entrevista realizada em 23/07/06

a realização de um sorteio com vários prémios, sendo o primeiro um automóvel.

O sistema de saúde também foi afectado pela seca, dado que, com a diminuição da água nos poços artesianos e nas nascentes, esta ficou imprópria para consumo, o que desencadeou o aumento de casos de diarreia no município.

Em suma, o trabalho de campo permitiu constatar aspectos que não poderiam ser apreendidos através de outras metodologias, como é o caso dos três sectores acima descritos (educação, comércio e saúde). As evidências demonstram claramente as repercussões que a seca teve na cidade, mas que num primeiro momento não eram constatados pelos habitantes, não obstante a prolongada permanência e o contacto intensivo com os agentes sociais, como preconizado pelo método etnográfico, possibilitou uma perspectiva mais holística dos efeitos da seca.

## **AGRICULTURA FAMILIAR E CULTIVO DIVERSIFICADO**

A colonização, na sua aparência despretensiosa, representa uma revolução no sistema económico brasileiro. As estruturas arcaicas impostas pela metrópole baseada no latifundiário, monocultura e escravatura: quase extensões continentais de terra, destinadas para a produção de bens de consumo que são altamente cotados no mercado mundial, eram trabalhadas por infelizes que não receberam nada pelo seu trabalho. Os colonos que estavam a chegar da Europa introduziram uma produção diferente: a pequena propriedade com menos de 80 hectares, destinada à multicultura para o abastecimento do mercado interno com

comida e exclusivamente trabalhada pela família. Em poucos anos a superioridade deste modelo tornou-se óbvia, principalmente no Rio Grande do Sul, onde em 1829, os colonos de São Leopoldo desceram o rio Sinos e venderam os seus produtos na capital do Estado (POSENATO, 1989b, p. 22).

Três dias tinham passado desde a minha chegada a Antônio Prado, e por esta altura, a informação recolhida levava-me a tomar um passo importante na pesquisa, isto é, ir para a colónia<sup>9</sup>, pois aí os residentes eram considerados como o grupo mais afectado pela seca.

A entrada na colónia deveu-se a Fernando, uma pessoa que decidiu viver no interior do município com o objectivo de entrar no ramo da vinicultura. Natural de Nova Hamburgo, uma cidade do estado riograndense, Fernando tinha chegado a Antônio Prado há dois anos, quando começou a trabalhar para uma família que estava a fazer agricultora orgânica. Ele tornou-se um informante-chave durante o trabalho de campo, pois foi através dele que tive acesso à comunidade da linha 2 de Julho, onde foram recolhidos dados mais aprofundados acerca de aspectos da estrutura e organização social da colónia, como a participação nas festas da colónia e, principalmente, a percepção sobre a seca junto dos colonos desta comunidade.

O aparecimento dos primeiros colonos em Antônio Prado está associado à actividade agrícola:

---

<sup>9</sup> Colónia refere-se ao interior do município, e os seus habitantes são denominados colonos, apesar da conotação negativa que o termo tem, como uma informante referiu: “colonos são chamados de burros e ignorantes que só sabem acerca da terra”. O termo é commumente utilizado em Antônio Prado, pois a maioria dos habitantes afirmaram que têm orgulho em ser colono e de onde provêm, sendo que no Brasil, através da Lei Federal nº 5.496, de 5 de setembro de 1968, foi proclamado o dia 25 de julho o “Dia do Colono”.

Simão de Oliveira foi o primeiro cidadão que, por volta de 1880, se estabeleceu na margem direita do rio das Antas [...] Simão e seu companheiro derrubaram um eito de mato, construíram duas casas e fecharam com cerca de espinho um terreno de 330 metros de comprimento. Nele entraram a cultivar milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, pés de café, bananeiras, figueiras, ananazeiros [...] (BARBOSA, 1980, p. 12-13)

A atividade agricultura em António Prado está dividida em três fases: implementação da agricultura colonial (1875-1930), a agricultura colonial (1931-1970) e a agricultura moderna (1971-2006) (BASSO et al, 2005, p. 25).

A personagem acima descrita por Barbosa (1980) pertence à primeira fase, que é caracterizada pela agricultura minifundiária, onde era exercida a prática de corte e queimada, rotatividade do cultivo e onde a produção suína representava a principal atividade.

A segunda fase consistiu no uso intensivo da terra, que levou à intensificação da prática do corte e à redução do sistema rotativo de cultivo. Apesar de já existir produção da uva, esta era para consumo próprio, mas com o aumento da produção neste período, também apareceram as primeiras cooperativas e a assistência técnica, nomeadamente do EMATER, como também o crédito agrícola.

Contudo, no final da década de 50 e no início dos anos 60, ainda no segundo período, os preços da gordura do porco e do trigo baixaram significativamente, e por isso mesmo estas práticas foram diminuindo e perdendo relevância até aos dias de hoje. Esta situação desencadeou a introdução de novos tipos de produção, que representam a terceira fase, como leite, horticultura, frutos (pêssego e maçã) e galinha e aviário. Em simultâneo, começaram a emergir as agro-indústrias e

ocorreu também a expansão dos mercados hortícolas do município para outras regiões do estado (Caxias do Sul e Porto Alegre). Outro aspecto relevante nesta última fase consistiu na aderência dos colonos à agricultura ecológica e ao abandono da agricultura de corte e queimada, em grande parte devido às políticas ambientais e ao começo da reflorestação da região com fins económicos.

Apesar destas variações nas actividades ao longo destes períodos, três aspectos persistem até aos dias de hoje: a agricultura familiar, a pluricultura e a pequena propriedade. Esta prevalência está interligada aos valores familiares do mundo rural pradense, que perduram até hoje, “a tal ponto que hoje ainda, quase 120 anos após, se deparam filosofias diferentes, hábitos próprios e falares específicos nas famílias que ainda se mantêm na agricultura” (COSTA, 1996, p. 262).

As relações de parentesco têm um papel preponderante na organização das colónias, como demonstra a distribuição das propriedades nas comunidades de S. João e 2 de Julho. Na primeira comunidade, a terra estava dividida por três proprietários relacionados pelo grau de parentesco (pai, filho e filha) com diferentes tipos de produção para cada um. Considerando os períodos da agricultura no município acima descritos, é possível referir que o pai pertence ao período da agricultura colonial, apresentando uma grande diversidade de cultivo, a maioria para consumo próprio, como é o caso de feijões, nozes, batata doce, figos, abóboras. Somente a produção de leite e da uva constituem os produtos para comercializar.

Por outro lado, os filhos inserem-se na agricultura moderna, pois ambos têm pequenas agro-indústrias e promovem a agricultura

---

<sup>10</sup> Criada em 1986, por um grupo de jovens que assumiram o desafio da agricultura ecológica e o associativismo, a AECIA surgiu a partir dos encontros estimulados pela Juventude Católica Rural de

ecológica, pertencendo ambos a AECIA<sup>10</sup> e Coopaecia. O filho produz sumos a partir de frutos orgânicos (uva, pêsego e maçã) e tem produção de leite. Por outro lado, a filha produz chás orgânicos que são vendidos no mercado de Antônio Prado, Caxias do Sul e Porto Alegre e, como o pai e o irmão, produz leite. Apesar da divisão da terra e da produção, algumas das actividades e bens pertencem a ambos, como é o caso das cinquenta cabeças de gado que são mantidas juntamente para a produção do leite, e o poço artesiano, que foi construído há oito anos e é utilizado pelos três.

Também foi possível observar algumas variações da estrutura da agricultura familiar na localidade de 2 de Julho, onde residia o informante-chave, Fernando. A sua propriedade era arrendada a Nilson, que por sua vez era primo do seu vizinho, Walter, um agricultor que apostou no cultivo da cebola, beterraba, uva e na produção de milho para o gado com o objetivo de vender, como também, galinhas e porcos para o consumo próprio. A actividade agrícola era desempenhada com a sua família, isto é, o pai, a irmã e o cunhado.

Outro caso é o de José, que também reside na comunidade 2 de Julho e representa o grupo de agricultores que teve um prejuízo significativo devido à seca, uma vez que a sua actividade principal é a produção de leite e milho, desempenhada com as suas duas filhas e esposa. Pelo depoimento dos outros agricultores, a safra de milho foi a mais afectada, mas esta não era a principal produção para a maioria deles, ao contrário de José (que não contraiu qualquer empréstimo bancário). Este facto comprova o que o gerente do banco, César, mencionou relativamente ao pagamento dos

---

Antônio Prado/RS e pelo Centro de Agricultura Ecológica de Ipê/RS, onde eram discutidos os problemas causados pela indústria agrícola, como a intoxicação dos agricultores e poluição ambiental causada pelas máquinas, sementes e o manipulação de químicos, o melhoramento da vida dos agricultores e o êxodo rural.

empréstimos: os colonos, tanto aqueles que contraíram um empréstimo como os outros, quando questionados sobre as dificuldades econômicas desencadeadas pela seca, não se mostravam muito alarmados.

Um dos fatores para esta certa facilidade em ultrapassar as consequências da seca reside na própria especificidade da agricultura familiar em Antônio Prado. O caso de Walter é exemplar: para resolver as dificuldades no pagamento de um crédito contraído anos atrás, estendeu a sua produção para terrenos que, até então, não cultivava. Esta maximização dos factores produção surge como uma estratégia comum e feliz para as consequências da seca e outras adversidades que os agricultores de Antônio Prado estão expostos. Ao mesmo tempo a pluricultura praticada na localidade representa outra boa resposta a situação de crise como a verificada com a seca, uma vez que a perda de um dos produtos pode ser suprimida pela produção e venda de outro. Contudo, este aspecto positivo também apresenta o seu revés, uma vez que a diversidade de culturas requer investimentos consideráveis, pois diferentes produtos requerem diferentes tecnologias e ferramentas que têm que ser adquiridas, não se evitando assim a dispersão de recursos.

## **O PAPEL DA RELIGIÃO NA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DOS COLONOS EM ANTÔNIO PRADO**

O abalo sofrido pelos grupos imigrantes atinge todo o seu mundo cultural, no qual se inclui também a religião. No caso da imigração italiana no Rio Grande do Sul - como aliás de grande parte da imigração europeia no século passado - tratava-se de pessoas provenientes de um meio agrário, com uma cosmovisão sacral (BONI & COSTA, 1979, p. 110).

O primeiro encontro com Walter e José deu-se no festival da colónia, dedicado a Nossa Senhora do Carmo. Este evento, no qual toda a comunidade participa, está associado a aspectos religiosos que ocorrem uma ou duas vezes ao ano, durante três dias, tendo no ano de 2006 decorrido entre os dias 12 e 14 de julho. Os primeiros dois dias são dedicados a actividades religiosas, e têm como objectivo preparar a comunidade espiritualmente para a festividade. No último dia é realizada uma missa que, em 2006, estava relacionada com a actividade agrícola: “Festa religiosa para a benção dos escapelares, mudas de cebola, podas e sementes”, assim se denominava a cerimónia religiosa. Depois desta, foi dado um almoço tradicional, que consistiu numa sopa de capeletti, puré de batata com galinha cozida, salada de tomate e alface, porco e galinha assada, vinho tinto e branco e sumo de limão. No final do almoço decorreu um sorteio cujo primeiro prémio foi uma vaca que tinha sido doada pelas famílias da comunidade. As últimas actividades da festividade foram um torneio de futebol e de bocha.

Normalmente, a preparação para a festividade começa um mês antes, com a recolha de produtos alimentares junto das famílias vizinhas, sendo o resto comprado pela comissão.

A comissão da festa é nomeada todos os anos e todas as famílias da comunidade participam pelo menos uma vez em cada sete anos. As actividades da comissão não se restringem ao planeamento da festividade, mas cobrem também a construção e a manutenção das infra-estruturas da comunidade, que incluem a igreja, o pavilhão, o campo de futebol e o bar. Cada uma destas infra-estruturas foi construída com dinheiro proveniente dos habitantes e com a participação voluntária dos membros da comunidade na sua própria construção. É nestes locais que a vida comunitária acontece:

normalmente os homens frequentam o bar todas as noites, para jogar cartas, conversar e beber.

A religião teve e continua a ter um papel preponderante na vida social dos pradenses, tendo contribuído significativamente e a vários níveis para o desenvolvimento do município, como exemplifica este relato dos feitos do padre Galioto: “Modernizou a agricultura e ensinou os agricultores a terem mais capricho e conforto em suas casas. Ensinou-lhes que deviam ter dentro de casa todo o serviço sanitário. Muitos achavam isto impossível, pois quem iria suportar o mau cheiro?” (BARBOSA, 1980, p. 51).

Apesar dos esforços feitos pela Igreja, a relação com as comunidades nem sempre é harmoniosa. Por exemplo, o dinheiro obtido nas festividades é um ponto de discórdia entre a população e os representantes da igreja, ainda que também nos tenha sido dito que isso não acontecia em todas as localidades. No ano a que reporta este texto, 2006, contudo, a igreja pediu 10% dos lucros obtidos durante as festas e que, caso esta exigência não fosse atendida, não se destacaria qualquer padre para oficializar as cerimônias.

Apesar destas tensões, ficamos a saber que em 2005 realizou-se uma procissão, organizada pelas diferentes comunidades, para pedir chuva à divindade.

## **ENTRAVES À CONTINUIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ANTÔNIO PRADO**

Apesar da recolha dos dados no trabalho de campo demonstrar que a agricultura familiar e a pluricultura representem factores para a atenuação dos problemas causados pela seca em Antônio Prado,

existem alguns constrangimentos em relação à continuidade destas práticas.

A agricultura representa uma das actividades mais importantes do município, mas actualmente tem vindo a sofrer algumas alterações:

entre os anos de 1960 e 2000 a população total experimentou uma diminuição pouco significativa, enquanto a importância da população rural e urbana em relação ao número total de habitantes sofreu importantes alterações. A população rural que em 1960 representava cerca de 65% da total, passou para próximo de 26% no ano de 2000 e, em contrapartida, a população urbana passou de 36 % para 74%, no mesmo período (BASSO et al, 2005, p. 22).

Este decréscimo da população rural representa uma das principais preocupações das comunidades rurais do município, pois o êxodo nas colónias é mais significativo em jovens do sexo feminino, tendo mesmo aparecido uma reportagem na TV Globo, a comparar esta situação com a região norte do país, onde isso se dá de forma inversa, com êxodo maior entre jovens do sexo masculino.

Durante o trabalho de campo surgiu a possibilidade de entrar em contacto com os jovens das colónias e participar de um encontro informal com um grupo de jovens (oito do sexo masculino e três do sexo feminino). Isso permitiu aprofundar a perspectiva que estes têm sobre a comunidade. A maior parte estudava na cidade, quatro na comunidade de Santana e um não era estudante. É importante enfatizar que as três jovens que participaram não queriam viver na colônia, tendo uma delas referido que o pai não queria que ela estudasse, justificando: “eu não estudei para ser agricultor, porque você quer estudar?”

Outro fator que influencia a continuidade da agricultura familiar, especificamente em Antônio Prado, está relacionado com a pluricultura por parte dos agricultores. Segundo Roberto, o técnico agrícola da EMATER, que também é agricultor, refere que na multicultura característica dos agricultores pradenses não existe uma maximização da produção, pois a diversidade de cultivo precisa de diferentes tratamentos e materiais, com investimentos mais elevados.

Apesar destes obstáculos influenciarem a perpetuidade da agricultura familiar em Antônio Prado, não existem dúvidas de que os efeitos da seca foram muito menos severos do que nos municípios vizinhos, onde predomina o sistema agrícola latifundiário e a monocultura. Na opinião de um jovem colono, quando questionado sobre a escolha em ficar na colônia ou mudar-se para a cidade, ainda existem argumentos a favor da perenidade das pessoas na colônia e a continuidade da agricultura familiar: “uma pessoa que vive na cidade não tem uma forma de sobreviver por ele mesmo se não tiver um trabalho. Na colônia, se você tem uma vaca, você tem leite, com uma galinha, você tem carne e ovos. Em suma, você pode sobreviver por você mesmo, mesmo sem trabalhar para outros” (JOVENS..., 2005, p.10)

Em suma, existem vários argumentos prós e contra à prevalência da agricultura familiar, mas no caso específico de Antônio Prado verifica-se a busca de alternativas para a continuidade deste sistema, como é o caso do associativismo dos agricultores orgânicos e a utilização de novas tecnologias que permitem a criação de pequenas agroindústrias, com o objetivo de tornar viável e sustentável a agricultura familiar.

## CONCLUSÃO

De forma geral, a ocorrência de “calamidades naturais” desencadeia percepções e estratégias em vários níveis, do indivíduo, passando pelo local, estadual, nacional, e até mesmo global, tomando, conseqüentemente, formas heterogêneas. No caso do trabalho aqui apresentado, onde se tentou analisar a dimensão simbólica dos agentes sociais em relação ao advento da seca num contexto local, constatou-se que as percepções sociais divergem, no sentido em que “[...]o estudo interpretativo da cultura representa um esforço para aceitar a diversidade entre várias maneiras que seres humanos têm de construir suas vidas no processo de vivê-las.” (GEERTZ, 1997, p. 29)

O esforço de tentar entender o “ponto de vista nativo”, conforme preconizado pela disciplina antropológica (GEERTZ, 2001, p. 124-130; GOLDMAN, 1999, p. 93-121), permite apreender a percepção que os agentes sociais têm sobre calamidades naturais - como é o caso da seca que ocorreu em 2005 no estado do Rio Grande do Sul - num contexto local, como o de Antônio Prado, e contribuir para uma melhor planificação de políticas, pois apesar de a seca ter sido proclamada a nível estadual, esta teve impactos diferenciados nos diferentes municípios.

Em relação ao município de Antônio Prado, não existem dúvidas de que a seca ocorreu, uma vez que laudos técnicos referentes às perdas de cultivos dos agricultores da região foram elaborados e estratégias foram adoptadas para atenuar os efeitos negativos. Não obstante, os efeitos da seca não foram percebidos da mesma forma na cidade e no interior do município, como demonstrou a recolha de dados durante o trabalho de campo.

Em relação a percepção da seca na cidade, verificou-se que grande parte dos habitantes nem tinha conhecimento do ocorrido, mas com o desenrolar do tempo, alguns informantes mencionaram alterações em vários setores (comercio, educação e saúde) da sociedade pradense devido à seca.

Na colônia os habitantes, na maior parte agricultores, ressentiram-se dos efeitos da seca, mas de forma desigual, devido à diversidade de cultivo existente nos sistemas agrícolas em Antônio Prado. De forma geral, os agricultores familiares que têm um cultivo diversificado foram menos afetados pela seca do que os que apresentam um sistema latifundiário e de monocultura. Dentro do grupo de agricultores familiares existiram algumas diferenças, e a produção de milho foi o produto mais afetado pela estiagem.

Em suma, Antônio Prado foi negativamente afetado pela seca de 2005. No entanto, devido às características sócio-ambientais e econômicas específicas da região, especialmente o predomínio da agricultura familiar e da pluricultura associados a uma maior aderência dos agricultores ao cultivo orgânico, os efeitos da seca não chegaram a ser tão nefastos como em outros municípios do estado.

## REFERÊNCIAS

ADLER, Emily; CLARK, R. *How it's done. An invitation to social research*. Belmont: Thomson Higher Education, 2008.

ALONSO Ângela; COSTA, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: Um balanço bibliográfico. *BIB – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, São Paulo, 1º sem, n. 53, 2002, p. 35-78.

- BARBOSA, Fidélis. *Antônio Prado e sua História*. Porto Alegre: EST, 1980.
- BASSO, Nilvo, LIMA, Arlindo (eds.) *Diagnostico e estratégias de desenvolvimento da agricultura de Antônio Prado – RS*. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.
- BERNARD, Russel. *Research Methods in Anthropology*. Newbury Park, CA: Sage, 2006.
- BONI, Luís; COSTA, Rovílio. *Os Italianos do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EST- Correio Riograndense -EDUCS, 1979.
- BONI, Luís. Um pouco de Historia. In: POSENATO, Júlio (org.) *Antônio Prado – Cidade Histórica*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989, p. 35-45.
- CASAROTTO, Everson. Safra de Contrastes. *Cidadania*, Antônio Prado, Ano V, n. 63, 2005, p.16.
- COSTA, Rovílio. A família italiana da área agrícola do Rio Grande do Sul. In: BONI, Luis (org). *A presença Italiana no Brasil Volume III*. Porto Alegre: Edições EST, 1996, p. 252-266.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture. An essay on the selection of Technological and Environmental Dangers*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- GEERTZ, Clifford (2ª ed.) *O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.
- GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- GOLDMAN, Márcio. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro: Dumará Distribuidora de Publicações Ltda., 1999.
- HANNIGAN, John. (2ª ed.) *Environmental Sociology*. Londres: Routledge, 2006.

- IBGE. Contagem da população 2007. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/metodologia.shtm>> Acesso em: 3 Out. 2007 acessado em 4 de Junho de 2008.
- JOVENS colonos e o seu futuro. *Cidadania*, Antônio Prado, Ano V, n. 64, 2005, p.10.
- LEWGOY, Bernardo. Do velho ao antigo: um estudo sobre o impacto do tombamento de Antônio Prado/RS. *Cadernos de Campo (USP)*, São Paulo, v. 5/6, 1997, p. 1-23.
- MATTEDI, Marcos; BUTZKE, Ivani. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. *Ambiente & Sociedade*, a n o I V , n . 9 , 2 0 0 1 . D i s p o n í v e l e m : <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2001000900006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2001000900006)>. Acesso em: 20 set. 2001.
- MORAN, Emilio. *Adaptabilidade humana*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- OS EFEITOS da estiagem no interior de Antônio Prado. *Cidadania*, Antônio Prado, Ano V, n. 63, 2005, p.13.
- POSENATO, Júlio. A arquitetura rural de Antônio Prado. In: POSENATO, Júlio (org.) *Antônio Prado – Cidade Histórica*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989a, p. 10-20.
- POSENATO, Júlio. Uma cidade histórica. In: POSENATO, Júlio (org.) *Antônio Prado – Cidade Histórica*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989b, p. 20-35
- SANTIN, Silvino. Integração sócio-cultural do imigrante italiano no Rio Grande do Sul. In: BONI, Luis (org). *A presença Italiana no Brasil Volume III*. Porto Alegre: Edições EST, 1996, p. 593-610.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e desenvolvimento local. In: Froehlich, José; Diesel, Vivien. (org). *Desenvolvimento rural. Tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: editora Unijuí, 2006, p. 14-50.

STEWART, Julian. *Theory of cultural change: The Methodology of Multilinear Evolution*. Illinois: Illini Books editions, 1972.

# **A seca, o semi-árido, e o pequeno agricultor em Canindé, Ceará**

**Chandra E. F. Morrison**

No ano 2005, níveis de pluviosidade extremamente irregulares resultaram em estiagens que afligiram múltiplas regiões do Brasil, dentre os quais o município de Canindé, no Nordeste do país. Localizada no interior do estado do Ceará, a cidade de Canindé e a área rural ao seu redor se situam no sertão – a paisagem clássica do semi-árido que caracteriza uma grande porção do Nordeste brasileiro. Todavia, diferentemente ao que ocorre na Amazônia ou no Sul do país, o sertão do Nordeste é cronicamente propenso à chuva irregular e à seca intermitente – fatores que exercem uma grande influência na interseção percebida e suportada entre o clima, a sociedade, e a produção agrícola em Canindé. Enquanto, por um lado, a seca é um fenômeno climático, ela também incorpora distintas dimensões sociais, econômicas, e políticas, visto que os efeitos da seca podem resultar em complicações notórias, e potencialmente devastadoras, para as comunidades situadas em regiões aflitas pela estiagem. Em geral, tais efeitos são sentidos de forma desproporcional pelos setores mais vulneráveis da população, sobretudo os pequenos produtores e agricultores familiares.

Tomando a seca do ano 2005 como um caso de estudo<sup>1</sup>, este capítulo investigará o impacto socioeconômico e político da estiagem no município de Canindé, principalmente no que se refere à imensa vulnerabilidade do pequeno agricultor às irregularidades climáticas típicas do semi-árido nordestino<sup>2</sup>. Deste modo, o capítulo começará por uma descrição geral das características marcantes da sociedade canindeense e o clima semi-árido, seguida por um resumo de algumas dinâmicas atuais da seca e os seus efeitos na região – prestando atenção especial à posição do pequeno agricultor. Em seguida, examinará mais detalhadamente os acontecimentos de 2005, para delinear alguns dos procedimentos rotineiros do governo e dos agricultores rurais em resposta à crise social induzida pela seca. Dado a presença habitual de estiagens no Nordeste – o assim chamado 'problema da seca' tipicamente associado à região –, este estudo também notará algumas posturas e visões mais amplas sobre a seca exibidas em Canindé atual, particularmente relacionadas ao discurso da convivência com o semi-árido.

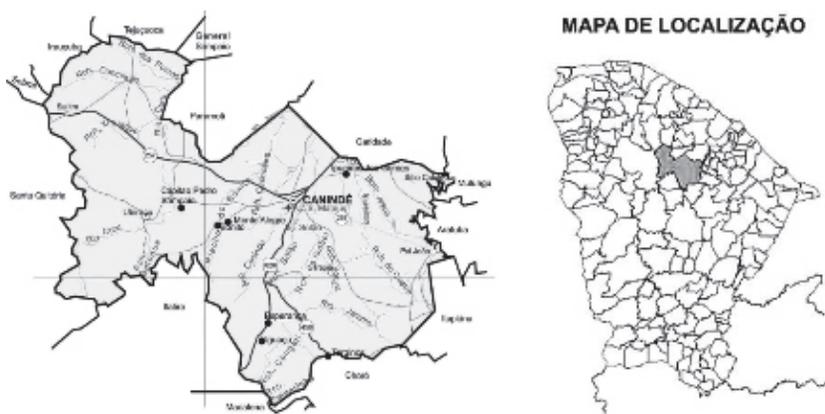
## CANINDÉ E O PEQUENO AGRICULTOR

O município de Canindé ocupa um território de 3.218 km<sup>2</sup>, sendo localizado a 120 km de Fortaleza, capital cearense, a qual há acesso pela BR-020. Em 2005, a população do município era aproximadamente 74.471 habitantes (IBGE, s.d.), dos quais 39.573

---

<sup>1</sup> Agradeço sinceramente a todas as pessoas e instituições no Ceará que me ajudaram realizar esta investigação.

<sup>2</sup> Segundo Timothy Finan e Donald Nelson (2001, p. 97): “A vulnerabilidade é, claro, uma condição negativa no sentido que sua ausência se torna uma finalidade desejada pela sociedade. Entretanto, concernente às dinâmicas da resposta à seca, a vulnerabilidade serve como um conceito heurístico importante para a avaliação, ao mesmo tempo, da suscetibilidade aos extremos climáticos, ou seja as consequências destrutivas, e da resiliência de domicílios, ou seja a capacidade de se recuperar de um desastre” (tradução da autora).



Mapa do município de Canindé, e sua localização no estado do Ceará (IPECE, 2004, p. 3).

residiam na cidade de Canindé, a sede do município (CANINDÉ..., 2005). Atribui-se as origens da cidade ao povoado fundado pelo sargento-mor português Francisco Xavier de Medeiros em 1775, às margens do Rio Canindé, um pequeno rio que ainda atravessa a cidade atual. Em 1796, concluiu-se a construção de uma capela pequena dedicada a São Francisco das Chagas – o santo padroeiro da cidade –, a qual eventualmente foi elevada à dignidade de Basílica Menor em 1925. O povoado de Canindé foi elevado à categoria de vila no dia 29 de julho de 1846, e passou à posição de cidade no dia 2 de agosto de 1914<sup>3</sup>.

Dois fatores peculiares distinguem Canindé como um lugar único, porém ao mesmo tempo quase hiper-representativo do Nordeste brasileiro. Em primeiro lugar, a cidade de Canindé é um centro religioso importante da região nordestina, ao qual chegam romeiros do país inteiro para pagar suas promessas a São Francisco na Basílica de São Francisco das Chagas. Cada ano, centenas de milhares de romeiros viajam a Canindé para participar da Festa de São Francisco,

<sup>3</sup> Informação da historiografia da cidade, *Cronologia Canindé*, por Hélio Pinto Viera (1997).

que culmina com as celebrações do Dia de São Francisco, no dia 4 de outubro. Em razão da romaria constante, o turismo religioso constitui uma das principais fontes de renda para os setores urbanos de Canindé, algo que marca de modo distinto a aparência visual da cidade. Além da basílica, outros pontos religiosos notáveis da cidade incluem a Casa dos Milagres, onde os romeiros depositam ex-votos, fotografias, e outros objetos a fim de registrar graças alcançadas; a gigantesca estátua de São Francisco das Chagas, inaugurada em 2005; e a Praça do Romeiro, cuja construção entre 1987 e 1989 foi iniciada pela então Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente como uma fonte de trabalho para flagelados atingidos pela seca prolongada de 1987 (VIERA, 1997).

Em segundo lugar, a região de Canindé possui umas das maiores concentrações de assentamentos de reforma agrária no Brasil. Mais do que uma luta somente para a redistribuição da terra, a reforma agrária também procura obter um acesso mais justo ao crédito financeiro e outros recursos sociais, como serviços de saúde e educação rural. A história de assentamentos e a reforma agrária em Canindé têm raízes na questão da extrema desigualdade socio-econômica no Nordeste e as lutas paralelas contra tal injustiça. Antes da chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – o movimento social classicamente ligado à reforma agrária no Brasil –, uma das primeiras tomadas de terra no país aconteceu em janeiro de 1971, na Fazenda Japuara, apenas 8 km ao sul da sede do município de Canindé<sup>4</sup>. No decurso desta investigação, havia aproximadamente 80 assentamentos no município canindeense, além de dois acampamentos próximos à cidade de Canindé, na Fazenda

---

<sup>4</sup> Entrevista com representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), concedida no dia 17 de julho de 2006.

Xinuaqué e na Fazenda Renovação, cujos ocupantes estavam esperando a transferência legal das terras para assentamentos da reforma agrária pelo INCRA (o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)<sup>5</sup>.

A romaria franciscana influencia profundamente a vida da população urbana canindeense, refletido principalmente na dependência econômica do turismo religioso na cidade de Canindé; enquanto a maioria das áreas rurais se envolve na reforma agrária. Não obstante, as distinções claras entre os habitantes 'urbanos' e 'rurais' frequentemente se obscurecem numa cidade pequena do interior, como Canindé. De tal modo, muitos dos moradores rurais têm parentes que vivem em áreas urbanas, e uma quantidade significativa dos moradores urbanos mantém terrenos em lavoura. No entanto, o 'rural' e o 'urbano' às vezes se encontram em desacordo, principalmente em relação à implementação de políticas públicas e à distribuição de certos recursos pelo governo. Devido à acessibilidade maior, o governo municipal é significativamente mais presente e ativo no setor urbano, o que geralmente resulta em maior acesso a serviços sociais como a saúde, o transporte público, e a educação. Todavia, a seca atinge ambas as populações urbanas e rurais – principalmente quando os seus efeitos resultam na restrição da disponibilidade de comida e reservas de água.

Ambos o Movimento Sem Terra (MST) e o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) ocupam um papel especialmente importante na vivência e nas lutas do setor agrário canindeense, atuando como intermediários entre os agricultores regionais e as entidades institucionais. O STR local foi fundado no dia 20 de outubro

---

<sup>5</sup> Em maio de 2007, o acampamento Renovação foi registrado formalmente pelo INCRA como o Assentamento Irmã Cleide.

de 1968, e sua liderança atual se orgulha de se considerar um dos sindicatos mais ativos da região<sup>6</sup>. Embora as origens do MST estejam ligadas a uma série de ocupações de terra durante o final da década de 1970 no estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do país (WRIGHT; WOLFORD, 2003, p. xxviii-xxix), o MST chegou ao Ceará quase uma década depois, em 1989, e desde então tem sustentado uma presença duradoura no estado. O dia 1 de setembro do mesmo ano marcou a primeira ocupação do MST na região de Canindé, na Fazenda Tiraçanga. A reforma agrária é fundamental no trabalho dessas duas organizações, e ambos os grupos laboram ativamente para apoiar os assentados canindeenses. Distintamente a outras regiões do Ceará, o MST e o STR canindeenses sempre trabalharam juntos, muitas vezes colaborando em projetos rurais e, em particular, juntando forças durante ocasiões de estiagem para pressionar o governo a responder às demandas da população rural.

A maioria dos moradores rurais em Canindé são *pequenos agricultores*<sup>7</sup>, um termo que geralmente se refere a agricultores e suas famílias, os quais cultivam pequenos pedaços de terra (na qualidade de proprietários ou de arrendatários). Tanto nos assentamentos como em outras comunidades rurais não ligadas à reforma agrária, agricultores familiares e pequenos produtores, principalmente, cultivam e sobrevivem da agricultura de subsistência, a qual muitas vezes é a fonte principal de comida para essas famílias e, quando há sobras da safra, também possibilita uma pequena renda. Outras fontes de renda são o auxílio governamental (assim como o programa Bolsa Família), as remessas enviadas por familiares que residem em centros urbanos ou outros estados, ou a aposentadoria recebida por

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida no dia 17 de julho de 2006.

<sup>7</sup> No contexto deste capítulo, os termos pequeno agricultor, pequeno produtor, e agricultor familiar serão empregados como expressões equivalentes.

parentes idosos. Mesmo que sejam mínimas, estas fontes de renda não-agrícolas muitas vezes fornecem um recurso financeiro indispensável durante uma crise induzida pela seca (FINAN; NELSON, 2001, p. 104-105).

Historicamente, a produtividade agrícola de Canindé se dividiu entre dois setores: a agricultura de subsistência e a cultura do algodão. As pessoas ainda falam da época do algodão com nostalgia. Conhecido como ouro branco, o algodão gerava uma porção substancial da renda regional, agindo como fator de ascensão financeira no Ceará<sup>8</sup>. No final dos anos 1980, entretanto, a indústria algodoeira de Canindé se desmoronou. Embora o governo tenha procurado revitalizar a produção regional do algodão entre 1998 e 2001, no final “o preço de venda [do algodão] não compensava as despesas da sua produção” e os empreendimentos falharam<sup>9</sup>. O declínio do algodão deixou uma carência notável nas fontes de renda regionais. Houve algumas tentativas recentes de substituir a defunta economia algodoeira, que antes tanto prosperava, pelo cultivo de mamona, uma planta empregada na produção do biodiesel; porém, até agora essa permuta ainda não gerou um crescimento econômico semelhante.

Conforme o histórico agrícola e o quadro demográfico social do município, mais de 90% da produção agrícola atual é de agricultura de subsistência. Em 2004, 93,94% da terra agrária produtiva no município de Canindé era lavrada por culturas de subsistência (IPECE, 2005, p. 51), diminuindo em 2005 apenas um pouco, para 91,13% (IPECE, 2006, p. 49). Tipicamente, em Canindé, a agricultura de subsistência consiste principalmente de milho e feijão, posto que às

---

<sup>8</sup> Entrevista com Flávio Ferreira Lima (Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Canindé), concedida no dia 27 de julho de 2006.

<sup>9</sup> Entrevista com Erivaldo Costa (gerente da agência do IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de Canindé), concedida no dia 26 de julho de 2006.

vezes outros produtos agrícolas suplementares (como abóbora ou tomates) são cultivados nas margens de açudes, cujos solos ficam mais úmidos e férteis. Entretanto, nem milho nem feijão suportam bem a irregularidade da estação chuvosa tão característica do sertão – algo que resulta na probabilidade substancial da perda de safra ou má colheita em anos de pluviosidade irregular (IPECE, 2006, p. 38)<sup>10</sup>. Portanto o perfil agrícola de Canindé se encontra num estado um tanto precário: a grande maioria da população rural cultiva e sobrevive da agricultura de subsistência, fiando-se principalmente em duas lavouras que não aturam as irregularidades climáticas e a estiagem periódica típicas da região semi-árida. Ademais, uma porção significativa dessa população não tem acesso a fontes substanciais ou seguras de alternativas de renda no caso em que falham suas safras. O resultado é uma estrutura socioeconômica delicadamente sustentada, que deixa este setor da população muito vulnerável a qualquer instabilidade climática.

## **IRREGULARIDADES CLIMÁTICAS E O SEMI-ÁRIDO**

Há apenas duas estações em Canindé: o inverno e o verão. O inverno acontece entre os meses de janeiro a junho, e, como estação chuvosa, é o período do cultivo agrícola. Por sua vez, o verão é a estação seca, estendendo-se entre julho e dezembro. As duas estações existem numa relação interdependente e, deste modo, a capacidade dos

---

<sup>10</sup> Enquanto o governo periodicamente tem tentado incitar o uso de lavouras tecnologicamente modificadas, mais resistentes à seca, na prática o potencial de tais soluções tecnológicas é limitado, principalmente com respeito à incerteza da acessibilidade ao programa pela maioria da população rural e também à dependência do governo nas previsões climáticas oficiais para liberar as sementes. Além disso, como apontam Finan e Nelson (2001, p. 101-103), “mesmo que sejam adaptadas especificamente às condições semi-áridas, essas tecnologias não garantem uma colheita boa no caso que sucede uma estiagem;” senão, “a capacidade de lidar com a seca também é muito dependente da quantidade de recursos armazenados e do acesso à renda não-agrícola” (tradução da autora).



Milho e feijão, no canto de uma casa residencial, na comunidade rural Jacurutu.  
(Fotos da autora).

pequenos agricultores de lidar com a seca dos meses de verão depende muito da qualidade da estação chuvosa. Porém, o clima semi-árido do Nordeste é cronicamente irregular, principalmente em relação à distribuição volumétrica, temporal, e espacial da chuva durante o inverno (IPECE, 2006, p. 18), a qual determina o crescimento da safra. Segundo o então gerente local da EMATERCE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará) em Canindé, Francisco Paes Pinheiros, um inverno bom (ou seja, regular) teria uma pluviosidade volumétrica de aproximadamente 600-700 mm entre fevereiro e maio, com a chuva ocorrendo a cada 10 dias<sup>11</sup>. Contudo, conforme as irregularidades típicas ao clima semi-árido, o volume da precipitação regional pode chegar facilmente até apenas 450-500 mm em alguns anos (BNB, 2006, p. 17).

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida no dia 17 de julho de 2006.

A pluviosidade irregular, entretanto, não necessariamente significa uma falta de chuva. Também se refere à distribuição desequilibrada da chuva durante o período designado à cultura e maturação das lavouras. Deste modo, um inverno em que a chuva chega à média volumétrica, mas cuja distribuição predomina em janeiro porém falta em fevereiro e março, seria um inverno tanto irregular e ruim como um inverno cuja pluviosidade está abaixo da média anual. Um efeito correspondente, então, é que o excesso de chuva também pode resultar em dificuldades agrícolas e socioeconômicas semelhantes àquelas provocadas por sua escassez, e até pode incitar problemas adicionais como enchentes de cidades ou inundações (e até a destruição) de estradas, algo que restringe muito o acesso às comunidades atingidas na zona rural. Em resumo, efeitos agro-sociais tipicamente associados à seca podem ser provocados por uma variedade de circunstâncias climáticas, seja a distribuição temporal desequilibrada da chuva, sua falta, ou sua superabundância. De acordo com esta observação, se torna mais aparente o grande papel de fatores socioeconômicos e políticos que contribuem à vulnerabilidade a qualquer irregularidade ou instabilidade climática por certos setores da sociedade sertaneja.

Situada em Fortaleza, a FUNCEME (Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos) monitora e analisa o clima da região nordestina brasileira. Cada ano, eles fornecem uma previsão climática para a região que prediz a distribuição pluviométrica entre fevereiro e maio, assim como publicam um relatório em julho que resume os padrões climáticos que sucederam nos seis meses prévios. Em 2005, a FUNCEME emitiu dois prognósticos preliminares para o estado do Ceará, no 21 de janeiro e novamente no 24 de fevereiro, ambos dos quais especularam uma pluviosidade normal-a-baixa em relação à média histórica para o estado (FUNCEME, 2005, p. 2). O

relatório final para 2005, emitido em julho, indicou um mediano observado de 410,6 mm para a macro-região do Sertão Central e Inhamuns, à qual pertence o município de Canindé, algo que a põe na categoria 'Seco' (FUNCEME, 2005, p. 20)<sup>12</sup>. As medidas para Canindé, porém, demonstram que porções do município eram significativamente mais afligidas do que a norma para a macro-região. Entre os datas 1º de janeiro e 31 de maio de 2005, o posto da FUNCEME na cidade de Canindé relatou uma precipitação observada de 342,0 mm; o posto vizinho no Açude São Mateus (a fonte principal de água para a sede municipal) registrou apenas 307,7 mm. A média histórica para os dois lugares é 674,4 mm, que significa uma pluviosidade de -49,3 % para o posto de Canindé e -54,4 % para o Açude São Mateus (FUNCEME, 2005, Anexo 4). Como tal, as medidas pluviométricas registradas para 2005 colocam a cidade de Canindé e a região ao redor plenamente na categoria 'Muito Seco.'

Embora as previsões e registros da FUNCEME sejam rigorosos, múltiplos entrevistados expressaram dúvidas sobre a relevância e utilidade das previsões oficiais, em vez disso privilegiando a sabedoria de tradições regionais, as quais delinearão um calendário agroclimático para a área rural canindeense<sup>13</sup>. Além de indicar quando semear e colher as várias lavouras regionais<sup>14</sup>, este calendário também

---

<sup>12</sup> No relatório final, a classificação climática em relação à quantidade de chuva (mm) entre fevereiro e maio para a macro-região do Sertão Central e Inhamuns era dividida em cinco categorias: Muito Seco (0-361,9mm); Seco (362,0-449,7mm); Normal (449,8-605,8mm); Chuvoso (605,9-763,2mm); Muito Chuvoso (>763,3mm) (FUNCEME, 2005, p. 4).

<sup>13</sup> Tal tensão polêmica entre os diagnósticos oficiais, sobretudo de base tecno-científica, e os mecanismos tradicionais do campo é observado em vários estudos acadêmicos sobre a região semi-árida do Nordeste brasileiro.

<sup>14</sup> Resumindo as informações relatadas na *Agenda do Produtor Rural* – uma guia agrícola produzida e distribuída pelo Banco do Nordeste –, o período para semear ambos feijão e milho é entre janeiro e março; enquanto a colheita do feijão acontece entre abril e julho, a colheita do milho sucede entre julho e setembro (BNB, 2006, p. 40).

assinala momentos chaves para a avaliação da possibilidade de estiagem e o potencial da perda de safra. O dia mais significativo é o dia 19 de março, o Dia de São José. O santo de bom inverno e boa chuva, São José é o santo padroeiro do Ceará, e como tal, o dia do santo adquiriu um significado socio-climático na região. Em resumo, se chover no Dia de São José, ainda terá o inverno; porém, se não chover no dia (ou alternadamente, antes do 19 de março), vai faltar o inverno nesse ano. Conforme a tradição regional, anualmente há uma festa em homenagem ao santo entre os dias 10 a 19 de março, na igreja pequena dedicada ao São José (fundada em 1987) situada num bairro periférico da cidade de Canindé. Mesmo em anos de inverno regular, devotos chegam à igreja para agradecer a São José. Quando não chove suficientemente antes ou no 19 de março, o dia assinala a probabilidade da falha da safra nesse ano, e assim representa o momento quando os pequenos agricultores começam a ficar abertamente preocupados em como suas famílias sobreviverão o resto do ano. De acordo, o Dia de São José também marca o momento em que os agricultores, o STR, e o MST iniciam as discussões sobre a possibilidade de procurar um auxílio do governo nos meses vindouros.

## **AVALIANDO OS EFEITOS DA SECA**

As irregularidades da estação chuvosa frequentemente geram uma perda de safra, mesmo enquanto o resto do sertão continua verde e florido. Essa combinação – da precipitação adequada para a caatinga<sup>15</sup> florescer, porém onde falta a regularidade necessária para sustentar as safras alimentares – é denominada *seca verde*. Alternativamente, a seca verde pode ocorrer em temporadas de colheita satisfatória se as

---

<sup>15</sup> A vegetação nativa do sertão.

reservas de água não se reabastecem suficientemente. Na maioria dos anos, como ocorreu em ambos 2004 e 2005, pelo menos uma parte do município de Canindé é atingida pela seca verde. O inverno irregular de 2004 resultou na perda de safra de 45,13% em Canindé (IPECE, 2005, p. 51); enquanto, em 2005 a perda de safra se ampliou dramaticamente ao total de 74,07% (IPECE, 2006, p. 49), com o STR relatando perdas de mais de 80% do milho e 60% do feijão (AGRICULTORES..., 2005).

Apesar da frequência de secas verdes, o processo para alcançar o reconhecimento oficial dos efeitos prejudiciais da estiagem é muito convoluto – em parte porque tal reconhecimento de estado de emergência (ou, no pior caso, o estado de calamidade pública) estipula que os governos federal e estadual devem executar diversos serviços para aliviar a crise socioeconômica e humanitária instigada pela seca. A EMATERCE é responsável para a avaliação dos danos à safra na zona rural e seu laudo oficial, atestando a perda de safra igual ou superior a 50%, inicia a liberação dos benefícios governamentais para os residentes do município atingido. No entanto, como admitiram alguns funcionários da EMATERCE em Canindé, não raro o processo de avaliação tem faltas, já que muitas vezes se demora para chegar às diversas partes da zona rural para avaliar a perda de safra. Ademais o atual sistema de classificação espacial acaba excluindo muitos agricultores carentes, os quais sofrem com a estiagem, mas que residem em municípios cujo estado de emergência não é reconhecido pelo governo e assim não recebem o auxílio governamental. Também, mesmo em lugares geograficamente próximos, a quantidade e qualidade de chuva podem variar imensamente; tal diversidade na experiência da estação chuvosa numa única região complica muito a avaliação da severidade dos efeitos da estiagem para o município inteiro.

Em 2004, Canindé foi um de apenas três municípios cearenses reconhecidos oficialmente pelos governos estadual e federal como em condições de emergência devido à perda de safra induzida pela estiagem, apesar do total de 28 municípios cearenses que declararam emergência nesse ano (FALTA D'ÁGUA..., 2005). O município de Canindé foi reconhecido mais uma vez como estando em estado de emergência no ano 2005, esta vez como um de 70 municípios reconhecidos oficialmente no estado do Ceará (FAHEINA, 2005b).

### **EFEITOS AGRÍCOLAS E SOCIAIS DA SECA**

Para famílias que sobrevivem da agricultura de subsistência, a colheita reduzida resulta na redução substancial das provisões alimentares disponíveis durante o ano vindouro. Do mesmo modo, a perda de safra não somente gera dívidas (como aquelas dos gastos pela safra perdida), mas também significa que os agricultores não conseguem pagar qualquer crédito já pendente. Segundo um agricultor da comunidade rural Jacurutu, trabalhadores rurais “pagam suas dívidas somente depois do inverno. Se for um ano ruim, passa outro ano sem pagar<sup>16</sup>.” Entrelaçados no cruzamento da *performance* climática e a produção agrícola, tais ciclos de dívidas reforçam condições de vida sistematicamente empobrecidas pelas famílias de pequenos produtores.

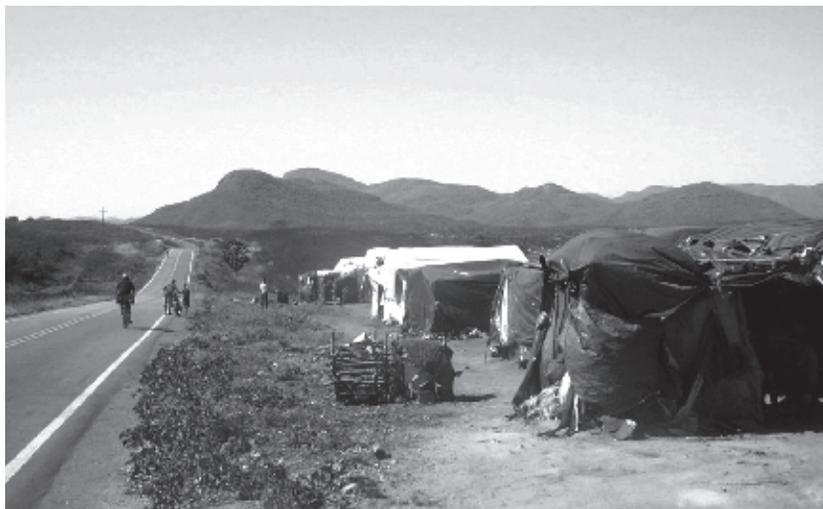
A chuva irregular do sertão não somente atinge a produção agrícola, mas também influencia diretamente a quantidade de água disponível para o consumo de ambas as populações rurais e urbanas. Por exemplo, segundo Hígino Luis Barros de Mesquita, o então Vice-Prefeito e o Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos, o açude

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida no dia 2 de agosto de 2006.

principal da cidade de Canindé (Açude São Mateus) quase se secou totalmente em 2005, assim ameaçando significativamente a capacidade da cidade de abastecer água para seus habitantes – algo que ficou explícito durante a época da Festa de São Francisco, devido ao grande influxo de romeiros<sup>17</sup>. Como tal, segundo o Dr. Raimundo 'Djalma' Cruz Pinto, o então superintendente do INCRA para o estado do Ceará, durante uma estiagem a questão mais crucial é arranjar água suficiente para o consumo humano, preferivelmente localizada em fontes de fácil acesso<sup>18</sup>. Fundamentalmente, isto se reduz a um problema da distribuição dos recursos hídricos para conseguir atender a todas as comunidades com falta de água potável.

Porém, mesmo fora das circunstâncias de estiagem, fatores socio-econômicos têm um papel muito perturbador na restrição do acesso à



O acampamento Xinuaqué.  
(Foto da autora).

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida no dia 3 de agosto de 2006.

<sup>18</sup> Entrevista concedida no dia 25 de julho de 2006, em Fortaleza.

água potável e outros recursos básicos por distintas classes sociais. A situação do acampamento Xinuaqué no momento desta pesquisa é um caso explicativo. O acampamento se alinhava ao longo de uma estrada principal da região, encostado ao cercado que delimitava uma fazenda particular, a qual estava sob a avaliação do INCRA para ser desapropriada pela reforma agrária. A fonte de água mais próxima ao acampamento estava situada do outro lado da estrada, mas se encontrava cada vez mais poluída e, ademais, estava em perigo de se secar durante o verão vindouro. Entretanto, bem no outro lado da cerca havia um açude, que seria potencialmente uma fonte alternativa de água potável para os acampados, e assim resolveria suas dificuldades hídricas. Mas devido a sua localização na propriedade privada, o seu acesso era proibido aos acampados. Desta forma, representantes do INCRA eram obrigados a arranjar carros-pipa para trazer água até o acampamento. Tais situações chamam atenção para o aspecto socio-espacial que restringe o acesso aos recursos no sertão, e que contribui à configuração da alta vulnerabilidade do pequeno agricultor às variabilidades climáticas.

Se um agricultor se encontra numa situação totalmente desesperada, existem algumas – mas não necessariamente desejáveis – opções de trabalho para gerar pequenas fontes de renda. Numa conversa sobre as adversidades do clima e a agricultura no semi-árido, um agricultor da comunidade Jacurutu relatou sua experiência no ano 2003, quando ele e sua família tinham aturado um inverno muito ruim e, sem outras opções, ele recorreu a queimar madeira e arbusto do mato até fazer carvão, para vendê-lo na cidade por um preço mínimo. Ele descreveu o processo como o pior tipo de trabalho que já teve que fazer, ademais enfatizando que além de lhe causar dor de cabeça em razão da fumaça, é prejudicial ao meio-ambiente<sup>19</sup>. Outra estratégia para gerar uma

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida no dia 2 de agosto de 2006.

renda mínima, que também se baseia no aproveitamento de materiais naturalmente encontradas na caatinga, é vender areia (presente em muitas partes do sertão, principalmente próximo a córregos) para ser utilizada como material de construção nas áreas urbanas. Ademais, ainda existe a opção, classicamente associada à região nordestina, de mandar um membro da família para algum centro urbano em busca de trabalho.

Mesmo assim, o impacto das irregularidades climáticas na produção agrícola, e suas consequências socioeconômicas suportadas pelos agricultores familiares, não ocorrem de maneira uniforme por todos os setores da sociedade canindeense. Tal discrepância se torna visível predominantemente na divisão entre os moradores rurais e urbanos. Muitas vezes, a imagem dos pequenos agricultores – aqueles dos assentamentos ligados à reforma agrária principalmente – é tingida por uma visão negativa desde a perspectiva de residentes urbanos. Tipicamente, tais visões estereotipadas tratam de temas que questionam os incentivos de trabalho e a suposta preguiça do agricultor atual, como pode ser percebido na declaração brusca feita por uma residente da cidade de Canindé onde, comentando sobre a produtividade dos agricultores regionais, concluiu que “se não produziu, é porque não trabalhou”<sup>20</sup>. Mais adiante nessa conversa, porém, um outro comentário feito pela mesma residente aludiu a algumas tensões subjacentes entre a percepção das distintas vivências rurais e urbanas em Canindé, que deveria ter contribuído para a formulação da sua opinião sobre a produtividade dos trabalhadores rurais: “A dificuldade maior é na cidade”<sup>21</sup>. Desde essa perspectiva, então, os sofrimentos enfrentados pelos habitantes rurais se tornam

---

<sup>20</sup> Entrevista concedida no dia 13 de julho de 2006.

<sup>21</sup> Ibid.

hierarquicamente inferiores àqueles suportados nas zonas urbanas, o que subsequentemente reforça estigmas e imagens estereotipadas contra os trabalhadores rurais na mentalidade urbana. Reiterando tal visão do campo, o comentário feito pela dona de um mercadinho na cidade de Canindé elabora esse ponto de vista sobre o estado do trabalho agrícola atual: “Os trabalhadores rurais somente reclamam e demandam recursos. [...] Hoje em dia, todo mundo recebe o Seguro Safra, [um auxílio financeiro do governo]. Quem vai querer trabalhar?”<sup>22</sup>

## O AUXÍLIO DO GOVERNO

Embora várias estratégias tenham sido executadas ao longo das décadas passadas, no Ceará atual há diversos serviços de emergência administrados pelos governos federal, estadual, e municipal quando sucede uma estiagem oficialmente reconhecida. Tais ações objetivam, principalmente, facilitar um acesso ínterim à água potável, entregue às comunidades pelos carros-pipa, e também distribuir provisões alimentares através da cesta básica, apesar de esta se mostrar insuficiente para uma família grande. Quando uma estiagem é reconhecida pelo governo federal, estes processos são executados pelo Exército.

Nos últimos anos, o governo federal também desenvolveu várias iniciativas para dispensar uma assistência financeira a fim de aliviar algumas das pressões econômicas provocadas pela estiagem. Em 2005 e 2006, os principais programas disponíveis para possibilitar um recurso financeiro mínimo para os agricultores familiares eram os planos Seguro Safra e Bolsa Estiagem. Estabelecido no ano 2003, o

---

<sup>22</sup> Entrevista concedida no dia 26 de julho de 2006.

Seguro Safra funciona como um tipo de seguro para o qual um agricultor pode se inscrever no começo do ano, e que providencia um pagamento de R\$550 (recebido em 5 parcelas mensais de R\$110) no caso da perda de 50% ou mais de sua safra por consequência da estiagem. Para se matricular, o agricultor deve pagar 1% do total do Seguro Safra, ou seja, R\$5,50. O restante do Seguro é pago pelas prefeituras municipais, o governo estadual, e o governo federal. O programa é desenhado para os agricultores que vivem em áreas rurais sem irrigação e que recebem uma renda mensal de uma vez e meia ou menos do salário mínimo para a família toda (CRONEMBERGER, 2005). Agricultores podem participar no Seguro Safra somente se o governo municipal já concordou em participar no programa, e do mesmo modo, é preciso que o estado de emergência do município seja sancionado pelos governos estadual e federal para que se possa receber os pagamentos. Enquanto havia 36.106 agricultores inscritos no programa Seguro Safra para a safra de 2004 no estado do Ceará, esse número mais que triplicou em 2005. A quantidade de municípios que participaram no programa também aumentou substancialmente, de 74 até 150 do total de 184 municípios cearenses (PROCURA..., 2005). Quanto a Canindé, dos aproximadamente 16 mil agricultores no município, cerca de 3.250 pequenos agricultores eram beneficiados com o programa Seguro Safra em 2005 (TRABALHADORES..., 2005; FAHEINA, 2005a). Embora o Seguro Safra certamente forneça um alívio, os representantes do STR ainda apontaram que esse dinheiro “não é suficiente para apenas uma pessoa sobreviver,” muito menos um domicílio de cinco ou seis pessoas<sup>23</sup>.

No momento desta pesquisa, agricultores não-matriculados no Seguro Safra potencialmente seriam qualificados para o então

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida no dia 17 de julho de 2006.

programa Bolsa Estiagem que forneceu um pagamento único de R\$300, como um auxílio de emergência. Em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) estipulou as seguintes condições para ser elegível: uma renda mensal de R\$600 (dois salários mínimos) ou menos por família; uma perda de safra declarada de pelo menos 50% num município em estado de emergência reconhecido; e o beneficiário não poderia estar previamente inscrito no programa Seguro Safra (BOLSA ESTIAGEM..., 2005). Apesar da história extensa da seca e os seus efeitos no Nordeste brasileiro, a Bolsa Estiagem de fato se originou para auxiliar as perdas de safra e a crise social provocadas pela estiagem de 2004 nos estados do Sul do Brasil (DEFESA CIVIL, s.d.). Devido a sua implementação bem sucedida na região Sul do país, o governo federal trouxe o esquema ao Nordeste no ano seguinte<sup>24</sup>.

Embora todas estas iniciativas tratem de aliviar as necessidades imediatas e as condições socioeconômicas mais urgentes da crise provocada pela seca, fundamentalmente elas são respostas de emergência cuja função é prover um alívio sintomático, porém sem modificar as estruturas socioeconômicas e políticas subjacentes que caracterizam a vulnerabilidade dos pequenos agricultores em futuras circunstâncias de estiagem.

## **AGINDO**

O processo de avaliar pedidos de estado de emergência pela EMATERCE começa logo que aparecem irregularidades climáticas que prejudicam a safra. Se a emergência for aprovada pela

---

<sup>24</sup> Visto o histórico da seca no Nordeste, alguns residentes canindeenses entenderem o desenvolvimento da Bolsa Estiagem em reação à seca no Sul do país como mais um exemplo de discriminação nacional contra o Nordeste e os nordestinos, sobretudo pelo governo federal.

EMATERCE, os governos estadual e federal são obrigados a atuar. Porém, o governo conduz uma análise completa, e às vezes prolongada, para verificar a declaração de emergência feita pelos municípios. O atraso entre as avaliações e o processamento de pedidos municipais perpetuam a demora na distribuição do auxílio governamental ao habitantes rurais atingidos pela estiagem – algo que muitas vezes deixa os agricultores abandonados, apenas aguardando alguma resposta definitiva ou ação concreta do governo. Durante esse período de espera antes que o governo federal tenha reconhecido



A segunda ocupação em frente à Prefeitura do município de Canindé em julho de 2005.

(Foto por Antônio Carlos Alves, Diário do Nordeste, 8 jul. 2005).

oficialmente o estado de emergência do município, liberando assim os fundos necessários para implementar os programas de auxílio governamental, o então prefeito de Canindé, Antônio Glauber Gonçalves Monteiro, afirmou em maio de 2005 que: “São ajudas que deverão vir sem dúvida. O problema é que isso requer uma certa burocracia” (PEIXOTO, 2005).

Opondo a inércia burocrática, os pequenos agricultores (organizados pelo MST e o STR) procuram apressar as tomadas de decisões e ações do governo, por meio de uma série de ocupações espaciais e performativas. Desta forma, no dia 16 de maio de 2005, os pequenos agricultores e suas famílias ocuparam a cidade de Canindé. No final da manhã, em volta de 400 agricultores estavam acampados no Paço Prefeito Joaquim Magalhães, em frente ao prédio da Prefeitura Municipal (TRABALHADORES..., 2005). Já no dia seguinte, havia pelo menos 1000 pessoas, entre homens, mulheres, e crianças (PEIXOTO, 2005). Embora o prefeito de Canindé houvesse declarado estado de emergência no município, devido aos efeitos da perda de safra provocada pela seca, o auxílio dos governos estadual e federal estava detido, e ainda não havia chegado aos habitantes rurais da região canindeense. Tirando proveito da audiência com funcionários do governo, a liderança do STR e do MST (como representantes dos demais manifestantes) apresentaram uma lista de demandas que incluía não apenas pedidos específicos às necessidades prementes de água, comida, e trabalho, mas também incorporava outras solicitações relativas ao acesso maior aos recursos sociais para facilitar uma melhoria geral da qualidade de vida na zona rural<sup>25</sup>. Onze dias mais tarde, no dia 26 de maio, numa reunião no escritório da Secretaria da Agricultura e Pecuária (Seagri) do estado do Ceará, um calendário para a distribuição da cesta básica aos residentes canindeenses finalmente foi definida (AGRICULTORES..., 2005).

---

<sup>25</sup> As reivindicações da primeira manifestação de 2005 eram: “1) abertura emergencial de frentes de trabalho; 2) liberação do Seguro Safra por parte do governo federal; 3) alimentação para os acampados em frente à Prefeitura; 4) médicos do Programa Saúde da Família para os assentamentos e comunidades rurais; 5) implementar diretrizes para educação do campo; 6) água e limpeza dos cacimbões, açudes e abastecimento para as comunidades rurais; 7) oftalmologistas para os assentamentos, principalmente para crianças e jovens” (fonte: o Movimento Regional do MST, citado em TRABALHADORES..., 2005).

Depois de doze dias acampados em frente à prefeitura, os agricultores terminaram a ocupação, e voltaram às suas casas no campo.

Dois meses mais tarde, entretanto, os agricultores ocuparam as ruas de Canindé mais uma vez. No dia 4 de julho, aproximadamente 800 trabalhadores rurais reocuparam a Prefeitura (AGRICULTORES..., 2005) – desta vez logo alcançando 2000 participantes (SÁ, 2005). Pela segunda vez no ano 2005, mecanismos de mobilização em massa eram empregados na tentativa de pressionar a Defesa Civil e os governos federal, estadual, e municipal para que agissem mais rápido, e também para que cumprissem o acordo da distribuição das cestas básicas e água potável combinado mais que um mês antes. Já em maio, José Tomé da Cruz Almeida, o então presidente do STR de Canindé, tinha exprimido a urgência explícita, contudo básica, da situação: “Tem gente, que só vive da agricultura de subsistência, passando fome mesmo nos assentamentos e comunidades rurais. Eles precisam de serviço e de alimentos” (FAHEINA, 2005b). Exteriorizando a frustração e decepção geral relativa aos não-resultados, estagnados, da primeira manifestação, em julho Cruz Almeida novamente criticou:

“É um absurdo. Apenas 10% da safra foi colhida e os agricultores já comeram. A inquietação na zona rural é geral. A fome não espera e nem manda recado. [...] O último prazo dado pelos governos federal e estadual para a entrega das cestas foi no dia 3 de junho. [Já é julho e] até agora nada. [...] Foram 12 dias de ocupação em frente à Prefeitura de Canindé e nada foi resolvido. Queremos rever os encaminhamentos do Seguro Safra e os demais acordos firmados por ocasião das reuniões ocorridas em Fortaleza na última mobilização. Se os governos não assumirem as responsabilidades, não teremos como

segurar os agricultores. Agora, a coisa é bem diferente.”  
(AGRICULTORES..., 2005).

Reagindo à falta de resoluções concretas nas audiências entre os representantes da manifestação e do governo, depois de quatro dias da segunda ocupação, no dia 8 de julho os agricultores ocuparam a rodovia BR-020, assim paralisando o trânsito entre Fortaleza e o interior do estado. Reconhecendo o poder do bloqueio como um ato transgressor das regras socio-espaciais assim como uma ferramenta para chamar a atenção da mídia, um membro da liderança do MST canindeense observou que o trancamento da BR-020 resultaria em que a situação premente do setor agrária e da zona rural em geral “[entraria] na consciência estadual e nacional... É uma forma de pressionar o governo, de denunciar o governo<sup>26</sup>.” Como o último recurso para apressar os procedimentos governamentais, o bloqueio da BR-020 é o “momento de mudança<sup>27</sup>” que reabre as negociações com o governo. Portanto, segundo o MST, em 2005 depois de fechar a BR-020 por um pouco mais do que um dia, os manifestantes conseguiram a distribuição imediata da cesta básica, assim como a liberação dos fundos de emergência para os programas Seguro Safra e Bolsa Estiagem<sup>28</sup>. Posteriormente, justificando essas ações, o STR explicou que, depois de três audiências com representantes do governo, duas manifestações, e ainda sem uma resposta concreta, “O que mais que a gente poderia fazer?<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> Entrevista concedida no dia 19 de julho de 2006.

<sup>27</sup> Ibid.

<sup>28</sup> Entrevista concedida no dia 5 de agosto de 2006.

<sup>29</sup> Entrevista concedida no dia 31 de julho de 2006.

## DECIFRANDO O BLOQUEIO

Enquanto o trancamento da BR-020 potencialmente poderia ser visto como uma exteriorização agressiva (e emocional) de um descontentamento descontrolado, a prática de bloqueio de vias, assim obstruindo o trânsito atravessando o estado, de fato é uma tática<sup>30</sup> de ocupação espacial muito engenhosa, a qual alude a uma esperteza e entendimento astuto sobre o funcionamento do sistema político e burocrático do país. Como explicaram representantes do MST, o ato de trancar a rodovia chama de forma imediata a atenção dos governos estadual e federal<sup>31</sup>. A função potente do bloqueio se encontra nas suas interrupções físicas e simbólicas, as quais subvertem as normas da organização socio-espacial e impedem a continuidade do funcionamento 'normal' de atividades regionais. Como uma obstrução física – feita pelos próprios corpos dos manifestantes, além de pedras, pneus, fogueiras, e carros estrategicamente estacionados, entre outros objetos deslocados até a rodovia –, o trancamento da BR-020 literalmente inibe a circulação do trânsito regional, temporariamente obstruindo o fluxo de negócios, comércio, e transporte de automóveis que necessitam passar por Canindé na sua travessia entre Fortaleza e outros destinos pela BR-020.

---

<sup>30</sup> Utilizo a palavra “tática” em referência explícita ao termo *tactics* formulado por Michel de Certeau (1984). Na visão do autor táticas representam os mecanismos e práticas empregados por indivíduos (aqueles sem acesso ao poder oficial) para subverter e criar espaços alternativos nos ambientes definidos por estratégias, ou seja, as práticas organizadoras das instituições e estruturas do poder. Na sua aplicação ao caso dos protestos de Canindé, pode-se entender a rede de rodovias como um elemento do sistema predominante da sociedade (principalmente, o governo), e de acordo, a localização e o entrelaçamento dos seus caminhos assim possuem um significado político e simbólico relativo a sua função de manter a 'ordem' e 'circulação' na sociedade. Ao cortar a rodovia, impede-se seu funcionamento ordenado, assim se apropriando desta ferramenta do estado para os fins de cidadãos comuns.

<sup>31</sup> Entrevista concedida no dia 5 de agosto de 2006.

Além de ser um impedimento corpóreo, sua materialidade também funciona ao nível simbólico, quando se repara que a BR-020 é a principal rodovia nacional que liga a capital cearense, Fortaleza, à capital federal, Brasília. Rompendo a integridade dessa ligação direta, tanto de forma material como simbólica, o bloqueio da circulação da rodovia também serve para repor a voz e presença da área rural – as demandas, preocupações, lutas, desafios, e necessidades das comunidades agrícolas – no meio da via de comunicação entre o estado e a nação. A impedir o trânsito normal da rodovia e os deveres cotidianos dos funcionários governamentais, o bloqueio assim estorva a operação regularizada de ambos o estado (geográfico do Ceará) e o Estado (governo) até que as demandas dos agricultores sejam satisfatoriamente atendidas.

Contudo, os acontecimentos de 2005 não são eventos únicos, senão representam uma sequência de ações já estabelecida e repetida em cada ano em que ocorra uma crise no campo instigada pela seca. Faz parte do repertório regional de mecanismos de protesto social e intervenções espaciais, que podem ser empregados pelos agricultores rurais como ferramentas para abrir diálogos e pressionar ações das instituições oficiais. A considerar a fórmula sequencial e a repetição habitual dessas manifestações e bloqueios, mais do que apenas objetivar uma visibilidade ou vocalização maior por si, essas intervenções espaciais podem ser melhor entendidas como uma “tática de desorganização” [*tactic of disruption*], cujas interrupções (de circulação, da 'normalidade,' da ordem socio-espacial) facilitam inversões momentâneas dentro das estruturas de poder existentes, com o objetivo de redirecionar e acelerar os processos e procedimentos do sistema sociopolítico atual. Desta maneira, essas intervenções táticas no espaço geopolítico possibilitam um mecanismo para que os agricultores familiares possam atuar sobre os

processos burocráticos demorados que delineiam o decurso do auxílio governamental. Todavia, conforme sua natureza previsível e formulada, também se torna aparente que esses mesmos atos de mobilização social já se integraram na rotina de ações previstas para acontecer quando sucede uma seca em Canindé, assim se transformando em ações quase obrigatórias, tanto como os aguardados serviços do governo. Sua conversão em eventos rotineiros, paralelos aos procedimentos oficiais, assim dá um duplo sentido ao comentário por Cruz Almeida sobre o cumprimento das manifestações e bloqueio da BR-020: “Não fazemos por prazer; fazemos por necessidade<sup>32</sup>”.

### **A SECA COMO NATUREZA (OU SEJA, O FALSO PROBLEMA DA SECA)**

Enquanto os eventos do ano 2005 exemplificam alguns dos acontecimentos que costumam ocorrer quando o município de Canindé é atingido pela estiagem, além de examinar as práticas de sobrevivência, também é informativo considerar – ainda que brevemente – a maneira em que a seca é concebida na mentalidade da sociedade canindeense atual. Na grande maioria das conversas que tive sobre 'a seca' em Canindé, a estiagem da região nordestina foi apresentada uniformemente como um fenômeno cíclico da natureza. Mais especificamente, a pluviosidade irregular e os vários degraus de estiagem recorrentes são compreendidos como características intrínsecas do sertão canindeense, refletindo padrões climáticos do meio-ambiente do semi-árido. Segundo esta realidade, em contraste ao sensacionalismo tão associado à relação entre a seca e o Nordeste,

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida no dia 31 de julho de 2006.

um artigo no jornal *O Povo* apontou uma observação astuta, se não levemente irônica: “A falta de chuva no semi-árido nordestino há muito deveria ter deixado de ser encarada como um fenômeno extraordinário. Excepcional, na verdade, é a ocorrência de invernos regulares” (A ANGÚSTIA..., 2005). A compreensão da normalidade de estiagens no semi-árido nordestino se torna especialmente evidente nas observações sobre o impacto da seca de 2005 na região do Sul do país, assim ilustrado num comentário pela dona de um mercadinho na cidade de Canindé: “E aquela seca no Rio Grande do Sul... [Eles] passam seis meses sem chuva, e é um problema horrível. Seis meses sem chuva aqui é nosso verão normal!”<sup>33</sup>

Além de dar ênfase na normalidade da ocorrência de chuvas irregulares no sertão nordestino, tais observações revelam uma internalização da ocorrência rotineira da seca no imaginário coletivo da identidade regional, assim como valorizam a habilidade dos sertanejos a lidar com situações de estiagem. A aceitação da seca como um componente constante do ambiente semi-árido assim retira a culpa tipicamente fixada ao clima, deslocando a suposta necessidade de regularizá-lo. Em seu lugar, promove uma reavaliação dos hábitos e estruturas subjacentes na sociedade nordestina, e propõe a adaptação humana aos maneirismos e às peculiaridades do ambiente semi-árido, inclusive à pluviosidade irregular.

Apesar de que acadêmicos e mesmo agências governamentais tenham reconhecido os principais fatores socioeconômicos que contribuem às diversas experiências da seca – anotando principalmente a vulnerabilidade desproporcional dos pequenos produtores e suas famílias –, muitas vezes as iniciativas prévias para prevenir os efeitos prejudiciais da estiagem supervalorizaram soluções com base na

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida no dia 8 de julho de 2006.

tecnologia e na ciência<sup>34</sup>. Porém, falharam em tratar satisfatoriamente às questões de classe e às dimensões socio-espaciais que influenciam os diversos efeitos da seca dentro de uma só região, e certamente não solucionaram as desigualdades extremas que historicamente estruturaram a sociedade nordestina e que contribuem aos efeitos adversos provocados pela seca.

Mais do que um dilema enraizado em puros fatores socio-econômicos, em Canindé o problema da seca é entendido como algo explicitamente político. De funcionários do governo municipal a organizadores de movimentos sociais a trabalhadores rurais, todos reconheceram especificamente que a persistência da pobreza e a falta da infra-estrutura adequada na região não eram devidas ao clima, senão ao resultado da ausência de uma política pública apropriada – especialmente políticas orientadas ao alívio da vulnerabilidade vivenciada pelos pequenos agricultores. Os impactos sociais provocados pela seca em Canindé atual, então, podem ser compreendidos como uma convergência das irregularidades climáticas do semi-árido, a persistência de desigualdades imensas na estrutura socioeconômica, e a deficiência de políticas públicas adequadas. Neste sentido, a essência da observação feita por Itamar de Souza e João Medeiros Filho (1983, p. 107) ainda persiste: “A seca é apenas a 'gota d'água' que agrava a miséria já existente e a expõe à visibilidade de toda a sociedade brasileira. Por isso, até certo ponto, a seca no Nordeste é um falso problema...”

---

<sup>34</sup> Para mais informações sobre este tema, veja Silva (2006).

## “NÃO É 'A SECA'... É 'A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO’”

No entanto, simplesmente discutir 'a seca' no Nordeste resulta numa perspectiva limitada e insuficiente. Logo após da minha chegada a Canindé, a liderança do STR do município enfatizou este ponto durante nosso primeiro encontro. Sentados na sala do Sindicato, eu havia resumido o objetivo desta pesquisa como 'uma investigação sobre os efeitos sociais da seca em Canindé.' Depressa, o então presidente do STR, José Tomé da Cruz Almeida, modificou minhas palavras: “É 'a convivência com o semi-árido' – não é 'a seca'<sup>35</sup>”. Na conversa que sucedeu algumas semanas depois, os representantes do STR reiteraram esta posição, explicando que “Não gostamos de falar da 'seca' ou 'combate à seca' – [ela] não pode ser combatida. Vivemos no semi-árido, então sempre estamos na busca da convivência com o semi-árido'<sup>36</sup>”. Segundo esta perspectiva, então, a dificuldade principal que enfrenta o Nordeste não é a seca em si; senão que os seres humanos contemporâneos ainda não se adaptaram completamente às irregularidades climáticas e à seca intermitente do ambiente semi-árido.

A transposição da perspectiva de 'combater a seca e os seus efeitos' para uma postura de 'conviver com o semi-árido' não apenas assinala uma modificação discursiva significativa com respeito à construção do imaginário do clima sertanejo, mas também reflete uma alteração conceitual ao relacionamento concebido entre o ser humano e a natureza no Nordeste<sup>37</sup>. O discurso da convivência foi referido por

<sup>35</sup> Entrevista concedida no dia 11 de julho de 2006

<sup>36</sup> Entrevista concedida no dia 31 de julho de 2006.

<sup>37</sup> Na sua investigação sobre o desenvolvimento da convivência com o semi-árido em relação a outros discursos relativos à seca, Roberto Marinho Alves da Silva (2006, p. 272) explica que “pode-se definir a 'convivência com o semi-árido' como sendo uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no semi-árido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas,

uma grande diversidade de atores sociais em Canindé, inclusive representantes de órgãos governamentais e agências ambientais, assim como agricultores familiares, sindicalistas, e participantes em movimentos sociais. Reforçando a convicção que a convivência é possível, pessoas frequentemente fizeram referência a outras regiões semi-áridas no mundo, como o Israel, que eram vistas como tendo alcançado alta produtividade e estabilidade econômica apesar do seu clima. Deste modo, em Canindé, a maneira com que a estiagem desabrocha na sociedade hoje em dia não é vista como um resultado inevitável; enquanto a seca em si não pode ser evitada, seus efeitos adversos podem ser modificados através de ações sociais e a implementação das políticas públicas certas.

Conforme essa linha de pensamento, vários comentários sobre água relatados em Canindé tendem às revisões gerais propostas pela perspectiva da convivência com o semi-árido. Na maioria das entrevistas, a água da chuva foi representada como um recurso natural que pertence à região nordestina, cuja presença deve ser melhor aproveitada de uma forma mais estratégica. Entretanto, em Canindé, relataram que ainda persistia a necessidade de encontrar métodos melhores para coletar os recursos hídricos da região de maneira mais eficaz e eficiente. Conforme esta observação, apesar do inverno ótimo do ano 2006 – o qual reabasteceu os açudes principais e forneceu uma safra excelente em muitas zonas do município –, o então vice-prefeito e o secretário de Agricultura e Recursos Hídricos, Hígino Luis Barros de Mesquita, ainda criticou a deficiência regional em aproveitar o

---

compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais.” Também é importante reconhecer que a convivência com o semi-árido não é uma novidade total, visto que suas raízes estendem várias décadas nas obras de diversos acadêmicos e pesquisadores. Tampouco é única a Canindé, senão compõe parte de um discurso amplo relacionado ao meio-ambiente que presencia em diversas regiões do Brasil contemporâneo.

potencial repleto da água da chuva<sup>38</sup>. Além do clima irregular, a poluição de fontes de água já existentes em combinação com o alto índice de evaporação dos reservatórios ao ar livre exacerba ainda mais a escassez de água durante uma estiagem, especialmente a água potável. Esta imagem da água - concebida como um recurso natural que pertence ao Nordeste, mas cuja administração incompetente simplesmente a deixa evaporar ou sangrar - é ilustrada belamente por um provérbio regional sobre o Rio Jaguaribe: *O Rio Jaguaribe é a artéria aberta por onde corre e se perde todo o sangue do Ceará, e só não tinge o mar de vermelho porque o sangue do Ceará é azul.*

Refletivo da prevalência do discurso da convivência com o semi-árido, desde o ano 2000 houve um influxo de práticas agrícolas e políticas públicas implementadas na região de Canindé, com o intuito de aliviar a vulnerabilidade intensa do pequeno agricultor às irregularidades climáticas. Uma alternativa agrícola muito notável na região canindeense é a ovinocaprinocultura, a qual aproveita da compatibilidade notável de ambos caprinos e ovinos às oscilações climáticas do semi-árido, assim deixando-os melhor equipados para aguentar as condições da seca. Outra prática agroecológica é a apicultura – ou seja, a cultura de abelhas para produzir mel, geléia real, própolis, e cera –, a qual aproveita das flores nativas da caatinga que floram durante períodos de seca verde, quando lavouras tradicionais de subsistência falham. Para complementar esses projetos, também existe um esforço para estabelecer um mercado regional estável para os produtos locais, para que ambos os agricultores e a comunidade geral se beneficiem dessas alternativas agrícolas.

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida no dia 3 de agosto de 2006.



A cisterna de placa no domicílio da comunidade rural Jacurutu.  
(Foto da autora).

Outra iniciativa que objetiva aliviar as adversidades da seca pelos agricultores familiares é a construção de cisternas de placa. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, s.d., p. 1): “A cisterna de placa é um tipo de reservatório de água cilíndrico, coberto e semi-enterrado, que permite a captação e armazenamento de águas das chuvas a partir de seu escoamento nos telhados das casas. [...] O reservatório, fechado, é protegido da evaporação e das contaminações causadas por animais e dejetos trazidos pelas enxurradas.” Instaladas nas próprias casas de famílias rurais, cada cisterna tem a capacidade de armazenar 16 mil litros de água, quantidade suficiente para o consumo doméstico de uma família de cinco pessoas por oito meses (BRASIL, s.d., p. 1). Sua construção emprega uma tecnologia simples, eficiente, e de baixo custo, a qual permite a distribuição ampla de

cisternas na zona rural e assim facilita um melhor acesso à água potável disponível durante a seca às famílias que vivem no semi-árido.

Enfim, os discursos e as práticas da convivência com o semi-árido assinalam uma mudança paradigmática<sup>39</sup> relativa à relação entre a sociedade nordestina, o clima semi-árido, e os efeitos da estiagem, porquanto fomenta a maior reflexão sobre tendências humanas e suas respostas à natureza, em lugar de criticar os padrões climáticos. Retirando o sensacionalismo da seca e normalizando a irregularidade climática do semi-árido, ela renova a possibilidade de ocupar-se com os elementos socioeconômicos e o papel estruturante das políticas públicas na constituição das diversas experiências vividas da seca, especialmente em relação à vulnerabilidade do pequeno agricultor às situações de estiagem. Além disso, a convivência propõe uma reavaliação da concepção do desenvolvimento do semi-árido, requerendo uma visão do desenvolvimento como sustentável e mais ligado à questão social. Como tal, muitas das estratégias práticas de convivência, como as alternativas agrícolas e a construção de cisternas, preocupam-se com dois temas fundamentais: um acesso social mais justo aos recursos básicos, e sua melhor distribuição na área rural. Portanto, a convivência com o semi-árido revaloriza a imagem do sertão e o clima local tanto como revitaliza a vivência rural, potencialmente possibilitando um relacionamento alternativo entre o semi-árido e seus habitantes.

## **DE SOBREVIVÊNCIA A CONVIVÊNCIA**

Como exibido no caso da seca de 2005 em Canindé, ainda persiste uma vulnerabilidade intensa do pequeno agricultor às irregularidades

---

<sup>39</sup> Para mais informações sobre este tema, veja Silva (2006).

climáticas típicas do clima semi-árido, sobretudo à estiagem intermitente. Quando um inverno irregular ocorre, as famílias rurais que dependem principalmente da agricultura de subsistência para sua sobrevivência se encontram numa situação bastante precária, visto que a estiagem muitas vezes resulta na perda de safra, assim deixando essas famílias numa carência urgente, para a qual necessitam do auxílio do governo para poder lidar com os meses vindouros até a próxima safra. Conforme a premência da situação, os agricultores – com o amparo do MST e o STR canindeenses – utilizam seu repertório de ocupações espaciais e táticas de desorganização para enfrentar a inércia burocrática dos processos, muitas vezes demorados, da avaliação da perda de safra e da seguinte distribuição do auxílio governamental. Sobretudo, quando as negociações em audiências com representantes do governo já se estagnaram, as manifestações em frente à prefeitura da sede municipal e o bloqueio da rodovia principal da região fornecem mecanismos para reabrir diálogos e pressionar os procedimentos do governo, forçando-o a atender as necessidades do setor agrário nesse momento premente durante a crise provocada pela estiagem. Todavia, tal auxílio governamental apenas fornece um alívio temporário e sintomático dos efeitos imediatos e mais urgentes da seca atual – resultando que a vulnerabilidade dos agricultores a irregularidades climáticas futuras segue igual.

Entretanto, quando se repara nos discursos e perspectivas sociais sobre a seca expressados pelos moradores do município de Canindé, é evidente que além das ações de curto-prazo também existem iniciativas paralelas que intentam reduzir a vulnerabilidade do pequeno agricultor de uma forma mais profunda. Na sociedade canindeense, o entendimento geral que a seca é um fenômeno natural e integral ao clima semi-árido do sertão, se junta ao reconhecimento do papel elementar de fatores socioeconômicos e de políticas públicas

na formulação dos padrões da vulnerabilidade dos agricultores familiares às irregularidades climáticas e aos efeitos da estiagem. De acordo, atualmente existem várias iniciativas sociais (alinhadas ao discurso da convivência com o semi-árido) que procuram encontrar alternativas agrícolas que sejam menos sensíveis ao clima flutuante, com o objetivo de facilitar uma geração de renda alternativa para o pequeno agricultor, assim como empreendem assegurar fontes de água potável mais acessíveis e melhor distribuídas na zona rural. Tais projetos tratam justamente dos recursos mais básicos que necessitam os agricultores e suas famílias durante a seca.

No final, para reduzir os efeitos prejudiciais de estiagens na região canindeense, é preciso não somente procurar alterar os padrões da vulnerabilidade dos pequenos agricultores às variabilidades climáticas, mas também atuar sobre as desigualdades que historicamente estruturaram as sociedades nordestinas. Portanto, a realização de mudanças estruturais mais profundas na sociedade cearense possibilitará que, futuramente, em Canindé, a sobrevivência à seca se transforme em convivência com o semi-árido.

## REFERÊNCIAS

A ANGÚSTIA da espera. *O Povo*, 14 mar. 2005.

AGRICULTORES retomam acampamento. *Diário do Nordeste*, 05 jul. 2005.

BOLSA ESTIAGEM: Agricultores têm até 31 de outubro para se cadastrar. *Diário do Nordeste*, 10 out. 2005.

BNB (Banco do Nordeste do Brasil). *Agenda do Produtor Rural 2006*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *A Tecnologia Cisternas*. Site da internet. Brasília, DF, s.d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/cisternas/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/cisternas/cisternas-2/a-tecnologia-cisternas>>. Acesso em: 20 mai. 2009.
- CRONEMBERGER, Daniella. Perda da safra já chega a 80% na região da Ibiapaba. *O Povo*, 12 mar. 2005.
- CANINDÉ pode sofrer escassez de abastecimento. *Diário do Nordeste*, 07 jun. 2005.
- DE CERTEAU, Michel. *The Practice of Everyday Life*. Tradução Steven Rendall. Berkeley: University of California Press, 1984.
- DEFESA CIVIL. *Bolsa Estiagem*. Documento eletrônico. S.d. Disponível em: <[http://www.defesacivil.gov.br/bolsaestiagem/index\\_geral.asp](http://www.defesacivil.gov.br/bolsaestiagem/index_geral.asp)>. Acesso em: fev. 2007.
- FAHEINA, Rita Célia. Agricultores de 19 cidades recebem o Garantia-Safra. *O Povo*, 07 set. 2005. [2005a]
- \_\_\_\_\_. Seca verde atinge 70 municípios. *O Povo*, 06 jun. 2005. [2005b]
- FALTA D'ÁGUA: Municípios aguardam socorro federal. *Diário do Nordeste*, 11 jan. 2005.
- FINAN, Timothy J.; NELSON, Donald R. Making Rain, Making Roads, Making Do: Public and private adaptations to drought in Ceará, Northeast Brazil. *Climate Research*, v. 19, p. 97-108, 04 dez. 2001.
- FUNCEME (Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos). *Relatório de Análise das Chuvas Ocorridas no Período de Janeiro a Maio de 2005 no Estado do Ceará*. Fortaleza: FUNCEME e a Secretaria de Ciência e Tecnologia, jul. 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Cidades@ - Canindé*, CE. S.d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: fev. 2007.

IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará). *Perfil Básico Municipal - Canindé*. Fortaleza: IPECE, 2004. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil\\_basico/2002/Caninde.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/2002/Caninde.pdf)>. Acesso em: fev. 2007.

\_\_\_\_\_. *Índice Municipal de Alerta - IMA*: Um instrumento para orientações preventivas sobre as adversidades climáticas, estado do Ceará - 2004. Fortaleza: IPECE, abr. 2005. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/diversos/indicadores%20socioeconomicos/Indice%20Municipal%20de%20Alerta%20\\_IMA\\_%20-%202004.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/diversos/indicadores%20socioeconomicos/Indice%20Municipal%20de%20Alerta%20_IMA_%20-%202004.pdf)>. Acesso em: fev. 2007.

\_\_\_\_\_. *Índice Municipal de Alerta - IMA*: Um instrumento para orientações preventivas sobre as adversidades climáticas, estado do Ceará - 2005. Fortaleza: IPECE, 2006. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/IMA2005.pdf>>. Acesso em: fev. 2007.

PEIXOTO, Marcus. Prefeitura de Canindé: Sobe para 1.000 o número de trabalhadores acampados. *Diário do Nordeste*, 18 maio 2005.

PROCURA pelo Seguro triplica. *O Povo*, 12 mar. 2005.

SÁ, Rosa. Agricultores voltam a acampar em Canindé. *O Povo*, 05 jul. 2005.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido*: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese de doutorado, Centro

de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

SOUZA, Itamar de; MEDEIROS FILHO, João. *Os Degredados Filhos da Seca*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 1983.

TRABALHADORES rurais acampam em frente à prefeitura de Canindé. *Diário do Nordeste*, 17 maio 2005.

VIERA, Hélio Pinto. *Cronologia Canindé*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1997.

WRIGHT, Angus; WOLFORD, Wendy. *To Inherit the Earth: The Landless Movement and the struggle for a new Brazil*. Oakland: Food First Books, 2003.



# ¿Sequía natural o sequía hidrológica?

**Políticas públicas y respuestas sociales en el perímetro irrigado de Icó-Lima Campos, Ceará**

**Fernando Briones Gamboa**

## INTRODUCCIÓN

Por su ubicación geográfica y condiciones climáticas, el estado de Ceará ha históricamente sido escenario de fuertes sequías. Un siglo después del inicio formal de las políticas públicas para reducir el impacto de este fenómeno natural, la región conocida como el Sertão sigue siendo vulnerable a la escasez de agua. Pero, ¿realmente falta agua, o el problema es la repartición del recurso hídrico? Ciertamente el agua no abunda en este estado del nordeste brasileño. Con un promedio de 700 mm. de lluvia por año y en una zona de convergencia del fenómeno ENSO (El Niño Southern Oscillation), el sector agrícola es altamente dependiente de la infraestructura hidráulica, de la forma de gestión de los recursos y de las propias estrategias de adaptación de una población rural tradicionalmente excluida y con fuerte tendencia migratoria a los centro urbanos.

Trataremos de describir brevemente cual ha sido la estrategia para reducir los impactos de la sequía y las consecuencias de esas acciones, tomando en consideración que las políticas públicas han provocado

avances importantes en la reducción del riesgo de desastre, pero igualmente han contribuido a la configuración de territorios extremadamente vulnerables. ¿Cómo se ha construido esa vulnerabilidad? La respuesta del Estado a la sequía ha tenido diferentes tendencias; la construcción de grandes obras, la organización de programas de desarrollo, la previsión meteorológica. Estas acciones han reducido ciertos riesgos y contribuido a la democratización de algunos aspectos de las relaciones sociales. Sin embargo, estas mismas estrategias se han desarrollado a la sombra de la demagogia. La credibilidad de las instituciones públicas es puesta en duda en la medida que los proyectos no se aplican o no funcionan.

Centraremos la atención al análisis del proyecto de irrigación del reservorio de Orós-Lima Campos (municipio de Icó). Lo que en los años setentas representó una promesa del desarrollo tiene actualmente consecuencias en la configuración del espacio social; esta obra fragmentó el territorio distribuyendo la pobreza por grupos vulnerables, según su ubicación en relación con la infraestructura hidráulica y costumbres de uso del agua.

## **RESPUESTA ESTATAL A LAS SEQUÍAS EN CEARÁ**

La variabilidad en la distribución de las lluvias y la sequía es un fenómeno natural característico del nordeste brasileño. Hay antecedentes arqueológicos (representaciones con piedras de los ríos) que demuestran la movilidad de sus antiguos pobladores para cubrir las necesidades alimenticias en tiempos de escasez de agua.<sup>1</sup> Sin

---

<sup>1</sup> Esto nos recuerda las capacidades de adaptación de los Turkana en el norte de Kenya, quienes se desplazan en función de la disponibilidad de los recursos naturales. McCabe (2002) escribe que en ese caso los fenómenos naturales son visto como parte de medio ambiente y no necesariamente fenómenos anormales.

embargo en Brasil, la sequía como fenómeno social comienza a tener importancia con el aumento de la población por la colonización portuguesa en el siglo XVI<sup>2</sup>. Algunas referencias de las Misiones Jesuitas instaladas en el litoral describen varios episodios donde la falta de lluvia causó hambrunas en la región que ahora se conoce como polígono de las secas y que abarca 9 estados en una superficie de 1,8 millones de Km<sup>2</sup>, con aproximadamente 45 millones de habitantes. No obstante fue la gran sequía de 1877 a 1879 la que marcó el periodo de transición entre el problema privado y el problema público. La mayoría de las fuentes citan al rededor de medio millón de muertos por la escasez de agua en el estado de Ceará, lo que generó el éxodo de los sertanejos (habitantes del Sertão, interior del estado) a Fortaleza; capital de lo que se fue llamando un pavoroso reino<sup>3</sup>.

La respuesta del Imperio de Don Pedro II fue la instauración de una política de almacenamiento de agua a través de la construcción de reservorios (açudes, en portugués) y la creación de instituciones para administrar los recursos hidrológicos, especialmente a partir de permisos (outorgas). La construcción del primer reservorio (Cedro en Quixadá; 1886-1906) y la creación en 1909 de la Inspeção de Obras Contra a Seca (IOCS) marcan el inicio de una etapa conocida como “abordaje hidráulico” (Taddei and Taddei, 2002) y formó las instituciones públicas que jugaron un rol decisivo en la territorialización de los riesgos, más que en la reducción de la vulnerabilidad.

La primera motivación para la formulación de políticas públicas fue encontrar mecanismos de “control y disciplina” para los trabajadores

---

<sup>2</sup> Pompeu Sobrinho, Thomaz. Tapuias do Nordeste. Revista do Instituto do Ceará, n. 53. Fortaleza, 1939. Studart Filho, Carlos. As tribos indígenas do Ceará. Revista do Instituto do Ceará, n. 45. Fortaleza, 1931.

<sup>3</sup> GIRÃO, citado por NEVES, 2000, p.27.

rurales en las haciendas y, paralelamente, evitar la migración a los centros urbanos (Neves, 2003). Desde el principio la gestión del riesgo a sequías en Ceará fue promovida por las élites. El contexto de grandes latifundios y estructuras paternalistas favoreció al lento desarrollo y democratización de las instituciones. Los programas hidráulicos han sido ligados tradicionalmente a tendencias políticas.

Es hasta la década de los noventa cuando el aparato estatal ha sufrido su más importante renovación a partir de la salida del poder de las oligarquías rurales (Taddei and Taddei, 2002). Es igualmente el inicio de nuevas estrategias de gestión del agua que corresponden a la explosión industrial del estado; la visión tecnocrática (Lemos, 2003) es promovida a través de la reforma de instituciones que basan en la ciencia sus propuestas de mitigación a la sequía, por medio del pronóstico del clima y las previsiones a largo plazo. ¿Cuál ha sido entonces la respuesta social a la estrategia científica, en un contexto donde las instituciones públicas aun están en formación, son poco creíbles y las prácticas de supervivencia se basan en la tradición?

## **CLIMA E INSTITUCIONES**

Aproximadamente 93% del territorio del Estado de Ceará es semi-árido. Con 146.817 Km<sup>2</sup> y 7,5 millones de habitantes (Anuário Estatístico do Ceará, 2001), la variabilidad y la distribución temporal y espacial de las lluvias es bastante dispersa; el promedio anual de precipitaciones es de 700 mm, generalmente repartidos entre febrero y mayo. En las últimas décadas se ha logrado identificar la influencia del fenómeno ENSO (El Niño Southern Oscillation) como parte de la configuración natural del clima del nordeste brasileño. “Durante eventos ENSO, el agua caliente superficial del Pacífico oriental mueve la Zona de Convergencia Intertropical (ITCZ, por su siglas en inglés)

hacia el norte y aumenta la convección atmosférica de la costa occidental de Suramérica. Esta convección creciente es balanceada por el aire seco y produce sequías en el Nordeste con una periodicidad media de cinco años más o menos” (Orlove y Tosteson, 1998).

Si bien la primera respuesta pública a la variabilidad de lluvias fue el almacenamiento de agua, esta ha sido una estrategia que ha tenido implicaciones en la configuración de la arquitectura social. La gestión de los recursos hidrológicos y las reparticiones de tierra han representado conflictos permanentes entre los usuarios, en su mayoría agricultores.

La infraestructura de almacenamiento y uso de agua de Ceará es bastante grande: actualmente hay 8.000 açudes con capacidad de para acumular hasta 18 billones de m<sup>3</sup> (Sistema de Informações dos Recursos Hídricos e Meteorológicos do Ceará). En las últimas décadas el Estado ha impulsado una política de distribución de agua más que la construcción de grandes obras de almacenamiento<sup>4</sup>. Sin embargo, si las lluvias no son suficientes o son mal distribuidas, los reservorios no logran alcanzar los niveles necesarios para distribuir el agua en los canales e irrigar. El agua que al final de la temporada de lluvias queda en los reservorios es la que servirá para el abasto de los próximos seis meses. En ese momento comienzan las disputas por la repartición del recurso hídrico. Igualmente inicia un proceso de negociación entre usuarios y agencias del gobierno que configura la exclusión de ciertos grupos sociales en función de sus técnicas de uso del recurso.

La política de manejo del agua en Ceará está definida por la Ley Estatal de Recursos Hidrológicos (Ley 11.996 del 24 de julio de 1992)

---

<sup>4</sup> Con excepción del Açude Castanhão, concluido en 2003 y capacidad para 6.700 millones de m<sup>3</sup>

que integra al Sistema de Gestión de Recursos Hídricos diversas instituciones coordinadas por la Secretaria de Recursos Hídricos (SRH)<sup>5</sup>. Los instrumentos legales para la explotación del agua son: la *outorga*, que es un permiso anual para tomar una cantidad de agua limitada en una fuente específica y para una actividad definida; la *licença* para obras hídricas es una autorización para la construcción de una obra o servicio de agua que altere los recursos existentes; la *cobrança pelo uso da água bruta*<sup>6</sup> corresponde al cobro de una cuota por el uso del agua, y tiene como fin evitar el desperdicio y recaudar fondos para el mantenimiento de la infraestructura.

No obstante, las estrategias estatales de gestión del agua no han sido completamente eficaces. Aunque en términos estadísticos Ceará presenta cifras favorables (actualmente es la décima economía de Brasil) y la tendencia apunta hacia la industrialización y el turismo como medios para el desarrollo regional, muchos campesinos siguen siendo vulnerables a la sequía, especialmente los que no tienen irrigación y dependen de la agricultura de temporal.

## CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LA SEQUÍA

La sequía es sin duda el mayor riesgo en el nordeste brasileño. Sin embargo conviene aproximarse a este riesgo no solo como resultado de la intensidad de la amenaza sino como un complejo proceso de interacción de las sociedades con el medio ambiente. García Acosta (1997, p. 11) escribe que es necesario comprender a los desastres “no como resultado de una relación causa-efecto, sino como un proceso

---

<sup>5</sup> La COGERH (Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará) forma parte de esta secretaria.

<sup>6</sup> En español, “cobro por uso de agua bruta”.

en sí mismo”. Desde esta óptica, la sequía es una construcción social, entendido como un:

“proceso que representa el aumento de condiciones de vulnerabilidad que hacen de una sociedad susceptible sufrir daños. Es un proceso inscrito en una escala de tiempo que permite analizar factores del funcionamiento de la sociedad que contribuyen a que ésta misma genere y/o reproduzca condiciones de riesgo. Este funcionamiento social se basa en aspectos materiales y organizativos como la economía y la política, así como aspectos simbólicos y cognitivos como las representaciones sociales y la percepción del riesgo” (Briones, 2008, p. 23).

Definido como la probabilidad de daños y/o pérdidas con un significado social, el riesgo se concreta en la medida que interactúan factores de amenaza y vulnerabilidad. La amenaza es, naturalmente, la falta de agua. La vulnerabilidad es resultado de condiciones culturales y económicas, de la distribución social y territorial de ingresos, inversión, poder, explotación y transformación ambiental. (Blaikie et al., 1995). En la medida que la sociedad es vulnerable a una amenaza se definen los efectos negativos que tendrá un fenómeno natural.

La vulnerabilidad es una noción compleja que expresa lo que Oliver-Smith llamó la multidimensionalidad del desastre, es decir, “la totalidad de relaciones en una situación social combinada con fuerzas medioambientales” (2002, p. 28). Una sequía se convierte en un desastre cuando las formas de gestión del riesgo son insuficientes para que la sociedad prevenga, atienda y se recupere de una situación que perturba “su sistema de subsistencia, de tal manera que la recuperación es improbable sin ayuda externa” (Blaikie et al., 1995).

Así, es necesario marcar la diferencia entre un la sequía meteorológica y la sequía hidrológica. No es lo mismo que no haya agua por que llovió poco que porque ésta no se repartió bien. “Una sequía meteorológica es medida por la deficiencia de precipitaciones comparada por la precipitación normal captada. Mientras una sequía hidrológica esta delineada por la disminución del abastecimiento de agua de las corrientes fluviales y del acopio superficial y subterráneo” (Haque y Melo Branco, 1998). El almacenamiento de agua sólo ha mitigado parcialmente el riesgo e incluso ha construido un escenario donde la vulnerabilidad se reparte en función del acceso a los recursos, condicionado por razones geográficas, el interés de las oligarquías locales y tendencias de los mercados mundiales.

En los últimos años la estrategia estatal se ha centrado en la información climática. Apostando por la calidad de los modelos de previsión que ha desarrollado FUNCEME<sup>7</sup>, se diseñaron programas de respuesta a la sequía como Hora de Plantar, que emite un pronóstico temprano sobre la precipitación y recomienda a los agricultores el momento de sembrar. Igualmente se desarrollaron proyectos agrícolas basados en la diversificación de cultivos. Paralelamente COGERH se encarga de la gestión de la infraestructura hidráulica<sup>8</sup>. Esto significa que la institución realiza los cálculos del agua almacenada en los açudes y según el pronóstico, hace modelos de la cantidad de agua que puede ser liberada en las represas hacia los canales de distribución. Obviamente la responsabilidad de la agencia es enorme y requiere consenso en los grupos sociales involucrados. Pero el uso de la información climática en sí misma representa un riesgo, ya que es susceptible a ser usada de forma demagógica y

---

<sup>7</sup> Como parte de un proyecto de colaboración con el IRI (Internacional Institute for Climate and Society), financiado por el Banco Mundial y el Gobierno Federal de Brasil.

<sup>8</sup> Tarea anteriormente realizada por DNOCS

porque la credibilidad a la previsión es extremadamente limitada (Finan, 1999).

No es objetivo de este trabajo estudiar el uso político de la información climática; para eso los trabajos de Finan y Lemos son una buena referencia. Sin embargo, es interesante explorar por qué las previsiones climáticas, según lo veremos en el estudio de caso, son poco tomadas en consideración. Los pronósticos y los sistemas de alerta temprana son herramientas con alto potencial y exactitud, sin embargo son reduccionistas. Pulwarty, Broad y Finan (2004, p. 95) escriben que "complejos problemas son reducidos a cuestiones técnicas, efectivamente removiendo la pluralidad de contenido de sus perspectivas." Esta aproximación tecnocrática a la sequía es contestada por los actores sociales en escalas locales no solo en Brasil sino en numerosos casos. Por ejemplo en Etiopía, Stephen expone que los sistemas de alerta temprana, que buscaban mitigar el problema de la seguridad alimenticia y el riesgo a sequía "no fueron ejercicios participativos" (2004, p. 106) y que la metodología dominante "continúa siendo una evaluación [por parte de las agencias internacionales] de las necesidades nacionales, usando equipo tecnológico cuyo propósito es ofrecer una visión amplia" (2004, p. 111).

La previsión meteorológica se basa en la lógica racional científica, propone para la toma de decisiones un escenario futuro, pero

"las elecciones individuales en la evaluación de riesgos no se efectúan en lo abstracto, sino en función de la práctica cotidiana. Esto ciertamente no es irracional, pero su lógica no es la de integrar todas las probabilidades. Se trata de una lógica racional limitada, que permite tratar cuestiones actuales y locales olvidado aquellas que son, de todas formas, imposibles

de encarar” (Rowe, Brown, Green, Fischhof et. Al, citado por Duclos 1987, p. 40).

Efectivamente, los conceptos de previsión y riesgo se conjugan en futuro, el pasado no implica riesgo. Aunque el riesgo y seguridad son conceptos relativamente recientes, tanto las sociedades tradicionales y modernas siempre han tenido la necesidad de predecir para reducir la especulación; unos con prácticas mágico-religiosas, otros a través de la ciencia. Así, tanto el agricultor como el meteorólogo, al hacer una lectura de las condiciones ambientales, cumplen la función de interpretar para predecir y reducir el umbral de inseguridad. Sin embargo la credibilidad de la ciencia depende, más que de la exactitud, de la confianza en las instituciones y la cohesión social.

## **ESTUDIO DE CASO**

El Estado de Ceará ha sido históricamente uno de los más pobres de Brasil<sup>9</sup>. A causa de las sequías muchos nordestinos han migrado temporal o definitivamente al sur del país, especialmente a Río de Janeiro y São Paulo, y al Amazonas. La pobreza y migración se ha atribuido al clima seco de la región, pero no es la única razón:

“Las condiciones socioeconómicas en zonas rurales, como la concentración de grandes propiedades de tierra en pocas manos, las tradicionales relaciones laborales que desfavorecen a los trabajadores pobres y la ausencia de servicios gubernamentales básicos en la educación y la salud, son factores importantes que explican este fenómeno migratorio.

---

<sup>9</sup> Llegó incluso a ocupar el tercer lugar mundial en mortalidad infantil (Rouquie, 1998, p. 27). En 1986 la tasa de mortalidad infantil era de 77 por mil nacidos vivos. En 2000 fue de 28,34 por mil nacidos vivos.

Las sequeías contribuyen solamente a un aumento en estas migraciones” (Magalhães y Glantz, 1992, p. 24).

La actividad económica en el interior del estado es mayoritariamente agropecuaria. La zona urbana de la capital centraliza la industria, representa progreso y oportunidad mientras que el interior atraso y marginación. Como ya explicamos, la creación de açudes ha sido la estrategia dominante contra las secas. Paralelamente se han diseñado polos agrícolas y programas de desarrollo para motivar la diversificación de cultivos y reducir la vulnerabilidad de los agricultores. En este trabajo, basado fundamentalmente en el trabajo de campo y una metodología sustentada en la observación participativa y la aplicación de entrevistas semiestructuradas, pretendemos exponer cual es el estado actual de uno los proyectos de riego más importantes de la región Centro-Sur del estado: el perímetro irrigado de Icó-Lima Campos.

## **EL PERÍMETRO IRRIGADO DE ICÓ-LIMA CAMPOS**

Un perímetro irrigado es el espacio en el que se distribuye el agua de uno o varios açudes a través de infraestructura hidráulica. El agua es usada básicamente para el riego de cultivos, lo que aumenta dramáticamente el potencial productivo de la zona. El perímetro irrigado en el que hicimos el trabajo de campo para esta investigación corresponde al canal que une el açude Orós con el acude Lima Campos y que distribuye el agua por medio de un canal hacia las tierras de Icó. Oficialmente el alcance del riego es de 2,712 Ha. El proyecto fundado en 1972 y en funcionamiento desde 1974 ha tenido considerables impactos positivos y negativos en el municipio de Icó, donde se ubica la comunidad de Lima Campos. Por una parte, los agricultores beneficiados por el riego pueden obtener, dependiendo de las reservas de agua y la distribución, cosechas mucho más



administrativas diferentes (Icó en la región 17, Orós en la 16) en regiones hidrográficas diferentes (ver figura 1). Otra consecuencia de la implementación de reservorios y proyectos de irrigación es la aparición de actores sociales que han adaptado sus actividades a los nuevos recursos: pescadores de camarón y los llamados vazanteiros, agricultores que usan las aguas de los bordes de los reservorios para irrigar sus siembras.

La creación del perímetro de irrigación de Icó-Lima Campos representa una nueva unidad territorial, entendiendo esto como el conjunto de redes socioeconómicas, actores sociales y sus respectivas estrategias de adaptación, aunque los intereses por el agua de los grupos de agricultores sean diferentes entre sí. El principal problema es la distribución del agua; cada grupo social tiene diferentes necesidades atendidas fundamentalmente por COGERH, institución que calcula el agua que puede ser liberada a partir de previsiones. Las disputas son permanentes pero tienen su escenario formal durante un seminario organizado al final de época de lluvias<sup>11</sup>.

“Los perímetros públicos de irrigación tienen esquemas de la distribución acordados entre los miembros del perímetro. Cada irrigador tiene generalmente un horario de distribución de agua, y este horario se reajusta cada año según la disponibilidad del agua. Por ejemplo, en el perímetro de Icó-Lima Campos, cada área recibió el agua dos veces por semana por un período de ocho horas, para un promedio de 4 hectáreas de producción del arroz, durante el año pasado” (Taddei and Taddei, 2002).

La distribución del agua depende las reservas en los açudes y las previsiones meteorológicas. Para el Estado, una forma de reducir el

---

<sup>11</sup> Seminário de Planejamento, Alocação e Operação das Águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú. En 2003 se realizou en Limoeiro do Norte, el 27 de junio.

riesgo de perder la cosecha ha sido establecer programas que promueven el uso de la información climática como componente de la toma de decisiones; saber si las lluvias serán o no favorables definiría el tipo de cultivo y el momento oportuno de sembrar. Aunque el pronóstico emitido por FUNCEME tiene reputación de ser uno de los más exactos del mundo, muchos agricultores tienen poca confianza en la información climática, que se identifica sistemáticamente con las políticas de gobierno y que ponen en tela de juicio el ancestral conocimiento del clima por parte de los profetas de lluvias, meteorólogos locales que sin sustento científico pero amplio conocimiento del ecosistema emiten recomendaciones que circulan entre los agricultores.

### **ICÓ-LIMA CAMPOS: ¿PRINCESA DO SERTÃO O RIO DA ROCA?**

Como muchas otras ciudades del interior de Ceará, Icó (1.936 km<sup>2</sup>, 1,34 % del área del Estado) jamás recupero después de la sequía de 1877-1879 la grandeza que describen los cronistas locales. Una epidemia de cólera redujo tanto la población que la producción pecuaria, sustento principal de comunidad en la época, se “redujo casi a cero”. La ciudad de origen noble, “la Princesa del Sertão”, fue fundada en 1738 en un sitio anteriormente denominado Arraial do Poço y que como casi todo en la región hace referencia al agua. El topónimo Icó proviene la tribu Tapuia de Nação Cariri, significa agua o río de piedra<sup>12</sup>. Ubicado en la cuenca del Río Salgado, las tierras de la región tienen -con agua- un alto potencial productivo y una gran tradición latifundista contada con relativo orgullo: “Los grandes terratenientes

---

<sup>12</sup> Icó: Em Fatos e Memórias. V. II Biblioteca Pública Municipal de Icó. 1998.

(fazendeiros) ampliaban sus rebaños que eran alimentados por los ricos pastos ubicados a los márgenes de los ríos Jaguaribe y Salgado, formando grandes riquezas a través de actividades altamente lucrativas como la pecuaria” (Icó: Em Fatos e Memórias 1998).

¿Icó es un municipio que vive en la nostalgia de un grandioso pasado? El discurso de orgullo no solo es una cita curiosa en las fuentes históricas, incluso la presentación en Internet del municipio que hace el gobierno del estado está cargada de un discurso de grandeza<sup>13</sup>:

“Icó era en ese entonces una ciudad noble. Barones y vizcondes, gente de sangre azul, títulos conquistados a través del poder económico y la importancia política, constituían parte central de su población. Ricas residencias con muebles, lozas y platería importada, objetos finos que caracterizaban el nivel social de la urbe del sertão en el siglo pasado”.

Del mismo modo la prensa local (Notícias do Vale, publicación bimensual) hace permanente referencia a la grandeza del municipio. No es objetivo de este trabajo analizar los discursos de identidad, pero si es importante hacer notar que el contexto es favorable para la demagogia.

Icó (junto con Iguatú y Orós) es un centro regional importante. Aproximadamente 50% de la población es agrícola (62.494 habitantes, Censo 2000). El perímetro irrigado esta habitado por nuevas comunidades resultado de las reparticiones de tierra que ha hecho DNOCS. Si bien la mayoría de los agricultores del perímetro irrigado poseen mejores condiciones que sus ancestros (que en vez de propietarios eran jornaleros de haciendas) los beneficios de los proyectos de desarrollo son tan variables como el clima. En el verano

---

<sup>13</sup> <http://www.municipios-ce.com.br/ico>

2003 -cuando fue realizado el trabajo de campo para este texto- el perímetro irrigado de Icó-Lima Campos estaba en parcial abandono y la mayoría de los agricultores desmotivados por el desmantelamiento de sus organizaciones. Esta situación aumenta la vulnerabilidad, motivando a la migración y genera estrategias de supervivencia que desequilibran los ya frágiles sistemas de producción de la zona. En síntesis, distinguimos los siguientes actores sociales involucrados en la problemática:

-Los agricultores situados en las orillas de los reservorios, quienes reciben el nombre de vazanteiros, bombean el agua para el riego de sus tierras. Para ellos el nivel ideal del reservorio es alrededor de 50%. En general sembradores de arroz, ocupan mucha más agua que los irrigadores, ya que usan la técnica de inundación por inclinación. En terrenos arenosos donde la absorción es alta o con suelos en declive el desperdicio es enorme, ya que el agua corre en lugar de quedar estancada.

-Los agricultores de perímetro irrigado, que no tienen agua porque el nivel del açude es bajo y el recurso no desciende por gravedad hacia el canal. Esta situación requiere el bombeo de agua por electricidad, pero el costo puede superar el margen de ganancia de la cosecha, especialmente si el tipo de cultivo no es de alto valor en el mercado actual, como es el caso del la fruticultura.

-Los agricultores de temporal (llamados de sequeiro), dependen exclusivamente de las lluvias. No tienen una fuente segura de agua y generalmente solo siembran maíz y frijol para asegurar la alimentación familiar. Excepcionalmente algunos tienen cultivos que requieren mucha irrigación -arroz, principalmente- y tienden a hacer sus propios pozos

(cacimbões). El riesgo de sobreexplotación de los mantos acuíferos es alto y en ciertos casos, la salinidad del agua puede llegar hasta 20%.

El escenario actual se inscribe en medio del poco interés del municipio por reactivar el perímetro irrigado, cuyo costo de mantenimiento no es una prioridad. La estrategia de desarrollo apunta hacia el turismo; Icó tiene algunos monumentos antiguos que le valen desde 1997 el título Patrimonio Histórico y Artístico Nacional<sup>14</sup>. Por este hecho el municipio recibe una partida de recursos federales, pero aun con la completa renovación de las casas antiguas Icó tiene poco potencial turístico: ubicado a 370 km. de Fortaleza y comunicado por la carretera nacional BR-116 que cuyo estado es deplorable, el tiempo promedio de viaje era, en 2004, de 7 horas.

## RESPUESTAS SOCIALES

El funcionamiento del perímetro irrigado de Icó-Lima Campos es una muestra de lo compleja que es la gestión del agua en una región con un clima variable y una profunda vulnerabilidad socioeconómica. Es imposible separar el riesgo de sequía del factor climático, pero aunque la falta de lluvias aumenta las probabilidades de desastre, el riesgo es resultado de la construcción de condiciones de vulnerabilidad en ciertos sectores de la población. La sequía no afecta a todos por igual, se reparte en grupos sociales y territorios específicos. Es importante reconocer que los mecanismos (políticas, infraestructura y gestión) que las instituciones públicas han usado para reducir el riesgo de sequía son indispensables para evitar una

---

<sup>14</sup> Los edificios antiguos son: Casa de Câmara e Cadeia, Conjunto Sobrado do Barão de Crato, Igreja do Bonfim, Igreja de Nossa Senhora da Expectação, Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte, Casa da Pólvora y el Teatro Municipal.

gran catástrofe, sin embargo son insuficientes. La construcción de açudes y el perímetro de irrigación ha sido una oportunidad para reconfigurar el territorio y motivar la industria agrícola, pero el uso de la información climática como elemento central para la toma de decisiones está pensado en una lógica científica que no ha logrado coincidir con las tradiciones locales; paralelamente la credibilidad se ha degradado por la falta de confianza en las instituciones. Finan (1999) afirma que “el pronóstico se convierte en legitimación para el gobierno y los líderes más que en un mero producto científico”.

## **VACAS GORDAS, VACAS FLACAS: EL DESARROLLO INTERMITENTE**

¿Qué confianza puede tener un agricultor en la información climática (representación de la autoridad gubernamental) cuando su experiencia indica siempre periodos de bonanza y de crisis? Los habitantes de Ceará lo saben, “la seca llega tarde o temprano”. Esperar que llueva más o menos es un acto arraigado en el imaginario colectivo que simboliza incertidumbre y conocimiento empírico de la variabilidad del clima. El agua y el clima se representan de muchas formas. Quizá por eso la imagen religiosa más importante, la Patrona de la ciudad de Icó, sea la Virgen de la Expectação (Esperanza) y a la salida de agua de las compuertas del reservorios se llama sangrado. La falta o exceso de agua, el éxito y/o fracaso de proyectos de desarrollo, esquemas paternalistas de poder y grandes propietarios de tierra, han contribuido a construir una sociedad que confía (no solamente pero antes que nada) en sus propias formas de supervivencia.

En la mayoría de las entrevistas realizadas en la zona durante el trabajo de campo, los agricultores además de mostrarse reticentes con los pronósticos de FUNCEME, le agregan un contenido negativo a la

información: “Cuando dicen que va llover es que va haber seca”. Aunque el pronóstico tenga probabilidades de ser correcto, la imagen negativa de las advertencias es resultado de la desconfianza que produce una información descrita en códigos incomprensibles para la mayoría de las personas. La información climática y de manejo del agua puede ser demasiado compleja, dicho sea de paso, muchos agricultores son analfabetos o tienen estudios básicos deficientes<sup>15</sup>. Esto no quiere decir que un agricultor no tiene las capacidades para entender la información y los sistemas de gestión de agua, sino que la información no es identificada a su experiencia cotidiana. La representación de la naturaleza como fuerza superior, que el hombre no puede controlar, se expresa frecuentemente en discursos pesimistas; incluso algunos agricultores citan la Biblia, justificando que desde el antiguo testamento las sequías son parte de la historia del planeta y exponen que siempre se presentan periodos positivos y negativos: periodos de vacas flacas y vacas gordas. Finan (1999) escribe que “la creencia cultural en la intervención divina es contestada por el sistema tecnocrático basado en la superioridad y definitiva fé en la Ciencia. Esta historia de policy-making ha sido la búsqueda para una solución tecnológica a la sequía”. Otros investigadores han puesto atención en el papel de los profetas de lluvia, cuestionándose si tiene o no un efecto real el pronóstico tradicional sobre la toma de decisiones. Aunque en Icó hay dos profetas de lluvia, no parecen tener mayor capacidad de convocatoria. En contraste, muchos agricultores afirman tener indicadores del clima que les ayudan a saber cuando plantar. Un ejemplo es el viento llamado Aracati que sopla en diciembre y enero durante los años que

---

<sup>15</sup> Según el Anuario Estadístico de Ceará (2001), la tasa de analfabetismo en Ceará en personas mayores de 15 años es de 26,54%, pero esta cifra no toma en consideración que la tasa aumenta en zona rurales.

se supone habrá seca<sup>16</sup>. Al respecto, Taddei (2005) expone que entre los agricultores del Sertão son frecuentemente reconocidas técnicas tradicionales de previsión meteorológicas:

“Las más populares son observaciones del comportamiento y ciclo reproductor de los animales, insectos y aves, la aparición de estrellas, los colores del sol y el horizonte en momentos específicos el calendario católico, la dirección en que soplan los vientos, o el uso de fórmulas en que los períodos de las estaciones de sequía representan meses de las estaciones de lluvia sucesiva”.

La pregunta final, en términos de políticas públicas es si las estrategias implementadas han disminuido la vulnerabilidad a sequías. Para Finan y Nelson, (2001)

“el almacenaje de grandes cantidades de agua en depósitos a través del estado no redujo la vulnerabilidad de la mayoría de agricultores, y los proyectos existentes de irrigación han fluctuado debido a la pobre gestión dominada por inversionistas ricos y corporaciones agrícolas multinacionales”.

Por otra parte, como escriben Pulwarty, Broad, y Finan (2004, p. 90) "el valor potencial de los pronósticos se convierte en víctima de la demagogia en la primera parte de la década de los noventas". Los agricultores del perímetro de irrigación de Icó-Lima Campos no están exentos de este diagnóstico. El poco mantenimiento de la infraestructura hidráulica, la falta de continuidad en los proyectos de desarrollo, la desconfianza en las instituciones públicas, los conflictos e intereses en la distribución del agua ha terminado por fragmentar a la sociedad. La fragmentación social, entendida como “un proceso de

---

<sup>16</sup> Este viento también es identificado por agricultores en Pernambuco, donde le llaman “cantarino”.

desintegración social que fragiliza las comunidades frente a las amenazas naturales” (Hardy, 2000, p. 74) se concretiza en la separación de intereses de cada grupo social, y desarrollan sus propias estrategias de adaptación en relación a su ubicación geográfica y recursos disponibles. Es decir, la política de almacenamiento y distribución de la tierra reconfiguró el territorio y provocó usos del agua que crean conflictos, como la disputa entre los agricultores de las orillas de los reservorios y agricultores de irrigación. Al momento de discutir los permisos y gestión del agua COGERH ha hecho un esfuerzo de concertación al reunir a los actores sociales en un escenario de negociación que de cierta forma es parte de la democratización de las instituciones. No obstante, los testimonios de los agricultores y funcionarios durante el trabajo de campo expresan que las estructuras de representación de los actores sociales está divididas, lo que provoca la ausencia de consenso y poca confianza en la institución identificada con el gobierno.

Durante el trabajo de campo fue frecuente observar la desarticulación de las organizaciones campesinas. Por ejemplo, en la comunidad de Poço de Piedra, en la orilla del açude Lima Campos, el proyecto de desarrollo San José está detenido por falta de acuerdos entre las tres organizaciones<sup>17</sup>. “Cada presidente busca sus propios intereses”, afirman los agricultores. Prácticamente todos los nuevos poblados del perímetro de irrigación tienen conflictos similares; cooperativas desarticuladas, maquinas trilladoras paradas, sindicatos e intermediarios que les compran sus cosechas a bajo precio. ¿El modelo de producción no se integró a la economía de mercado? La generación actual de agricultores del perímetro irrigado es testigo de

---

<sup>17</sup> Movimento dos Pequenos Agricultores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Servidores Públicos Federais.

una doble transición : la puesta en marcha de proyectos de desarrollo que tuvieron subvenciones y éxito en los años setenta y posteriormente, el fracaso en la continuidad de ese modelo, una vez terminados los subsidios.

¿El estado actual del perímetro irrigado es consecuencia de la irregularidad en las lluvias o la administración de los recursos hídricos? Sin la infraestructura y la información climática seguramente la situación sería aun más dramática. No obstante esto no significa la mitigación del riesgo a sequía, sino una forma de repartición de la vulnerabilidad en la que, según la ubicación geográfica de cada grupo social, se es más o menos resistente. Pensamos que hace falta hacer un diagnostico más profundo sobre los criterios de repartición de tierras, oportunidades (créditos, servicios, medios de comercialización) y formas de negociación. Es necesario diseñar otros mecanismos de mitigación de la vulnerabilidad que integren en las comunidades (esparcidas y separadas radicalmente por la abundancia o falta de agua) en procesos de democratización de las instituciones y organizaciones en escenarios menos politizados y mayor cohesión social.

## **CONCLUSIONES: LA DISTRIBUCIÓN SOCIAL DEL RIESGO**

La estrategia de reducción del impacto de sequía en el estado de Ceará se ha desarrollado alrededor del almacenamiento de agua. Paralelamente se han puesto en marcha instituciones de administración de recursos hidrológicos que, si bien han evolucionado en la última década, arrastran un escenario tradicionalmente expuesto al clientelismo y la demagogia. Sin duda las estructuras actuales son indispensables para reducir un gran desastre en la población rural del estado. Pero lejos de reducir la

vulnerabilidad, ésta se acumula en la medida que las estrategias actuales atraviesan un periodo de crisis representado por: poca de credibilidad en las instituciones; falta de opciones de los agricultores para usar el agua de manera más racional; el desmantelamiento de las organizaciones sociales y las formas tradicionales de producción sin mecanismos de integración a las nuevas dinámicas comerciales.

Este es un problema complejo resultado -paradójicamente- de la construcción de reservorios que reconfiguro el espacio social distribuyendo socialmente los riesgos de sequía y aumentando la exposición a la vulnerabilidad según el tipo de usuario de agua. Es decir, según la ubicación geográfica, los tres actores principales de los conflictos por agua, los vazanteiros, irrigadores y agricultores de sequeiro son más o menos vulnerables. Sin embargo, hoy en día es posible encontrar un fenómeno común: los dos primeros grupos son extremadamente dependientes del agua de los reservorios y, según sus niveles, pueden por temporadas depender exclusivamente de la lluvia para asegurar sus cosechas. Igualmente el aumento de la vulnerabilidad de los tres grupos sociales aumenta con el fracaso o suspensión temporal de proyectos desarrollo. El perímetro de irrigación de Orós-Lima Campos en Icó es un ejemplo de como la falta de continuidad en los proyectos favorece al desmantelamiento de las organizaciones sociales y la escasa credibilidad en las instituciones públicas. Actualmente la estrategia estatal se focaliza en la previsión climática, información que resulta abstracta y se identifica inmediatamente con el gobierno: “poco creíble”. Si las lluvias en Ceará son variables, el desarrollo y la confianza lo son también.

## BIBLIOGRAFÍA

- BLAKIE, Piers; CANNON, Terry; DAVIS Ian, WISNER Ben. *Vulnerabilidad: El Entorno Social, Político y Económico de los Desastres..* LA RED: Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina. ITDG: Intermediate Technology Development Group. Perú: 1995.
- BRIONES GAMBOA, Fernando. *La construction sociale du risque : l'isthme de Tehuantepec face au phénomène climatique "El Niño" (Oaxaca, Mexique)*. Thèse doctorale, École des Hautes Études en Sciences, Paris: 2008.
- COGERH. *O Caminho das Águas: Informações Básicas sobre o Gerenciamento dos Recursos Hídricos*, Fortaleza: 1997.
- DUCLOS, Denis. *Pouvoirs et savoirs*. Rivages. Paris: 2000.
- FINAN, Timothy J. *Drought and Demagoguery: A Political Ecology of Climate Variability in Northeast Brazil*. Paper presented at the Workshop on "Public Philosophy, Environment, and Social Justice", Carnegie Council on Ethics and International Affairs Merrill House. New York: October 21-22, 1999.
- FINAN, Timothy J., and NELSON Donald R. *Making rain, making roads, making do: public and private adaptations to drought in Ceará, Northeast Brazil*. *Climate Research* 19:97-108. 2001.
- GARCÍA ACOSTA, Virginia. *Las ciencias sociales y el estudio de los desastres*. Umbral XXI, Publicación de los Programas de Investigación y Posgrado-UIA, No. 24. México: 1997.
- HAQUE, C. Emdad y MELO BRANCO, Adélia de. *Vulnerabilidad y respuestas a desastres: Análisis comparativo de estrategias para la mitigación de sequías*. *Desastres y Sociedad* N°9, El Niño en América Latina. LA RED, ITDG, Lima: 1998.

- IPLANCE. *Anuário Estatístico do Ceará*. CE: Secretaria do Planejamento. Fortaleza: 2001.
- LEMOS DE MELLO, Maria Carmen. *A Tale of Two Policies: Climate Forecasting and Drought Relief in Ceará, Brazil*. *Policy Sciences* 36 (2): 101-123, 2003.
- MAGALHÃES Antonio R., and GLANTZ, H. Michael. *Socioeconomic Impacts of Climate Variations and Policy Responses in Brazil*. Esquel Brazil Foundation. Brasília: 1992.
- NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*. Relume Dumará. Rio de Janeiro: 2000.
- NEVES, Frederico de Castro. *Seca, Estado e Controle Social: As políticas públicas de combate às secas no Ceará*. In: Elza Maria Franco Braga. (Org.). *América Latina: Transformações Econômicas e Políticas*. Fortaleza: Edições UFC, 2003, p. 200-217.
- OLIVER-SMITH, Anthony. *Theorizing disasters: nature, power, and culture*. In HOFFMAN, Susanna M., OLIVER-SMITH, Anthony, Eds. *2002 Catastrophe and Culture. The Anthropology of Disaster*. School of American Research Press, pp.23-47. Santa Fe: 2002.
- ORLOVE, B., Tosteson, J. *The application of seasonal to interannual climate forecasts based on El Niño-Southern Oscillation (ENSO) events: Lessons from Australia, Brazil, Ethiopia, Peru, and Zimbabwe*. Working Papers in Environmental Politics. University of California, Institute of International Studies. Berkeley: 1998.
- PULWARTY, Roger S., BROAD, Kenneth, FINAN, Timothy. *El niño Events, Forecasts and Decision-making*. In BANKOFF, G.; FRERKS, G.; HILHORST, D. (Eds.), *Mapping Vulnerability: Disasters, Development and People*. pp. 25-37. Earthscan, London: 2004.

ROUQUIE, Alain. *Amérique latine : introduction à l'Extrême-Occident*. Seuil, Paris: 1998.

S/A. Icó: *Em Fatos e Memórias*. Biblioteca Municipal de Icó. 1998.

STEPHEN, Linda. *Vulnerable Regions versus Vulnerable People: An Ethiopian Case Study*. In Bankoff, G.; Frerks, G.; Hilhorst, D. (Eds.), *Mapping Vulnerability 2004.: Disasters, Development and People*. pp. 25-37. Earthscan, London: 2004.

TADDEI, Ana, and TADDEI Renzo. *Participatory Water Allocation in Ceará. Notes on Political and Communicational Structures and Environments. Manuscript*. IRI. New York: 2002.

TADDEI, Renzo. *Of clouds and streams, prophets and profits: the political semiotics of climate and water in the Brazilian Northeast*, PhD. Dissertation. Columbia University, New York: 2005.

# Política para qual público?

## O “Novo Modelo de Irrigação” e os colonos de Morada Nova

**Elisângela Maria de Oliveira Sousa**

### INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Este artigo busca compreender o sentido da intervenção do Estado brasileiro no semi-árido por meio da irrigação, analisando a imposição de uma agricultura moderna e “redentora”, a ausência de mecanismos de consulta e participação dos trabalhadores, as tensões entre a economia de mercado e a “economia moral”<sup>2</sup>, as mudanças ocorridas na agricultura, na estrutura de classes e, especialmente, nos papéis desempenhados pelo Estado.

---

<sup>1</sup> Esse artigo é um breve fragmento da minha dissertação de mestrado que versou sobre o surgimento e a consolidação da Política Nacional de Irrigação, tratando, especialmente da “emancipação” de perímetros irrigados. Em termos cronológicos, a pesquisa se estendeu até 2002, último ano do governo FHC e do Programa de Emancipação dos Perímetros Públicos de Irrigação – PROEMA. A pesquisa, que compreendeu a revisão de literatura, o levantamento documental e o trabalho de campo no Perímetro Irrigado Morada Nova, no Ceará, onde foram realizadas entrevistas com grupos focais, revelou alguns desdobramentos do “novo modelo de irrigação”.

<sup>2</sup> Uso a expressão “economia moral” – tal como aparece na obra *Costumes em Comum*, de Edward Palmer Thompson – para designar essa economia extrativista, de sequeiro, voltada à subsistência, transmitida através do aprender-fazendo, baseada nos costumes, na organização familiar dos papéis produtivos, no consenso popular acerca de uma visão tradicional das normas, obrigações sociais e costumes morais. Logo percebi o conflito entre essa “economia moral”, praticada durante séculos na região do baixo Jaguaribe, e a nova economia de mercado introduzida pela irrigação, apoiada em inovações tecnológicas e conhecimentos científicos.

Com cerca de 80% do seu território inserido no semi-árido, a região Nordeste se tornou, a partir de meados do século XIX, o lugar por excelência de experimentos de combate às secas. Foi durante a ditadura militar (1964-1984) que a irrigação é alçada ao status de política pública como parte do projeto desenvolvimentista “Brasil, Grande Potência”. Sua implementação contou com investimentos públicos e empréstimos do Banco Mundial. O Estado brasileiro – principal artífice – apoiado na tecnocracia das agências multilaterais, construiu perímetros irrigados e definiu instrumentos e incentivos de uso da terra, financiamento, preços, comercialização, tributação, assistência técnica, geração e difusão de tecnologia, com vistas à modernização agroindustrial e à formação de uma classe média rural.

No Brasil, os perímetros irrigados foram concebidos, planejados e executados por dois órgãos governamentais, o Departamento Nacional de Obras contras as Secas – DNOCS, e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF. A área irrigável implantada pelo DNOCS é de 72.055,19 ha, distribuídos entre 38 perímetros irrigados localizados nos Estados da Bahia,

Figura 1: Perímetros Irrigados do DNOCS

---

(1) Baixada Ocidental Maranhense	(9) Fidalgo	(19) Jaguaribe-Apodi	(30) Engenheiro Arcoverde
(2) Tabuleiros de São Bernardo	(10) Araras Norte	(20) Ema	(31) Sumé
(3) Várzea do Flores	(11) Ayres de Sousa	(21) Icó-Lima Campos	(32) Boa Vista
(4) Tabuleiros Litorâneos do Piauí	(12) Baixo-Acaraú	(22) Várzea do Boi	(33) Cachoeira II
(5) Lagoas do Piauí	(13) Forquilha	(23) Quixabinha	(34) Custódia
(6) Caldeirão	(14) Curu-Pentecoste	(24) Pau dos Ferros	(35) Moxotó
(7) Platôs de Guadalupe	(15) Curu-Paraipaba	(25) Cruzeta	(36) Vaza Barris
(8) Gurguéia	(16) Morada Nova	(26) Itans	(37) Jacurici
	(17) Jaguaruana	(27) Sabugi	(38) Brumado
	(18) Tabuleiros de Russas	(28) Baixo-Açu	
		(29) São Gonçalo	

---



Fonte: DNOCS, 2004.

Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte (figura 1).

### **DESBRAVANDO O SERTÃO: MORADA NOVA, PIONEIRISMO EM IRRIGAÇÃO**

O Perímetro Irrigado Morada Nova foi pioneiro no Nordeste e no Ceará. O Projeto Executivo que o originou, denominado Projeto de Irrigação na Zona de Transição Sul de Morada Nova, foi elaborado pela Société Central pour L'équipement du Territoire, como resultado do consórcio franco-brasileiro.

Ainda em 1969, o DNOCS começou a desapropriação das terras a jusante do açude Banabuiú, derrubou matas nativas e iniciou as obras

de construção dos canais de irrigação (foto 1), estações de bombeamento, sistemas de drenagem, lotes agrícolas, obras de eletrificação e abastecimento d'água, saneamento básico, estradas,



Foto 1: Construção do canal de irrigação principal.

Fonte: DNOCS, 1969.

galpões para maquinaria, armazéns para grãos, estábulos, além das casas de alvenaria, escolas, postos de saúde, centros comunitários, recreativos e de treinamento e escritórios de apoio técnico.

Os investimentos totais do Perímetro alcançaram um montante de cerca de US\$ 73 milhões, sendo US\$ 57 milhões referentes à infraestrutura de irrigação de uso comum e US\$ 16 milhões aos sistemas parcelares (on farm: serviços de desmatamento e sistematização do solo). O custo do hectare irrigado foi de US\$ 8.094, sendo US\$ 6.266 destinado às obras e equipamentos comuns, e US\$ 1.828 para as benfeitorias hidroagrícolas parcelares<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Cf. Ministério de Irrigação/DNOCS/Sondotécnica S.A., Estudos a Nível de Viabilidade e Projeto Executivo de Irrigação na Zona de Transição Sul de Morada Nova no Estado do Ceará: Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Social, Vol. 1, Fortaleza, julho de 1989, pp. 14 e 78.

A água para o consumo humano, dessedentação animal e para a agricultura irrigada provém dos açudes públicos Banabuiú e Pedras Brancas. O sistema de irrigação do Perímetro Irrigado Morada Nova é formado por barragem de derivação, canais (de adução, primários, secundários, terciários e parcelares), comportas, dique de proteção, estações de bombeamento, drenos e coletores, etc.

O Perímetro Irrigado Morada Nova foi projetado para o assentamento de 587 colonos<sup>4</sup> na área de 11.025,12 ha; destes, 6.692,12 ha corresponderiam à área de sequeiro e 4.333 ha à área irrigável. Foram, porém, efetivamente implantados 3.737 ha irrigados. 60% da área do Perímetro localizam-se em Morada Nova e o restante no Município de Limoeiro do Norte. Os lotes familiares têm, em média, 4,72 ha.

Nessa área, residiam e trabalhavam latifundiários, pequenos proprietários, vazanteiros, agricultores sem-terra e assalariados rurais, que tinham como principal fonte de renda as atividades agropastoris extensiva e extrativa. A pecuária extensiva e a carnaúba eram responsáveis pela maior parte da renda monetária, a exemplo do que ocorria nos municípios vizinhos.

A implantação do Perímetro Irrigado Morada Nova proporcionou alterações na vegetação, na economia (local e regional) e na organização demográfica, e impulsionou, incontestavelmente, o crescimento econômico de Morada Nova, sobretudo nos setores da agropecuária, comércio e serviços. Porém, trouxe também insatisfações e incertezas durante a desapropriação e deslocamento

---

<sup>4</sup> Assim denominados os pequenos produtores rurais assentados em lotes familiares cuja dimensão corresponderia à área mínima de produção capaz de assegurar a promoção econômica e social do irrigante e de sua família.

das famílias e proprietários e agricultores sem-terra, conforme mostram os relatos<sup>5</sup>:

“Foi triste a desapropriação! A situação do pessoal desapropriado foi ainda pior. Indenizaram o pessoal por quase nada. Tem gente que morreu de trauma. Quando o DNOCS veio e desapropriou tudo, nós rebolou para fora. Quem estava dentro [da terra desapropriada para o projeto] teve de procurar outros cantos. Então, eles deram uma pequena indenização para fazermos um rancho por fora. Fiz uma casinha de taipa. Quando o projeto começou a funcionar, eu trabalhava fora e trabalhava dentro. No projeto, às vezes, eu trabalhava por empreita, às vezes por diária.”

A derrubada das carnaúbas – utilizada como cobertura de casas, extração da cera, fabricação de vassouras e chapéus, adubo natural etc. – também foi motivo de insatisfação:

“A carnaúba dava tudo, vassoura, madeira. Agora está difícil. Eu fazia muitas vassouras, não chegava para quem queria. Agora está difícil palha, a gente tem que sair procurando!”<sup>6</sup>

Desapropriadas as terras, derrubadas as carnaúbas e concluídos os canais de irrigação, o DNOCS iniciou a seleção dos colonos. Poderiam se inscrever homens casados, alfabetizados, com idade inferior a 45 anos; com pelo menos dois filhos; experiência de trabalho na agricultura; capacidade física para trabalhar; dedicação exclusiva para as atividades da agricultura irrigada. Em virtude da

---

<sup>5</sup> Cf. ESPLAR, Estudo das Repercussões Socioeconômicas do Projeto Morada Nova, Fortaleza, ESPLAR, 1977, pp. 134, 199, 200 e 202.

<sup>6</sup> Cf. ESPLAR, op. cit., p. 204.

incerteza de adaptação ao moderno sistema da agricultura irrigada, os trabalhadores hesitavam em se candidatar:<sup>7</sup>

“Eu não me inscrevi logo no começo. Por medo, besteira! Não tinha experiência da coisa. Não sabia se ia ser bom, [ou] se ia ser ruim. Eu, primeiro, quis ver a experiência dos outros para depois me inscrever. Eu fui ficando para trás. Quando eu me inscrevi, em 1975, não tinha mais vaga. Só entrei em 1979, na vaga de outro”

“Fiz exames de sangue, de tuberculose, da Doença de Chagas. Fiz exame corporal também para ver se não tinha algum defeito. O pessoal [do DNOCS] ia fazer pesquisa com os vizinhos para ver se a gente jogava, se éramos bem casados, se vivíamos bem com a família, se a gente tinha problema com o banco, se não tinha problema com a polícia! Se a gente não tinha filha errada, filho jogador, filho errado que roubasse, que fizesse qualquer coisa ruim! Só veio quem era herói. Porque é o seguinte: a gente sabia da história, que aqui, depois que a gente viesse para cá, você não tinha direito a ir na casa de um parente, você não tinha direito a receber um parente na sua casa. Você não podia levar nada do que era seu para eles”

Na etapa subsequente, os candidatos a colono eram encaminhados para uma entrevista com assistentes sociais do DNOCS. Satisfeitas todas as condições, os candidatos se tornavam colonos, assinavam um contrato que definia suas novas responsabilidades e eram instalados nos lotes, onde deveriam produzir e viver conforme orientações do DNOCS. José Alves Neto, um dos primeiros a ser assentado, relatou que:

---

<sup>7</sup> Cf. Ana Maria de Fátima A. Braga, *Tradição Camponesa e Modernização. Experiências e Memória dos Colonos do Perímetro Irrigado de Morada Nova-CE*, dissertação de Mestrado em História Social, mimeo., Fortaleza, UFC, 2003, pp. 63, 130 e 131.

“No começo só vinha quem fosse herói. Em setenta, o canal principal já havia sido concluído, as casas levantadas e os lotes sendo organizados e divididos. Vim para cá para educar meus filhos e adquirir um pedaço de terra”<sup>8</sup>.

Cabia tão-somente ao DNOCS elaborar o calendário agrícola, estabelecer as culturas a serem plantadas, estipular horários de distribuição d'água e dias para a colheita, etc. Os colonos eram tratados como mão-de-obra necessária ao funcionamento do perímetro irrigado, porém alijados das decisões relativas ao seu próprio processo produtivo.

O processo decisório era centralizado pelo DNOCS e imposto verticalmente, restando ao colono apenas cumprir as obrigações ou abandonar o Perímetro. A desvalorização do conhecimento empírico dos colonos, dos seus padrões valorativos e costumeiros de trabalho e lazer, o controle que os técnicos exerciam e a rigidez do Plano de Exploração Agropecuária são manifestados nos depoimentos transcritos a seguir:<sup>9</sup>

“Aconteceu uma vez que eu plantei algodão. Eu plantei duas carreiras de milho no meio da plantação de algodão. Aí tinha um técnico, e quando o milho estava, assim, com tamanho de meio metro, ele chegou um dia e disse: ' – Rapaz! Você pode arrancar que o agrônomo não aceita não'. Eu respondi: ' – Rapaz! Olhe! Eu nasci trabalhando mais meu pai, e eu nunca vi ele plantar um pé de planta para arrancar e eu não vou arrancar não! E, eu arranco, depois dele dá a espiga, mas antes eu não arranco não!”

---

<sup>8</sup> A conversa com José Alves Neto ocorreu no dia 4 de janeiro de 2004 junto ao lote com 3 ha de arroz irrigado.

<sup>9</sup> Cf. A. Ma. de F. A. Braga, op. cit., pp. 93, 102 e 103.

“O que eu acho pior é isso: todo solo é para plantar a mesma coisa. Tem uma programação e tem que ser cumprida. Nós dizemos para eles [os técnicos] que a terra não dá algodão, porém eles dizem: 'nós somos mandados, é o jeito plantar, nem que o algodão fique pequeno!' Estou vendo que não dá, mas é ordem. A programação vem de Fortaleza e aqui é só despejar. Se a terra deu, bem. Se não deu, não interessa”.

A distribuição d'água para os lotes agrícolas também era previamente estabelecida pelo DNOCS. Cada colono só podia irrigar seu lote no dia e hora marcados no calendário, o qual era feito sem maiores considerações aos seus costumes ou condições de saúde:<sup>10</sup>

“Fosse sábado, fosse domingo. Quando chegava o dia de irrigar era obrigado a ir. Eu estranhei muito, pois estava acostumado a dormir de noite. Trabalhando na caatinga, eu trabalhava de dia, de noite eu dormia. Aqui tem ela, de testemunha (disse apontando para a esposa), que eu vivia nessa irrigação à noite. Eu, com bota, lanterna, chapéu... Era obrigação, tinha que ir”.

“Era quinta-feira, ficava acordado a noite todinha. O sereno da noite que a gente pegava, sentado em cima do canal, porque a gente não podia ir em casa porque o sifão corta, aí dá prejuízo. Era quinta-feira, irrigava a noite, amanhecia o dia de sexta, irrigava o dia todo, quando eram seis horas, entregava para o vizinho. Aí ele irrigava sábado e domingo. Quando fosse segunda já era outro”.

Os primeiros anos do Perímetro Irrigado Morada Nova foram lembrados como áureos e comparados ao paraíso por alguns colonos: havia água, grande infra-estrutura, forte atuação do DNOCS, boa

---

<sup>10</sup> Ibidem, pp. 73, 101 e 122.

safra, comércio para os cultivos, assistência técnica e, sobretudo, ordem. Outros se queixam, contudo, da ditadura e do autoritarismo do órgão.

Os colonos de Morada Nova, como a maioria dos colonos assentados pelo DNOCS, não possuem até hoje o título de propriedade do lote. A terra, a infra-estrutura de irrigação (barragens e diques, estruturas e equipamentos de adução, condução e distribuição de água; estradas e linhas de transmissão de energia internas; rede de drenagem principal e prédios de uso da administração), além da infra-estrutura social (obras e equipamentos ambulatoriais ou hospitalares, prédios e equipamentos escolares, estruturas e equipamentos urbanos e de saneamento), são patrimônios do governo federal. Isto significa que eles não possuem o controle dos meios de produção, tampouco, do capital; têm apenas sua força de trabalho familiar.

Nos últimos anos, os colonos do DNOCS e da CODEVASF vêm-se diante de um novo desafio: a “emancipação” dos perímetros irrigados, o que, em poucas palavras, significa a retirada gradual dos órgãos federais das atividades de administração, operação e manutenção dos sistemas irrigadores visando à autogestão.<sup>11</sup>

Desde meados de 1980, vem ocorrendo a transferência da gestão dos sistemas públicos de irrigação às organizações de agricultores, visando repassar a administração, o funcionamento e a manutenção de toda a infra-estrutura de irrigação de uso comum – das captações e derivações d'água dos açudes aos sistemas de distribuição d'água – canais de irrigação, comportas e estações de bombeamento além de bens móveis, como máquinas e implementos agrícolas e imóveis.

---

<sup>11</sup> Pode-se conceituar um perímetro irrigado emancipado como aquele administrado pelos irrigantes, através de organização própria, com competência técnico-administrativa, auto-suficiência financeira e autonomia administrativa.

No Brasil, também a partir de meados dos anos 1980, a transferência da gestão da irrigação recebeu o nome de “emancipação” (1984) e de “novo modelo de irrigação” (1996). Esse intento aparece no ordenamento jurídico/legal, por meio do Artigo 9º do Decreto nº. 89.496, de 29 de março de 1984, que estabelecia que os perímetros irrigados – parcial ou totalmente implantados – poderão ser emancipados por portaria ministerial, quando:

“(…) constatados o término das obras de infra-estrutura indispensável, o assentamento de, pelo menos 2/3 (dois terços) dos irrigantes e a comunidade esteja social e economicamente apta a desenvolver, dispondo de uma organização interna que lhe assegure vida administrativa própria e atividades comerciais autônomas”.

De 1985 a 1990, a “emancipação” dos perímetros irrigados do DNOCS se constituiu tão-somente no repasse dos bens patrimoniais, como máquinas e implementos agrícolas, veículos e imóveis, sem haver, contudo, um acompanhamento sistemático às organizações de produtores, em sua maioria, cooperativas.

No primeiro governo FHC (1995-1998), criou-se o Programa de Emancipação dos Perímetros Públicos de Irrigação – PROEMA, que abrangeu os perímetros irrigados federais em funcionamento, sob a responsabilidade da CODEVASF e do DNOCS, tendo como intento a transferência da operação e manutenção dos sistemas irrigadores, assim como da administração, cuja responsabilidade passa do órgão público para a associação dos irrigantes (ou distrito de irrigação).<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> O distrito de irrigação é uma entidade de caráter coletivo, juridicamente instituída nos moldes da associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com atuação em área física delimitada por um perímetro, onde se constitui a comunidade de produtores irrigantes que faz uso comum de uma infra-estrutura básica do sistema de irrigação e produção agrícola.

O DNOCS criou os distritos de irrigação a fim de celebrar convênios para a execução do PROEMA, delegar competências e transferir recursos orçamentários necessários às atividades concernentes à “emancipação”, amparado no § 4º. Do Art. 42 do Decreto nº. 2.178, de 17 de março de 1997, no qual caberia “às organizações de irrigantes de projetos as atividades de administração, operação, conservação e manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso comum”.

No segundo governo de FHC (1999-2002), foi promulgada a Lei nº. 10.204, datada de 22 de fevereiro de 2001, em cujo Art. 7º determinou que:

“o DNOCS, no prazo de cinco anos, concluirá a implementação do Programa de Emancipação nos perímetros públicos de irrigação, atualmente em operação, transferindo definitivamente a sua administração às organizações de produtores ou a outras entidades de direito privado”.

### **OS COLONOS DE MORADA NOVA E A “EMANCIPAÇÃO”**

Os colonos de Morada Nova estão associados à Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Morada Nova – AUDIPIMN, criada em outubro de 2000 pelo DNOCS. O primeiro convênio entre a AUDIPIMN e o DNOCS foi celebrado em novembro de 2000 e tinha como objetivo:

“Transferir à AUDIPIMN a administração, operação e manutenção de toda infra-estrutura de uso comum e apoio à produção do perímetro irrigado Morada Nova, bem como conceder-lhe a utilização dos bens inerentes a execução desses serviços e atividades com vistas à emancipação”<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Cf. Termo de Convênio Nº. PGE – 39/2000, publicado no DOU Nº. 249 de 28/12/2000, pp. 2 e 3.

Quando indagada sobre as perspectivas e desafios atinentes à “emancipação” do Perímetro Irrigado Morada Nova no âmbito do PROEMA, a AUDIPIMN concluiu que:

“O atraso dos recursos é um fator limitante ao cumprimento real das etapas do PROEMA. Conseqüentemente, os principais entraves decorrentes dessa situação, são: a descontinuidade das atividades planejadas, a saída de profissionais para outros órgãos, o desestímulo da organização e dos profissionais envolvidos no Programa, a inadimplência da entidade junto aos órgãos públicos (encargos sociais) e seus credores, e o comprometimento da execução das atividades planejadas no que se refere à operação e manutenção do Perímetro Irrigado Morada Nova. A descontinuidade de algumas ações dificultam a permanência das atividades de reabilitação do Perímetro, em virtude da dimensão da infra-estrutura do mesmo. Um dos maiores obstáculos enfrentados pelas organizações de colonos, como a AUDIPIMN, foi a falta de continuidade das metas do Programa [PROEMA] junto às organizações”<sup>14</sup>

Os colonos foram os primeiros a pronunciar a palavra “emancipação” durante as oficinas de grupos focais. Foi possível perceber que ela não é estranha ao seu vocabulário. Eles expuseram as condições necessárias à “emancipação” e definiram os papéis dos atores sociais envolvidos: colonos, cooperativas, AUDIPIMN, DNOCS, governos estaduais e municipais.

Nas oficinas de grupos focais, percebeu-se que a “emancipação” é resultado, segundo os colonos Clodoaldo Rodrigues Galvão,

---

<sup>14</sup> Cf. AUDIPIMN, Questionário da Oficina de Trabalho do DNOCS, 2003.

Francisco Célio Cavalcante e Genesiano de Souza Martins, de mudanças na intervenção do Estado:<sup>15</sup>

“Mudou a estrutura de funcionamento do Governo [federal]. Hoje é um Estado diferente! A mudança que vem ocorrendo nos perímetros irrigados se deveu a essa necessidade” (Clodoaldo).

“A partir dos anos oitenta, houve grandes mudanças, porque o DNOCS, embora de uma forma inadequada, foi repassando que nós, colonos, teríamos que assumir. Nós, os colonos, é que teríamos que assumir o perímetro irrigado Morada Nova!” (Célio).

“Para mim a principal mudança ocorrida nos últimos anos foi o DNOCS ter se afastado e ter jogado nas nossas mãos a administração do perímetro irrigado Morada Nova” (Genesiano).

A principal mudança decorrida da “emancipação”, como se percebe nos relatos, foi o afastamento do DNOCS, sobretudo a partir de meados de 1980. A administração do Perímetro Irrigado Morada Nova foi “jogada”, naquela ocasião, às cooperativas. Conseqüentemente, o funcionamento e a manutenção das máquinas e implementos agrícolas, o conserto de canais, comportas e estações de bombeamento e a distribuição d'água, foram transferidos às cooperativas.

---

<sup>15</sup> O trabalho de campo, ocorrido nos dias 8 e 9 de março de 2003, possibilitou o conhecimento e o rico diálogo com colonos da Cooperativa Agropecuária do Perímetro Irrigado Ltda. – CAPI, Cooperativa dos Pequenos Produtores Agropecuaristas de Morada Nova Ltda. – COPAMN e Cooperativa Agropecuária do Perímetro Irrigado do Vale do Banabuiú Ltda. – CAPIVAB acerca da problemática estudada.

O afastamento do DNOCS foi lembrado como sendo o rio divisor no Perímetro Irrigado Morada Nova. Os colonos criticaram o autoritarismo e o paternalismo, a falta de participação nas decisões, especialmente quando se tratava de definir as culturas e os horários de rega, entretanto, sentem-se nostálgicos diante da ausência do órgão federal:

“Eu sinto falta do DNOCS porque quando a gente começou existia ordem, sabíamos o que fazer, ninguém ultrapassava os limites do outro, hoje, não, quem é mais forte, passa por cima do outro! Contudo, o DNOCS nos acostumou mal – deu tudo, não nos ensinou a trabalhar, e nos soltou de uma vez para assumir grandes responsabilidades! Eu comparo a emancipação do perímetro irrigado Morada Nova como um filho: se você der tudo a ele quando criança, não ensina a trabalhar e depois solta de uma vez, tendo que tomar de conta com responsabilidade de uma vez, é claro que terá dificuldades, e um perímetro complexo como é o nosso, uma rede de canal central de 26 km [de extensão] como é o nosso, sem você ter uma reserva [financeira], você tinha que ter dificuldades. A idéia da emancipação é correta! Porque você não vai passar a vida, um Perímetro de 30 anos, tem tantos outros com necessidade de iniciar, de alguém trabalhar e investir, o nosso já tem mais de 30 anos! É como você criar um filho até 30 anos, não vai criá-lo a vida toda. Agora, tem que ser um processo!” (Célio).

“No início, fomos mal acostumados, não fomos preparados. Porque quando surgiu a mudança iniciada na época, nós não estávamos preparados para receber uma coisa desse porte para administrar” (Antonio Carlos de Lima).

“Houve uma chuva, com muito vento, que destelhou uma casa, se foi lá no DNOCS, para o cara vir e retelhar a sua casa. Quer dizer: mau costume!” (José Alves Neto).

“O afastamento do DNOCS significou uma total liberdade, mas uma liberdade que nos deixou presos, pois trouxe alguns fatores que veio a nos prejudicar!” (Clodoaldo).

Se de um lado a “emancipação” possibilitou a participação dos colonos nos processos decisórios, de outro não foi acompanhada do desenvolvimento das competências sociais e políticas de cada um, de forma a permitir a expansão da cidadania e a inclusão daqueles que, durante anos, foram excluídos dos assuntos do Perímetro e da sociedade como um todo.

A “emancipação” não foi antecedida, portanto, de debates entre os colonos e o DNOCS acerca das suas implicações e conseqüências, tampouco houve reuniões de sensibilização e mobilização social. Em resumo, não se percebeu a preparação para tal mudança, como explica Raimundo Nogueira Neto:

“Os colonos foram surpreendidos quando o DNOCS jogou a administração de uma estrutura tão grande! Fomos pegos de surpresa. As mudanças e o sofrimento nos fizeram aprender uma série de coisas. Na minha opinião, estamos pouco preparados para sermos emancipados. Nós ainda temos muito que aprender para termos condições de andarmos com nossas próprias pernas”.

O afastamento do Órgão é visto como “liberdade”, porém uma “liberdade” que aprisiona, na medida que o DNOCS não estimulou o espírito associativo, a identidade de grupo e, sobretudo, o sentimento de pertença. Na ausência destas atitudes, não raro, se têm notícias de

colono furando o canal ou fazendo barramentos para evitar que a água passe para o lote vizinho:

“O Perímetro, hoje, é complicado por esta razão: você mora e trabalha aqui, mas quando você passa aquele limite, já não é seu, é do outro! Quando você compra uma propriedade você trabalha como quer! Aqui não, é bem diferente. Porque tem toda uma estrutura de um canal, que é coletiva! Eu conheço pessoas que furam o canal, o primeiro da mão d'água fura o canal, quando tem dez à sua frente! Não tem como! Você é o primeiro e os demais? Serão prejudicados?” (Célio).

Quando perguntados sobre o significado da “emancipação”, os colonos foram unânimes em associá-la à titulação fundiária e à recuperação da infra-estrutura de irrigação de uso comum:

“A emancipação é uma das melhores coisas que poderá acontecer: pois ficaremos totalmente livres com o título de terra na mão. A emancipação tem que partir do princípio de que a terra é do colono, ou seja, cada um irá assumir sua própria responsabilidade” (Célio).

“Entendo a emancipação como sendo nossa 'independência'. Mas para tanto é necessário que o Perímetro seja todo recuperado e que recebamos os títulos de propriedade da terra” (Raimundo Régis).

A titulação da propriedade dos lotes foi considerada pelos colonos como de muita importância e necessitando de imediata solução. Os colonos se mostraram preocupados com a lentidão desse processo, principalmente em virtude das pendências indenizatórias aos ex-proprietários de terras. Grande parte dos colonos se manifestou a

favor do pagamento do lote, contanto que sejam cobrados preços condizentes com sua situação de pequenos agricultores.

A exploração do lote irrigado é o principal ativo produtivo e, também, fonte de trabalho dos colonos de Morada Nova. A maioria não tem segunda profissão que possa substituir a agropecuária e garantir-lhes a subsistência familiar. O direito ao título da propriedade da terra é uma necessidade premente dos colonos. Eles compreendem que, após a titulação da propriedade da terra, poderão requerer os financiamentos agrícolas junto às instituições bancárias, sem a mediação das cooperativas ou avalistas de crédito.

Enfatizaram, no entanto, que a titulação dos lotes, antes de ser uma questão de ordem meramente técnica é, sobretudo, uma decisão política, como explicou Celso Soares Lopes:

“Olha, já foram feitas as demarcações, as medições dos lotes, eu estive agora no DNOCS conversando com alguns funcionários, a conversa é que os títulos virão! O que está faltando é a força de vontade dos governantes!”

De modo geral, a infra-estrutura de irrigação de uso comum (canais principal, primários, secundários, terciários e parcelares, dique de proteção, comportas, sistema de drenagem etc.) encontra-se em precário estado de funcionamento.

Os colonos afirmaram que não receberão a massa falida quando da “emancipação” e que deve ser antecedida, necessariamente, da recuperação de toda a infra-estrutura de irrigação. Eles descreveram a situação atual da infra-estrutura de irrigação do Perímetro Irrigado Morada Nova, ressaltando que o DNOCS tem conhecimento desses problemas:

“Eu tenho acompanhado esse processo de emancipação! Mas eu vejo uma dificuldade enorme de emancipar o perímetro irrigado Morada Nova: é porque a [sua] estrutura é muito grande. Além disso, outro problema, é a situação atual das estradas, dos canais, do dique de proteção e dos drenos. Tudo isso exige um custo muito alto. E nós ainda não temos condições de arcar com essas despesas. É uma coisa que só se resolve ao nível de verbas do estado [do Ceará] e do governo federal. Mas se houver a recuperação do Perímetro, daí para frente nós podemos andar com nossos próprios pés” (Raimundo Nogueira).

“Como é que nós vamos desobstruir uma rede de drenagem, por exemplo? Nós não temos condições financeiras para resolver todos esses problemas, como: o dique de proteção, as estradas, as comportas automáticas e a parte da drenagem, pois exigem um custo muito elevado. Não podemos receber toda essa infra-estrutura de irrigação de uso coletivo com esse monte de problemas!” (Genesiano).

“Como os canais estão quebrados, vaza muita água. Quando é verão, esses canais primários e secundários ficam como tempo de inverno: acumulam poças d’água. Nós estamos perdendo água e energia. Ficam pessoas sem serem atendidas por causa desses vazamentos. Acho que a infra-estrutura do Perímetro precisa ser toda recuperada para que haja a emancipação” (João Torres de Moraes).

“Os canais precisam de uma reforma muito grande, a reforma que foi feita no canal principal já precisa de outra, as placas consertadas precisam ser consertadas de novo” (Antonio Carlos).

“A infra-estrutura de condução e distribuição de água está toda danificada: os canais primários, os secundários, as comportas. O dique de proteção está acabado, tem gado passando para dentro do rio Banabuiú, tem canto que está igual com a estrada. Para ter água nos lotes precisaria recuperar toda a infra-estrutura de irrigação urgentemente! O DNOCS conhece isso, e sabe que o dique não tem segurança!” (Célio).

“A estrutura do Perímetro está acabada. Todos sabem que existem muitas partes do rio que não há mais mata [ciliar]. O dique de proteção está precariamente segurando o rio [Banabuiú]. Teve cantos do rio que quase transbordou. O Perímetro Irrigado Morada Nova está abandonado. Nós não temos condições de assumir, como pequenos agricultores, sua recuperação totalmente!” (Clodoaldo).

Faltam aos colonos de Morada Nova condições essenciais ao trabalho – canais, água, crédito, assistência técnica e organização social e produtiva. Suas famílias cresceram, suas mulheres e filhos não têm renda própria, não há incentivos para o desenvolvimento de atividades não agrícolas (como artesanato, processamento e beneficiamento de leite, produção de doces, de ração animal etc.), tampouco para a reconversão do sistema de irrigação e rotatividade de culturas.

A demanda por água também aumentou, pois novas áreas foram inseridas, sem, contudo, haver um planejamento agrícola e social que contemplasse essas crescentes demandas, conforme declarou Edgar Dantas do Nascimento:

“O sistema de irrigação não foi planejado para atender essa demanda! A área do Perímetro Irrigado Morada Nova cresceu. Por necessidade das famílias foi aumentando a área de

produção e a infra-estrutura de irrigação de uso comum não fornece água para tanta terra!”

Embora “ausente” da administração do Perímetro, o DNOCS, na opinião dos colonos, precisa apoiar as ações da AUDIPIMN e das cooperativas, com a cessão de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, recursos humanos, realização de estudos de mercado, dotação em seu orçamento de recursos destinados à recuperação da infra-estrutura de irrigação e desenvolvimento de ações de conservação e preservação do meio ambiente, entre outras.

Os colonos enfatizaram a importância do fortalecimento do cooperativismo e da organização da produção. As cooperativas CAPI, COPAMN e CAPIVAB continuariam responsáveis pelo apoio à produção e comercialização, intercedendo junto às instituições de fomento ao crédito. Finalmente, seriam de competência da AUDIPIMN a operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso comum.

Os depoimentos de Raimundo Nogueira, Clodoaldo e Célio expressam representações da vida cotidiana, sonhos e a labuta diária:

“Nós viemos para cá para aqui morar e trabalhar, e aqui ficar. Temos que buscar alternativas para sobrevivermos aqui mesmo. Não temos para onde irmos. O Perímetro Irrigado Morada Nova é pioneiro. Nunca foi feito um trabalho no sentido de modernizar, de conscientizar as pessoas, de repente, a cultura do arroz consome água demais, então, vamos mudar, vamos modernizar, mas de uma hora para outra? Não é bem assim! Eu sou a favor da 'emancipação', mas desde que seja acompanhada de um trabalho de conscientização, com [transferência de] tecnologia, mostrando que aquela cultura seja realmente viável. Por enquanto, na cabeça do colono de

Morada Nova, assentado há mais de 30 anos, o que é que ele tem na mente? O que está dando lucro para nós aqui? É o gado e o arroz. É necessário que alguém venha nos mostrar o que é mais rentável que o arroz e o gado. E prove que é! Caso contrário, fica difícil as pessoas mudarem essa mentalidade! Nós, colonos, somos heróis, pois apesar das dificuldades ninguém baixou a cabeça, ninguém ficou parado!” (Raimundo Nogueira).

“Falta uma política para o Perímetro Irrigado Morada Nova: uma política de bom senso e de fortalecimento de alguns órgãos, como as cooperativas e a própria AUDIPIMN. Aqui existem pessoas com coragem para arregaçar a manga, trabalhar, ainda que vivendo queimados do sol, com pés rachados, porém dignos, trabalhadores, que não se amedrontam com nada” (Clodoaldo).

“A participação é muito importante. Hoje somos posseiros. Mas se algum dia o DNOCS passar para nós o título da terra, na hora que ele [DNOCS] e nós assinarmos esse documento, com participação, nós receberemos a escritura. Não precisaremos ir atrás de avalista, pois o avalista é aquela escritura. Então nós seremos donos daquela propriedade. Todos estão de acordo em receber o título da terra e ficaremos satisfeitos porque nos tornaremos proprietários” (Célio).

## **CONCLUSÃO: POLÍTICA PARA QUAL PÚBLICO?**

O estudo de caso acerca da política de irrigação revelou alguns achados.

A irrigação – uma das primeiras manifestações humana em intervir junto aos ciclos da natureza visando à garantia da subsistência

familiar, à produção e à reprodução social – não era, mas se tornou, uma política pública no Brasil a partir dos anos 1970. Até então, era praticada de forma dispersa e emergencial em áreas próximas aos açudes e rios pela iniciativa privada, principalmente proprietários rurais e vazanteiros.

Quando institucionalizada e alçada ao status de política pública com a alegação de reduzir a pobreza rural e de fortalecer a economia nordestina, ganhou vultosos investimentos públicos, além de empréstimos do Banco Mundial, prioridade orçamentária, arcabouço institucional, legal e regulatório, crédito e subsídios, megaprojetos de infra-estrutura de irrigação, obras hídricas de transferência de água entre bacias e ações sistemáticas.

Nessa passagem, a arte milenar da irrigação de pequena dimensão técnica e econômica, voltada quase exclusivamente para a subsistência, foi transformada numa tecnologia de modernização agrícola voltada ao lucro e às exigências do capitalismo. Em conclusão, o pretexto de que a construção das obras (civil e hidráulica) asseguraria o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a redução da pobreza, não se efetivou cabalmente e o Estado não levou em consideração o elemento de fundamental importância na política de irrigação: o homem e sua participação na gestão dos perímetros irrigados.

Naquele contexto, a irrigação significou um instrumento de controle social e, conseqüentemente, um meio para difusão dos valores autoritários e repressivos da ditadura militar, fragilizou as relações comunitárias de produção, proporcionou a expansão do capitalismo e das relações baseadas na economia de mercado. Também viabilizou, no entanto, o acesso à moradia, à educação, à água, inclusive potável, e ao atendimento médico.

Os canais de irrigação disponibilizaram água para regiões semi-áridas onde antes as condições à produção agrícola em períodos de entressafra eram desfavoráveis, sobretudo em razão da escassez hídrica. Em períodos sem estresse hídrico, possibilitou a subsistência familiar e a comercialização do excedente. Por intermédio da irrigação, foi desenvolvida a capacidade técnica de manuseio da água e dos solos, que não foi acompanhada, todavia, de uma mentalidade associativa e de práticas conservacionistas, participativas e “emancipatórias”. Nem significou o acesso à terra, uma vez que os colonos do DNOCS não têm o título de propriedade dos lotes.

Nos idos de 1970, cabia unicamente ao Estado brasileiro a administração, a operação e a manutenção dos perímetros irrigados. O governo federal centralizava todas as atribuições atinentes à irrigação: do planejamento à execução, da desapropriação à indenização, e, posteriormente, a seleção e o assentamento das famílias, a administração, a liberação da água, o calendário agrícola, a elaboração dos planos de irrigação dos perímetros irrigados, a assistência técnica, até mesmo a presença de assistentes sociais para resolver problemas conjugais. A irrigação era, portanto, uma atividade predominantemente do poder público federal.

A partir de meados de 1980, o Estado brasileiro passa a anunciar a “emancipação” dos perímetros irrigados, seguindo as recomendações do Banco Mundial. Descobri, ainda, que a “emancipação” – inaugurada no Brasil pelo governo FHC – é uma condicionante à renegociação da dívida externa e à concessão para novos empréstimos e ajuda internacional para países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A “emancipação” apresenta-se como um dos elementos do “novo modelo de irrigação”, por sua vez centrado em três premissas de

inspiração neoliberal: (i) a transferência da gestão dos perímetros irrigados; (ii) a redefinição do papel do Estado; e (iii) a prioridade do investimento público na irrigação privada e a orientação da produção para o agronegócio de frutas e hortaliças para exportação.

Obviamente a tendência mundial de transferência da gestão – justificada em função da maior participação dos agricultores no gerenciamento dos sistemas (públicos) de irrigação –, se deu num contexto de retirada de apoio do Estado do bem-estar social visando à redução de gastos públicos e à austeridade nas políticas fiscal e monetária.

O estudo demonstra que os colonos de Morada Nova tiveram sua participação consentida pelo Estado (DNOCS) na gestão, administração, funcionamento, distribuição d'água ao nível da parcela e na manutenção e recuperação dos canais e equipamentos hidromecânicos de irrigação por intermédio da AUDIPIMN. Ao DNOCS competiu o repasse de recursos financeiros necessários à consecução dessas atividades e à regularização fundiária, que ainda se realiza, morosamente.

A descentralização ocorrida possibilitou a participação dos colonos nos processos decisórios por meio das eleições no distrito de irrigação, da atuação nos comitês de usuários, na organização de mutirões para a recuperação dos canais, nas audiências públicas realizadas nas Câmaras Municipais de Morada Nova e Limoeiro do Norte e, finalmente, na elaboração dos Planos de Trabalho apresentados ao DNOCS. Caracteriza-se, com efeito, a emergência de uma nova relação entre Estado e sociedade civil, entre DNOCS e organizações de produtores.

As mudanças resultantes do "novo modelo de irrigação" tiveram como principal idealizador o Banco Mundial. A atuação deste

organismo internacional na política de irrigação brasileira que, a princípio, se restringia tão-somente ao financiamento das obras nos perímetros irrigados, se ampliou para a proposição de programas, como o PROEMA e a elaboração de recomendações, entre as quais o "mercado de terras", ou seja, a compra e a venda negociadas de terra, possibilitando o seu uso como garantia ao crédito, em detrimento do princípio constitucional de desapropriação por interesse social; a concessão de direitos de uso da água; a produção de commodities, frutas tropicais e hortaliças nos perímetros irrigados; a atração de empresários privados ao agronegócio da irrigação, entre outras.

No "novo" modelo, a maioria dos colonos do DNOCS, principalmente os mais idosos, ficarão alijados tanto da esfera da produção quanto do âmbito da circulação e da apropriação, pois são incentivadas culturas comercializáveis destinadas aos mercados de exportação ou aos setores urbano e industrial nacional com vistas à integração da agricultura à indústria, seja a montante (insumos), seja a jusante (culturas sob contrato), em detrimento do apoio governamental à segurança alimentar e à produção de produtos agrícolas de primeira necessidade.

## REFERÊNCIAS

- ASSIRATI, E. B. Uma avaliação das políticas de irrigação no Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste* – REN, Fortaleza, v. 25, n. 4, p. 545-574, out./dez., 1994.
- BANCO MUNDIAL. *Impactos e Externalidades Sociais da Irrigação no Semi-árido Brasileiro*. Brasília, 2003.
- BRAGA, A. M. F. A. *Tradição camponesa e modernização. Experiências e memória dos colonos do Perímetro Irrigado de Morada Nova – CE*. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

- CHRISTOFIDIS, D. Os Recursos Hídricos e a Prática da Irrigação no Brasil e no Mundo. *Revista de Irrigação e Tecnologia Moderna - ITEM*, n. 49, p. 8-13, jan./mar., 2001.
- DNOCS. *Estudos a Nível de Viabilidade e Projeto Executivo de Irrigação na Zona de Transição Sul de Morada Nova no Estado do Ceará. Estudo de Viabilidade Técnica*. Fortaleza, Sondotécnica S.A.1989a.
- \_\_\_\_\_. *Estudos a Nível de Viabilidade e Projeto Executivo de Irrigação na Zona de Transição Sul de Morada Nova no Estado do Ceará. Anteprojetos. V. 1*. Fortaleza, Sondotécnica S.A.1989b.
- \_\_\_\_\_. *Programa de Transferência de Gestão dos Projetos de Irrigação. Plano de Operacionalização no âmbito do DNOCS*. Fortaleza. 2003a.
- \_\_\_\_\_. *Situação Atual e Perspectiva dos Perímetros Irrigados, da Piscicultura e dos Recursos Hídricos Administrados pelo DNOCS no Semi-Árido*. Fortaleza. 2003b.
- \_\_\_\_\_. *Atuação do DNOCS no Nordeste Brasileiro. Perímetros Públicos de Irrigação*. Fortaleza. 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Subsídios para o Programa de Transferência dos Sistemas de Irrigação: Potencialidades e Deficiências dos Perímetros Irrigados do DNOCS*. Fortaleza. 2004b.
- DNOCS/PGE. *Termo de Convênio N°. PGE – 39/2000*. Fortaleza, 2000.
- ESPLAR. *Estudo das Repercussões Socioeconômicas do Projeto Morada Nova*. Fortaleza, 1977.
- GARCIA, C., FILHO, H. F., SEARA, M. A. *A Questão Agrária e a SUDENE*. Recife, SUDENE, 1984.
- MARTINS, M. D. *Açúcar no Sertão: A ofensiva capitalista no Vale do Curú*. 224 f. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL/SECRETARIA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO. *Manual de Irrigação, Operação e Manutenção de Projetos de Irrigação*. Vol. 4, Brasília, 1993.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/DNOCS. *Ficha Técnica Simplificada de Estudos, Projetos e Obras Estruturantes: Perímetro Irrigado de Morada Nova*, Fortaleza, 2003.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/SUDENE. *Região Nordeste do Brasil em Números*. Recife, 2003.
- MINISTÉRIO DA IRRIGAÇÃO. *Resenha Setorial da Irrigação no Brasil*. Brasília, 1988.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR/DNOCS. “... O Nordeste afinal haverá de mudar”. Projeto Morada Nova - CEARÁ. [197-].
- MINISTÉRIO DO INTERIOR/GEIDA. *Programa Plurianual de Irrigação*. Brasília, 1971.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E AMAZÔNIA LEGAL/SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS/DNOCS. *Novo Modelo de Irrigação. Emancipação dos Perímetros Públicos de Irrigação (Proposta de Trabalho)*. Brasília, 1997.
- POLÍTICA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO. *Lei N° 6.662*, Brasília, 1979.
- REVISTA DE IRRIGAÇÃO E TECNOLOGIA MODERNA - ITEM. N. 54, pp. 6-73, abr./jun., 2002.
- REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE. *Documento do GTDN. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432, out./dez., 1997.
- SANTOS, B. de S. *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2003a.

- \_\_\_\_\_. *Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003b
- SAGARDOY, J. A.; BOTTRALL, A.; UITTENBOGAARD, G. O. *Organización, Operación y Mantenimiento de los Sistemas de Riego*. Roma, FAO, 1991.
- SOUSA, E. M. de O. O “*Novo Modelo de Irrigação*” e os Colonos de Morada Nova: *Política para qual Público?* Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.
- SUDENE. I *Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste*. Recife, 1961.
- \_\_\_\_\_. *II Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste*. Recife, 1963.
- \_\_\_\_\_. *III Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste*. Recife, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*. Brasília, 1967.
- SVENDSEN, M.; VERMILLION, D. *La Transferencia del Manejo del Riego en la Cuenca del Río Columbia, Estados Unidos de América. Lecciones y Connotaciones Internacionales*. Colombo-Sri Lanka, IMI, 1993.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- VERMILLION, D. *La transferencia de la Gestión del Riego. Directrices*. Roma, FAO, 2001.CE. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.



# Narrativas culturales y relaciones de poder en el semiárido nordestino

Zulma Amador, Georgia Melville y Ana Laura Gamboggi

## INTRODUCCIÓN

En este trabajo pretendemos demostrar cómo los museos en el estado de Ceará son espacios importantes para la producción y reproducción de discursos culturales e ideológicos de esta región semiárida. En la primera sección, exploraremos cómo la región del Sertão (de la cual Ceará forma parte) puede ser entendida como una construcción histórica y cultural en la cual las relaciones de poder están continuamente configurándose, influenciada, ampliamente, por la propensión de secas en la región. Siguiendo este análisis, examinaremos cuatro museos que operan en el estado y discutiremos cómo éstos producen y reproducen una variedad de discursos sociales y culturales emanados de diversos intereses estatales<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Este artículo es resultado del trabajo de campo realizado en el Vale do Rio Jaguaribe, Ceará, Brasil, durante 2003 y 2004. Nuestras investigaciones fueron posibles gracias al soporte financiero recibido de RISM-Landes Grant y la University of Miami. Formamos parte de un grupo de estudiantes de posgrado en antropología que estudiaban el nordeste. Deseamos agradecer especialmente a Renzo Taddei por brindarnos su calidez y profesionalismo durante nuestra estancia, su compañía y diálogo fueron fundamentales para nuestro entendimiento y encantamiento de la región. También externamos nuestro agradecimiento a Lambros Comitas, de Teachers College, Columbia University, por brindarnos la oportunidad de vivir, ver y tratar de entender esta región cultural.

## EL SERTÃO COMO REGIÓN CULTURAL

El estado de Ceará, flanqueado por la costa atlántica y frecuentemente azotado por las sequías, forma parte de la región del Sertão, la cual se extiende hacia el interior de los estados brasileños de Bahía, Pernambuco, Rio Grande do Norte y Paraíba. Muchos estudios de caso históricos y antropológicos hablan de esta área geográfica como una región cultural configurada por diversas narrativas de fuerte identidad Sertaneja.

De acuerdo con Albuquerque Jr. (1999), el concepto de Nordeste (una amplia región cultural de la cual el Sertão forma parte)<sup>2</sup> no existió sino hasta mediados de 1910, cuando éste aparece en la literatura y en los discursos políticos como un lugar árido, miserable e iletrado. Esta imagen fue reforzada a lo largo del siglo XIX, en la medida en que las continuas sequías visibilizaban una realidad regional de hambre y migración masiva hacia el sur de Brasil, situación que comenzó a llamar la atención tanto de los medios nacionales como del gobierno federal. A partir de 1919, una noción más concreta de Nordeste apareció en el discurso institucional cuando fue creada la Inspección Federal de Obras contra las Secas (IFOCS). Albuquerque Jr. (1999, p. 74) propone que el “Nordeste será gestado en prácticas que ya cartografiaban lentamente el espacio regional como: el combate a las secas, el combate violento al mesianismo<sup>3</sup> y al cangaço<sup>4</sup>, los conchabos políticos de las elites políticas para mantener privilegios”.

---

<sup>2</sup> El Sertão es parte substancial de la región Nordeste, pero no representa una gama completa de todo el imaginario del Nordeste.

<sup>3</sup> El Mesianismo es un discurso para el cambio social que concierne al bienestar y clima, basado en una ideología particular e interpretación de la historia regional que está fuertemente influenciada por la religión católica.

<sup>4</sup> El Cangaço fue un periodo violento caracterizado por cuadrillas rurales, resistencia popular y heroísmo.

Otras influencias importantes sobre este imaginario incluyen, la fuerte cultura popular Nordesteña, la literatura de Cordel<sup>5</sup>, la leyenda de Lampião y Maria Bonita – personajes históricos, controvertidos y mitificados que existieron durante el periodo del cangaço –, Antônio Conselheiro – quien en la Guerra de Canudos presagió catástrofes por la sequía y conjeturó sobre el fin del mundo (“o sertão vai virar mar”); asimismo, en la literatura clásica encontramos referencias sobre el Nordeste en *Vidas Secas* de Graciliano Ramos y *Os Sertões* de Euclides da Cunha.

Tomando en cuenta las influencias culturales arriba mencionadas, argumentamos que no sólo elementos políticos y económicos configuran una región cultural-política como el Nordeste, sino que también las dimensiones sociales y culturales son de suma importancia. Por tanto, aunque la construcción del imaginario Nordesteño tiene una base geográfica “real”, éste también es construido social y culturalmente por medio de narrativas que caracterizan, identifican y crean sus límites e instituciones. Las fuentes de estos procesos son variadas, incluyen literatura, acontecimientos históricos, películas, museos, arte y otras prácticas estéticas que han creado un universo de imágenes reconocidas - positivas y negativas - que juntas dan forma a la idea del Nordeste y, más específicamente, del Sertão. Mediante estas imágenes y lo que ellas comunican, se forman ideas de pertenencia y de diferenciación y, dependiendo de su validez y valor, son reproducidas por temas regionales que juntos crean una “meta-narrativa” para la misma región.

---

<sup>5</sup> Cordel es una poesía originalmente oral, escrita en rima en decasílabos o hexasílabos; los temas abordados son, generalmente, situaciones cotidianas, hechos históricos, religión, leyendas regionales. La literatura de cordel es publicada en pequeños libros de diseño xilográfico y puesta en venta en cuerdas (de ahí su nombre).

De esta manera, como sugiere Albuquerque Jr. (1999, p. 24), el Nordeste puede ser definido como una “invención” basada en relaciones entre una serie de estados repetitivos, imágenes y narrativas que juntas definen el carácter de la región y su gente, quienes “hablan de su verdad más interior”. Esta noción rechaza la idea de una entidad auto-homogeneizada y naturalizada sino, por el contrario, presupone que pensamos este espacio como estando sujeto a un movimiento pendular de “destrucción-construcción” para crear una imagen que va contra una eterna fijación.



Fotos del Sertão de Ceará.  
Fotos: Renzo Taddei y Ana Laura Gamboggi.

## EL SEMIÁRIDO CEARENSE COMO UN MAPA DE RELACIONES DE PODER

¿Qué define el Nordeste? En primer lugar, las prácticas de habitantes en cualquier espacio social permiten la reproducción del imaginario cultural, brindándoles continua pertenencia e identidad. Este imaginario es a menudo el resultado de diversos proyectos homogeneizadores forjados por relaciones sociales y de poder desarrolladas dentro del mismo espacio. El conflicto de intereses entre diversos grupos por el control de recursos, la construcción resultante de imágenes dominantes (símbolos, discursos, representaciones, etc.) y el sentido de pertenencia conduce a estos sujetos a sentirse parte de una comunidad (en el sentido de comunidades imaginadas, de ANDERSON, 1991), sea en el contexto local, regional o nacional.

Las narrativas culturales e histórico-regionales son parte de esta construcción y se alimentan de ella. Entre las descripciones producidas acerca de la región, destacan particularmente aquellas relacionadas a las secas, la irregularidad de las lluvias y la calidad de la tierra, patrones de población y des-población, migraciones hacia las regiones costeras y el sur del país (tal como las sequías indujeron a migraciones masivas de personas a la capital, Fortaleza, durante los siglos XVIII y XIX) así como ajustes en las economías políticas y sociales para acomodar estas realidades. La irregularidad de lluvias en Ceará y los efectos que ésta tiene en la agricultura, también ha favorecido a la pesca como principal fuente de subsistencia (particularmente durante los siglos XVII y XVIII). Las condiciones del medio ambiente natural también han ayudado a formar sólidas imágenes del vaquero en la región. Historias de cacicazgos, de latifundismo y la presencia de los coroneles configuran una serie de

relaciones paternalistas y clientelares tradicionales en el Nordeste, las cuales han generado condiciones de subordinación, mismas que se han exacerbado en tiempos de sequía. Las relaciones basadas en el servilismo y la caridad han marcado fuertemente la dinámica de las relaciones de poder. Las políticas estatales y federales están entretejidas con este peculiar contexto cultural y político.

Como señala Neves (2001, p. 76), la vulnerabilidad de las estructuras sociales en el semiárido expresan que las condiciones naturales ásperas han tenido ramificaciones sociales ásperas, como es el caso de las terribles sequías que han marcado a la región. Registros históricos indican que la sequía de 1877-79 tuvo gran impacto en la cultura local y algunos autores consideran que desde ese tiempo ha habido un cambio significativo en la estructura social relacionado a la pobreza, la migración y la caridad. De esta manera, la seca se ha convertido en una cuestión de suma importancia para la historia social y cultural del Nordeste.

La historia de la región ha estado marcada por la intervención constante del Estado sobre el manejo y control del agua. Sin embargo, durante los últimos 25 años, Ceará ha experimentado cambios importantes en su administración pública, ello ha repercutido en la manera en cómo ha sido dirigida esta región semiárida. En la década de 1980, el último coronel que gobernó Ceará perdió el poder estatal frente a un grupo de empresarios de ideología neoliberal. A partir de entonces, las políticas neoliberales se incrementaron en la región conduciendo a la privatización de tierras públicas y de bienes; una especie de “ola de modernidad” que se refleja en la creciente presencia de empresas transnacionales en la región, muchas de carácter agro-industrial. Esto ha permitido también el re-acomodo de relaciones de poder tanto en la arena política estatal como en la federal, y es la base

para muchas de las actuales negociaciones entre diversos grupos con intereses en la región.

Estas relaciones de poder están continuamente transformándose a través del tiempo y existen junto a otro tipo de prácticas políticas que también intentan escaparse de los esquemas más tradicionales de la región. La resistencia subalterna se hace más visible y tiende a emanar de organizaciones civiles y religiosas que luchan por la participación ciudadana y la democratización en la toma de decisiones en la región. Estos reflujos de resistencia se han hecho cada vez más presentes durante los años recientes, resultando en una más notoria reconfiguración de poder en la región desde las bases. Estos procesos de reconfiguración ocurren debido al curso de negociaciones y confrontaciones entre intereses diversos, sin embargo estos procesos de cambio continúan gravitando alrededor del mismo bien común: el agua.

Grzybowski (2004, p. 10-12) condensa las actuales fuerzas políticas de mayor influencia en las prácticas regionales en Brasil proponiendo cuatro tipos principales de actores políticos. En primer lugar, están los desarrollistas, quienes trabajan para mantener la importancia del estado-nación, comprenden grandes negocios profesionales y corporaciones operadas por el estado-nación. En segundo lugar, está un grupo que Grzybowski etiqueta como globalistas, quienes empujan hacia la creación de ambientes de negocios más favorables a una escala global y son partidarios del neoliberalismo. El tercer tipo de actor político en Brasil son los conservadores, quienes favorecen prácticas clientelares y quienes han tenido un lugar dominante en la historia política del país. Finalmente, están los activistas populares, que representan los sectores de la clase trabajadora popular urbana y rural y quienes se inclinan hacia cuestiones de desigualdad y exclusión. Esta tipificación será retomada en la sección siguiente.

## MUSEOS COMO UNALENTE PARA LA REALIDAD REGIONAL

Teniendo como base las narrativas culturales y relaciones de poder en la región exploradas hasta ahora, esta sección analiza cómo varios discursos culturales contemporáneos en el Nordeste son creados y reproducidos por los museos; éstos son uno de muchos tipos de instituciones que producen y reproducen cultura. Este análisis se logrará a través de la exploración de diferentes museos localizados en diversas coyunturas dentro del mapa de relaciones de poder Cearense y sus características geográficas y climáticas extremas.

Como una breve introducción al mundo del museo y de acuerdo a la museología, el concepto que se tiene de mayoría de los museos es “sentarse en alguna parte” para apreciar algo a lo largo de un tradicional–nuevo museo continuo. Los museos tradicionales tienden a estar ligados al tardío desarrollo del siglo XVIII de los estados-nacionales y sus públicos. A menudo reflejan las ideologías nacionalistas y racionalistas y trabajan para públicos cultivados y la formación del pensamiento público creando cultura y/o mostrando la cultura de Otros con el objetivo de crear orden, pertenencia y diferencia a través del empleo de conceptos y discursos occidentales. Los museos tradicionales florecieron durante el periodo modernista de los siglos XIX y XX con el ánimo de comunicar “verdades universales” por medio de la legitimación de la ciencia y el arte (MORALES MORENO, 1996, p. 62-68).

Sin embargo, hay cambios en el público global contemporáneo, y en este caso en el público brasileño, ello significa que los museos han necesitado adaptarse a las realidades cambiantes para permanecer funcionales. Particularmente, desde 1980, ha habido una tendencia general alrededor del mundo en los museos de inclinarse hacia lo

privado, cívico y, algunas veces, subalterno, lejos de lo público, y un flujo hacia la descentralización y la flexibilidad arquitectónica/espacial. Ahora, estamos experimentando un nuevo movimiento de museo ligado al cambio global y contextos locales.

La función cambiante de los museos ha sido debatida por muchos autores, pero encontramos útil retomar a Karp (1992, p. 5), quien explica que los museos son ahora "... lugares para definir lo que la gente es y cómo ésta debería actuar y como sitios para desafiar esas definiciones". Asimismo, estamos de acuerdo con el autor que "...como depósitos de conocimiento, valor y gusto, los museos educan, refinan ó producen acuerdos sociales más allá de aquellos que pueden ser producidos en otras instituciones". De esta manera, aún cuando los museos no son estrictamente instituciones políticas, éstos juegan un papel clave en la formación de ideas políticas, junto a otras instituciones culturales (KARP, 1992, p. 9)

Mediante su naturaleza reproductiva, los museos reflejan de muchas maneras su sociedad creadora y están influidos por una multitud de variables basadas en interacciones en curso, intereses y prácticas de actores involucrados en el proceso del museo (desde financiadores, curadores, arquitectos, trabajadores y hasta visitantes). En este sentido, los museos frecuentemente revelan una gama de flujos de narrativa cultural y de relaciones de poder en una sociedad particular, las cuales nunca están "puras" debido a la presencia de disputas e intereses contradictorios con la dinámica de los contextos locales y globales en los cuales éstos son creados.

También es importante tener en mente que los museos no sólo reproducen los discursos culturales existentes, ellos también crean nuevos discursos y, en este sentido, pueden ser entendidos como un tipo de espacio de laboratorio cultural. Por ello, nuestro trabajo se

centra en el juego entre: museos como instituciones que reproducen paradigmas existentes versus museos como tecnología cultural, que también son capaces de producir nuevas ideas. Este juego entre museos tradicionales y contemporáneos y la reproducción y la creación de narrativas culturales será explorado a continuación a través de casos específicos<sup>6</sup>.

En el estado de Ceará, seleccionamos cuatro museos en los que podemos advertir cierta concordancia con la tipología propuesta por Grzybowski (2004) para explicar prácticas regionales en Brasil. Podríamos aventurarnos a decir que los museos que expondremos siguen también cuatro tipos. Estos son, desarrollistas, como es el caso del Museo de Ceará, donde la museografía trabaja para mantener la importancia de los hechos históricos del estado, las raíces sobre las cuales está basado el desarrollo del mismo. Los globalistas, como el Centro Cultural Dragão do Mar, donde se puede ver claramente el discurso de un Ceará contemporáneo, que pretende insertarse en dentro del circuito internacional de Museos, sea por su arquitectura posmoderna, por las dinámicas culturales, presentes no sólo en la manera como se vive la experiencia museografía, sino también en la técnica y segmentación a servicio de una cultura tradicional “for export”. Los conservadores, como el Museo do Vaqueiro, en Morada Nova, donde en la museografía, realizada de forma tradicional, resaltan las prácticas clientelares y quiénes han tenido un lugar dominante en la historia política de la región. Y, finalmente, están los

---

<sup>6</sup> Para más ejemplos de cómo los museos son capaces de crear y reproducir paradigmas culturales dentro de sociedades contemporáneas referirse a: Melville, G. “Museografía con una comunidad transnacional”. En: *Alteridades*. México DF: Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Iztapalapa, v. 19 no. 37, p. 57-67., 2009 y Gamboggi, A. L. y Melville, G. “Museo comunitario como tecnología social en América Latina.” En: *Revista Digital Nueva Museología*. Argentina. 2008. Disponible en: <<http://www.nuevamuseologia.com.ar/Museocomunitariotecnol.htm>>. Acceso en: 10 Octubre 2009.

activistas populares, como el museo de la Casa da Memória, de Nova Jaguaribara, donde la museografía, realizada intuitivamente por los vecinos de la comunidad Jaguaribareense, se inclina hacia cuestiones de desigualdad y exclusión desde abajo, haciendo una crítica permanente al Gobierno del Cambio.

## ESTUDIOS DE CASO

Museo	Tipo de Discurso	Tipo de Museo
Centro Dragão do Mar	Globalista	Público
Museu do Ceará	Desarrollista	Público
Casa da Memória	Activismo Popular	Comunidad
Museu do Vaqueiro	Conservador	Gobierno local e iniciativa privada

### Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura

- ¿Qué? Un amplio centro cultural y de artes, estándar internacional.
- ¿Dónde? Playa de Iracema, en la ciudad de Fortaleza, capital del estado de Ceará.
- ¿Quién? Administrado por el Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC) del gobierno estatal de Ceará.
- ¿Cómo? Este museo muestra la cultura Cearense contemporánea y tradicional en maneras diversas y eclécticas.
- ¿Por qué? El objetivo es crear una identidad cultural enriquecedora y una industria cultural fuerte para el estado.

El Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura cubre una amplia área en uno de los centros turísticos y recreativos más viejos de Fortaleza: el puerto de la ciudad. El Centro en sí mismo comprende el museo cultural y de arte, un auditorio, teatro y salas de cine, un planetario, plazas abiertas, una librería y áreas adyacentes de comida y entretenimiento. La creación de este centro, en 1999, refleja los cambios sociales recientes relacionados con una ideología neoliberal, resultado de un cambio en la dirección política del estado, evidenciado también por la elección de Tasso Jereissati y su Gobierno de Cambios, en 1987. Brito Sousa (2000, p. 2) argumenta que el Centro trae a la región a una nueva era porque éste es una institución contemporánea que genera un discurso sobre la política de cambio, y aunque el Centro esté ubicado en un local tradicional, su arquitectura postmoderna y uso del espacio sobresalen. El autor (2000, p. 6) continúa argumentando que los objetivos del Centro son crear una industria cultural para Ceará; una industria que pueda ayudar a formar capital cultural en un contexto global, y que a su vez pueda traer beneficio financiero al estado. En nuestra opinión, estos procesos están ocurriendo dentro de una dinámica de políticas Globalizadoras.

Podría argumentarse también que este museo-centro está contribuyendo a construir una identidad cultural cosmopolita. El Centro Dragão do Mar es un área donde la gente se mezcla en su tiempo de libre – sea para visitar el museo, tomar un café o comer, escuchar música o ir al cine - todo en un ambiente que conduce a la interculturalidad y pide el dar y recibir de sus ciudadanos, que necesitan participar como practicantes activos, más que como usuarios pasivos, al marcar su propio espacio y permitiendo a otros el suyo (ANDERMATT CONLEY, 2002). Parece que a través del Centro las partes interesadas están buscando maneras de reunir la diversidad de la sociedad Cearense a un cierto nivel de concordancia. Esta puede

ser una experiencia positiva y disfrutable para muchos, sin embargo, también excluye otros sectores de la sociedad que operan en ámbitos más rurales y locales.

El contenido, estructura, producción y prácticas de consumo del Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura refleja cambios posmodernos. Estos cambios ayudan a ubicar el Centro como un complejo de exhibición (APPADURAI, A.; BRECKENRIDGE, C., 1992, p. 40) donde la experiencia del museo ha sido transformada en un contexto cambiante de cultura pública. En general, este museo parece crear y reproducir un nuevo tipo de discurso centrado en una cultura pública cosmopolita por el Estado, que emana en gran parte de nuevos grupos Globalistas de la elite en Fortaleza. El Centro alberga dos tipos de museo, el Memorial para la cultura tradicional cearense, con exposiciones permanentes y otro de Arte Contemporánea. El Memorial, dedicado a la cultura cearense, se divide en dos partes. La primera es una muestra de artesanías de diversas áreas del estado, organizadas, segmentadas por ciudades y tipo de artesanía que las representa, resaltando lo folclórico, las formas “tradicionales” de producir una cultura cearense. La otra esta dedicada a los vaqueiros, los “fuertes”, al cearense que resiste valientemente a las inclemencias del clima. La exposición resalta escenográficamente la sequía, el calor, la tierra seca y dura en que vive el representante de la valentía, de la resistencia de aquellos que hicieron la ocupación del territorio cearense. Las exposiciones son realizadas, o puestas en escena, para el público extranjero y para la elite económica de Fortaleza con el objetivo de permitir la integración estatal en la política cultural global. La manera como se presenta la cultura cearense en el Centro en nada se parece, como veremos más adelante, a las maneras de presentar la cultura tradicional del estado por el Museu do Ceará, donde hay una preocupación por una historia lineal y más tradicional de los objetos y

representaciones; así como por el Museo do Vaqueiro, donde podemos ver, no la figura romántica del vaqueiro del Centro sino, básicamente a través de retratos colgados en las paredes del museo, la historia oligárquica de la región.



Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Foto: Renzo Taddei.



Parte de la exposición de artesanías del Memorial  
Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Foto: Ana Laura Gamboggi.



Replica de una casa de vaqueiro, espacio escenificado que demuestra la crudeza del espacio, lo mínimo necesario para sobrevivir. Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Foto: Ana Laura Gamboggi.

### *Museu do Ceará*

- ¿Qué? Un museo histórico que abriga una galería permanente y tres exhibiciones temporales.
- ¿Dónde? Localizado en el centro histórico de Fortaleza.
- ¿Quién? El museo es propiedad del estado y está administrado por estudiantes y profesores de la Universidad Estatal.
- El museo está financiado en parte por la Secretaria da Cultura e Esporte e algunos financiamientos privados son recibidos del Banco do Nordeste.
- ¿Cómo? El museo opera por visitas guiadas brindadas a los visitantes basados en la pedagogía de Paulo Freire.
- ¿Por qué? El principal objetivo de este museo es enseñar a niños de Ceará la importancia del patrimonio estatal.

Este museo nació según el decreto en 1972 y fue abierto al público en 1973, en un tiempo cuando los museos tradicionales proliferaban en todo el país. Durante esas tempranas épocas, el museo reprodujo el pasado hegemónico del estado utilizando una perspectiva positivista. Sin embargo, desde 1990, con la introducción de un nuevo grupo interdisciplinario para administrar el museo, se han innovado sus principales prácticas, conduciendo a algunos resultados interesantes. Actualmente, la institución trabaja fundamentalmente con la pedagogía de Paulo Freire, basada en su concepto de palabra generadora, con la cual el museo fundamenta su concepto de objeto generador. En este sentido, los discursos son creados por argumentación ideológica entre trabajadores del museo, exhibiciones, líderes de grupo y visitantes, la cual destaca la importancia de la práctica participativa en la creación cultural de hoy.

En nuestra opinión, el museo continúa transmitiendo ideologías tradicionales e información tal como la importancia del patrimonio y la historia del estado de Ceará. Caminado por el museo, antes de haber hablado con el personal del museo, fue claro que las historias que eran contadas (estrictamente por interacción visual con las exhibiciones) venían más de una perspectiva estatista, dando importancia a la colonización, guerras, educación, modernización y otros acontecimientos construidos por el Estado, sin embargo, debido a los cambios en las prácticas del museo, el énfasis se da ahora a las diferentes lecturas de los objetos exhibidos. El museo se ha transformado de un tiempo incuestionable a un espacio para la participación reflexiva y crítica.

El Museu do Ceará exhibe una perspectiva desarrollista del patrimonio de acuerdo a la reproducción de su narrativa patrimonial, pero también produce nuevas lecturas del mismo discurso, gracias a sus programas de educación crítica. En este sentido, este museo es una

especie de laboratorio en el cual la museografía es usada como tecnología cultural para innovar y reinventar la lectura del patrimonio del estado y temas nacionales.



Museu do Ceará.

Foto: Secretaria de Turismo do Ceará.



Recipiente con agua colectada el día en que la presa de la ciudad de Quixadá, interior cearense, transbordó por primera vez (en 1924). Al lado, faja de inauguración de la presa Feiticeiro (1933).

Foto: Renzo Taddei.

## Casa da Memória

- ¿Qué? Esta institución tiene espacios de exhibición permanente, junto con áreas interiores y exteriores para actividades comunitarias.
- ¿Dónde? Nova Jaguaribara en el Medio Vale do Jaguaribe, interior del estado.
- ¿Quién? La comunidad local creó y administra este lugar con fondos y auspicio del Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC).
- ¿Cómo? La casa opera con exhibiciones, *performances*, multimedia y reuniones comunitarias.
- ¿Por qué? Reconocer la historia popular local de una comunidad forzada a reubicarse debido a la construcción de una presa.

La Casa da Memória es un estudio de caso muy interesante. Reacia a ser llamada de museo, debido a las connotaciones tradicionales de lo que es un museo, la Casa fue creada como una herramienta para adoptar una postura contra el discurso elitista neoliberal que ha estado infiltrándose fuertemente en la región. Para entender la Casa, es necesario conocer el contexto en el cual ésta se ha desarrollado<sup>7</sup>.

En 1985 fue anunciada la construcción de la Presa Castanhão, hecho que significaría la inundación del pueblo de Jaguaribara, localizado en el interior del estado. La población fue forzada a reubicarse en un nuevo pueblo, que pasó a ser llamado Nova Jaguaribara. Después de constantes confrontaciones entre la comunidad y los desarrollistas, la reubicación tuvo lugar y la construcción de la presa y del nuevo

---

<sup>7</sup> Referirse a Gamboggi (2009) para un panorama detallado del contexto en el que fue creada la Casa.

pueblo fueron anunciados en la propaganda oficial como un movimiento hacia la modernidad. Sin embargo, la población local logró situar su propia resistencia en este discurso. En un nivel práctico, los residentes consiguieron, con negociaciones, la construcción de una réplica de la iglesia, y la reubicación del establecimiento humano parecido al de la vieja ciudad. También es importante destacar que la resistencia civil ocurrió en un nivel discursivo y se dio en gran parte a través de prácticas que emanaron de la Casa da Memória. La Casa abrió sus puertas en el viejo pueblo en 1998 y se reabrió en el nuevo pueblo durante el año de 2001. El proyecto fue una respuesta al anuncio de la construcción de la presa y tiene hasta la fecha, fundamentalmente, objetos almacenados que los miembros de la comunidad sienten que dice algo acerca de su historia cultural local. Un número de miembros adultos de la comunidad, con ayuda del IMOPEC, administra la Casa, sin embargo, son los jóvenes del pueblo quienes principalmente han transformado el discurso en prácticas con su involucramiento en prácticas de educación popular como juegos, teatro, música, pinturas y películas. Por medio de estas prácticas, la historia local popular es producida y diseminada por la misma comunidad. En este sentido, la Casa da Memória, es similar al Museu do Ceará en cuanto ésta ha incorporado métodos innovadores para relevar su mensaje, sin embargo, a diferencia del Museu do Ceará, su discurso emana de las bases subalternas y de esta manera forma parte del discurso local activista popular.

La comunidad es completamente responsable de la existencia del museo y su programación, y por lo tanto es un agente activo, no un recipiente pasivo del museo. Como explica García Canclini (1998, p. 10), la incertidumbre y el otro están ingresando al museo y como resultado, los museos no son más estrictamente nuestras instituciones del estado-nación. Este caso demuestra claramente un

cambio en la interacción entre grupos hegemónicos (grupos de la elite neoliberal de Fortaleza) y grupos subalternos (Jaguaribara: una comunidad popular subalterna del interior), que más tarde serían los principales participantes y creadores del discurso del museo, colocándolo firmemente dentro del nuevo movimiento de museo.



Casa da Memória.  
Fotos: Ana Laura Gamboggi.

## Museu do Vaqueiro

- ¿Qué? Exhibiciones alojadas en una vivienda tradicional de vaquero rico, vinculadas a una asociación, la cual organiza otros eventos de vaquero.
- ¿Dónde? Morada Nova, un pueblo vaquero en el interior del estado.
- ¿Quién? El museo es administrado por la Associação dos Vaqueiros y los Criadores de Morada Nova.  
Recibe financiamiento del gobierno municipal.
- ¿Cómo? El museo opera a través de exhibiciones, tours guiados y eventos vaqueros.
- ¿Por qué? Su principal objetivo es preservar, incentivar y cultivar la cultural regional vaquera.

Este museo refleja fuertemente su comunidad conservadora del interior. Morada Nova es un centro importante de granjas de ganado lechero y fábricas, representa una cultura vaquera en el estado y está fuertemente marcada por el partidismo, que se deriva de la historia oligárquica de la región. A lo largo de los años, ha habido dos poderosas familias en el municipio: las familias Girão y Castro. Ambas familias “de vaquero” han intercambiado puestos importantes dentro de la comunidad durante años. El Museu do Vaqueiro fue creado principalmente con la ayuda de la familia Girão junto con la Associação dos Vaqueiros y los Criadores de Morada Nova, quienes están asociados con la misma familia.

Apenas estando en el caliente y polvoriento pueblo vaquero, conducir sus calles y conversar con sus habitantes, ayuda a dar un contexto especial al museo, el cual no podría entenderse lejos de su ambiente

natural, su contexto geográfico, social, político y cultural. La cultura vaquera está viva y coleando y se refleja en el objetivo principal del museo de no sólo recordar el pasado, sino aprender acerca del presente con una larga tradición.

El museo se centra en la conservación y catalogación de sus colecciones y también trabaja con una lógica de exhibición de diferencias taxonómicas, sin trabajar la visualización de objetos, o hacer una explícita interconexión entre ellos. El museo continua fortaleciendo y reproduciendo un discurso existente que habla de la pertenencia y poder político sostenido por la familia Girão en la región. Es común en el tradicional movimiento de museo que los museos sean creados por grupos hegemónicos afiliados al estado y trabajen para formar la identidad de sus componentes. Sin embargo, en el caso del Museu do Vaqueiro, un grupo hegemónico local no estadista está usando el museo para reproducir su propia identidad. Así que, aunque este museo es tradicional en términos del estilo de exhibición y prácticas museográficas, su exhibición auto-determinada por sí misma, relaciona este museo al nuevo movimiento de museo.



Museu do Vaqueiro.  
Foto: Renzo Taddei.



Museu do Vaqueiro.  
Foto: Renzo Taddei.

## CONCLUSIÓN

Los museos en Ceará hablan de ellos mismos, y de la diversidad de ciudadanos del estado. Estos constituyen una mezcla de ideas y prácticas y reflejan el conocimiento e imaginario cultural de su medio ambiente y contexto social, cultural y político. Nuestro análisis de cuatro museos en el estado ha pretendido demostrar que la sequía, la concentración de la tierra y la distribución de recursos continúan jugando un papel central en el imaginario cultural del Nordeste, y que un conjunto diverso de redes políticas y actores sociales están en este juego conformando la identidad cultural de la región, la cual está fuertemente influenciada por su medio ambiente semiárido.

Los museos en el estado de Ceará han cambiado en dos sentidos importantes durante las últimas décadas, debido a los contextos cambiantes explorados a lo largo de la primera mitad de este artículo. Los museos que son producto de la era moderna están siendo resignificados por la introducción de nuevos programas y diferentes procesos de consumo, como pudimos ver especialmente en el Museu de Ceará, cual es un museo tradicional que ahora - con sus programas educativos y visitas guiadas - permite la relectura de sus exposiciones de manera innovadora. En segundo lugar, los museos que forman parte de un nuevo movimiento de museos muestran cambios no sólo en sus procesos de consumo, sino también en cómo éstos son creados y los tipos de narrativas culturales que representan. Por ejemplo, en el Dragão do Mar, es fácil percibir la preocupación por la imagen que el público se llevará del Centro y del estado. Esto es evidente en la manera de exponer la cultura tradicional por medio de una museografía contemporánea, utilizando la escenografía y tecnologías digitales para la presentación de los objetos de un modo más accesible y divertido (en determinados lugares de la exposición hay sensores que detectan cuando el visitante se aproxima y en ese momento produce sonidos, cambia la iluminación, se mueven objetos, etc) Además, la forma en cómo el Centro fue diseñado - con galerías, cines, bares, cafés y conciertos compartiendo un mismo espacio - permite que el museo ahora se integre más en la vida diaria de su público. La Casa da Memória también muestra concretamente cómo los museos de hoy son capaces de representar un rango más amplio de discursos que existen en Ceará, en este caso, la narrativa cultural de una comunidad rural y subalterna. Por otro lado, el Museu do Vaqueiro, de Morada Nova, sigue manteniendo características más próximas a los del movimiento tradicional de museos, demostrando cómo diversos tipos de museos continúan existiendo en el estado de

Ceará, lo cual nos permite reflexionar sobre la diversidad de actores públicos en un mismo espacio regional. Para concluir, junto con otras instituciones, el museo alimenta un rango de intereses para producir las siempre cambiantes narrativas culturales relacionadas al Nordeste y más específicamente al Sertão. Los diversos discursos culturales producidos en estos museos han contribuido a la institucionalización de estas regiones, en la medida en que las características de estos museos son reflexiones de las mismas. Esta diversidad de propuestas hace a los museos del estado de Ceará lugares reales y excitantes para entender los cambios contemporáneos que están manifestándose en la región nordeste de Brasil.

## BIBLIOGRAFÍA

- ANDERMATT CONLEY, V. *Chaosmopolis*. Em: *Theory, Culture and Society: Explorations in Critical Social Science*. UK: Sage Publications. 2002, v. 19, n. 1-2, p. 127-138, fev. 2002.
- ANDERSON, B. *Imagined Communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. New York: Verso Press, 1991.
- ALBUQUERQUE JR., D. M. *A invenção do nordeste. E outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, Cortez Editora, 1999.
- APPADURAI, A.; BRECKENRIDGE C. Museums are Good to Think: Heritage on View in India. Em: KARP, I.; MULLEN KREAMER, C.; LAVINE, S. (Eds.). *Museums and Communities: The politics of public culture*. Washington: Smithsonian Institute Press. p 35-55, 1992.
- BRITO SOUSA, V. O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura: Expressões de um lugar de modernidade. Em: *Política & Trabalho*.

- Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/ppgs/politica/16-sousa.html>>. Acesso em: 10 set. 2009. n. 16, p. 123-135, set. 2000.
- NEVES, F. C. A seca na história do Ceará. Em: DE SOUZA, S. (Org.) *Uma nova história do Ceará*. Ceará: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- CUNHA, E. *Os sertões*. São Paulo: Editora Martín Claret, 2003 (1902).
- GAMBOGGI, Ana Laura. Mudanza, Memoria y Museo: Museo comunitario como resistencia en el nordeste brasileño. Tesis de Doctorado en Ciencias Antropológicas. México DF: Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Iztapalapa, 2009.
- GARCÍA CANCLINI, N. De como Clifford Geertz y Pierre Bourdieu llegaron al exilio. Em: *Antropología: Revista de pensamiento antropológico y estudios etnográficos*. Madrid: Grupo Antropología, n. 14, p. 3-22, out. 1998.
- GRZYBOWSKI, C. Cidadania Encurralada. Em: *Democracia Viva*. Disponível em: <[http://www.ibase.br/pubibase/media/dv23\\_nacional\\_ibasenet\\_final.pdf](http://www.ibase.br/pubibase/media/dv23_nacional_ibasenet_final.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2009. n. 23, p. 8-14, ago.-set. 2004.
- KARP, I. Introduction: Museums and Communities: The politics of public culture and on civil society and social identity. Em: KARP, I.; MULLEN KREAMER, C.; LAVINE, S. (Eds.). *Museums and Communities: The politics of public culture*. Washington: Smithsonian Institute Press. p. 1-17, 1992.
- MORALES MORENO, L. G. ¿Qué es un museo? Em: *Cuicuilco, revista de la Escuela Nacional de Antropología e Historia*. México DF: Escuela Nacional de Antropología e Historia, v. 3, n. 7, p. 59-104, maio – ago. 1996.
- RAMOS, G. *Vidas Secas*. São Paulo: Livraria Martins Editora (ed. 32), 1986 (1938).

## Sobre os autores

**Ana Laura Gamboggi** é professora da Escola Superior de Propaganda e Marketing, no Rio de Janeiro. Graduada em comunicação social pela Fundação Armando Álvares Penteado, é mestre e doutoranda em antropologia social pela Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa, México, onde desenvolve pesquisas sob orientação de Néstor Garcia Canclini. E-mail: anagamboggi@gmail.com.

**Carlos Valpassos** é graduado em ciências sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2004), e mestre em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em antropologia da Universidade Federal Fluminense (2006). Foi Pesquisador de Apoio Acadêmico na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, atuando como docente das disciplinas de antropologia do bacharelado em ciências sociais. Atualmente é doutorando em sociologia e antropologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: valpassos@yahoo.com.br.

**Carolina Neri Vidaurri** é geógrafa formada pela Universidad Nacional Autónoma de México, onde atualmente é mestranda no curso de Ciências da Terra, na área de riscos provenientes de fenômenos naturais. Faz pesquisas nas áreas de climatologia, uso e

aplicação de informação meteorológica no setor agrícola, e geração de capacidades e estratégias de adaptação às mudanças climáticas. E-mail: caro.neri@gmail.com

**Chandra Morrison** é doutoranda pelo Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Cambridge, Inglaterra, onde também obteve seu MPhil (2007), especializando-se em antropologia e artes visuais da América Latina. Atualmente pesquisa o significado sócio-político de intervenções artísticas no espaço urbano no Brasil, Chile, e Argentina. Em 2008-2009, atuou como presidente da associação de estudantes de pós-graduação afiliada à Society of Latin American Studies (SLAS) para o Reino Unido. E-mail: cefm3@cam.ac.uk.

**Elisângela Maria de Oliveira Sousa** é bacharel em ciências sociais pela Universidade Estadual do Ceará (1998), onde fez mestrado em Políticas Públicas e Sociedade (2005). Tem experiência profissional na área de Sociologia Rural. Trabalhou em projetos de desenvolvimento regional na SUDENE, no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), atuando, desde 2001, em perímetros irrigados públicos federais no âmbito do Programa de Transferência da Gestão do Ministério da Integração, desenvolvendo ações voltadas à organização de produtores, apoio ao associativismo/cooperativismo, assessoria aos distritos de irrigação, planos de negócios e comercialização. E-mail: elioliveira@secrel.com.br.

**Fernando Briones Gamboa** é doutor em antropologia social e etnologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris. Atualmente é professor-investigador do Centro de Investigaciones y

Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), na Cidade do México. E-mail: briones@ciesas.edu.mx.

**Georgia Melville** é licenciada em humanidades pela RMIT University na Austrália, e mestre e doutora em antropologia social pela Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa, México, onde também é membro do Programa Interdisciplinar de Processos Transnacionais. Publicou artigos sobre transformações nos estados-nação, museologia, e identidade transnacional. E-mail: georgiamelville@gmail.com.

**Renzo Taddei** é professor de antropologia e comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É mestre e doutor em antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. Foi professor visitante na Universidade de Yale, e lecionou também em Columbia e na City University of New York. E-mail: renzo.taddei@eco.ufrj.br.

**Rita Pestana** é pesquisadora visitante do Grupo de Pesquisa Estudos de Populações Haliêuticas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Pará. Mestre em antropologia social pela Universidade de St. Andrews, Escócia (2005), e doutoranda em ciências sociais com especialização em antropologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, é bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal. Pesquisa a percepção do ambiente, sazonalidade, marés e parentesco em povoados ribeirinhos rurais de uma região de várzea sazonal e de maré do arquipélago do Marajó, estuário do Amazonas. E-mail: nim\_ha@yahoo.co.uk.

**Vítor Popinsky** é antropólogo formado pelo programa de antropologia aplicada ao desenvolvimento da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). Atualmente é estudante de mestrado em Estudos de Desenvolvimento pela Lund University

(Suécia). Realiza pesquisas na área de antropologia médica em Moçambique. E-mail: vpopinsky@gmail.com.

**Zulma Amador** é socióloga, antropóloga e educadora popular. Fez pesquisas e atuou como docente no México, Brasil, Colômbia e Costa Rica. Trabalha temas relacionados à educação popular e movimentos sociais populares na América Latina. Atualmente é doutoranda em ciências sociais, com especialidade em antropologia social, no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), México. E-mail: zuamador@gmail.com.





**RDS GRÁFICA E EDITORA LTDA.**

Rua Carlos Câmara, 1048 – Gentilândia  
CEP: 60.020-150 – Fone: (85) 3281.3676  
E-mail: [rds1048@gmail.com](mailto:rds1048@gmail.com)  
Fortaleza – Ceará